

Relatório Analítico

Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal

Coordenação
Raquel Varela

Co-coordenação
Roberto della Santa

Autores

Duarte Rolo

João Areosa

José António Antunes

Henrique Silveira (com Beatriz
Santiago)

Raquel Varela
Roberto della Santa

Contribuições de Rafael de Souza, Roseli Figaro e Rafael Grohmann

Índice

Resumo dos resultados.....	1
Cruzamentos de variáveis	7
Comparação com outros sectores profissionais	10
A atividade de jornalista: um pêndulo que oscila entre “ocupação” e “profissão”	11
Sentido do trabalho dos jornalistas	17
Contextualização efetiva.....	24
Risco profissional dos jornalistas.....	27
Passado: labor intelectual, função crítica e esfera pública.....	35
Grupos focais	43
Testemunhos de Jornalistas	58
Estagiar recebendo 150€ por mês - Nuno Viegas	58
Jornalismo de perdição – Por Guiomar Belo Marques	60
O trabalho, o emprego, o ministro e a greve - Pedro Sousa Pereira	63
Porque abandonei o jornalismo? - Carlos Renato de Lima Maia Teixeira	66
Reflexão sobre 25 anos de jornalismo: “Precisamos de recuperar a nossa dignidade” - Jornalista X.....	67
Jornalismo, as vias de extinção – advogada.....	70
Questões teórico-metodológicas.....	72
<i>Breve descrição do inquérito.....</i>	81
1.1 Recolha e tratamento dos dados	81
1.2 Resumo da amostra	81
<i>Análise inicial.....</i>	83
2.1 Indicadores sociais da amostra.....	83
2.1.1 Idade	83
2.1.2 Género	83
2.1.3 Habilitações	84
2.1.4 Formação base (Pode seleccionar mais do que uma opção.)	84
2.1.5 Estado civil	85
2.1.6 Número de filhos.....	85
2.1.7 Número total de pessoas vivendo em economia comum no agregado familiar	86
2.1.8 Especifique em que concelho de Portugal reside.....	86
2.1.9 Está presentemente a estudar?	86
2.1.10 Teve formação complementar (nos últimos cinco anos)?	87
2.1.11 Onde fez a formação complementar? (Pode seleccionar mais do que uma opção)	87
2.1.12 Está presentemente a trabalhar?	88
2.1.13 Encontra-se em alguma das situações abaixo? (Pode seleccionar mais do que uma opção).....	88
<i>Atuais trabalhadores do setor jornalístico</i>	89
3.1 Indicadores sociais descritivos da amostra	89
3.1.1 Em que órgão jornalístico trabalha atualmente?	89
3.1.2 Vínculo	89
3.1.3 Principal local de trabalho habitual.....	90
3.1.4 Qual o número de trabalhos remunerados realizados por avença nos últimos 6 meses?.....	91

3.1.5	Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses?	91
3.1.6	Remuneração mensal média líquida no jornalismo (em euros)	91
3.1.7	Com que idade iniciou a atividade jornalística?	92
3.1.8	Tem outra atividade profissional remunerada?	92
3.1.9	Na atividade secundária auferir uma remuneração mensal média líquida (em euros) de:	93
3.1.10	Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?	93
3.1.11	Já interrompeu o exercício do jornalismo?	94
3.1.12	Quantos anos de experiência jornalística tem?.....	95
3.1.13	Que função exerce? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	96
3.1.14	Em que meios exerce maioritariamente a sua função?	96
3.1.15	Em que tipo de conteúdos trabalha predominantemente?	97
3.1.16	Recebeu formação para trabalhar com.....	97
3.1.17	Valências novas ou distintas?	97
3.1.18	Em que temas trabalha? (Pode selecionar mais do que uma opção.).....	98
3.1.19	O que produz com maior frequência? (Pode selecionar mais do que uma opção)	98
3.1.20	Aplica-se algum contrato de trabalho na sua empresa?	98
3.1.21	Horas por semana previstas oficialmente (por contrato)	99
3.1.22	Em média, qual é a sua carga horária semanal real de trabalho?.....	99
3.1.23	Em média, quantas horas trabalhou no último mês em período noturno (entre as 20 e as 8 horas)?..	100
3.1.24	Qual é (quais são) o(s) horário(s) de trabalho que se adequa(m) melhor à sua vida particular/social? .	100
3.1.25	É importante para si ter oportunidade de fazer:	101
3.1.26	Sou alvo de assédio moral/ideológico no trabalho	101
3.1.27	Sou alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho.....	102
3.1.28	Sou alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, denacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho	102
3.2	Desgaste profissional (exaustão e distanciamento do trabalho)	103
3.2.1	Exaustão.....	103
3.2.2	Distanciamento profissional	112
3.3	Desgaste e indicadores sociodemográficos I.....	121
3.3.1	Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho	121
3.3.2	Ameaças de violência no exercício da profissão	121
3.3.3	Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes	122
3.3.4	Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio.....	122
3.3.5	Conflitos com a direção das empresas.....	123
3.3.6	Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população	123
3.3.7	Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa.....	124
3.3.8	Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo.....	124
3.3.9	Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente	125
3.3.10	Contacto negativo com as minhas hierarquias	125
3.3.11	Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controlo	126
3.3.12	Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual	126
3.3.13	Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos	127
3.3.14	Turnos/escalas e impacto no convívio familiar	127
3.3.15	Situações de congelamento salarial/carreira congelada	128
3.3.16	Sentimento de bloqueio na profissão	128
3.3.17	Falta de serviços e apoios para questões profissionais	129
3.3.18	Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho	129
3.3.19	Ameaça de extinção do meu posto de trabalho	130
3.3.20	Ameaça de cortes.....	130
3.3.21	Trabalho até de madrugada	131
3.3.22	Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, <i>emails</i> , etc.).....	131
3.3.23	Realização de tarefas no fim de semana ou feriado.....	132
3.3.24	Realização de tarefas nas folgas ou férias	132

3.3.25	Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais <i>online</i>	133
3.3.26	No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas/ou recursos materiais	133
3.3.27	Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional	134
3.3.28	Sinto que o público não aprecia aquilo que faço	134
3.3.29	Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde	135
3.3.30	Lido bem com a avaliação individual de desempenho	135
3.3.31	Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação	136
3.3.32	São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir.....	136
3.3.33	Atualmente desfruto da vida com proveito	137
3.3.34	Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira	137
3.3.35	Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão.	138
3.3.36	Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito.....	138
3.3.37	Eu tenho tempo suficiente para debater temas de planeamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa	139
3.3.38	Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável e isso é um problema sério	139
3.3.39	Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade	140
3.3.40	Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco.....	140
3.3.41	Preocupa-me o meu atual consumo de álcool	141
3.3.42	Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos	141
3.3.43	Preocupa-me o meu atual consumo de drogas	142
3.3.44	Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional	142
3.3.45	Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma	143
3.3.46	Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida	143
3.3.47	A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar	145
3.3.48	As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho.....	145
3.3.49	As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso	147
3.3.50	As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho	147
3.3.51	A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico	148
3.3.52	As práticas do <i>clickbait</i> e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos	148
3.3.53	É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem.....	149
3.3.54	A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento	149
3.3.55	As plataformas <i>online</i> colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo.....	150
3.3.56	A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/ <i>fact checking</i> , algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo	150
3.3.57	Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?	151
3.3.58	O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?	151
3.3.59	A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?	152
3.3.60	O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?	152
3.3.61	Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?	154
3.3.62	O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?	154
3.3.63	A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?	155

3.3.64	A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?	155
3.3.65	Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?	156
3.3.66	As condições laborais, contratuais e socioeconómicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?	156
3.3.67	Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?	157
3.3.68	Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?	157
3.3.69	Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa	159
3.3.70	Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas	159
3.3.71	Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a <i>Jornalismo&Jornalistas</i> são essenciais para o nosso sector	160
3.3.72	Sinto que iniciativas próprias do sindicato – como palestras, campanhas, inquéritos, etc. – fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno	160
3.3.73	O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho	162
3.3.74	Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector	162
3.3.75	Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores	163
3.3.76	O meu Conselho de Redação funciona bem – para todos os efeitos	163
3.3.77	A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental	164
3.3.78	Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?	164
3.3.79	Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?	165
3.3.80	Sofre de doenças crónicas?	165
3.3.81	De que doenças crónicas sofre? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	166
3.3.82	Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista?	166
3.3.83	Indique que doenças resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista (Pode selecionar mais do que uma opção.)	167
3.3.84	Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista?	167
3.3.85	O diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto de trabalho?	167
3.3.86	As consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo: (Pode selecionar mais do que uma opção.)	167
3.3.87	A sua assistência na saúde é tratada predominantemente em:	168
3.3.88	A assistência na saúde da sua família é tratada predominantemente em:	169
3.3.89	Tem seguro de saúde?	169
3.3.90	Quem paga o seu seguro de saúde?	170
3.3.91	Que coberturas tem o seu seguro de saúde? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	170
3.3.92	Neste momento está inscrito na Segurança Social?	171
3.3.93	A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal? ...	171
3.3.94	A inscrição inicial na Segurança Social foi com que profissão/atividade?	172
3.3.95	Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?	172
3.3.96	Desde que ano desconta para a Segurança Social como profissional de outra área (que não o jornalismo)? Ano	172
3.3.97	Está presentemente a descontar para a Segurança Social?	173
3.3.98	Efetuiu, no passado, descontos por conta de outra atividade profissional que, entretanto, cessou?	173
3.3.99	Tem presentemente algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?	173
3.3.100	A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:	174
3.3.101	Desde quando tem esse plano de poupança?	174

3.3.102	A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:	175
3.3.103	O seu plano de poupança para a reforma é de:	175
3.3.104	O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outrassituações como desemprego, acidente, deficiência?	176
3.3.105	Que outras situações especificamente? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	176
Apêndice		178
Ex-trabalhadores do setor jornalístico		178
A.1 Indicadores sociais descritivos da amostra		178
A.1.1	Em que órgão jornalístico trabalhava no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?..	178
A.1.2	Principal local de trabalho habitual no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho....	178
A.1.3	Vínculo no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho.....	178
A.1.4	Qual o número de trabalhos remunerados realizados por avença nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?.....	180
A.1.5	Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?	180
A.1.6	Pensão mensal média líquida ligada ao jornalismo (em euros)	181
A.1.7	Com que idade iniciou a atividade jornalística?	181
A.1.8	Tem outra atividade profissional remunerada?	181
A.1.9	Na atividade secundária auferi uma remuneração mensal média líquida (em euros) de:.....	182
A.1.10	Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?	182
A.1.11	Antes da sua saída interrompeu o exercício do jornalismo?.....	182
A.1.12	Interrompeu a atividade quantas vezes?	183
A.1.13	Durante quantos anos na totalidade?.....	183
A.1.14	Quantos anos de experiência jornalística tem?.....	184
A.1.15	Que função exercia no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	184
A.1.16	Em que meios exercia maioritariamente a sua função no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?	185
A.1.17	Em que tipo de conteúdos trabalhava predominantemente no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?	185
A.1.18	Recebeu formação para trabalhar com valências novas ou distintas no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?.....	186
A.1.19	Em que temas trabalhava no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	186
A.1.20	O que produzia com maior frequência no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	187
A.1.21	Aplicava-se algum contrato de trabalho na sua empresa no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?	187
A.1.22	Horas por semana previstas oficialmente (por contrato) no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho	187
A.1.23	Em média, qual era a sua carga horária semanal real de trabalho no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?.....	188
A.1.24	Em média, quantas horas trabalhou no último mês (antes da sua saída ou interrupção do trabalho) em período noturno, entre as 20 e as 8 horas?.....	188
A.1.25	Quais eram os horários de trabalho que se adequavam melhor à sua vida particular/social no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?.....	189
A.1.26	No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho era importante para si ter oportunidade de fazer:	189
A.1.27	Fui alvo de assédio moral/ideológico no trabalho	189
A.1.28	Fui alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho.....	190
A.1.29	Fui alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho.....	190

A.2	Desgaste profissional (exaustão e distanciamento do trabalho)	191
A.2.1	Exaustão	191
A.2.2	Distanciamento profissional	197
A.3	Desgaste e indicadores sociodemográficos	202
A.3.1	Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho	202
A.3.2	Ameaças de violência no exercício da profissão	203
A.3.3	Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes	203
A.3.4	Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio	203
A.3.5	Conflitos com a direção das empresas	204
A.3.6	Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população	204
A.3.7	Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa	204
A.3.8	Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo	205
A.3.9	Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente	205
A.3.10	Contacto negativo com as minhas hierarquias	205
A.3.11	Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controlo	206
A.3.12	Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual	206
A.3.13	Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos	206
A.3.14	Turnos/escalas e impacto no convívio familiar	207
A.3.15	Situações de congelamento salarial/carreira congelada	207
A.3.16	Sentimento de bloqueio na profissão	207
A.3.17	Falta de serviços e apoios para questões profissionais	208
A.3.18	Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho	208
A.3.19	Ameaça de extinção do meu posto de trabalho	208
A.3.20	Ameaça de cortes	209
A.3.21	Trabalho até de madrugada	209
A.3.22	Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, <i>emails</i> , etc.)	209
A.3.23	Realização de tarefas no fim de semana ou feriado	210
A.3.24	Realização de tarefas nas folgas ou férias	210
A.3.25	Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais <i>online</i>	210
A.3.26	No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais	211
A.3.27	Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional	211
A.3.28	Sinto que o público não aprecia aquilo que faço	212
A.3.29	Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde	212
A.3.30	Lido bem com a avaliação individual de desempenho	212
A.3.31	Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação	213
A.3.32	São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir	213
A.3.33	Atualmente desfruto da vida com proveito	213
A.3.34	Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira	214
A.3.35	Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão	214
A.3.36	Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito	214
A.3.37	Tenho tempo suficiente para debater temas de planeamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa	215
A.3.38	Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável, e isso é um problema sério	215
A.3.39	Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade	215
A.3.40	Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco	216
A.3.41	Preocupa-me o meu atual consumo de álcool	216
A.3.42	Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos	216
A.3.43	Preocupa-me o meu atual consumo de drogas	217
A.3.44	Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional	217

A.3.45	Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma	217
A.3.46	Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida.....	218
A.3.47	A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar.	218
A.3.48	As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho	219
A.3.49	As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso	219
A.3.50	As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho	219
A.3.51	A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico	220
A.3.52	As práticas do <i>clickbait</i> e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos	220
A.3.53	É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem.....	221
A.3.54	A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento	221
A.3.55	As plataformas <i>online</i> colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo.....	221
A.3.56	A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/ <i>fact-checking</i> , algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo	222
A.3.57	Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?	222
A.3.58	O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?	223
A.3.59	A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?	223
A.3.60	O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?	223
A.3.61	Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?	224
A.3.62	O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?	224
A.3.63	A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?	225
A.3.64	A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?	225
A.3.65	Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?	225
A.3.66	As condições laborais, contratuais e socioeconómicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?	226
A.3.67	Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?	226
A.3.68	Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?	227
A.3.69	Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa	227
A.3.70	Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas.....	227
A.3.71	Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a <i>Jornalismo&Jornalistas</i> são essenciais para o nosso sector.....	228
A.3.72	Sinto que iniciativas próprias do sindicato, como palestras, campanhas, inquéritos, etc., fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno	228
A.3.73	O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho	229
A.3.74	Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector.....	229
A.3.75	Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores	230
A.3.76	O meu Conselho de Redação funciona bem, para todos os efeitos.....	230
A.3.77	A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental	230
A.3.78	Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?	231
A.3.79	Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras,	

crises, catástrofes, etc.)?.....	231
A.3.80 Sofre de doenças crónicas?	231
A.3.81 De que doenças crónicas sofre? (Pode selecionar mais do que uma opção.).....	232
A.3.82 Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?.....	232
A.3.83 Indique que doenças resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho (Pode selecionar mais do que uma opção.)	233
A.3.84 Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?	234
A.3.85 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, o diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto laboral?.....	234
A.3.86 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, as consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo: (Pode selecionar mais do que uma opção.).....	235
A.3.87 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a sua assistência na saúde era tratada predominantemente em:.....	235
A.3.88 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a assistência na saúde da sua família era tratada predominantemente em:	235
A.3.89 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha seguro de saúde?	236
A.3.90 Quem pagava o seu seguro de saúde no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?	236
A.3.91 Que coberturas tinha o seu seguro de saúde no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	237
A.3.92 Neste momento está inscrito na Segurança Social?	237
A.3.93 A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal?....	237
A.3.94 A inscrição inicial na Segurança Social foi com que profissão/atividade?	238
A.3.95 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho estava a descontar para a Segurança Social?	238
A.3.96 Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?	239
A.3.97 Como profissional de outra área (que não o jornalismo), desde que ano desconta para a Segurança Social?	239
A.3.98 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho efetuou descontos por conta de outra atividade profissional que, na altura, cessou?	239
A.3.99 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?.....	240
A.3.100 A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:.....	240
A.3.101 Desde quando tinha esse plano de poupança?.....	241
A.3.102 A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:	241
A.3.103 O seu plano de poupança para a reforma é/era de:	242
A.3.104 O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como desemprego, acidente, deficiência?	242
A.3.105 Que outras situações especificamente? (Pode selecionar mais do que uma opção.)	242
Anexo:	244
Reflexões sobre o trabalho dos jornalistas.....	244
O trabalho híbrido dos jornalistas e as reificações do capitalismo comunicativo	245
A plataformização do trabalho jornalístico	254
O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional	272
Bibliografia.....	287
Notas biográficas dos autores	290

Lista das tabelas

Tabela 1: Exaustão	6
Tabela 2: Dados estatísticos do distanciamento	7
Tabela 3: Encontra-se em alguma das situações abaixo?	88
Tabela 4: Vínculo	90
Tabela 5: Em que meios exerce maioritariamente a sua função?	96
Tabela 6: Em que tipo de conteúdos trabalha predominantemente?	97
Tabela 7: Em que temas trabalha?	98
Tabela 8: Quais os horários mais convenientes.....	100
Tabela 9 Quais os horários mais convenientes.....	100
Tabela 10: Resumo das estatísticas da exaustãoTabela.....	104
Tabela 11 Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho	105
Tabela 12: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente	105
Tabela 13: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho	106
Tabela 14: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a	107
Tabela 15: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer.....	108
Tabela 16: Quando trabalho sinto-me bem.....	109
Tabela 17: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia	110
Tabela 18: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho	111
Tabela 19: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho.....	113
Tabela 20: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre meu trabalho	114
Tabela 21: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica.....	115
Tabela 22: Considero o meu trabalho um desafio positivo	116
Tabela 23: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho	117
Tabela 24: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer	118
Tabela 25: Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho.....	119
Tabela 26: Muitas vezes, sinto-me farto/a das minhas tarefas	120
Tabela 27: De que doenças crónicas sofre?.....	166
Tabela 28: Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jorna- lista?	167
Tabela 29: O diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto de trabalho?.....	167
Tabela 30: As consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo	168
Tabela 31 Que coberturas tem o seu seguro de saúde?	170
Tabela 32: Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?	172
Tabela 33 Comparação entre diferentes níveis de esgotamento entre profissões, índice acima de 3 é preocupante.....	10

Lista das figuras

Figura 1: Exaustão.....	6
Figura 2: Distanciamento.....	7
Figura 3: Idade.....	83
Figura 4: Género.....	83
Figura 5: Habilitações.....	84
Figura 6: Estado Civil.....	85
Figura 7: Número de filhos.....	85
Figura 8: Número total de pessoas vivendo em economia comum no agregado familiar	86
Figura 9: Está presentemente a estudar?.....	86
Figura 10: Teve formação complementar (nos últimos cinco anos)?	87
Figura 11: Está presentemente a trabalhar?	88
Figura 12: Principal local de trabalho habitual:.....	90
Figura 13: Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses?.....	91
Figura 14: Remuneração mensal média líquida no jornalismo (em euros)	91
Figura 15: Com que idade iniciou a atividade jornalística?.....	92
Figura 16: Remuneração mensal líquida na atividade secundária	93
Figura 17: Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?	93
Figura 18: Já interrompeu o exercício do jornalismo?	94
Figura 19: Interrompeu a atividade quantas vezes?.....	94
Figura 20: Durante quantos anos na totalidade?.....	95
Figura 21: Quantos anos de experiência jornalística tem?	95
Figura 22: Recebeu formação para trabalhar com valências novas ou distintas?.....	97
Figura 23 Aplica-se algum Contrato de Trabalho na sua empresa?:	98
Figura 24: Horas por semana previstas oficialmente (por contrato).....	99
Figura 25: Em média, qual é a sua carga horária semanal real de trabalho?	99
Figura 26: Em média, quantas horas trabalhou no último mês em período noturno, entre as 20 e as 8 horas?	100
Figura 27: É importante para si ter oportunidade de fazer:	101
Figura 28: Sou alvo de assédio moral/ideológico no trabalho.....	101
Figura 29: Sou alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho	102
Figura 30: Sou alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho	102
Figura 31 :Exaustão	103
Figura 32: Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho.....	104
Figura 33: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente	105
Figura 34: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho	106
Figura 35: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a.....	107
Figura 36: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer	108
Figura 37: Quando trabalho sinto-me bem	109
Figura 38: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia.....	110
Figura 39: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho	111
Figura 40: Distanciamento profissional.....	112
Figura 41: Dados estatísticos - Distanciamento Profissional.....	112
Figura 42: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho	113
Figura 43: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre meu trabalho	114
Figura 44: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica	115
Figura 45: Considero o meu trabalho um desafio positivo.....	116
Figura 46: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho.....	117
Figura 47: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer.....	118

Figura 48: Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho	119
Figura 49: Muitas vezes, sinto-me farto/a das minhas tarefas.....	120
Figura 50: Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho	121
Figura 51: Ameaças de violência no exercício da profissão.....	121
Figura 52: Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes.....	122
Figura 53: Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio.....	122
Figura 54: Conflitos com a direção das empresas	123
Figura 55: Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população	123
Figura 56: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa	124
Figura 57: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo	124
Figura 58: Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente.....	125
Figura 59: Contacto negativo com as minhas hierarquias	125
Figura 60: Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controlo	126
Figura 61: Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual	126
Figura 62: Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos	127
Figura 63: Turnos/escalas e impacto no convívio familiar.....	127
Figura 64: Situações de congelamento salarial/carreira congelada	128
Figura 65: Sentimento de bloqueio na profissão	128
Figura 66: Falta de serviços e apoios para questões profissionais.....	129
Figura 67: Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho	129
Figura 68: Ameaça de extinção do meu posto de trabalho	130
Figura 69: Ameaça de cortes	130
Figura 70: Trabalho até de madrugada	131
Figura 71: Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, emails etc.)	131
Figura 72: Realização de tarefas no fim de semana ou feriado	132
Figura 73: Realização de tarefas nas folgas ou férias.....	132
Figura 74: Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país – o que se nota nas caixas de comentários e portais online	133
Figura 75: No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais	133
Figura 76: Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional	134
Figura 77: Sinto que o público não aprecia aquilo que faço.....	134
Figura 78: Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde.....	135
Figura 79: Lido bem com a avaliação individual de desempenho.....	135
Figura 80: Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação.....	136
Figura 81: Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação.....	136
Figura 82: Atualmente desfruto da vida com proveito.	137
Figura 83: Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira	137
Figura 84: Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão.....	138
Figura 85: Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito	138
Figura 86: Eu tenho tempo suficiente para debater temas de planeamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa.....	139
Figura 87: Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável e isso é um problema sério	139
Figura 88: Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade.....	140
Figura 89: Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco	140
Figura 90: Preocupa-me o meu atual consumo de álcool.....	141
Figura 91: Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos.....	141
Figura 92: Preocupa-me o meu atual consumo de drogas	142

Figura 93: Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional.....	142
Figura 94: Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma.....	143
Figura 95: Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida	143
Figura 96: A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar	145
Figura 97: As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho	145
Figura 98: As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso	147
Figura 99: As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho	147
Figura 100: A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico	148
Figura 101: As práticas do clickbait e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos.....	148
Figura 102: É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem	149
Figura 103: A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento	149
Figura 104: As plataformas online colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo	150
Figura 105: A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/factchecking, algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo	150
Figura 106: Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior? .	151
Figura 107: O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?.....	151
Figura 108: A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?	152
Figura 109: O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?.....	152
Figura 110: Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?.....	154
Figura 111: O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?	154
Figura 112: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?.....	155
Figura 113: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?.....	155
Figura 114: Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?	156
Figura 115: As condições laborais, contratuais e socioeconómicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?.....	156
Figura 116: Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?.....	157
Figura 117: Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?.....	157
Figura 118: Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa	159
Figura 119: Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas.....	159
Figura 120 Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a Jornalismo Jornalistas são essenciais para o nosso sector.....	160
Figura 121 Sinto que iniciativas próprias do sindicato – como palestras, campanhas, inquéritos, etc. – fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno	160
Figura 122: O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local trabalho	162
Figura 123: Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector.....	162
Figura 124: Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores.....	163

Figura 125: O meu Conselho de Redação funciona bem – para todos os efeitos.....	163
Figura 126: A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental.....	164
Figura 127: Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?	164
Figura 128: Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?	165
Figura 129: Sofre de doenças crónicas?	165
Figura 130: Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista?	166
Figura 131: A sua assistência na saúde é tratada predominantemente em:	168
Figura 132: A assistência na saúde da sua família é tratada predominantemente em:	169
Figura 133: Tem seguro de saúde?	169
Figura 134: Quem paga o seu seguro de saúde?.....	170
Figura 135: Neste momento está inscrito na Segurança Social?	171
Figura 136: A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal?	171
Figura 137: Desde que ano desconta para a Segurança Social? » Como profissional de outra área (que não o jornalismo) » Ano.....	172
Figura 138: Está presentemente a descontar para a Segurança Social?.....	173
Figura 139: Tem presentemente algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?	173
Figura 140: A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:	174
Figura 141: Desde quando tem esse plano de poupança?.....	174
Figura 142Figura 3.132: A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:	175
Figura 143: O seu plano de poupança para a reforma é de:.....	175
Figura 144: O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como Desemprego, Acidente, Deficiência?	176
Figura 145: Que outras situações especificamente? (Pode selecionar mais do que uma opção.).....	176

Resumo dos resultados

A categoria socioprofissional correspondente à atividade dos jornalistas sofreu uma grande transformação durante décadas. A combinação desigual de medidas gestionárias da fase neoliberal do capitalismo e digitalização provocou alterações profundas na rotina de produção, nas antigas redações jornalísticas – imagem hoje espartilhada, em diversas formas e arranjos diversos –, cuja resultante é uma nova força de trabalho, quase absolutamente afastada do tipo-ideal. O pano de fundo dos despedimentos massivos, desemprego e subemprego crónico, “recibos verdes” e trabalho temporário, baixos salários, estágios não remunerados é um horizonte não contingente da própria atividade jornalística. A precarização e desprofissionalização deste sector viu-se agravada de modo multidimensional, sobretudo no que se refere a desigualdades sociais de género e geração no interior da atividade, a partir do quadro de policrise que envolveu a pandemia global, a guerra europeia, a recessão económica internacional e a nova aposta na chamada inteligência artificial.

Há um conflito patente entre as metas, objetivos e resultados exigidos aos jornalistas e o tempo, qualidade e formação com que podem executar tais tarefas. Existe uma dissociação abissal entre a natureza do trabalho e a ligeireza exigida por chefias e direções. Existem, portanto, riscos evidentes para a saúde mental: sobrecarga, conflitos éticos, degradação da qualidade do trabalho, etc. O que o estudo permite concluir é que a reorganização gestionária do trabalho obstaculiza, tendencialmente, a utilidade social do mesmo, com franco impacto nos mecanismos sanígenos de reconhecimento, que se veem em queda. A responsabilidade, revestida até de epopeia heroica, mítica por vezes, com a sociedade civil, mas crítica, reflexiva e investigativa, é comprometida pelos regimes de precariedade laboral, insegurança material e risco estrutural que impõem barreiras enormes à independência e autonomia do trabalho.

Acresce uma evidente incompatibilização entre o trabalho, as tarefas domésticas e a vida pessoal, destacando-se, sobretudo nas mulheres, esta questão. Os salários baixos não permitem suportar trabalho doméstico pago (as famílias alargadas são raras) e tornam impossível às mulheres hoje conciliar tais dimensões. Do nosso ponto de vista, tendo em conta o contexto atual da profissão, este problema tenderá a generalizar-se e a afetar ambos os géneros.

A tríada “isenção, neutralidade e imparcialidade” (herança positivista) permitiu de facto expropriar os jornalistas de um saber autónomo, especializado e crítico e abrir caminho à padronização do trabalho, processo em franca aceleração com a automação, digitalização e robotização, que só pode ser revertido pela qualidade de relações laborais cujo vértice deve ser o

reconhecimento da subjetividade dos jornalistas como trabalhadores intelectuais autónomos e a objetividade jornalística como cânone, cujo centro se dirige criticamente aos poderes centrais, sobretudo o Estado e o mercado, devolvendo aos sujeitos o terreno fértil da sociedade civil, da democracia política e da esfera pública, i.e., apuração com investigação, redação como espaço coletivo, reunião de decisão de agenda, grande reportagem, grande entrevista, grande investigação, jornalismo de fôlego numa era atordoada de ruídos, cliques e flashes. É inadiável reconstruir a cooperação, a segurança laboral e a autonomia crítica.

O jornalismo é uma forma social de conhecimento com dignidade própria e legado consagrados, tem um estatuto singular nos modos de apreensão da realidade, cujo prestígio repousa na matriz iluminista da “ousadia” de fazer chegar à maioria da população não só informação *per se* mas, também, a própria perspectiva de “ousar saber” (Kant). Deste ponto de vista, a crise e mal-estar não são exclusivos do jornalismo (atingem escolas, universidades e toda a esfera pública), mas no sector são mais graves, posto que atingem o âmago do trabalho real de uma categoria socioprofissional tão vital. A remissão a valores axiais como constituinte do próprio *ethos* jornalístico compõe, de um modo descritivo e normativo, um conjunto de ideias, imagens, crenças e orientações para a ação que perfazem não só um sentido de pertença, mas também uma razão de ser. A gramática da luta pelo reconhecimento deste ofício passa necessariamente pela tradução deste capital simbólico para além das fileiras de jornalistas profissionais, do mercado que contrata e do Estado que intervém.

Verificamos um conflito patente entre as metas, objectivos, e resultados exigidos aos jornalistas e o tempo, qualidade e formação com que podem executar essas tarefas – há uma dissociação entre a qualidade do trabalho e a rapidez exigida pelas administrações/direcções. Há portanto evidente sobrecarga. Mais do que patologias individuais, o que o nosso estudo permite concluir é que uma organização gestionária do trabalho impede a utilidade social do mesmo, com franco impacto nos mecanismos salutarres de reconhecimento social, que se vê diminuído. Acresce uma clara incompatibilidade entre o trabalho, o trabalho doméstico e a vida pessoal, destacando-se sobretudo nas mulheres esta problemática – os baixos salários não permitem suportar trabalho doméstico pago, as famílias alargadas são raras, e tornam incompatível às mulheres hoje conciliar estas dimensões. O compromisso, revestido até de heroicidade histórica, mítica por vezes, com a sociedade – mas crítico, informativo, investigativo – é comprometido pelos regimes de precariedade laboral, insegurança material, que obstaculizam fortemente a independência e autonomia do trabalho. A tríada “insenção, neutralidade e imparcialidade” permitiu expropriar os jornalistas de um saber

fazer autónomo, autoral, e crítico, a abrir caminho à padronização do trabalho, processo em franco aceleração com a automação/digitalização/IA, que só pode ser revertido pela qualidade de relações laborais cujo vértice deve ser a objectividade e a crítica aos poderes centrais (Estado e mercado) devolvendo aos jornalistas o terreno da esfera pública (apuração com investigação, redacção como espaço colectivo, reunião de decisão de agenda, grande reportagem, grande entrevista, grande investigação, jornalismo de folego numa era atordoadada de informação). Para tal é indispensável a cooperação, segurança laboral e material. O jornalismo é uma forma social de conhecimento com dignidade própria, com um estatuto entre as ciências sociais e humanas modernas prestigiado, porque ousava fazer chegar às pessoas não só informação mas formá-las para “ousar saber” - deste ponto de vista a crise não é exclusiva do jornalismo (atinge escolas, universidades e o todo da esfera pública), mas no jornalismo é mais garve porque atinge o âmago do trabalho concreto destes profissionais.

Responderam à pesquisa jornalistas de 119 concelhos de Portugal, sendo o mais retratado Lisboa, com 27% das respostas. A amostra representa todo o país. O inquérito foi respondido por 48% de mulheres e 52% de homens. Existe nesta amostra uma inversão relativamente ao Censo de 2021 (com 52% de mulheres e 48% de homens), o que está de acordo com uma elevada presença de mulheres na profissão de jornalista. A média de idades é de 44,8 anos (considerando apenas os profissionais abaixo de 65 anos) nos jornalistas que estão no activo. 52% são casados ou vivem em união de facto, 33% são solteiros, 14% são divorciados. 40% não têm filhos e 26% têm um filho, 27% tem dois filhos. A média de filhos é de 1,04, abaixo da média nacional de 1,38 filhos por mulher. O número de filhos por jornalista é o mais baixo das carreiras analisadas pelo OCVT até hoje, nomeadamente com médias de idade mais baixas, como pessoal de voo, condutores do metro e professores: todos estes profissionais têm entre os 1,2 e a média de 1,38.

Do ponto de vista da formação temos quase 80% do sector com formação superior. 20% com bacharelato ou licenciatura pós-Bolonha; 34% com licenciatura pré-Bolonha, 11% com pós-graduação e especialização; 14% com mestrado integrado, 2% com doutoramento e 19% com ensino secundário. 7% estavam, na altura do inquérito, a estudar. Sobre a formação complementar, 59% dizem não ter tido, 12% sim, por iniciativa da empresa, e 29% por iniciativa própria. O Cenjor¹ aparece num total de 124 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior aos 35%. A própria empresa aparece num total de 100 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior a 29%. Respostas referentes à formação superior em universidades aparecem num total de

¹ O Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, ou Cenjor, foi criado através da Portaria n.º 667/86, de 7 de novembro, e resulta de um protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Direção-Geral da Comunicação Social (DGCS), o Sindicato dos Jornalistas, a Associação de Imprensa Diária e, enfim, a Associação da Imprensa Não-Diária (hoje Associação Portuguesa de Imprensa ou API).

65 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior a 18%. 48% dos inquiridos recebeu formação para trabalhar com valências novas e distintas das clássicas. A maioria dos jornalistas possui algum diploma de ensino superior, sendo os mais comuns os bacharelatos ou licenciaturas pós-Bolonha. Isso indica que o sector valoriza a educação e o desenvolvimento profissional para adquirir competências e conhecimentos necessários de forma a destacar-se no seu campo. No entanto, 59% dos entrevistados relataram não ter recebido formação adicional.

Na amostra há 9% dos inquiridos sem trabalhar, uma subamostra de desempregados ou inativos demasiado baixa para extrair conclusões sobre rácios específicos. A maioria dos que estavam sem trabalhar responderam que estavam desempregados, ou (34 pessoas) reformados. A maioria dos inquiridos começou a trabalhar com 24 anos ou menos (71%).

A maioria dos inquiridos tem um contrato sem termo (580 inquiridos), trabalha à peça (53), a termo (56), com avença formal (44) e colaboração informal (24) e depois existe uma multiplicidade de situações, mas com subamostra irrelevante para se retirarem mais conclusões.

Dos jornalistas que responderam, 68% têm a redação como principal local de trabalho habitual, 24% a casa (apenas 1% trabalha em *co-working*/espaços partilhados e 1% têm escritório).

Os dados sobre relações de trabalho destacam a diversidade de acordos de trabalho no sector, tendo a maioria dos entrevistados contratos permanentes, mas com uma proporção significativa trabalhando por encomenda, a prazo fixo, com acordo formal ou em colaboração informal. A maioria dos respondentes afirma não ter outra atividade profissional. Em 33% dos respondentes há contrato coletivo na empresa.

Os horários legais de trabalho mais comuns são 35 e 40 horas, mas a carga real de trabalho exercida aproxima-se muito das 40 horas totais, com uma média de 39,96 horas e uma mediana de 40 horas, o que significa que cerca de 50% dos jornalistas trabalham mais de 40 horas por semana. No período noturno trabalharam em média 15,35 horas com uma mediana de 10 horas, o que significa que cerca de metade dos jornalistas trabalha mais de dez horas por semana em períodos noturnos.

15,1% declaram ser alvo de assédio moral, e a maioria destes (93%) declara ser alvo desse assédio por parte das chefias e/ou patrões, sendo uma parte (7%) por colegas. Cerca de 1,5% declarou ser alvo de assédio sexual. Os respondentes são em pequeno número, o que não permite uma inferência muito rigorosa (a margem de erro anda pelos 0,84% com confiança a 95%), o que permite inferir, mesmo assim, que o número das/dos jornalistas alvo de assédio sexual se situa na casa de 1%. A esmagadora maioria (83%) dos respondentes a esta questão identifica-se com o género feminino.

As funções exercidas (é possível seleccionar mais que uma resposta, obtendo-se mais do que 140 respostas diferentes) mais relevantes são: redator, com 547 respostas; repórter, com 597

respostas; editor, com 252 respostas; coordenador, com 225 respostas; e fotojornalista, com 103 respostas. Sobre os meios em que exercem a profissão destacam-se texto, áudio, fotografia, multimédia e vídeo. Os tipos de conteúdos trabalhados predominantemente são imprensa tradicional, TV/WebTV; jornalismo *online*, rádio/webradio e agência de notícias. Entre o que produzem com maior frequência (Podem seleccionar mais do que uma opção.) estão: notícias (640 dos inquiridos); reportagem (453); entrevista (352), conteúdos *online* (234 dos inquiridos).

A remuneração líquida dos jornalistas respondentes anda, em média, pelos 1225 euros. 2,3% recebem até 300 euros, 2,8%, entre 301 e 500 euros, 7,4%, entre 501 e 700 euros, 31,2%, entre 701 e 1000 euros, 31,1%, entre 1001 e 1500 euros, 17,1%, entre 1501 e 2000 euros, 4,5%, entre 2001 e 2500 euros, 1,6%, entre 2501 e 3000 euros, e os restantes 2% recebem mais de 3000 euros líquidos. É importante notar que o valor da remuneração pode ser influenciado por diversos fatores, como o tipo de trabalho, a localização geográfica, a experiência e a posição na hierarquia. A distribuição das remunerações é bastante desigual, com uma grande percentagem de jornalistas que ganham entre 701 e 1500 euros, a faixa mais preponderante da amostra.

Um terço dos respondentes consideram que há um desequilíbrio ruinoso entre a vida pessoal e a profissional. Uns preocupantes 36% dão conta de que a forma-mercadoria auferida interfere na forma-jornalismo praticada. 45% registam uma influência de “*clickbait*s” ou fenómenos semelhantes na sua prática jornalística. Dos respondentes, 64% são categoricamente contra as propostas de basear as remunerações salariais em índices de popularidade das peças produzidas. Cerca de 88% (entre bastante, moderada e totalmente) queixam-se das interferências de plataformas digitais na produção noticiosa atual. 54% estão inquietos com a precarização da produção jornalística atual. 55% tiveram de alterar peças por ordens superiores na redação. 82% dizem que o ritmo lancinante transformou as rotinas produtivas. 49% admitem ter vivido situações de censura ou autocensura. 52% foram bloqueados no acesso às fontes por autoridades do Estado, mercado ou sociedade civil. 42% relatam ter afrontado preceitos éticos por causa do trabalho. 48% sentem-se inseguros com a sua situação precária. 62% não encontram apoio na resolução de questões éticas no interior das rotinas laborais.

Na amostra estudada, 76% (bastante, moderada e totalmente) acreditam na democracia no trabalho como método de organização. 62% (entre bastante, moderada e totalmente) apoiam as campanhas de formação e comunicação do sindicato. 67% apoiam iniciativas de luta por melhores condições de vida e trabalho pelo sector dos jornalistas. 73% apoiam fundos de greve. 73% apoiam a cláusula de consciência no jornalismo português. 38% apercebem-se de problemas mentais decorrentes do próprio trabalho jornalístico.

A análise da exaustão foi um pontos determinantes deste estudo.

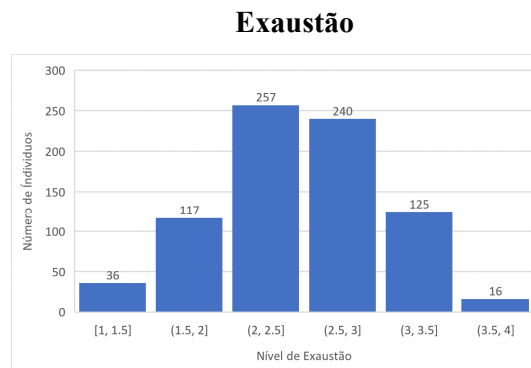


Figura 1: Exaustão

Média	2.522539281
Mediana	2.5
Moda	2.5
Desvio-padrão	0.548338828
Curtose	-0.156778568
Assimetria	-0.121597009

Tabela 1: Exaustão

O primeiro escalão corresponde ao grupo de profissionais com níveis baixos de esgotamento, os profissionais no nível 2 já apresentam alguns sinais de esgotamento, os de nível 3 têm níveis já significativos de esgotamento, agravando-se muito a situação para os profissionais dos níveis 4, 5 e 6. O nível 6 corresponde a índices muito elevados de esgotamento. Podemos afirmar com muita segurança (95% de margem de confiança) que 48% do universo, com margem de erro de 3,2%, têm níveis elevados de esgotamento (níveis 4, 5 e 6), o que é um sintoma preocupante do estado dos jornalistas. Cerca de 18% têm um nível muito elevado e extremamente elevado (aqui com margem de erro menor, de 2,5%) de exaustão emocional. São níveis superiores, por exemplo, aos dos enfermeiros, no estudo publicado em 2022, quando estudámos esta categoria profissional utilizando um questionário de exaustão congénere. Aproximadamente 48% dos jornalistas estarem nos níveis 4, 5 e 6 é um indicador preocupante do seu estado de saúde. Além disso, cerca de 18% apresentam um nível muito elevado de exaustão emocional.

Distanciamento

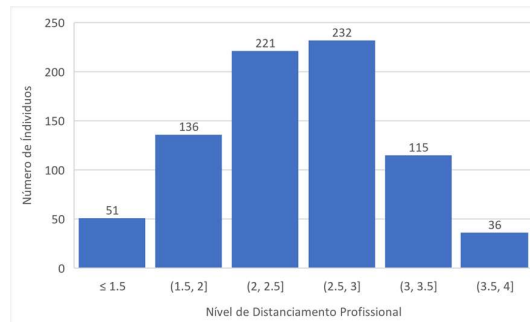


Figura 2: Distanciamento

Média	2.517920354
Mediana	2.5
Moda	2.625
Desvio-padrão	0.614327381
Curtose	-0.368575399
Assimetria	-0.024301295

Tabela 2: Dados estatísticos do distanciamento

Cruzamentos de variáveis

As hipóteses de trabalho são absolutamente fundamentais em qualquer estudo científico. Estas hipóteses podem ou não ter aceitação dentro de margens pré-definidas ou através do cálculo do chamado *valor de probabilidade*, o valor-p (em inglês, *probability value* ou *p-value*), que nos indica a probabilidade de rejeitar a hipótese nula (ou H_0) quando esta é verdadeira.

O objetivo primordial ao testar uma hipótese é obter um valor-p o mais pequeno possível, minimizando este erro. Rejeitar a hipótese H_0 significa que existe associação entre duas variáveis do estudo. Pode ser uma relação causal ou apenas uma associação estatística.

Realizámos testes de independência entre variáveis para verificar associações. A hipótese diferenciadora H_1 é de que existe associação entre variáveis, a hipótese nula H_0 é a hipótese correspondente a que não existe associação entre variáveis.

Os testes realizados foram sempre teste de Chi-quadrado, utilizando para tal tabelas de duplas entradas classificadas pelos escalões em que foram divididas as variáveis nas perguntas de base. Temos, por exemplo, seis escalões de exaustão. Estes são cruzados com os escalões da outra variável a cruzar, como, por exemplo, ter ou não contrato permanente (2 escalões). Os graus de liberdade são sempre dados pelo produto do número de cada escalão menos uma unidade.

No nosso exemplo do esgotamento vs. precariedade, temos $(6-1) \times (2-1) = 5$ graus de liberdade.

Com este dado apresentamos o chamado *p-value*, que nos indica a validade de não haver associação entre as variáveis (de facto é uma probabilidade), um *p-value* muito baixo indica uma probabilidade extremamente baixa de as variáveis não estarem associadas. Rejeitamos a hipótese H_0 de que não há associação entre variáveis quando o *p-value* é abaixo de 0.05 (ou 5%). Isso indica que um erro de tipo I associado à tomada de decisão é menor do que 5%.

Começamos pelo cruzamento entre desgaste e idade:

Temos um *p-value* de 0.065092939 (6.5%), o que indica que existe uma probabilidade elevada de as variáveis serem independentes e, apesar de haver algumas indicações de associação, não podemos ter certeza estatística da mesma, optando, por segurança, por não estabelecer esta associação. Não rejeitamos H_0 .

Distanciamento e idade: o *p-value* é baixíssimo, 8.18353×10^{-09} ($8.2 \times 10^{-07}\%$)

Existe uma associação muito pronunciada entre variáveis, rejeitamos com grande certeza H_0 . Os mais distanciados são os mais idosos.

Desgaste e salário: *p-value* de 0.000231467 (0.0231467%).

Rejeitamos a independência H_0 . Quem recebe menos está mais desgastado.

Desgaste e assédio moral: *p-value* de 6.93242×10^{-30} ($6.93242 \times 10^{-28}\%$).

Rejeitamos H_0 . A associação entre as variáveis é extremamente elevada.

Desgaste e assédio sexual: *p-value* de 0.0311773 (3.1%).

Rejeitamos H_0 . Podemos dizer que existe associação entre variáveis.

Desgaste e conflitos com a hierarquia: *p-value* de 4.03441×10^{-39} ($4.03441 \times 10^{-37}\%$).

Rejeitamos H_0 . Podemos concluir que os conflitos com a hierarquia estão fortemente ligados ao desgaste.

Desgaste e número de filhos: *p-value* de 0.357371918 (35%).

Não rejeitamos H_0 . Não existe associação nem sinais da mesma, as amostras são independentes e não se verifica a hipótese diferenciadora.

Desgaste e horas semanais: *p-value* de 0.138909156 (14%).

Não rejeitamos H_0 . Não existe associação, as amostras são independentes e não se verifica a hipótese diferenciadora.

Desgaste e horas semanais feminino: *p-value* de 0.173718603 (17%).

Não rejeitamos H_0 . Não existe associação, as amostras são independentes e não se verifica a hipótese diferenciadora.

Desgaste e horas semanais masculino: 0.835691836 (83%).

Não rejeitamos H_0 . Podemos mesmo concluir com grande certeza que as variáveis são independentes.

Desgaste e doença profissional: *p-value* de 3.41524×10^{-05} (0.003%).

Rejeitamos H_0 . Podemos concluir que doença profissional está fortemente ligada ao desgaste.

Desgaste e contrato com/sem termo: *p-value* de 0.018831182 (1,88%).

Rejeitamos H_0 . Podemos concluir que contrato sem termo está ligado ao desgaste.

Desgaste e sexo: *p-value* de 1.24253×10^{-06} ($1.24253 \times 10^{-04}\%$)

Rejeitamos H_0 . Existe forte associação e as mulheres estão, claramente, mais desgastadas.

Desgaste e ameaça de desemprego: *p-value* de 5.21405×10^{-34} ($5.21405 \times 10^{-32}\%$).

Rejeitamos H_0 . Existe uma ligação extremamente forte entre as variáveis.

Qualificação académica e desgaste: *p-value* de 0.70156931 (70%).

Não rejeitamos H_0 . Não há associação entre as variáveis, i.e., a probabilidade de estarmos a cometer um erro ao rejeitar H_0 (e assim associar as variáveis) é de 70%.

Comparação com outros sectores profissionais

Categoria profissional	Índice comparável (1 a 7)	Escala de 0 a 100
Professores	3.56	42.6
Estivadores	4.28	54.7
Pessoal de voo	4.04	50.7
Maq. Metropolitano	3.88	48.0
Maq. Comboio	3.65	44.2
Técnicos Man. Aérea	3.57	42.8
Enfermeiros	3.42	40.3
Jornalistas	3.44	40.7
Oficiais de Justiça	4.35	55.8

Tabela 3. Comparação entre diferentes níveis de esgotamento entre profissões. Índice acima de 3 é preocupante.

Ao longo dos anos temos estudado diversas profissões. Os valores observados de esgotamento emocional nivelados num índice comparável entre 1 e 7 podem ser observados na tabela 33.

Qualquer índice acima de 3 denota que a classe profissional padece de níveis preocupantes de esgotamento emocional, com cerca de um terço dos profissionais a um nível elevado e com sinais de esgotamento em mais de 40% dos profissionais. Acima de 3,4 pontos temos mais de 40% dos profissionais com níveis preocupantes de esgotamento e com, pelo menos, 50% dos profissionais com sinais de esgotamento.

Na escala de 100 pontos, os níveis correspondentes são 33,3 e 40 pontos. A conclusão que se tira é de que os jornalistas estão precisamente na situação acima de 3,4 pontos.

Outra conclusão que se tira é de que todas as profissões estudadas estão com sinais elevados de esgotamento emocional.

Da análise dos resultados resulta que os jornalistas que apresentam mais baixos rendimentos ligados ao jornalismo, tipicamente abaixo do salário mínimo nacional, são ou *freelancers* com mais do que uma atividade ou têm outras atividades mais bem remuneradas. A segunda profissão mais indicada é a docência ou a formação: 45% (22 em 49) e 26,5% (13 em 49) têm uma segunda atividade jornalística (por exemplo, correspondente ou jornalista à peça noutro órgão). No entanto, os números apresentados nestas categorias são baixos e não se podem tirar conclusões estatísticas robustas nem inferências válidas.

A média de idades das mulheres jornalistas é de 42,3 anos e a mediana é de 39,5 anos; a média de idade dos homens jornalistas é de 47 anos e a mediana é de 49,5 anos.

O trabalho noturno está muito distribuído pela amostra, e a esmagadora maioria dos jornalistas realiza algum tipo de trabalho noturno. Assim, apenas 19,5% não fizeram qualquer hora de trabalho noturno no mês anterior a responderem ao inquérito.

Os que fizeram um número igual ou superior a 10 horas foram 48,8% dos respondentes no ativo.

Dividiram-se, entre outras classes mais pequenas que não mencionamos, em:

1. 19 dos 29 jornalistas de agência fazem trabalho noturno (cc 65,5%);
2. dos 168 jornalistas da imprensa tradicional, 142 fazem trabalho noturno (84,5%);
3. dos 103 jornalistas do *online*, plataformas e aplicações, 76 fazem trabalho noturno (73,8%);
4. dos 48 jornalistas de rádio, 42 fazem trabalho noturno (87,5%);
5. dos 42 respondentes de televisão, apenas 11 fazem trabalho noturno (26,2%).

Todavia, as amostras parcelares são escassas para se poderem tirar mais inferências sobre as diferentes subcategorias dentro dos jornalistas.

A atividade de jornalista: um pêndulo que oscila entre “ocupação” e “profissão”

Na perspetiva da sociologia das profissões é preconizado que existe uma clara diferença entre profissões e ocupações. Esta discussão surge no quadro das teorias sociológicas funcionalistas, particularmente nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XX. Na Europa esta disciplina foi praticamente ignorada até ao início da década de 1980, sendo a partir de então “redescoberta” por novos autores ou novas formas de abordagem, com novos conceitos e modelos analíticos (Rodrigues, 1997). Trata-se de uma espécie de revisionismo – no interior da “velha” sociologia das profissões – que contrapõe ao funcionalismo uma série de contributos marxistas, weberianos e outros.

A partir deste horizonte, aquilo que caracteriza uma profissão passa por aspetos como: níveis elevados de prestígio, poder, autonomia; possuir certos privilégios económico-simbólicos e deter saberes/conhecimentos exclusivos (valorizados socialmente e que conferem uma certa aura²); ser

² O efeito de “aura”, estudado na área da psicologia comportamental, não se aplica apenas a aspetos individuais. Pode também ser observado em situações coletivas, como é o caso das profissões. O efeito de aura é um viés cognitivo que nos faz representar o mundo de uma forma bastante mais coerente do que ele é na realidade (Kahneman, 2012). Se gostamos de um determinado aspeto de uma profissão (por exemplo,

detentor de credenciais/qualificações específicas (nomeadamente formação de nível superior) que lhes permite aceder a determinada atividade (excluindo quem não as detém, os designados leigos, “curiosos” ou charlatães); ver reconhecida formalmente pelo Estado a jurisdição sobre determinado campo de atuação; controlar a entrada de novos membros, por exemplo através de ordens profissionais (controlo colegial por pares) e vigilância sobre os desempenhos e papéis sociais dos membros da profissão; construir um código de ética e deontologia profissional aplicável a todos os membros; ou ainda, a importância de um serviço prestado à sociedade (importância social da profissão), bem como a responsabilização dos seus membros por eventuais falhas, promovendo a confiança no desempenho e evitando práticas de “amadorismo”. Estes são alguns dos principais fatores que moldam uma profissão. Por oposição a estas tipologias, as demais atividades que não detinham prerrogativas e cânones como este eram caracterizadas como ocupações (Areosa, 2018).

Regra geral, as ocupações pretendem transformar-se em profissões recorrendo a determinadas estratégias que visam essa finalidade específica. Os processos de profissionalização das ocupações surgem como uma tentativa de ruturas com as práticas “amadoras” de trabalho. São modos de afirmação socio-simbólicos que podem passar por mudanças políticas, sociais, culturais, técnicas, tecnológicas ou organizacionais. O aumento dos níveis de qualificação é, talvez, a principal característica atribuída aos processos de profissionalização (Hughes, 1958).

Considerando o manancial teórico e empírico da área, pode conceber-se a atividade de jornalista, em Portugal, a partir de três grandes fases ou momentos: i) os primórdios enquanto ocupação indiferenciada; ii) a órbita, subtilmente ascendente, semiprofissional em ato; e iii) o atual processo de desprofissionalização / proletarização já exponencial.

Num primeiro e longo período, dos seus primórdios modernos até ao último quartel do século XX, o jornalismo poderia ser considerado como uma ocupação. Segundo os principais pressupostos da sociologia das profissões, esta atividade não possuía as características de uma verdadeira profissão. Vejamos qual era a posição, em 1964, do jornalista Mário de Matos Lemos sobre como era efetuada

associamos com facilidade que os médicos cuidam da nossa saúde), tendemos a ver de forma positiva todos os outros aspetos dessa profissão. É esta a essência do chamado “efeito de aura” (Areosa, 2018). Também podemos reportar-nos à noção de “aura” tal como debatida no interior dos estudos culturais, particularmente no que Walter Benjamin designou como a presentificação de um “aqui e agora” típico da era pré-reprodutibilidade técnica da obra de arte. Por analogia, a “profissão” seria neste caso o mais próximo daqueles atributos adjudicados ao carácter único e irrepetível de uma obra de artes plásticas, em comparação com o industrialismo e serialismo, por exemplo, da música fonográfica (discos), que faria as vezes, nesta comparação, com a natureza da “ocupação”. O ofício de um mestre artesão e o labor de um operário industrial, por contraste, dão bem a medida do que aqui referimos.

a seleção de trabalhadores para as redações:

O recrutamento para as redações dos jornais é feito no estilo do rapazinho que não quis ou não pôde acabar o curso dos liceus ou superior. Surgem, assim, nas redações um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que escrever, geralmente em mau português, e mais nada lhes pedem (cit. em Fidalgo, 2006: 127).

Naturalmente que esta visão, associada a um certo “amadorismo”, seria um fator de desprestígio para a atividade de jornalista, uma questão a colmatar, caso se pretendesse oferecer um novo *status* aos membros que desempenham esta função. Foi precisamente este pensamento que esteve na base da passagem para o segundo momento da trajetória de trabalho dos jornalistas em Portugal. Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, entre a revolução social e a entrada na União Europeia, começaram a surgir os cursos regulares de jornalismo, incluindo os de nível superior. Mas este movimento não é exclusivamente português. Neste caso, o primeiro curso superior foi de Comunicação Social (final da década de 1970) e, um pouco mais tarde, surgiu a primeira licenciatura em Jornalismo (meados da década de 1980). Esta formação de nível superior, entre outros fatores que envolvem a reestruturação produtiva e uma nova etapa dos regimes de acumulação, permitiu prestigiar a atividade e transformar a percepção pública sobre a importância da profissão.

Foi então que se materializou, em Portugal, um processo de semiprofissionalização e/ou “profissionalização em construção” – uma espécie de profissionalização falhada ou inacabada, tendo em vista que a mesma nunca logrou constituir-se propriamente numa profissão. A profissionalização é sempre um processo complexo. Entre outros aspetos, passa pela construção de uma identidade coletiva e de uma identificação individual com a atividade (o designado “amor” à profissão que, juntos, dão algum sentido de pertença).

A definição da condição de jornalista constitui, desde sempre, um enorme desafio. O jornalismo apresenta certamente um ethos específico, em que valores como independência, autonomia, credibilidade ou objetividade compõem o quadro normativo e ideológico a partir do qual os jornalistas interpretam o seu ofício e o distinguem dos outros (Schudson, 1978; Tuchman, 2009 [1978]; Golding, Elliot, 1979; Schiller, 1981; Deuze, 2005; Camponez, 2011). Porém, é importante realçar que estes valores não se encontram estritamente ligados a uma conceção profissional do jornalismo, podendo constituir a base conceptual de uma comunidade interpretativa, isto é, a partilha de um sentido comum em torno da atividade derivada das interpretações coletivas sobre histórias passadas (Zelizer, 2000; Traquina, 2004).

Ao mesmo tempo, fatores como a insegurança no emprego ou a reduzida carga salarial vêm condicionar a sua independência e autonomia. *Assim, e analisando-o à luz da sociologia das profissões, o jornalismo poderá ser encarado como uma semi-profissão ou uma profissão inacabada, não preenchendo os critérios mínimos de qualificação* (Fidalgo, 2008: 67). A sua definição, como realça Rémy Rieffel, acaba por redundar numa tautologia: “é jornalista quem exerce o jornalismo” (Matos, 2017, p.30, itálicos nossos).

Os critérios de “qualificação” envolveriam certificação formal (grau, título e diploma) do saber científico e/ou do fazer técnico relacionados, a autonomia intelectual e moral nos processos decisórios sobre os conteúdos e as formas para a realização do processo de produção, algum tipo de autorregulação e/ou ensimesmamento “de nicho” no acesso ao mercado de trabalho particular e orientação da atividade para a resolução de problemas. A “qualificação” (ou “competência”), tema antigo e controverso na sociologia do trabalho, assume um viés mais “positivo” no giro realizado na ótica da sociologia das profissões.

Segundo Freidson (2001), o principal indicador na definição da atividade enquanto profissão, comparativamente com as outras ocupações, é a sua autonomia, isto é, a sua capacidade e poder para definir a forma como o trabalho deve ser realizado. Por sua vez, Parsons (1984) acentua a tónica das motivações altruístas das profissões e a sua função social nobre, em detrimento dos meros benefícios económicos que a sua atividade normalmente oferece. As práticas profissionais devem ter uma espécie de neutralidade afetiva, por oposição a outro tipo de relações, nomeadamente familiares ou religiosas. As profissões caracterizam-se pela execução de tarefas que são valorizadas socialmente, deixando para as ocupações o trabalho “sujo” que os profissionais não querem executar. Isto é, na divisão social do trabalho há uma separação entre funções essenciais (sagradas) e funções secundárias (profanas).

É pertinente lembrar que as instituições de ensino superior são entidades que atribuem licenças para trabalhar numa determinada atividade, estabelecendo a distinção entre os verdadeiros profissionais e os leigos (Rodrigues, 1997). As profissões são, em parte, mercados de trabalho fechados para quem não possui os requisitos de acesso ao seu desempenho (Larson; 1977; Areosa, 2018).

A terceira e última fase supramencionada da atividade de jornalista é a situação atual que se caracteriza por uma certa tendência para a desprofissionalização ou proletarização. Por outras palavras, a profissão de jornalista vive uma trajetória descendente, entre o final da década de 1990 e a primeira década do século XXI. Os fatores que explicam este fenómeno são muito diversificados,

mas passam em grande medida pela perda progressiva de autonomia profissional e pela precarização no trabalho e nas relações laborais.

Segundo alguns autores (Dubar, 1997; Rodrigues, 2017), a desprofissionalização dos grupos profissionais passa por fases muito distintas. Numa primeira fase, os clientes/consumidores tornaram-se menos passivos, apresentando maiores expectativas de participação no trabalho dos profissionais. A este facto não é alheio o aumento generalizado da escolarização dos diversos agentes sociais que, sendo detentores de melhores níveis de informação, pretendem “intervir” no trabalho dos profissionais. A codificação crescente do conhecimento e da informação provoca alguma erosão nos saberes. A rotinização das atividades profissionais pode surgir como um dos principais mecanismos que contribui para a desprofissionalização e proletarização, devido à desvalorização e à perda de confiança nos serviços profissionais por parte dos clientes/consumidores.

A padronização de tarefas, codificação das práticas profissionais, a precarização e a diminuição da autonomia são as prerrogativas normalmente referenciadas nas teses da desprofissionalização. Estes fatores vão afetando, erosivamente, os monopólios dos saberes e do conhecimento especializado dos profissionais (Areosa, 2018). A perda do monopólio dos conhecimentos está, em parte, materializada no aparecimento e no uso de novas tecnologias. Este facto veio tornar os saberes em modelos padronizados, o que originou confrontos e ataques cerrados à hegemonia das credenciais dos profissionais. As redes sociais ou a inteligência artificial, nomeadamente o recente ChatGPT, abriram inúmeras vulnerabilidades na profissão de jornalista, ou seja, na sua função “exclusiva” de informar e processar a informação.

Outro aspeto marcante para a desvalorização laboral são as técnicas de gestão utilizadas nas organizações. Cada vez mais, essas práticas gestionárias afetam negativamente os profissionais, incluindo a atividade de jornalista. A gestão coloca muitos trabalhadores numa espécie de luta de todos contra todos. A cooperação cede lugar à concorrência. A solidariedade e a interajuda estão cada vez mais frágeis. As múltiplas pressões exercidas sobre a produção de notícias invadem constantemente todos os patamares e dimensões desta atividade laboral. Deste modo, podemos afirmar que as empresas atuais são sistemas de condensação psicossocial que transformam compulsivamente as energias vitais dos trabalhadores numa mercadoria especial, a força de trabalho, aumentando a pressão e as ditas “metas” a serem alcançadas (muitas delas claramente inalcançáveis).

Para finalizar, é importante não esquecer que a atividade de jornalista, em Portugal, desempenha um papel fundamental no conjunto da sociedade, pois é responsável por informar, investigar e transmitir notícias e eventos relevantes aos cidadãos. Ao longo dos anos, os jornalistas têm desempenhado um

papel crucial na defesa da liberdade de expressão e no fomento de uma esfera pública. Estes profissionais atuam como mediadores entre o público e os eventos que ocorrem no país e no mundo. No entanto, a profissão de jornalista enfrenta vários desafios e transformações na contemporaneidade (Fidalgo, 2006). Com o avanço da tecnologia e a massificação da internet, o modelo de negócio tradicional dos meios de comunicação tem sido profundamente afetado. A digitalização e a democratização da informação possibilitaram o surgimento de novas formas de informação, como os blogues e as redes sociais, o que levou a uma maior diversificação e a uma concorrência mais acirrada.

Além disso, a crescente pressão comercial e a procura por aumentar as audiências têm levantado questões éticas e de integridade na atividade. A imprensa sensacionalista e a corrida por notícias impactantes muitas vezes comprometem a qualidade e a objetividade da informação. Este aspeto, associado à desprofissionalização, também contribuiu para a perda de prestígio. Os jornalistas são constantemente desafiados a equilibrar a indagação da verdade com as pressões comerciais e políticas. Esta questão foi amplamente debatida, por exemplo, durante a realização efetiva dos grupos focais voluntários de análise coletiva do trabalho que integram a presente investigação social.

A relação entre jornalistas e fontes de informação também é um aspeto importante a ser considerado. Os jornalistas dependem de fontes fiáveis e acessíveis para obter informações precisas e relevantes. No entanto, a dependência excessiva de fontes oficiais e a falta de diversidade na seleção das fontes podem comprometer a independência e a pluralidade do jornalismo. É ainda essencial destacar a importância do jornalismo de investigação e do papel dos jornalistas como escrutínio do poder. Através da investigação jornalística, muitos escândalos e abusos têm sido expostos, contribuindo para uma maior transparência e justiça na sociedade. Em suma, apesar dos múltiplos ataques supramencionados à atividade dos jornalistas, ela desempenha um papel crucial nas dinâmicas sociais. Mesmo contando com todos os dilemas e desafios enfrentados, os jornalistas continuam a desempenhar um papel fundamental na busca da verdade, no horizonte da democracia e na promoção de uma sociedade mais justa. Este papel vê-se enredado, porém, na lógica da subsunção real do jornalismo neoliberal (aquilo a que o conselho editorial do *Le Monde Diplomatique* chamou “jornalismo voltado para o mercado” e, de modo mais amplo, apodou de “pensamento único”, razão neoliberal) à forma-mercadoria (economia) e, já várias vezes, à própria razão de Estado (política). Os jornalistas profissionais, porém, são agentes e não meros apêndices de máquinas.

Bibliografia

AREOSA, João (2018). Imagem como profissão - A radiologia enquanto revolução na arte de fazer medicina. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas.

AREOSA, João (2022). Os efeitos iatrogênicos das técnicas de gestão. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 25, 1-17.

DUBAR, Claude (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

FIDALGO, Joaquim (2006). O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

FREIDSON, Eliot (2001). *Professionalism: the third logic*. Chicago: University of Chicago Press.

HUGHES, Everett (1958). *Men and their work*. Glencoe: The Free Press.

KAHNEMAN, Daniel (2012). *Pensar depressa e devagar*. Lisboa: Temas e Debates.

LARSON, Magali S. (1977). *The rise of professionalism. A sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.

PARSONS, Talcott (1984). *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (2017). As profissões e o interesse público. In Luísa Veloso *et al.* (Org.), *Anarquismo, trabalho e sociedade*. Coimbra: Almedina, pp. 357-383.

Sentido do trabalho dos jornalistas

O sentido efetivo do trabalho dos jornalistas tem-se transformado ao longo destas décadas de modo concomitante às mudanças ocorridas não só nos diferentes modelos de produção, mas, e principalmente, no interior das relações de trabalho. O conteúdo real do trabalho realizado pelos jornalistas foi constantemente reconvertido, numa brutal aceleração e fragmentação do próprio *métier* típico do jornalismo informativo moderno.

A centralidade do trabalho vivo é um dos pressupostos de que partimos para inquirir o trabalho concreto dos jornalistas, sobretudo a partir do seu sentido efetivo e conteúdo real. Segundo Christophe Dejours, o sofrimento faz parte do próprio real do trabalho, isto é, do choque com o labor realmente

existente aduz-se amiúde algum tipo de frustração e padecimento, não em sentido patológico, mas como parte de um processo. Já o prazer, a alegria e a gratificação viriam de forma desfasada, seja no reconhecimento atribuído ao produto final deste (para além do salário), seja pelo próprio sentido que adjudicamos ao labor realizado, como processo em curso e ato fundador.

De acordo com Dejours (1992, p. 52), o sofrimento patológico inicia-se quando a relação entre o indivíduo e a organização do trabalho está interdita: quando o trabalhador atingiu o ápice (como é dito no senso comum, “o limite”, “não aguentar mais”, etc.) das suas faculdades intelectuais e morais, psíquicas e afetivas, aprendizagens do/no trabalho e adaptações aos seus métodos e conteúdos. Porque para além das “prescrições” e normativas vigentes (“o trabalho prescrito”, segundo a ergologia de origem francesa) a respeito de um sector sociolaboral em constante metamorfose, encontra-se o “trabalho real”, que é o que se verifica em várias redações, estúdios, plataformas ou arranjos produtivos e órgãos autónomos para e do jornalismo.

Mas que seria então o prazer (e o sofrimento) no trabalho especificamente jornalístico? O que é que este novo tipo de trabalhador-jornalista percebe em termos de bem-estar e mal-estar laboral? O que é que faz (e não faz) sentido na atividade-fim do jornalismo?

As diversas peças jornalísticas (impressas, televisivas, etc.) são produzidas de forma absolutamente diferente de há cerca de um quarto de século. A condensação do tempo e do espaço, redimensionados pela ciência, tecnologia e inovação aplicadas à comunicação e à informação foram absorvidos pelos próprios processos, de modo a interditar e reconfigurar os tempos propícios à reflexão crítica, ao processo de apuramento dos factos e à pesquisa inerente ao trabalho jornalístico, este, enquanto tal, sobretudo coletivo.

O espaço, por sua vez, foi reduzido e diversificou-se, transformando as antigas redações – que estavam ligadas a parques editoriais, juntando jornalistas, distribuidores e tipógrafos (que outrora era uma só função, o que significa controlo sobre o processo de trabalho e expropriação de um saber), por exemplo, em pequenos núcleos de produção que podem ser instalados com a simples condição do provimento de meios informáticos pessoais portáteis e ligação em rede de banda larga. O jornalismo online, o mal chamado “jornalismo em tempo real”, os blogues e portais e as plataformas digitais das redes sociais são inovações concretas nas rotinas produtivas. O que representarão, enfim, estas transmutações em termos de perfis socioprofissionais dos jornalistas e formas de relação com o trabalho? Como se organiza a vida destes trabalhadores no trabalho e fora dele? O que pensarão sobre o próprio trabalho e sobre o jornalismo estes novos sujeitos em presença? O sentido e o conteúdo do trabalho real deste novo jornalismo informativo está em causa.

A consciência autoadjudicada que a atividade tem para os jornalistas permitirá que suportem

aguras do trabalho como precariedade na contratação, longas jornadas, pressão constante, adoecimento intermitente, dificuldades para a produção de notícias, entre muitas outras, e logrem obter prazer e autorrealização no exercício da atividade? O mito fundador – no sentido não de uma ilusão ideológica ou falsa consciência, mas tal como o concebera Georges Sorel, um ideário e imaginário que impele à atividade e não à contemplação – da imagem típica do trabalhador-jornalista bastaria para esta nova era? Como sentem, pensam e vivem o próprio trabalho, como se veem como profissão, como compreendem o serviço que prestam à sociedade e que pensam sobre o público são perguntas norteadoras que devem dirigir todas as etapas da nossa pesquisa-ação.

Os desafios e dilemas que os sujeitos jornalistas enfrentam no desempenho da sua atividade profissional não são menores: trabalho precarizado, baixos salários, extensas jornadas de trabalho e uma sobrecarga laboral multitarefas, exigências de atualização constante no uso do instrumental tecnológico – da pré-investigação à pós-edição –, a própria noção de polivalência-politecnia e/ou de “descritores de competências” que possibilitam a intervenção multimodal. Mas por detrás destas várias aparências técnicas há uma série de relações sociais que se impõem. Talvez o maior repto seja justamente o mais clássico deles todos: os nexos jornalísticos, *per se*, de seleção, análise, compreensão e explicação nas atividades de inquérito, entrevista, reportagem e/ou exposição jornalística exigem-nos que pensemos uma das mais elementares caracterizações do campo: a sua profunda elevação moral-intelectual, o extenso compromisso com um projeto ético-político e a fundamentação teórico-metodológica – historicista e humanista – firmada no sentido mais íntegro face à busca da verdade.

O jornalismo é uma forma social de conhecimento. Trata-se de uma forma peculiar, distinta e complementar a outras como, por exemplo, as ciências ou as artes, que tem como fulcro o efetivo desvelamento do quotidiano. São parte deste labor tipicamente intelectual o “ousar saber” para além da factualidade muda – qualquer forma social de conhecimento seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência do estado de coisas que se manifesta no quotidiano. Porém, o contacto com o “senso comum” das maiorias é fundamental, como ponto de partida, para ir além do fenómeno contingente. O real do trabalho, no caso desta categoria socioprofissional, confunde-se com o trabalho do real. O contributo da missão pública do jornalismo, enquanto tal, remonta ao clássico ideal iluminista de esclarecer os cidadãos.

O trabalho é uma protoforma vital de todo o complexo social, sendo a mediação elementar entre o homem e a realidade objetiva. Desse modo, “a realidade social deve ser entendida como uma totalidade concreta, como transformação da possibilidade e probabilidade em liberdade, através da geração e da superação permanentes de novas necessidades, por meio do trabalho” (Genro Filho,

2012, p. 195). A práxis noticiosa ou o trabalho jornalístico, porém, não operam no vazio. As mudanças no mundo do trabalho modificaram a dinâmica dos jornalistas, o seu sentido de pertença e também a sua rotina produtiva. O jornalista é parte da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1999), pois, embora sob uma nova morfologia, o redator júnior ou o editor-chefe, por exemplo, efetuam determinados tipos de trabalho inseridos na divisão sociotécnica do trabalho, tipicamente mercantil, e parte da reprodução ampliada do capital global. O desenvolvimento técnico-científico das forças de produção evoluiu até ao ponto em que uma parte substancial da força de trabalho está cingida ao labor de produção ou processamento de dados e informação. Com grande rapidez e baixos custos, a tecnologia informática permitiu gerar novos fluxos de comunicação e informação a níveis inauditos. Mas isso não elimina o aspecto central de uma forma social com centro na singularidade:

o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo da sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados (...) pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a sua significação (...).” (Genro Filho, 2012, p. 205)

A suspensão do quotidiano no interior do jornalismo envolveria então o que Sylvia Moretzshon apodou como o “pensar contra os factos” (2007), que questione o processo de naturalização próprio ao “senso comum”, anteriormente referido. O qual, no mais das vezes, apenas se limita a observar o mundo como um fenómeno, e não como processo, o que só pode aduzir para reproduzir o estado das coisas tal qual se apresentam.

A singularidade “coisificada” – ampliada nas redes sociais e *media* digitais – tem alterado a genealogia da mais-valia na mercadoria-notícia, escusando contínuas reestruturações no trabalho dos jornalistas, precarizando ainda mais a rotina produtiva dos trabalhadores-tipo da realidade e reconfigurando níveis de autoalienação desses novos sujeitos. Os despedimentos coletivos e reduções de pessoal são a toada típica da expressão da batalha realizada entre os proprietários, acionistas e gestores, por um lado, e os redatores, repórteres e editores, de outro. Trata-se de uma questão estrutural.

Na nova era digitalizada da AI – uma novíssima verdadeira governança pelo algoritmo – a técnica torna-se justificação para um super-excedente de trabalho, em que o desemprego estrutural se revela como parte de uma dinâmica em que um amplo exército de reserva jornalístico produz a margem para o eterno retorno do trabalho barato – os dados da precariedade laboral e da insegurança estrutural, neste inquérito, confirmam-no. Muito embora a generalização da imediatez (isto é, a ausência, justamente, da atividade de mediação que deve caracterizar o labor especificamente

jornalístico) dos influxos noticiosos entificados sublime nexos deste novo capitalismo manipulatório, administrado ou tardio, a anulação total da crítica não pode ter lugar, visto que as contradições fundamentais se avolumam num sorvedouro sem fim. Contudo, o jornalismo como forma social de conhecimento, típica do Iluminismo, nunca fez tanta falta no mundo. Mas não podemos adjudicar o fardo de toda a decadência ideológica aos ombros doídos da forma-jornalismo. Toda a atividade intelectual – da academia às editoras – bem como searas centrais da sua reprodução social, da educação escolar ao ensino universitário, tem auxiliado – e negativamente – o declínio da esfera pública como tal. Trata-se de uma luta sem quartel no interior dos novos espaços informativos, claro, mas não pode se restringir aos mesmos. O jornalismo em crise pode vir a ser uma atividade vital de superação das contradições geradas dentro de tal ordem sociometabólica? Não sem algum tipo de catarse deste novo sujeito-jornalista.

A perspectiva de retroalimentar a indústria cultural 4.0, sem qualquer intervenção no interior do aparelho produtivo, não é auspiciosa. Com a queda de receitas da maior parte das empresas de comunicação, os conglomerados corporativos a que pertencem têm pressionado as redações no sentido da chamada “*lean production*” e para cortarem custos, despedindo, assim, os jornalistas mais experientes (e com os salários mais elevados), substituindo-os por precários. De 2012 a 2017, por exemplo, o jornal *Público* já passou por três despedimentos coletivos. No Grupo Impresa, em 2013, teve lugar um outro. No Grupo Controlinveste, responsável pelo *Diário de Notícias*, tais procedimentos são já recorrentes, o que acarretou que este jornal não tivesse sequer versão impressa até 2020. Esta macabra dinâmica disruptiva tem consequências diretas na qualidade do jornalismo – é impossível negar as evidências de que este jornalismo perdeu, não só em *quantum*, mas em *qualis*. Com menos pessoas para um volume equivalente de carga de trabalho, muitas vezes os jornalistas não têm o tempo necessário para fazer um trabalho de investigação mais profundo, ou para refletirem sobre aquilo que estarão a produzir – o número de peças feitas, em resposta no inquérito, sustenta o pior cenário.

Porém, este círculo vicioso não se restringe ao jornalismo. A crise do jornalismo não pode ser colmatada por receitas publicitárias ou subsídios estatais. O desinteresse da população para com assuntos trans-individuais e para além dos seus *milieux* mais imediatos, bem como a enorme falta de qualidade e de autonomia dos meios de comunicação social não passaram incólumes. Em sociedades humanas colonizadas pelo tempo abstrato do trabalho mercantilizado, que domina toda a vida das pessoas, onde impera o “reino da necessidade” e as jornadas são cada vez mais extensas, é difícilimo ter lugar não só para a informação jornalística e o debate público, mas igualmente para a arte e a ciência, a amizade e o amor, a grande política e os interesses coletivos em geral. O cultivo da leitura,

a circulação de notícias credíveis e de qualidade e o estímulo ao debate político não podem florir sem ampliar, efetivamente, o “reino da liberdade”.

As escolas e universidades, recentemente, no pós-pandemia, passaram por novas contrarreformas. Há bem pouco, dois enunciados convulsionaram todo o campo da educação em Portugal. O primeiro veio sob a forma de uma entrevista ao *Expresso*, onde o ex-ministro do Ensino Superior dizia que “os estudantes precisam de passar menos horas a ouvir o professor e mais horas a participar”, e defendeu que as universidades deveriam avançar já para um modelo de ensino “mais ‘ativo’, com menos horas de aulas e mais atividades práticas, baseadas no ‘desenvolvimento de projetos’”. O segundo, assumiu a forma do Despacho n.º 6605-A/2021, do ex-secretário de Estado da Educação, novo ministro da Educação. Trata-se, portanto, de uma entrevista que opugna o estatuto das aulas magistrais, na formação universitária, e um despacho legislativo que promulga a primazia das chamadas “aprendizagens essenciais”, na nova educação escolar. São atos ilocutórios profundamente coerentes entre si, que demonstram não só uma explícita coesão entre as conceções da educação escolar e/ou do ensino universitário em Portugal, mas que constituem uma autêntica impostação programática unificada contra os fundamentos da educação em todos os níveis. Isto é, contra o conceito clássico de conhecimentos.

É impossível questionar, debater e inquirir assuntos relacionados com a política, o jornalismo e/ou a sociedade sem sólidos currículos científicos, culturais, filosóficos e artísticos. Que indivíduos está a escola e a universidade a formar? Que papel estas mesmas terão na formação dos cidadãos? Estão efetivamente a cumpri-lo? Não é possível fomentar a crítica e a reflexão com um sistema científico todo ele baseado em trabalho precário, ou numa escola subfinanciada e desmoralizada. As escolas e universidades podem e devem ser mais do que isso – não só com literacia mediática no ensino secundário ou licenciaturas de jornalismo no sistema universitário. Não pode haver democracia substantiva se o ensino não mitiga as desigualdades sociais.

O Sindicato dos Jornalistas, contudo, tem apresentado propostas que passam pelo erário público, mas de outro modo: criação de bolsas de apoio a jornalistas, apoios estatais a projetos independentes de *media* críticos, dedução em sede de impostos de parte ou a totalidade dos gastos com assinaturas jornalísticas, atribuição de cheques-*vouchers* para financiar jornais da escolha dos cidadãos, campanhas públicas de sensibilização sobre a importância do jornalismo, eliminação de impostos sobre valor acrescentado em assinaturas tradicionais ou eletrónicas, condicionar o registo de órgãos de informação à constituição de conselhos de redação, responsabilizar as grandes multinacionais – tal como a Google e o Facebook – pela utilização de conteúdos que não lhes pertencem e uma maior fiscalização de plataformas que difundam conteúdos falsos, bem como um

reforço do orçamento da Agência Lusa e da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) para que assegurem um serviço público de qualidade e possam contratar novos jornalistas, acabando com as situações de precariedade, provadas, nas duas companhias. À exceção da última delas em que, diretamente, existe uma aposta estratégica no núcleo de um jornalismo como bem comum, missão pública e garante da ordem constitucional moderna, parece-nos que se trata de uma tentativa de parcerias público-privadas que monetizam o serviço jornalístico, tentando uma passagem da esfera do mercado para o Estado ou basicamente aventam a possibilidade aparente da regulação social do capital. Tais artifícios não alteram estruturas e práticas dos sentidos e conteúdos do jornalismo. Não tocam nos processos de produção ou nas relações de trabalho. Isto é, não alteram significativamente o real do trabalho do trabalho do real. Não pode haver debate sobre o jornalismo em crise se não inquirirmos o que deve ser.

Uma grande transformação teve lugar na produção, distribuição, circulação e consumo de informação jornalística. Segundo muitos autores, afigurar-se-ia como um fenómeno difuso e fluido, que percorre estreitos cada vez mais retificados, mais do que um só produto uno e coeso assente numa manufatura do consentimento (Herman & Chomsky, 1988), da consciência (Enzesberger, 2003) e do superimaginário (Bucci, 2020). O regime fordista de acumulação, que mimetizava a grande indústria da modernidade do capital, foi alterado e a própria prática jornalística necessitou de uma recauchutagem. A nova lógica da produção em linha é lançar a informação em estado bruto ou, às vezes, aproximativo e, então, “corrigi-la, modificá-la ou enriquecê-la incessantemente”, a cada hora, a cada instante ou em “tempo real”, como disseram Ramonet, Moretzshon e Accardo. Não por acaso a tríade da “desmercantilização, democratização e desalienação” é de tal modo essencial a qualquer intento de boa fé de restituir uma fibra moral ao jornalismo.

Em ambientes de trabalho mais democratizados ou cooperantes, socialmente criadores e dirigidos por compromissos ético-políticos – na verdade, a remissão a valores que de algum modo circulam nos discursos, mas estão ausentes das práticas –, em que há o desenho de uma carreira e qualificação para o trabalho compatíveis com o viés do saber jornalístico, responsabilizado com pressupostos da esfera pública, de uma democracia substantiva e uma série de liberdades, garantias e direitos vinculados à ideia de modernidade-mundo, o trabalho jornalístico deveria então ensejar uma vida plena de sentido – dentro e fora do trabalho –, significativa, mais *sanígena*, menos *patogénica* (como diria Coimbra de Matos) e, ao fim e ao cabo, realizada. Mas em contextos cada vez mais burocratizados e hierárquicos, sem relação com a missão pública do jornalismo moderno, em que todo o labor é eivado pela alienação do trabalho e pela desvalorização do labor jornalístico, pelo contrário, os sintomas de mal-estar e de sofrimento agravam-se.

Fazem falta três diretrizes: i) O trabalho jornalístico deve ser desmercantilizado (isto é, pensado mais em termos de “honorários” do que de “rendimentos”), mas vivemos num mundo de escolhas políticas, sociais, económicas e culturais onde já se aventou a possibilidade esdrúxula, ventilada por uma série de jornais anglo-saxões, de gratificar a quantidade mensurável, numérica e contabilística de *likes*, “seguidores” e “replicações” de matérias jornalísticas mundo afora; ii) O trabalho jornalístico deve ser democratizado, ou seja, os processos decisórios e as etapas de produção devem ter não cadeias de comando rígidas, mas uma gestão de tipo colegial, com a vez e a voz dos jornalistas refletidas nas políticas e linhas editoriais adoptadas (não existe forma de obter qualquer efeito em termos de “bom jornalismo” sem esta mudança estrutural); iii) O trabalho jornalístico deve ser desalienado, isto é, deve-se por um fim ao processo de separação radical dos produtores dos seus produtos, dos produtores entre si (para um bom começo poderíamos pensar as redações como um trabalhador intelectual coletivo) e dos produtores com a sua própria humanidade integral, reconciliando-se consigo mesmos em perspetiva de totalidade, reintegrando o seu labor com o conjunto da vida.³

Contextualização efetiva

A conceptualização, aferição e mensuração do *burnout* tem tido desenvolvimentos de vulto e audiências cada vez mais amplas. Os Inquéritos Psicométricos de Burnout são as ferramentas mais utilizadas para o efeito, em diferentes contextos organizativos, sendo desenvolvidos pela psicologia social norte-americana desde a década de 1980. O MBI, por exemplo, é um questionário composto por vinte e dois tópicos, que avalia as dimensões de exaustão emocional, despersonalização e desrealização pessoal, e tem sido amplamente validado e utilizado em estudos empíricos neste meio século.

O conceito de *burnout* é frequentemente criticado por diversos motivos, incluindo a sua definição

³ Esta secção não seria possível sem o diálogo constante com autores, colaboradores e colegas como Rafael Grohmann, Rafael Souza e Roseli Figaro. Além das trocas incessantes nos últimos anos de colaboração estreita desde o projeto que deu lugar à presente pesquisa-ação, às diversas videoconferências para o efeito e grupos de trabalho em cooperação, foram subsídios fundamentais trabalhos como *As Mudanças no Mundo do Trabalho dos Jornalistas* (Figaro, Atlas, SP, 2013), *A Dialética da Crise do Jornalismo* (Souza, *Rev. Bras. Cienc. Comun.* 41-2, SP, Mai-Ago. 2018) e *O Trabalho do Jornalista a partir dos Processos Comunicacionais e Produtivos* (Grohmann, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.13-1, Jan. Jun. de 2016). Sobre tudo Souza (2018) foi uma inspiração fundamental para a secção atual. Tendo em vista a partilha de pressupostos graníticos e argumentos fundamentais, preferimos apresentar desta forma a referênciação sobretudo do último, que é acompanhado, de perto, no fio condutor da presente apresentação.

ampla e vaga, a falta de consenso na definição e nos critérios de diagnóstico, e a possibilidade de confusão com outras condições de saúde mental, como a depressão e a ansiedade. Além disso, alguns estudos sugerem que o *burnout* pode ser influenciado por fatores contextuais, como a cultura organizativa e a qualidade das relações de trabalho, o que poderá ser negligenciado quando o foco é colocado apenas nos fatores individuais. Outra crítica comum ao conceito de *burnout* é que ele pode ser usado para justificar a responsabilidade individual dos trabalhadores pelo seu próprio sofrimento, em vez de abordar as questões sistêmicas que contribuem para o problema social, levando a soluções superficiais, como aconselhamento individual e treino de resiliência, ou medidas paliativas, que não alteram o conteúdo e o sentido do trabalho, i.e., alterações de fundo nas práticas organizativas e laborais.

Alguns autores também argumentam que o conceito *per se* pode ser baseado em pressupostos problemáticos sobre a natureza do trabalho e da saúde mental. Por exemplo, a ênfase na exaustão emocional pode ser vista como um sinal de que o trabalho é intrinsecamente desgastante, em vez de uma indicação de problemas organizativos e sociais mais amplos.

Além disso, a ideia de que os trabalhadores devem “vestir a camisola” pode criar pressões adicionais e artificiais que contribuem para o desgaste. Em resumo, enquanto a noção tem disseminado inquietações sobre o sofrimento dos trabalhadores e chamado a atenção para as questões de saúde mental no processo de trabalho, é importante considerar as críticas e limitações, especialmente em relação à sua aplicação prática e às implicações para a culpabilização individual e a desculpabilização da gestão e organização.

A teoria da psicodinâmica do trabalho, de Christophe Dejours (1998), e/ou a escola da sobrecarga de trabalho, de Laurell e Noriega (1989), são abordagens teóricas distintas à perspectiva do *burnout*. Dejours destaca a centralidade do trabalho na construção da identidade do trabalhador e na sua relação com todo o mundo exterior, assim como a sua influência na organização do trabalho e na saúde mental dos trabalhadores. Laurell e Noriega apontam para os efeitos patogénicos da sobrecarga de trabalho na saúde dos trabalhadores e no próprio processo de produção social. Essas abordagens são críticas ao que constitui o esteio etiológico do chamado *burnout*, destacando a importância da compreensão das dinâmicas organizativas e das relações sociais de trabalho para a promoção da saúde de nexos psicofísico de todo o mundo do trabalho.

A revisão bibliográfica “Burnout in Journalists: a systematic literature review”, de Jasmine MacDonald, Anthony Saliba, Gene Hodgins e Linda Ovington, publicada em 2016 na revista *Burnout Research*, apresenta uma revisão sistemática da literatura científica sobre a chamada *síndrome do esgotamento profissional* em jornalistas. Os autores destacam que a profissão

jornalística é considerada uma das mais geradoras de *stress* e exigentes em todo o mundo, o que pode levar ao surgimento de descompensações. Após perquirir a prevalência e os fatores associados ao *burnout* em jornalistas, os seus achados indicaram que os mesmos têm uma alta taxa de exaustão, com a prevalência em escalas de *burnout* consideráveis. Os fatores associados a esta síndrome incluem sobrecarga de trabalho, falta de apoio organizativo, conflitos trabalho-família, salários baixos e a própria transfiguração da natureza da própria profissão, que já envolvia cobertura a eventos potencialmente traumáticos ou meios de alta pressão.

O novo estudo *Perfil dos Jornalistas Brasileiros* (UFSC, 2021) destaca que a profissão de jornalista continua a ser predominantemente feminina no país, com uma presença mais significativa de jovens e um agudo aumento da precarização do trabalho. São 54,2% sem vínculos de trabalho formais (CLT) e ¼ com relações laborais precárias (*freelancers*, prestação de serviços, etc.). A percentagem de jornalistas com carga diária superior às jornadas de oito horas permanece elevada (42,2%). 66,2% consideram-se em *stress* no trabalho, 34,1% receberam diagnóstico clínico neste sentido e 20,1% já foram diagnosticados com algum transtorno mental relacionado com o trabalho. Outros 31,4% receberam indicação para tomar antidepressivos. Esses resultados sugerem uma correlação notável entre os processos de saúde e doença assinalados e a organização social de trabalho contemporânea neste sector socioprofissional no Brasil.

O estudo *Jornalistas e Condições Laborais* (CIES-IUL, 2017), por sua vez, revelou que 43,7% dos jornalistas portugueses têm contratos precários ou temporários e que mais de metade dos jornalistas (60,7%) trabalha mais de 40 horas por semana. O estudo aponta para uma correlação clara entre a precariedade laboral e a saúde mental dos jornalistas, com muitos dos inquiridos a referir que o *stress* laboral causado pelas más condições de trabalho teve um impacto na saúde mental de maneira evidente. 81,9% afirmam não lhe serem pagas horas extraordinárias; 57,8% não progrediram na carreira há pelo menos sete anos; 48,8% dizem-se extremamente insatisfeitos com a evolução das condições de trabalho; 64,2% assumem já ter ponderado o abandono do jornalismo e 39,2% afirmam já ter estado desempregados ao longo do percurso laboral.

A pesquisa *Journalism and the Pandemic Project* (ICFJ, 2020) revelou que os jornalistas de língua inglesa enfrentaram os impactos mentais, físicos, pessoais e profissionais da crise durante a primeira onda do Covid-19. Os impactos na saúde mental da cobertura da pandemia foram a dificuldade mais citada (70%). As outras preocupações apontadas com mais frequência foram sobre o desemprego ou outros impactos financeiros (67%) e, em seguida, a intensa carga de trabalho em excesso (64%) durante a crise sanitária de Sars-Cov-2, com uma percentagem significativa de jornalistas a trabalhar mais de 40 horas por semana (47%). O estudo global também aponta para um

aumento agudo e significativo nos índices de desgaste laboral entre os jornalistas (59%), devido ao acréscimo da pressão editorial, do trabalho remoto, das condições laborais precárias e da falta de qualquer apoio emocional ou psicológico que pudesse mitigar tais condições.

Assim, uma análise geral desses estudos sugere uma possível correlação entre a precarização e proletarização do trabalho jornalístico e os índices de exaustão emocional, *stress*, ansiedade e sobrecarga de trabalho. A falta de segurança no emprego, a ausência de apoio emocional real e a sobrecarga de trabalho, que muitas vezes é imposta por regimes de trabalho à peça ou por avença, podem contribuir para a deterioração da saúde mental destes jornalistas profissionais de modo avassalador.

Se compararmos (embora os estudos tenham amostras diferentes, não permitindo tirar conclusões, mas apenas levantar hipóteses) os níveis de esgotamento tendo em vista a proliferação do trabalho à peça ou por avença notar-se-á uma tendência para a consolidação do expediente, desde 2017 (a confirmar com amostras e metodologias idênticas). Já sobre as taxas crescentes da composição social feminina e jovem presentes no perfil do jornalismo brasileiro, parece mais acentuada que a encontrada em Portugal. E, enfim, a preocupação suscitada pela saúde mental dos jornalistas em âmbito anglo-saxónico durante a pandemia global também deve suscitar desassossego em Portugal. A composição social e as práticas precárias agravaram-se profundamente com o novo contexto pós-pandémico no que diz respeito aos ditos determinantes sociais da saúde. E não só.

Como salienta Ricardo Antunes (2022), a crise pandémica serviu como uma espécie bizarra de “laboratório de experimentação” de novas formas de organização do trabalho. Sem maiores obstáculos, essa experiência social de novas modalidades tem reforçado tendências que vinham a ser consolidadas nas últimas décadas, mas deram um salto qualitativo. A individualização das operações laborais, o maior “distanciamento social”, a diminuição dos nexos de relações coletivas nos espaços laborais, a distância de qualquer organização sindical, a supressão de direitos, a condensação entre público e privado e a justaposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, entre muitos outros fatores, tornaram o labor jornalístico não mais penoso/perigoso, mas mais extenuante. Sobretudo porque não assomam no horizonte contratendências que pudessem vir a mitigar tal cenário, com uma aposta em reorientações da própria práxis jornalística.

Risco profissional dos jornalistas

O jornalismo é uma profissão marcadamente heterogénea, assim como a própria comunicação social. O jornalismo tem por finalidade processar, reunir, interpretar e divulgar notícias e outras informações através da comunicação social, por exemplo, do jornal impresso, da rádio, da televisão ou do digital.

Tem uma força de trabalho que é diversificada em papéis e responsabilidades, onde os membros podem ser repórteres, produtores, escritores, pivôs ou jornalistas na televisão e na rádio, editores e ainda outros cargos (Tran et al., 2020). Segundo Nadjer et al. (2016) a comunicação social tem seis tarefas principais: fornecer informação, tornar a cultura e a arte acessíveis, facilitar o acesso à educação, desporto e ciência, promover a educação cívica, proporcionar entretenimento e apoiar a produção audiovisual. Ser jornalista exige dinamismo e capacidade de mudança dos locais onde se desenvolve o trabalho, bem como contactos sociais diversos e frequentes. No entanto, o ritmo de trabalho e os tópicos variam muito dependendo do tipo de meio de comunicação social para o qual um jornalista trabalha. Ao fazerem o seu trabalho, os jornalistas devem ser especialistas em domínios de vida seleccionados (por exemplo, política, desporto, medicina, justiça) e ocuparem-se de tipos restritos de trabalho jornalístico, como reportagens ou edição e apresentação de notícias. É um trabalho individual mas com uma grande responsabilidade pessoal pelo desempenho e qualidade.

Desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, os jornalistas tornaram-se objeto de maior atenção por parte dos investigadores no que respeita ao seu *stress* ocupacional. Muita desta investigação centrou-se no *stress* diário dos profissionais e sobre os jornalistas deslocados em cenários de guerra ou na cobertura de grandes catástrofes (Monteiro & Marques-Pinto, 2017).

O cenário da comunicação social noticiosa também passou por mudanças tecnológicas muito significativas desde 2010. Por exemplo, a utilização de conteúdos gerados pelos utilizadores ou enviados por cidadãos, ao mesmo tempo que a paisagem da comunicação social se foi expandindo e aumentando a concorrência, com um número crescente de agências de notícias, mais jornalistas autónomos e uma presença crescente de participações dos movimentos sociais e dos cidadãos críticos (Raymond & Flanery, 2022). Por outro lado a queda no emprego de jornalistas, com o fecho de grandes títulos que empregavam centenas de profissionais, verificou-se em inúmeros países. Só em 2009, nos Estados Unidos, estima-se que tenham desaparecido 13 500 postos de trabalho e no Reino Unido entre 2001 e 2010 perdeu-se entre 30 e 40% da força de trabalho. Esta hecatombe afetou profundamente a identidade profissional dos jornalistas. A maioria não retomou as suas carreiras em tempo integral no jornalismo, e muitos ficaram emocionalmente traumatizados, não apenas pela perda do emprego, mas também pela mudança de carreira (O'Donnell et al., 2016). De um trabalho em tempo integral, seguro e bem remunerado passou-se para formas mais precárias de emprego, incluindo *freelancers*, contratados e trabalho a meio tempo. Estas mudanças no estatuto do emprego e a precariedade gerada influenciaram o próprio jornalismo. A perda do emprego no jornalismo teve implicações não só na vida social como também no próprio jornalismo, que é uma instituição vital para a vida democrática (Cohen et al., 2019).

A indústria do jornalismo tem um contexto organizativo que implica elevados níveis de *stress* devido ao aumento da competitividade, às mudanças constante nas funções do trabalho, às restrições de recursos e à pressão constante dos prazos. As longas jornadas de trabalho e a irregularidade dos horários são o dia a dia dos jornalistas (MacDonald et al., 2016). As longas jornadas de trabalho podem aumentar o risco de acontecimentos desfavoráveis para a saúde como dificuldades psicológicas, sintomas de depressão e ansiedade, declínio das capacidades cognitivas e o aparecimento de perturbações do sono (Virtanen et al., 2012). As jornadas de trabalho (mais de 11 horas por dia regularmente) podem aumentar o risco de doença cardiovascular, o que reforça a constatação de as horas extraordinárias mantidas (3 a 4 horas por dia) influenciarem de forma adversa a doença cardíaca coronária, aumentando este efeito adverso à medida que essas horas extra aumentam. A pressão e o excesso de trabalho encurtam a vida (Jackson, 2011).

São muitos os motivos que tornam o jornalismo uma ocupação geradora de *stress*. A corrida contra o tempo e a competição entre os próprios jornalistas são condições intrínsecas da profissão. A necessidade permanente de se adaptarem a novas tecnologias também. Por outro lado, o impacto psicológico de relatar eventos em que os direitos humanos de outros (e também dos jornalistas) ou a sua própria sobrevivência podem estar em causa não deve ser subestimado. Os jornalistas são expostos a um sem-número de acontecimentos, desde acidentes rodoviários até violentas manifestações políticas e sociais, roubos e assassinios, situações envolvendo o abuso de crianças e idosos e acontecimentos críticos maiores como desastres naturais com grandes perdas humanas. Os riscos físicos, emocionais e psicológicos estão em jogo em muitos cenários. As exigências profissionais a que os jornalistas estão sujeitos são contínuas e o seu *stress* ocupacional é intenso, contribuindo para um rápido esgotamento. Uma série de estudos tem mostrado como os jornalistas experimentam níveis consideráveis de *stress* e deterioração da qualidade de vida (Monteiro et al., 2015). Além dos fatores de *stress* organizativos, as pesquisas apontam que os assuntos tratados pelos jornalistas no seu trabalho diário podem ter efeitos psicológicos negativos e implicações não só para eles mas para as suas famílias (MacDonald et al., 2016) e muitos referem que a profissão lhes dificultou constituírem família (Monteiro et al., 2015).

O jornalismo pode ainda ser uma profissão perigosa. Enquanto durante décadas os jornalistas foram vistos como observadores neutros, agora são cada vez mais considerados alvos úteis para a intimidação, ameaças e ataques. Além de reportarem crimes, explosões de bombas e desastres naturais são expostos a ameaças eletrônicas, físicas e verbais, perseguidos e alvo de sequestros e detenções (Koster et al., 2022). Segundo a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), em 2022 foram mortos em serviço 67 jornalistas e outros 375 acabaram detidos pelo seu trabalho em vários

países do mundo, com destaque para a China, Myanmar e Turquia. Os jornalistas são conhecidos por desenvolverem uma ocupação altamente geradora de *stress*, sendo segundo os Centros de Controle de Doenças (Centers for Disease Control – CDC) dos Estados Unidos, uma das dez ocupações mais geradoras de *stress* do Mundo (Monteiro & Marques-Pinto, 2017).

Décadas de investigação biomédica estabeleceram associações entre o *stress* crónico e o desenvolvimento de um vasto leque de estados de doença, incluindo doenças psiquiátricas como a depressão *major* e a perturbação de *stress* pós-traumático, doenças neuro-degenerativas como a doença de Parkinson e a doença de Alzheimer, doenças sistémicas variadas como são a doença cardiovascular, a diabetes *mellitus*, doenças metabólicas e ainda muitas outras doenças de natureza inflamatória (Deak et al., 2015). O *stress* será um fator de risco comum para muitas doenças, incluindo as que causam maior morbilidade e mortalidade (Liu et al., 2017).

A produção de notícias, pela sua natureza, pressupõe uma constante exposição à pressão para satisfazer a procura por informações críticas. Os jornalistas são frequentemente expostos a situações que podem afetar a sua saúde mental. Nas crises, os jornalistas reagem precocemente, à semelhança de outros profissionais da linha da frente como polícias, bombeiros, militares e médicos e, nestes contextos, não conta apenas a sua experiência jornalística de apresentar a informação, mas também a sua responsabilidade cívica e a prática dos princípios que regem a profissão, juntamente com a capacidade de enfrentar situações adversas e potencialmente traumáticas, nas quais nem sempre têm treino (Bustamante-Granda et al., 2021). Os jornalistas que cobriram a pandemia de Covid-19 experimentaram níveis de ansiedade e depressão semelhantes aos observados em socorristas (Osmann et al., 2021).

A prevalência da perturbação de *stress* pós-traumático é maior entre jornalistas do que na população em geral (Aoki et al., 2013). Esta perturbação tem como característica o desenvolvimento de sintomas específicos a seguir à exposição a um “stressor” traumático externo, implicando uma experiência pessoal direta, observação ou conhecimento de um acontecimento como a morte, ameaça ou ferimentos, envolvendo uma resposta de medo intenso, incapacidade de obter ajuda ou horror. Os sintomas resultantes da exposição ao trauma extremo incluem reviver persistentemente o acontecimento, evitar persistentemente os estímulos associados ao trauma e embotamento geral da capacidade de reação, bem como sintomas persistentes de aumento da ativação. A duração dos sintomas é um aspeto bastante importante para que não se confunda com outras perturbações, como é o caso da perturbação aguda de *stress* em que os sintomas duram apenas até quatro semanas após o acontecimento desencadeador. Quando os sintomas persistem por mais do que um mês provavelmente está a desenvolver-se esta perturbação (Marcelino & Gonçalves, 2012). A natureza

das respostas ao trauma deve ser compreendida em termos de um *continuum* baseado em diferenças individuais, de tal forma que algumas pessoas experimentam pouca ou nenhuma sintomatologia, enquanto outras apresentam respostas traumáticas graves. As reações são diversas e muitas vezes modeladas por co-morbilidades, incluindo o abuso de substâncias (MacDonald et al., 2016).

As primeiras investigações na área do jornalismo focaram-se na sintomatologia da perturbação de *stress* pós-traumático nos correspondentes de guerra ou nas testemunhas de catástrofes. Os fotojornalistas são os profissionais em maior risco, segundo alguns autores. O fotojornalismo, pela sua natureza, requer observação direta e a presença física nos acontecimentos, portanto, esses profissionais podem estar mais expostos às características traumáticas de um evento. Na realidade eles observam morte, tragédia e sofrimento humano com muito mais frequência do que os jornalistas capazes de relatar essas notícias por meio de fontes secundárias. Assim, não só correm maior risco em termos de perigo físico imediato, como o de ser ferido, atacado ou sequestrado, mas também sofrem maiores e mais profundas sequelas emocionais dos acontecimentos que testemunham (Monteiro et al., 2015).

A investigação sobre saúde mental em jornalistas dedicou quase toda a sua atenção ao trauma, descurando os sintomas de outras perturbações psicopatológicas (MacDonald et al., 2022). No entanto, estas situações são excecionais e não são representativas da atividade típica dos profissionais do jornalismo. Os jornalistas no seu todo estão em particular risco de sofrer de *stress* relacionado com o trabalho e de *burnout* (Gascon et al., 2021).

A palavra *burnout* provém do inglês e significa “queimar até ao fim”. Trata-se, portanto, de um esgotamento físico e mental decorrente da vida profissional. Historicamente, o *burnout* surgiu associado a profissões de “relação de ajuda” (médicos, enfermeiros, professores, técnicos de serviço social), mas a investigação mostrou não haver razão para restringir esta síndrome apenas a esses domínios profissionais. O conceito acabou por se estender a todas as atividades profissionais (Leiter & Schaufeli, 1996). O *burnout* é uma resposta prolongada ao *stress* laboral crónico, sendo a exaustão, a principal característica e a manifestação mais evidente desta síndrome. As três dimensões-chave desta resposta são uma exaustão avassaladora, sentimentos de distanciamento do trabalho e uma sensação de ineficácia e falta de realização. A componente de exaustão representa a dimensão básica do *stress* individual no *burnout* e refere-se a sentimentos de estar sobrecarregado e esgotado nos seus recursos emocionais e físicos. A componente de distanciamento caracteriza-se por uma resposta negativa, insensível ou excessivamente distante em vários aspectos do trabalho. A componente de eficácia ou realização reduzida refere-se a sentimentos de incompetência, falta de realização e baixa produtividade no trabalho. A final uma erosão do envolvimento com o emprego. O que começou como

um trabalho importante, significativo e desafiador torna-se desagradável, insatisfatório e sem sentido. A energia transforma-se em exaustão, o envolvimento transforma-se em cinismo e a eficácia acaba por se transformar em ineficácia (Maslach et al., 2001). A instalação da síndrome de *burnout* ocorre de maneira lenta e gradual, acometendo o indivíduo progressivamente, sendo um grave problema de saúde pública que pode ser evitado, desde que a cultura da organização favoreça a execução de medidas preventivas do *stress* crónico (Pêgo & Pêgo, 2016). O *burnout* está associado não apenas ao mau desempenho profissional, mas também a perturbações do sono, ao risco de doença mental grave, ao abuso de substâncias psicotrópicas, ao aumento da probabilidade de doenças cardiovasculares e a comportamentos negligentes relativamente à saúde física e mental do próprio (Kaggwa et al., 2021). Os jornalistas da imprensa que trabalham no campo do desporto também apresentaram taxas moderadas de exaustão emocional e despersonalização, enquanto o grupo com níveis mais altos nestas dimensões foi o dos editores. Os jornalistas mais jovens e menos experientes, bem como aqueles que trabalham para jornais de baixa circulação apresentaram maior nível de exaustão emocional e despersonalização do que os seus colegas mais velhos e experientes que trabalhavam em jornais de grande circulação. Os jornalistas mais jovens não apenas relataram taxas mais altas de esgotamento do que os seus colegas mais velhos, como uma maior intenção de abandonar a profissão. As mulheres experimentaram níveis mais elevados de *burnout* do que os jornalistas homens nas escalas de exaustão e cinismo (Monteiro et al., 2015).

As condições de trabalho das empresas de comunicação social podem limitar a ação dos jornalistas e contribuir para aumentar o seu desgaste físico e mental. A instabilidade, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, a diminuição de trabalhadores e consequente aumento de funções, a falta de recursos para as coberturas noticiosas, a falta de formação em normas de segurança relativamente a violência e as agressões que podem enfrentar nas suas rotinas produtivas são alguns dos fatores atribuíveis às empresas de comunicação social. Também a incongruência entre os valores do jornalista e os da empresa onde trabalha podem desgastá-lo psicologicamente, não por excesso de esforço físico, mas pela dissonância emocional que conduz ao esgotamento (Bustamante-Granda et al., 2021).

Os riscos psicossociais não são também de descurar no desgaste dos jornalistas. Entende-se por factores psicossociais aqueles que estão presentes num determinado ambiente de trabalho, na interação entre a pessoa e as condições de trabalho, no conteúdo funcional e no cumprimento das tarefas bem como nas características da própria organização. Esses fatores podem tornar-se riscos quando desencadeiam desajustamentos ou respostas psicofisiológicas de *stress*. A lista de fatores que podem tornar-se riscos é bastante extensa, sendo de destacar os aspetos organizativos como

hierarquias, gestão de recursos, supervisão, liderança, ambiente de trabalho, as condições de emprego e a sua estabilidade ou rotação, as tarefas com a sua carga mental e física inerente, assim como as possibilidades de controlo sobre o trabalho e as relações com as chefias, colegas ou clientes (Gascon et al., 2021).

A literatura sobre *stress* ocupacional dos jornalistas descreve sintomas físicos como fadiga, tensão, dores de cabeça, insónia, distúrbios dermatológicos e sintomas psicológicos e emocionais, como depressão, ansiedade, desânimo, irritabilidade e pessimismo. As manifestações comportamentais de *stress* incluem indecisão, incapacidade de concentração, agressividade, problemas de relacionamento, diminuição da criatividade, iniciativa e produtividade reduzida (Hughes et al., 2021).

Os jornalistas caracterizam-se por terem atitudes pessoais positivas em relação à doença mental enquanto notícia. No entanto, há um grande desincentivo no local de trabalho para revelarem os seus próprios problemas de saúde mental. O receio de serem estigmatizados por terem um problema de saúde mental, visto muitas vezes como um sinal de fraqueza por parte de empregadores e colegas, faz que a prevalência encontrada nos poucos estudos existentes deva ser encarada com muita cautela (Aoki et al., 2013). Existem muitas lacunas na investigação dos sintomas depressivos e das perturbações do humor neste grupo profissional, bem como na sua comparação com outros grupos profissionais e com a população em geral (MacDonald et al., 2021), o mesmo se verificando no que respeita ao abuso de substâncias psicoativas em jornalistas. Os estudos sobre o problema são escassos. As principais teorias da adição postulam que o *stress* desempenha um papel importante no aumento do uso de drogas e na recaída. Os jornalistas estarão assim teoricamente em maior risco de desenvolver perturbações pelo uso de substâncias, devido aos elevados níveis de *stress* que experimentam. Os jornalistas têm uma taxa mais alta de exposição ao álcool do que a maioria das outras profissões, porque muitas vezes realizam o seu trabalho em locais sociais onde o álcool é consumido e a natureza exigente do seu trabalho provavelmente encoraja o seu consumo. Estudos do século passado referem que editores, jornalistas e trabalhadores da comunicação social seriam um grupo de alto risco para a mortalidade por cirrose. No entanto, faltam estudos que comparem os jornalistas com outras profissões. O que se sabe, a partir dos poucos estudos existentes, é que os jornalistas que trabalham em ambientes de guerra têm maiores níveis de abuso de substâncias do que aqueles que não o fazem e que os homens tendem a ter maiores consumos de álcool do que as jornalistas mulheres (MacDonald et al., 2016).

Tran e al. (2020) discutem o caso particular dos jornalistas que aparecem fisicamente na televisão e nas plataformas digitais, os chamados “jornalistas no ar” que podem ser objeto de outras pressões por parte das empresas de comunicação social. Uma dessas pressões é o adequarem-se a padrões de

aparência específicos. As mulheres nestas circunstâncias são muitas da vezes retratadas como ícones sexuais. A maioria dos homens no jornalismo acredita que recebe menos críticas sobre a aparência que as suas colegas mulheres. Assim estas jornalistas preocupam-se com a aparência dos seus corpos, o que pode promover sentimentos de vergonha corporal, ansiedade e potenciar comportamentos não saudáveis de controlo de peso. A ênfase na aparência física parece ser a barreira mais elevada no progresso profissional destas jornalistas. As mulheres “jornalistas no ar” apresentam uma maior preocupação com as dietas do que as que não aparecem na frente das câmaras, o que poderá estar associado a um risco aumentado de comportamentos não saudáveis de controlo do peso.

Não existe grande investigação sobre a saúde ocupacional dos jornalistas. Este relatório pretende ser um contributo para um melhor conhecimento dos problemas que os jornalistas enfrentam nos dias de hoje em Portugal. No entanto, são bem conhecidas as profundas alterações que a profissão sofreu nos últimos anos, mercê da introdução das novas tecnologias e da extinção de inúmeras publicações com a reestruturação do mercado da comunicação social em geral. Estas mudanças vieram colocar os jornalistas perante novos desafios, maior competição e sob crescente pressão. A precariedade atingiu a profissão, o trabalho à peça ou a meio tempo tornaram-se comuns. São novas condicionantes de peso, que se vieram instalar em cima de uma das profissões considerada das mais geradoras de *stress* do mundo. Se bem que não se conheça o suficiente sobre as implicações na saúde dos jornalistas de todas as condicionantes acima descritas, a verdade é que se conhece o suficiente para desenvolver ações preventivas no sentido de proteger a saúde destes profissionais. Um enorme desafio para os médicos do trabalho e para todos os profissionais de saúde ocupacional, mas um desafio que terá de ser vencido sob pena de vermos muitos jornalistas adoecer e abandonar a profissão.

Passado: labor intelectual, função crítica e esfera pública

Difícilmente algum enunciado poderia ser mais consensual do que a “crise do jornalismo”. O significado desta crise está longe de ser incólume à controvérsia. Para além das polémicas que envolvem a conceptualização desta crise jaz, talvez, uma querela de mais longa data: o que, afinal de contas, distingue o jornalismo informativo moderno tal como nós o conhecemos hoje? E que grande transformação está em curso?

As origens do jornalismo configuram o elo central para colocar a própria questão. Não seria controverso adjetivar o trabalho jornalístico, tipicamente, como labor intelectual, intimamente relacionado com uma função crítica e, sobretudo, de um ou outro modo, associado ao alvorecer da chamada esfera pública. A forma como se entrelaçam estas três palavras-chave é essencial para a constituição da modernidade-mundo. Vamos a elas.

É curioso notar a origem do conceito tradicional de “intelectual”. A leitura a contrapêlo do seu surgimento, a partir de um estudo de Bianchi (2012), é fulcral para percebermos todas os dilemas e desafios centrais.

O primeiro estranhamento poderá soar irónico, precisamente por passar algo despercebido justamente entre quem trabalha com a linguagem – a língua – de modo tão íntimo: o invulgar caso do adjetivo com primado sobre o nome que devia qualificar.

O adjetivo intelectual precede o nome substantivo trabalho, embora sempre que referimos a categoria intelectual haja, como um pressuposto ineliminável, a noção de trabalho. Há milénios a fio que existem funções intelectuais e durante esse tempo elas foram sobrevalorizadas, em prejuízo das atividades manuais, consideradas, as mais das vezes, menos dignas, inadequadas aos ditos ‘homens de bem’ ou até, inclusive, irreconciliáveis com o desempenho da cidadania ativa. O que distinguirá tipicamente o novo advento do ‘intelectual’ é a consciência de uma função social que ganha relevo com a revolução política e económica, social e técnica, que tem lugar na Europa no início do século XIX, formando-se aí um novo modo de produção social (Bianchi, 2012).

Como assinala Bianchi:

“A distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual ocupava um importante lugar no pensamento económico do final do século XVIII e início do XIX. Deve-se a Adam Smith a formulação da questão em termos clássicos, chamando a atenção, em primeiro lugar, sobre a divisão do trabalho na indústria, com a sempre lembrada descrição do processo de produção dos alfinetes e a seguir destacando a “diferenciação das ocupações e empregos”, ou seja, a distinção entre os as diferentes formas que o trabalho assumiria na sociedade em decorrência do aumento de produtividade ensejado por essa divisão (...). É no interior do desenvolvimento dessa divisão do trabalho que o trabalho intelectual torna-se uma especialização: “No progresso da sociedade, filosofia

ou especulação torna-se, assim como qualquer outro ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma classe particular de cidadãos. Assim como qualquer outro ofício, também está subdividida em um grande número de diferentes áreas, cada uma dos quais permite a ocupação de um tipo ou classe particular de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, do mesmo modo como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e economiza tempo.” (...). Trata-se de uma especialização que se conforma no próprio processo social de produção. Ela não é decorrente das distinções naturais de cada um dos indivíduos mas das capacidades e habilidades desenvolvidas por eles. Smith a esse respeito destaca que “as diferenças de talentos naturais em diferentes homens é, na realidade, muito menor do que seria de se esperar; e o diferente gênio que parece distinguir os homens de diferentes profissões quando chegam à maturidade em muitos casos não é tanto a causa como o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre os personagens mais dissimiles, entre um filósofo e um simples carregador de rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza quando dos hábitos, costumes e educação.” (...) É trabalhando sobre essas indicações de Adam Smith que Marx afirmará já em *A ideologia alemã*, que a divisão do trabalho só assume sua forma acabada a partir do momento em que a divisão entre o trabalho manual e o intelectual se consolida, libertando o trabalho intelectual do mundo real. Mas o momento no qual a consciência pôde decretar filosoficamente sua autoemancipação não é, senão, o momento no qual são apertadas as correntes que a atrelam à produção e reprodução da vida social. Pois foi a divisão do trabalho que teve lugar nesse processo de produção e reprodução que criou as condições para a afirmação da autonomia do pensamento e da libertação imaginária de seu sujeito, o filósofo, o cientista, em uma palavra, o intelectual. Assim, a “divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. A partir desse momento a consciência pode, de fato, imaginar, que é algo mais do que a consciência prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real; a partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da ‘pura’ teoria, teologia, filosofia, moral, etc.” (...). As bases materiais dessa independência e, portanto, da própria formação dos intelectuais como uma categoria social podem ser encontradas no desenvolvimento da sociedade burguesa e do moderno Estado-nação que implicou na constituição de um público ampliado para esses intelectuais. O processo é descrito de modo minucioso por Habermas. A reestruturação social e política que tem lugar com o desenvolvimento do capitalismo mercantil e a conseqüente expansão da divisão do trabalho, permitiu o surgimento da notícia e das idéias como mercadorias que encontravam seus suportes no jornal, no panfleto ou no livro. Já na metade do século XVII aparecem os primeiros jornais diários, que gradativamente tomam o lugar da correspondência privada na qual eram relatados para leitores selecionados os resultados das guerras, das colheitas e do comércio. Desse modo, teve lugar um novo comércio no qual a “troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias.” (...) Mas este era ainda um processo incipiente que deveria esperar mais um século para adquirir um desenvolvimento impressionante e formas mais estáveis. O desenvolvimento da técnica de impressão e a conformação de um diversificado mercado editorial tornou possível essa mercantilização das notícias e dos demais gêneros de produção literária”. (Bianchi, 2012)

Já a função crítica europeia nasceu numa batalha sem quartel contra o Estado absolutista. No interior deste regime autocrático, a burguesia começa a criar um novo espaço discursivo próprio, contra a velha aristocracia fundiária decadente. São clubes, jornais, cafés e revistas, nos quais se reúnem os indivíduos para trocar ideias e debater livremente. Uma opinião pública esclarecida – ou um novo “senso comum intelectual” – começa a ganhar contornos mais nítidos, para além dos privilégios e/ou tradições do antigo regime. O direito a falar e ajuizar passa a ter como balizas a forma cognitiva e o conteúdo racional, para além da autoridade conferida por quaisquer títulos nobiliárquicos e/ou eclesiásticos. A crítica moderna, baseada no “bom senso” e na razão judiciosa, é o julgamento voltado para determinados públicos. A comunicação com uma determinada audiência

de leitores é parte fundadora do novo sistema. A partir da sua relação com os públicos, a função crítica perde, então, o seu antigo carácter privado. Abre-se, de facto, ao debate público, tenta convencer ou persuadir, convida ao contraditório, combate. O intercâmbio livre e público de opiniões e juízos é toda uma conquista do dito Século das Luzes, que funda o espírito de todo um novo marco epocal.

Seja como crítica da sociedade ou da literatura – lembremos que aquilo que denominamos “teoria crítica” versa tanto sobre a crítica social quanto a literária –, a função crítica moderna é um impulso de indistinguível carácter axiológico ou valorativo. Por um lado, a própria literatura não pode ser desconectada do movimento geral que dotou de autoconsciência – e até de autoestima – o próprio processo de emancipação política engendrado pela então classe intermediária, i.e., a burguesia nascente. A articulação e reelaboração das necessidades humanas e interesses sociais que irá generalizar numa nova hegemonia passavam por uma encarniçada luta contra o poder absolutista, as velhas hierarquias, a sociabilidade cortesã e os reluzentes salões da velha esfera privada aristocrática. De alguma forma e em alguma medida, a literatura lavrou o terreno para o debate político. Cultivando este novo espírito abriu o caminho, como antessala de uma nova estrutura, a novas relações de poder, a novas sociabilidades.

No último excerto de *O Que É o Iluminismo?* (1784), face ao velho desafio da filosofia clássica, Kant propõe como mote central *Sapere Aude!* (ousa saber) e avança o postulado de que o embrião emanado pela natureza, para dotar a humanidade da inclinação para pensar livremente, é constrangido a garantir que “o uso público da razão” aja, finalmente, “com base nos princípios fundamentais do governo e do Estado compatíveis com o homem – que agora é mais do que uma máquina –, de acordo com a sua própria dignidade”. Esta referência crítica a La Mettrie, em *L’homme-machine* (1765) só ganhou em atualidade desde então. Já a expressão “opinião pública” surgirá, num ensaio de Montaigne sobre hábitos e usos, notando que não é aconselhável mudar-se de ânimo leve uma lei qualquer quando esteja ainda em vigor, sendo sucedido então em novas vagas pelas penas de William Temple (1672) ou Jean-Jacques Rousseau (1761).

Em Portugal⁴ a formação de uma esfera pública liberal burguesa teve de se insurgir contra os velhos aparelhos estatais de coerção especializados da ordem monárquica absolutista. A Intendência Geral da Polícia via em qualquer estrangeiro um possível revolucionário, um provável *maçon* ou um liberal em potência. Por causa deste ambiente ultraconservador e algo reacionário, desenvolveu-se a

⁴ José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Portugal: da praça pública à revolução liberal (1780-1829)*. Porto, Media XXI, 2015, 618 pp.; José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*, Ed. Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2013, 1003 pp.; Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-23)*. São Paulo: Companhia das Letras, 497 pp.

atividade conspirativa e clandestina, mormente com Coimbra e Lisboa na vanguarda. A vigilância e a repressão cada vez mais encrudescidas – ora sobre a Praça do Rossio, ora sobre o Terreiro do Paço – dão notícia da difusão da arena pública, a formação da molecular opinião pública liberal, cada vez mais ativa tanto na imprensa como na instrução pública. As tertúlias, os salões, os cafés e os convívios de novo tipo generalizam-se, tal rastilho de pólvora, numa embrionária nova vontade coletiva. O papel da imprensa diária, da literatura engajada e destes novos espaços de convivialidade galvaniza esta vontade coletiva, como vetor de uma nascente opinião pública, tipicamente liberal e republicana.

Sob o abalo avassalador de três invasões francesas, da fuga da corte real para o Brasil, do protetorado militar britânico e da guerra civil entre liberais e absolutistas, a verve crítica satírica, nesta então nova esfera pública, é dúbia, difusa, com o carácter polissémico das suas peças adjudicadas a exegeses variáveis, em intrincados jogos de linguagem. O interregno entre o absolutismo e o liberalismo, de 1820 a 1834, tornou o debate público não só extenso como, muitas vezes, ambíguo. Nesse cenário, onde a opinião pública e as suas formações discursivas eram estritamente controladas nos seus enunciados, muitas vezes o mero acto de se falar em voz alta num ambiente transindividual era, em si mesmo, algo como uma afirmação pública e uma espécie de grito.

Neste sentido, quiçá valha a pena uma analogia histórica com outras transições tardias. Certo humor popular, equidistante da ironia fina inglesa e do sarcasmo coletivo francês, manteve a consciência social e política viva, cultivando e avigorando um nível geral de sentido crítico e dando azo ao tom volitivo-emocional que deflagrou dado “espírito de cisão”. Mas a sensação geral de impotência, no regime autocrático absolutista, suscitou de facto, por exemplo, a imigração intelectual-política de jornalistas, tais como o foram, à época, Karl Marx e Friedrich Engels, de uma então atrasada Alemanha face à França ou à Inglaterra do século XIX. Não por acaso, o estilo humorístico foi esgrimido por ambos na sua renhida luta anti-autoritária. A carta de demissão de Marx endereçada à *Gazeta Renana* é uma profunda crítica política social:

É lamentável testemunhar tantos trabalhos servis, mesmo que em nome da liberdade; lutar com alfinetadas e não com cacetadas. Estou farto de hipocrisia, de estupidez, de autoridade brutal. Mas, sobretudo, estou cansado da nossa docilidade, da nossa obsequiosidade, dos nossos recuos, das nossas querelas de palavras. Basta! Nada posso fazer na Alemanha, aqui uma pessoa falsifica-se a si mesma (Marx, 1843/1978).

Mas tal modelo de consenso, supostamente logrado por meio do debate racional de opiniões várias, no interior de uma esfera pública emergente, autónoma dos poderes absolutistas, não pôde sair incólume das sucessivas críticas, as quais também se fizeram sentir quando do Manifesto de Kant. O

seu autor descreve a ascensão dessa esfera através dos seus circuitos típicos: da família conjugal até à república das letras, do café ao salão, do semanário ao romance, da biblioteca circulante ao jornal quotidiano, culminando na codificação do Direito Civil que abriu as portas para o Estado constitucional moderno. Para lá de uma fenomenologia intensa e viva de todo esse processo, como um impressionante triunfo da razão na sua época histórica, casos como o de Portugal ou da Alemanha destoam. São as “vantagens do atraso” em jogo na cena.

São patentes, na formação da opinião pública alemã e na esfera pública portuguesa, as antinomias da matriz habermasiana. As contradições inerentes à sociedade de classes não podem ser dissolvidas etereamente por via da mediação de qualquer esfera pública. Os actos de fala e o seu intercâmbio ideal não constituem qualquer ágora axiologicamente neutral, antes são a arena privilegiada da luta de classes que se expressa pelos signos, em geral, e pelas palavras, em particular. As posições desiguais na sociedade civil não se podem mascarar no lugar da esfera pública como qualquer equidade idealizada à partida. E, quiçá, o maior testemunho vivo do antagonismo irreconciliável seja, justamente, o que nos lega a génese viva do movimento próprio dos trabalhadores e da imprensa operária novecentista, *a posteriori*. A “esfera pública proletária”, para usar o termo de Negt e Kluge (2016), dá o depoimento decisivo de que para além da questão democrática, de liberais e de republicanos de uma “esfera pública burguesa”, está a questão social, defendida numa rica malha de edições várias por operários e/ou sindicalistas. Com uma vasta base de dados, de cem anos e 150 países, investigadores noruegueses provaram empírica e teoricamente que o grupo social que melhor defende ambas é, justamente, o dos trabalhadores assalariados. Ao fazer vários testes de hipóteses e referências cruzadas, o nexos entre os diversos grupos operários e a consolidação da democracia verificou-se robustamente.⁵ A importância de se manter uma educação e um jornalismo próprios foram bastante frisados pelos vários órgãos de trabalhadores à época da formação da classe trabalhadora no país.⁶ É justamente a partir da crítica à imprensa operária que começam a delinear-se os limites entre as matrizes do dito jornalismo político de opinião e do jornalismo informativo moderno.

As greves dos tipógrafos, jornalistas e distribuidores do início do século XX em Lisboa expõem a nu uma série de contradições que vale a pena considerar. A começar inclusivamente pelo próprio viés de organização, consciência e experiência do mundo da imprensa português pensado,

⁵ Dahlum, Sirianne, Carl Henrik Knutsen and Tore Wig. 2019. *Who Revolts?* – empirically revisiting the social origins of democracy, in *The Journal of Politics* 81 / 4 p. 1494-1499. <https://doi.org/10.1086/704699>.

⁶ Vide, por exemplo, Sá, Vitor. Problemas e Perspectivas num Inventário da Imprensa Operária Portuguesa. *Análise Social*, 7-67/68, 1981, 839-860, <http://bit.ly/3jt2cTD>; Mónica, Maria F. e Matos, Luís S. Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934). *Análise Social*, 17-67/69, 1981, 1013-78. <http://bit.ly/3X80F2T>; e Tengarrinha, José. *Lutas Sociais e Formação da Classe Operária*. Lisboa: CdH-UL, 2021 <http://bit.ly/3Yoeiju>.

outrora, em termos não de categoria socioprofissional, mas de ramo de produção, que unificava, mais que alienava, o labor manual e intelectual.

O trabalho dos jornalistas no início do século XX, tal como hoje, estava longe de ser algo linear e homogéneo. Às figuras de diretores, redatores, repórteres e biscateiros-informadores – além de fotógrafos, desenhadores e/ou revisores –, respetivamente, correspondiam notáveis diferenças de prestígio, salário e estatuto, que poderiam variar, por exemplo, segundo a tiragem dos jornais (Nuno Matos, 2018 e 2022). Para lá das redações, havia ainda a figura do distribuidor e do tipógrafo, típico mestre-artesão que podia, à época, combinar as figuras de jornalista, tipógrafo e distribuidor num só indivíduo, como Alexandre Vieira, operário gráfico, jornalista profissional e publicista do anarcossindicalismo, marcante nos acontecimentos revolucionários que caracterizaram a Primeira República e os anos seguintes e diretor do jornal operário *A Batalha*. À diferenciação entre trabalho material e intelectual contrapunha-se o ideário de matriz sindicalista-revolucionário que apregoava a pertença comum ao mundo da imprensa.

A dimensão do jornalismo moderno do início do século XX passou por uma série de transformações, seja pela tiragem, configuração ou multiplicidade dos seus conteúdos em relação aos seus prolegómenos, seja pela organização por secções, um novo *design* de diagramação ou métodos de impressão em massa. Isto exige sistemas complexos, com fortes inovações tecnológicas e também muitos efetivos socioprofissionais de imprensa (Barros, 2014). Não obstante não haver uma regulamentação formalizada na imprensa, há uma rígida divisão sociotécnica, hierárquica e estrutural, tal como na grande indústria. Para além da composição técnica de classe, este arranjo produtivo imiscuía-se em forte componente de composição social de classe, a saber, a transição do operário típico com tradição sindicalista e instrução qualificada – para lá do domínio literário e político, nitidamente de vanguarda – para um trabalhador parcial, em série e algo atomizado. A alienação, para usar a célebre metáfora do metabolismo social do mundo do trabalho, do caracol e da sua concha, é ao que correspondia estranhar o produtor direto dos meios tecnocientíficos de produção. Ao mesmo tempo, a própria noção de notícia, tal como veio a estabelecer-se na chamada *penny press* norte-americana, não deixa de ser uma caixa de ressonância de grandes mudanças na subsunção do trabalho ao capital.

Mas esta longa transição teve muitos outros capítulos ao largo do tempo-espço. A disputa de Wapping, por exemplo, foi uma grande greve dos impressores em 1986. Os vários sindicatos gráficos tentaram bloquear a distribuição do jornal *The Sunday Times*, juntamente com outros jornais do grupo News International, de Rupert Murdoch, depois de a produção ter sido transferida para novas instalações em Wapping, na zona oriental da cidade, no início de 1986. Na nova fábrica, as modernas

instalações informatizadas permitiam que os jornalistas inserissem exemplares diretamente, em vez de recorrer a tipógrafos sindicalizados, que usavam métodos mais antigos de impressão em *Linotype*. A luta teve semelhanças com o enfrentamento entre Thatcher e os mineiros. E foi devastadora não só para os próprios trabalhadores gráficos, o que levou tanto a um declínio geral na influência sindical no Reino Unido como à adoção generalizada das práticas modernas de impressão nos jornais. A derrota histórica dos trabalhadores da imprensa coincidiu com um falhanço de proporções épicas para o conjunto da classe trabalhadora global na ofensiva do neoliberalismo. Nas gráficas de Fleet Street só se contratavam trabalhadores sindicalizados, muitos deles filhos de gráficos. Mas não em Wapping. As 670 máquinas de novo tipo estavam aptas a produzir o mesmo número de jornais que 6800 operários no sistema antigo. Acredita-se que a agenda neoliberal nos jornais se impôs decisivamente desde tal evento.

Walter Benjamin associa o nascimento do jornalismo informativo moderno ao advento de uma burguesia ideologicamente decadente, interessada em assentar as suas estruturas de poder. Ao contrário das narrativas clássicas, a imprensa não teria como objetivo fazer que o seu público leitor se apropriasse do seu material como parte da sua própria experiência (*Erfahrung*). Se na narração o acontecimento se imiscui na vida do relator e é oferecido aos ouvintes como experiência, o objetivo desde o facto jornalístico – notícia e/ou “reportagem” – é excluir, rigorosamente, os acontecimentos de um contexto total efetivo em que poderiam afetar a experiência deste público leitor. Os próprios princípios *par excellence* desta estruturação da informação-tipo, i.e., a nova formação jornalística – as celebradas novidade, brevidade, inteligibilidade e, sobretudo, uma absoluta ausência de qualquer nexo entre uma notícia e as subsequentes – muito contribuem para um tal resultado final, composto e bizarro, tanto quanto o seu *editing*, diagramação e *design*, e as suas formas, ou convenção linguística, específicas.

A reprodutibilidade técnica do jornalismo moderno, o declínio de uma aura autoral e o crescente desinteresse dos leitores em relação aos escritores são produtos da época. O trabalho do jornalista insere-se numa nova lógica cultural, assente na sua técnica-trabalho, ou seja, no interior mesmo das relações sociais das quais adveio. O conteúdo do trabalho e a forma do mesmo dão notícia da subsunção real do trabalho ao aparelho produtivo que sujeita o trabalhador-jornalista. As novas condições conformadas pela atualização das redações dos jornais e, em particular, pela explicitação de um processo simultâneo de semiproletarização e semiprofssionalização, perfazem uma dialética que a um só e mesmo tempo caracteriza a decadência de uma era e possibilita efetivamente o reconhecimento do grupo social de provisoros deste mesmo aparelho produtivo na capacidade potencial de mudar a própria estrutura da produção a partir do seu interior. As marcas de produção

que, “como a mão do oleiro no vaso de argila”, tiveram hora e lugar nas antigas oficinas artesanais, das velhas corporações de ofício, dão passagem a uma produção supostamente objetiva, neutral e isenta. Ora, nada mais característico do que compõe o chamado carácter fantasmagórico do dito “fetichismo da mercadoria”. A tradição oral, uma comunidade real e a troca pública de experiências partilhadas, entre quem emite e recebe, *mutatis mutandis*, dá azo às vivências individuais ou isoladas.

Grupos focais

1. Análise do pedido e desenrolar dos grupos focais

A iniciativa de reunir um grupo de trabalho, constituído por jornalistas voluntários, surgiu no âmbito do estudo sobre o desgaste profissional dos jornalistas encomendado pelo Sindicato dos Jornalistas, pela Associação Portuguesa de Imprensa e pela Casa da Imprensa à equipa de investigação do Observatório para as Condições de Vida e de Trabalho. A proposta de uma abordagem qualitativa, através de grupos focais, visa complementar as informações recolhidas através do inquérito por questionário, que recolheu dados quantitativos sobre as condições de vida e de trabalho dos jornalistas. Procurámos, graças a este método, aceder ao trabalho real dos jornalistas e à sua relação subjetiva com o trabalho, de forma a instruir questões deixadas em aberto após a primeira fase do estudo. Nunca excluímos, porém, a possibilidade de que este método revelasse novos problemas que pudessem não ter sido contemplados pelo inquérito. Aliás, esse é também um dos seus propósitos.

Este grupo de trabalho, composto por sete jornalistas voluntários (um dos voluntários participou apenas em duas sessões e na terceira sessão estiveram presentes apenas cinco elementos), reuniu-se quatro vezes, na Casa da Imprensa, em Lisboa, para discutir as condições de trabalho e de vida dos jornalistas. Os participantes foram recrutados pelo Sindicato dos Jornalistas, pela Associação Portuguesa de Imprensa e pela Casa da Imprensa, depois de divulgada uma nota de informação sobre o método dos grupos focais.

Este relatório baseia-se no processo de discussão coletiva que ocorreu entre os investigadores e os voluntários. No entanto, neste texto não procurámos reproduzir de forma exaustiva todo o conteúdo das discussões. Tal seria não só impossível, como também pouco esclarecedor, pois uma massa de discursos indiscriminados não produz por si só informação ou conhecimento efetivo. Ou seja, este relatório não pretende ser uma cópia exata ou uma transcrição daquilo que foi dito durante as reuniões, mas sim um comentário, devidamente organizado, dos temas, problemas e questões abordados pelos participantes, assim como das interações que ocorreram. Como todo o comentário, este relato implica

escolhas e interpretações, da responsabilidade dos investigadores. Estas escolhas são determinadas em grande medida pelo objetivo do estudo: entender as relações existentes entre as condições e a organização do trabalho dos jornalistas e o seu estado de saúde. Foi, portanto, esta preocupação que pautou a nossa escuta durante as sessões de grupo e que agora comanda a redação deste relatório. Tentámos, sempre que possível, fundamentar as interpretações aqui propostas recorrendo a explicações oriundas do conhecimento científico em psicodinâmica do trabalho e em sociologia do trabalho. Porém, nem sempre foi possível introduzir elementos explicativos sem que isso prejudicasse a inteligibilidade do relatório. Devido ao formato do presente documento, algumas justificações poderão por isso parecer, por vezes, demasiado sumárias. Conforta-nos o facto de irem ser submetidas aos participantes e por eles, posteriormente, avaliadas.

2. A produção das notícias

A razão de ser da profissão de jornalista parece ser, para um observador exterior, a produção de notícias, ou como disse um dos participantes: “A função do jornalismo é descobrir as coisas e contá-las às pessoas.” Embora pareça existir um relativo consenso entre os participantes sobre aquilo que é uma notícia e sobre a forma como se produz, parece-nos útil para o propósito deste relatório partilhar algumas das nossas interrogações a esse respeito, pois, embora esta questão não pareça de facto gerar polémica ou divergências entre os participantes – contrariamente a outros tópicos que abordaremos mais adiante –, do nosso ponto de vista não deixam de subsistir uma série de ambiguidades sobre a produção das notícias. Parece-nos também que a forma como se define aquilo que é uma notícia e os meios que se empregam para a produzir têm um impacto direto sobre o trabalho dos jornalistas.

Segundo os participantes, há uma série de critérios reconhecidos e partilhados entre a profissão sobre aquilo que define uma notícia, critérios esses que não foram abordados ou discutidos de forma explícita durante as sessões dos grupos focais. No entanto, todos parecem igualmente de acordo sobre o facto de que toda a notícia resulta em parte de um elemento convencional: alguém (uma pessoa ou um conjunto de pessoas) decide, escolhe, aquilo que num dado momento constitui notícia. Um dos participantes referiu por exemplo:

“Há coisas que nenhum de nós considera que são notícias e que o diretor impõe como notícia.”

Neste caso, a afirmação de um dos participantes testemunha das divergências ou desacordos que podem existir entre jornalistas sobre a própria definição do objeto do seu trabalho. Foram relatadas

poucas situações desta estirpe e, de uma forma geral, parece existir no seio da profissão um conjunto de critérios e de referências comuns amplamente partilhados. Apesar disso, parece subsistir entre os participantes uma sensação de despossessão, ou de perda de autonomia, relativamente ao conteúdo do seu trabalho:

“Dantes o jornalista colaborava com uma redação, mas tinha uma agenda própria.”

“Os diretores e os editores decidem o que fazemos.”

“Na minha redação nós não temos turnos, temos horários de segunda a sexta. Mas eu não sou dona do meu tempo.”

São várias as afirmações que nos deixam com a impressão de que os jornalistas decidem pouco aquilo que fazem, e isso constitui aparentemente uma fonte de sofrimento. A falta de autonomia é um dos “irritantes” psicológicos que degradam a relação do trabalhador com o seu trabalho e isso conduz, em inúmeras situações, a uma certa perda de sentido e de significado do próprio trabalho. É evidente que a evolução das formas de produzir informação e as transformações do panorama jornalístico dos últimos anos fragilizaram alguns dos critérios canónicos ou das regras de ofício da profissão, vindo assim desestabilizar referências importantes para orientar as práticas profissionais dos jornalistas, e tendo também por consequência uma redução da supramencionada autonomia profissional.

As citações anteriores demonstram igualmente que uma notícia não é uma evidência que se autoimpõe. Ou seja, a notícia não existe por si só, não é dada pela natureza. É identificada, isolada e fabricada por um ou vários seres humanos que para isso dispõem de uma série de competências específicas, desenvolvidas graças a uma formação especializada: os jornalistas. Nas intervenções de alguns participantes, chamou-nos a atenção o facto de as notícias serem, por vezes, apresentadas como elementos naturais, evidentes, que estariam à disposição e à espera de ser “colhidas” pelo jornalista. Parece-nos que este tipo de descrição tende a ocultar a grande complexidade do processo de construção das notícias. De certo modo, a notícia é sempre um “objeto” socialmente construído, a partir das idiossincrasias dos seus autores (jornalistas) ou de quem detém o poder para definir o que deve ser publicado (editor/diretor). Do ponto de vista da análise do trabalho, um artigo, uma fotorreportagem, uma emissão de rádio ou de televisão representam o resultado final de um processo complexo e extremamente elaborado. Ao focarmo-nos nesse produto final, perdemos de vista o essencial: o trabalho vivo dos jornalistas. Este trabalho de construção das notícias é, pelo que percebemos, realizado em condições extremamente díspares. Ora, essas condições não são neutras e a qualidade das notícias está intimamente ligada às condições de que dispõem os jornalistas para produzir informação. Segundo o que entendemos, as condições de produção das notícias (dito de

outra forma, a organização do trabalho dos jornalistas) sofreram alterações significativas. É necessário analisar a evolução dessas condições e o seu impacto sobre a saúde dos jornalistas.

As afirmações dos voluntários permitem-nos arriscar uma tipologia de notícias. Para começar, as notícias de agenda, relacionadas com eventos do calendário político e institucional que é habitual noticiar. Trata-se, neste caso, de acontecimentos previsíveis, que é possível antecipar e calendarizar no âmbito de uma distribuição de tarefas. Existem, por outro lado, reportagens e trabalhos de investigação que implicam um trabalho de pesquisa mais demorado, mais aprofundado, e que se inscrevem, portanto, numa temporalidade mais longa. Existem notícias para os jornais locais, que não são notícias para os jornais nacionais. Com efeito, vários participantes insistem nesta diferença: há coisas que tradicionalmente não seriam notícia para os órgãos nacionais e que, no entanto, constituem o cerne do trabalho de informação das publicações locais. “Se estão lá todos os outros órgãos de comunicação, eu não vou” afirma uma das participantes, que ocupa uma posição de direção num jornal local. Mais uma vez, verificamos através deste exemplo o peso das estratégias e escolhas editoriais na determinação do objeto do trabalho jornalístico. E, por fim, aquela que é apresentada como a forma mais difundida e também mais valorizada de notícia, as notícias de última hora ou “*breaking news*”. Segundo percebemos, este formato noticioso foi essencialmente promovido pela televisão e pela rádio, por via das emissões em direto. Acabou, no entanto, por se impor como a notícia por excelência: a informação dada ao vivo, em tempo real, que aparece como inédita e exclusiva. Por trás da procura incessante daquilo que é inédito e exclusivo está uma certa forma de competição. Os participantes indicam que a competição entre órgãos de comunicação ou jornalistas sempre existiu. No entanto, com as novas tecnologias, esta acelerou-se consideravelmente. É verdade que ao longo das sessões foram relatadas formas de cooperação, mesmo entre profissionais de órgãos de comunicação social diferentes, mas aquilo que parece predominar são as pressões impostas aos jornalistas que promovem a competição, a qual acelerou exponencialmente. Há sempre uma certa concorrência pela procura daquilo que é novo e noticiável. O que se traduz na ideia referida por um dos participantes:

“As notícias não esperam.”

Aparentemente, o impacto deste formato acabou por contagiar outras práticas jornalísticas, a que se acabam por aplicar também as exigências do direto: a rapidez de produção e a urgência de divulgação parecem ter contaminado diversas práticas e campos jornalísticos. Bem entendido, estas

exigências têm um impacto decisivo sobre o trabalho dos jornalistas, nomeadamente em termos de pressão produtiva e de intensidade do trabalho, como veremos mais abaixo.

Através desta tipologia das notícias, transparece também uma escala de valorização. Com efeito, apercebemo-nos através dos relatos dos participantes de que algumas notícias têm mais valor do que outras. Por exemplo, “fazer manchete” é valorizado e parece ser tido por um sinal de reconhecimento. A introdução e, mais recentemente, generalização de objetivos comerciais (agravados devido à crise do modelo de negócio do jornalismo) veio, no entanto, alterar esta escala de valores. Parece-nos que, em alguns casos, pode surgir um conflito, ou pelo menos uma potencial contradição, entre aquilo que os jornalistas valorizam ou consideram como um trabalho bem feito e aquilo que algumas direções determinam como prioritário e fundamental. Naturalmente que estas situações podem estar na base daquilo que pode ser designado por “sofrimento ético”. O sofrimento ético é a consequência da traição dos ideais, por isso, é um dos principais motivos de adoecimento relacionado com o trabalho. O sofrimento ético manifesta-se quando o trabalhador é levado a praticar determinadas ações que condena moralmente, por causa do seu trabalho. Este efeito de reprovação da consciência moral (ou de afronta aos valores sociais) pode ser denominado como traição do ego, pelos psicanalistas, ou como dissonância cognitiva, pelos psicólogos. É preciso encontrar defesas para salvaguardar o psiquismo das agressões provenientes deste tipo de episódios. Nestes casos, podem ser mobilizadas as designadas estratégias defensivas (que tanto podem ser individuais como coletivas), as quais podem ser definidas como um mecanismo utilizado por muitos trabalhadores para suportar e ajustar o sofrimento produzido pelo trabalho e, assim, conseguirem manter a aparente normalidade do seu funcionamento psíquico. As estratégias de defesa são, então, construídas por trabalhadores de modo subtil, engenhoso, diversificado e recorrendo à criatividade/inventividade. Muitas vezes, são estes mecanismos que permitem aos trabalhadores “sobreviver”, sem descompensar, num universo laboral cada vez mais fragmentado, desestruturado, opressivo e competitivo.

Parece-nos importante realçar este aspeto porque, ao assinarem peças, os jornalistas assumem um compromisso, que acarreta responsabilidade. Uma das especificidades da profissão é que os jornalistas são autores do que escrevem e, portanto, responsáveis pelas ideias que avançam. Uma das participantes mencionou-o da seguinte forma:

“O meu nome é a única coisa que eu tenho para fazer carreira.”

Os jornalistas assumem posições que divulgam num espaço público. Ora, assumir publicamente opiniões acarreta sempre um risco. Risco esse que pode ser suportado psiquicamente se por um lado tivermos condições para acreditar naquilo que escrevemos e se, por outro lado, pudermos verificar a

veracidade daquilo que avançamos. A convicção e a certeza são aqui dois ingredientes necessários para combater a angústia que pode ser gerada pelo peso da responsabilidade. Ora, a organização do trabalho dos jornalistas nem sempre parece permitir esta segurança: a intensificação e a aceleração da produção impedem muitas vezes de consolidar os factos e opiniões apresentadas, e as metas e objetivos comerciais podem levar a que os jornalistas tenham de empregar o seu nome para promover ideias e práticas com que não concordam inteiramente.

Paralelamente, alguns participantes insistem no impacto do modelo de financiamento do jornalismo sobre o trabalho real dos jornalistas:

“Não existe liberdade quando se ganha o ordenado mínimo.”

“O jornalismo é demasiado importante para estar entregue ao mercado.”

“A publicidade transferiu-se para o Facebook, a Google, etc. Porque as redes sociais é que chegam às massas.”

“Até a programação dos órgãos de referência é determinada pelos pagantes, por quem paga anúncios ou faz parcerias.”

A introdução de critérios e objetivos comerciais modifica inevitavelmente o conteúdo do trabalho, ditando novas prioridades e objetivos a atingir. Por exemplo, impõe alguns temas:

“Uma capa com praias vende mais.”

“Já se sabe que aquele filão vende tanto, por isso tem de se fazer.”

E acabam por ter um impacto tanto no fundo como na forma das peças:

“Agora querem fazer *product placement* nas nossas peças.”

“Peças sobre viagens permitem recrutar anunciantes de agências de viagens.”

Os grandes órgãos de imprensa dispõem em geral de uma equipa comercial, coisa que já existia anteriormente. No entanto, não existiam interferências da direção comercial no conteúdo do trabalho da direção editorial. As interações que existiam não tinham de facto impacto sobre o conteúdo das peças. Alguns dos participantes afirmam que atualmente “as vendas são um critério editorial”, o que

se traduz, nomeadamente, em objetivos quantitativos a atingir. Uma participante indica, por exemplo, que têm de “alcançar um certo número de *page views* no *site* até tal data” e que parte do seu trabalho consiste em atingir os objetivos num conjunto de *Key Performance Indicators* definidos pela direção. A introdução de metas quantitativas tem um duplo impacto: produz uma intensificação do trabalho, nomeadamente quando a renovação do contrato de trabalho ou as progressões de carreira dependem do cumprimento das metas. Este aspeto está diretamente articulado com uma das técnicas de gestão modernas, baseada na avaliação individual. Assim, a avaliação individualizada do desempenho exalta a competição entre os trabalhadores e acaba até por funcionar como uma ameaça. Pois se a minha avaliação for pior do que a dos meus colegas, serei sempre penalizado, direta ou indiretamente. Ao incentivarem a busca incessante de resultados quantitativos, estes métodos de organização do trabalho promovem uma intensificação do trabalho e, simultaneamente, potenciam a ocorrência de tensões, conflitos e mal-estar.

Estes fatores modificam o sentido do trabalho, pois não é idêntico ter por missão profissional atingir certas metas ou produzir informação de qualidade. Tanto o primeiro como o segundo aspeto podem estar associados a formas específicas de sofrimento no trabalho:

“Quatro pessoas já estiveram de baixa por *burnout* na minha redação.”

À pressão produtiva induzida pelas metas acrescenta-se a pressão oriunda do trabalho por prazos:

“A questão da pressão tem a ver com prazos.”

“Aquilo que antes era o pico, o dia de fecho, hoje acontece todos os dias. Desde a digitalização é todos os dias.”

Configura-se assim uma organização do trabalho em que a conjunção das metas de produtividade, dos prazos e da precariedade levam a uma intensificação do trabalho. Por outras palavras, a precariedade laboral está associada a fracos níveis de prestígio e reconhecimento: a valorização social é tendencialmente baixa, o conteúdo do trabalho não é considerado estratégico, os direitos e a proteção do emprego são frágeis, o estatuto social e os salários são baixos e o trabalhador está, normalmente, sujeito a inúmeros riscos e vulnerabilidades. Regra geral, os trabalhadores precários são sistematicamente tornados “invisíveis” e são considerados “descartáveis”. A precariedade pode também ser vista como um processo de profissionalização falhado, decorrente, por exemplo, da aplicação de algumas técnicas iatrogénicas de gestão empresarial, tais como: a intensificação do trabalho, a avaliação individual de desempenho, a gestão pelo *stress*, pela ameaça

ou pelo assédio. Muitos jornalistas viveram (e alguns ainda vivem) a precariedade como um “modo de vida” desgastante e corrosivo para as suas aspirações pessoais.

“Fui falso recibo verde durante dez anos, dizia que sim a tudo, sentia-me muito vulnerável. Não tirei férias durante anos.”

Acrescenta-se à precariedade a falta de oportunidades profissionais:

“Há falta de oportunidades. Se eu me despedir, que era o que gostava de fazer, só tenho dois ou três sítios para onde posso ir trabalhar.”

Esta falta de alternativas leva alguns a mudar de profissão e a ir trabalhar, por exemplo, para o ramo da comunicação. Em tom humorístico, uma das participantes dizia o seguinte a propósito de uma colega que escolheu ir trabalhar numa agência de comunicação: “Foi para o lado mau da força.” Esta observação parece-nos reveladora, por um lado, daquilo que confere sentido ao trabalho dos jornalistas (a liberdade de conteúdo, o serviço do interesse público, a importância da missão de informar, etc.) e, portanto, daquilo que valorizam, mas também daquilo que se encontra totalmente desvalorizado na sua profissão: um horário de trabalho regular, remunerações dignas, etc. A mudança de carreira implica, no entanto, a renúncia à paixão profissional e, necessariamente, a uma das dimensões centrais do prazer no trabalho.

“A única explicação para nós aturarmos isto é o amor à profissão.”

Cabe-nos dizer que o amor à profissão referido pelos participantes não pode ser cinicamente reduzido a uma fantasia romântica, derivada de uma visão idealizada da profissão. Trata-se, pelo contrário, de um elemento fundamental do ponto de vista da identidade e, desde logo, do equilíbrio psicossomático. Os participantes enunciam-no claramente: o amor à profissão é o que os faz suportar uma série de contrariedades, nomeadamente as más condições de trabalho. É claro que “amor à profissão” é uma fórmula demasiado condensada, que reúne vários aspetos centrais do ponto de vista da subjetividade. Em todo o caso, parece-nos evidente, partindo das afirmações dos participantes, que a escolha da profissão de jornalista responde a motivações pessoais que estão intimamente ligadas à possibilidade de contribuir para o avanço de certos valores e instituições sociais. Ou seja, à possibilidade de, através do seu trabalho, poder contribuir para uma melhoria da condição humana. Trata-se aqui de um elemento central do sentido do trabalho e desde logo da realização pessoal dos jornalistas.

3. Aspetos quantitativos e qualitativos do horário e da carga de trabalho

Talvez a questão que mais tenha ocupado as nossas discussões durante as sessões dos grupos focais tenha sido a dos horários de trabalho. No caso dos jornalistas, a questão do horário de trabalho apresenta características específicas, que lhe conferem um papel central e, portanto, um impacto subjetivo determinante, pois o horário de trabalho, neste caso, não remete apenas para uma dimensão quantitativa, medida em horas de trabalho (embora a quantidade de horas trabalhadas seja evidentemente, e por si só, uma questão relevante). Existem igualmente aspetos qualitativos do horário de trabalho que parecem ter um impacto tão ou mais importante do que a quantidade de horas trabalhadas. Trata-se, portanto, de analisar as várias dimensões do tempo de trabalho, na sua relação com a carga de trabalho, por um lado, e com o tempo fora do trabalho, por outro lado.

Embora os participantes no grupo tenham, cada um da sua forma, insistido na singularidade do seu trabalho de jornalista (diretor de jornal, jornalista numa redação com horário regular, jornalista com horário por turnos, etc.) – e, por conseguinte, na dificuldade de comparar a situação de uns com a situação de outros –, parece-nos possível identificar alguns aspetos problemáticos dos horários de trabalho.

Uma das queixas centrais diz respeito à falta de cumprimento da legislação em termos de regulação e remuneração das horas de trabalho:

“Não há controlo das horas.”

“Temos cargas horárias atrozes. Em 19 anos, nunca tive um horário. Nunca sei à segunda-feira o que vou fazer durante a semana.”

“Pelas minhas contas, estou a fazer quinze horas extra de trabalho não pago por semana.”

Sobre este ponto, os participantes queixam-se essencialmente da falta de limites do horário de trabalho e das horas excessivas que resultam dessa falta de limites. A extensão dos horários de trabalho (mesmo nos casos em que há isenção de horário) tem naturalmente um impacto muito direto em termos de desgaste e de cansaço.

Para além do excesso de trabalho, os participantes salientam igualmente a imprevisibilidade dos horários de trabalho, patente nesta afirmação:

“Não posso combinar nada para amanhã porque podem-me ligar às 9 da noite a marcar trabalho.”

A impossibilidade de prever ou antecipar os horários de trabalho tem várias consequências. Tem um impacto, claramente enunciado pelos participantes, na organização da vida social e familiar de cada um:

“Quando combino alguma coisa com os meus amigos digo sempre ‘em princípio’.”

Ou seja, o tempo de trabalho, quando não é balizado ou não se encontra delimitado por horários de entrada e de saída, impossibilita a organização dos restantes espaços temporais, constantemente condicionados pelos imperativos profissionais. Mas a inconstância dos horários tem também um impacto do ponto de vista da qualidade do trabalho, porque não permite o tempo necessário ao desenvolvimento de competências. A inteligência no trabalho é sempre orientada pelo esforço de se antecipar à realidade, a fim de evitar os incidentes ou problemas. Eis um exemplo dessa capacidade de antecipação característica da inteligência no trabalho:

“Na fotografia temos de andar sempre meio segundo antes da realidade. Temos de ver a fotografia antes de ela acontecer. Temos de antecipar e isso exige uma concentração permanente.”

Este exemplo vale, na realidade, em todo o tipo de trabalho. Os trabalhadores procuram antecipar, preparar, estar em avanço em relação aos acontecimentos que poderiam vir perturbar o bom desenrolar do seu trabalho. É precisamente por isso que a imprevisibilidade dos horários e tarefas causa tanta angústia aos jornalistas, porque impossibilita essa antecipação providente:

“A ansiedade de não saber o que vou fazer.”

Ao não saber qual a missão ou tarefa que lhe vão atribuir, o trabalhador não se pode preparar mentalmente. Ora, para poder ultrapassar os desafios colocados por cada nova tarefa, é necessário desenvolver novas competências, que exigem tempo. Como já foi demonstrado por diversos estudos, existe um conflito entre a rapidez e a qualidade. Mas estas novas competências não caem do céu, só surgem se toda a subjetividade estiver envolvida, não só no local de trabalho, mas também fora do tempo de produção, como uma preocupação permanente da mente que contamina o tempo privado:

“Quando estou a fazer um artigo eu não como, não durmo, não faço mais nada.”

“A profissão está sempre cá.”

“Tenho a lista dos temas pendentes sempre na cabeça.”

A invasão do espaço psíquico pelo trabalho representa um processo normal. É a condição do desenvolvimento de novas competências. Esta particularidade está relacionada com a mobilização de uma forma específica de inteligência, que a psicodinâmica do trabalho caracterizou como sendo uma “inteligência prática”. A inteligência prática, forma de inteligência criativa e astuciosa, é solicitada predominantemente quando do nosso encontro com o real do trabalho, ou seja, com tudo aquilo que escapa à mestria técnica e científica. O trabalho, no sentido que este termo tem na psicodinâmica do trabalho, caracteriza-se por uma série de eventos imprevisíveis que se impõem ao trabalhador: acidentes, avarias, falhas técnicas... Para lidar com estes imponderáveis, é necessário desenvolver uma forma de inteligência específica, uma inteligência que inventa soluções para problemas até então desconhecidos. Ora, aquilo que revelam os estudos em clínica do trabalho é que esta inteligência exige um envolvimento total da subjetividade do trabalhador. Para se tornar competente no seu trabalho, este precisa de aceitar a experiência do real e os fracassos subsequentes até ao ponto de não conseguir dormir de noite, até contaminar as relações no espaço doméstico, até sonhar com isso. Para me tornar um trabalhador capaz terei de me deixar possuir pelo meu trabalho. De facto, as preocupações profissionais penetram tão profundamente na subjetividade que chegam até a atingir o conteúdo dos sonhos. Este processo, quando é bem-sucedido – ou seja quando tem por resultado a solução dos problemas de trabalho e quando é reconhecido como uma contribuição para a qualidade do trabalho –, representa uma fonte de prazer inestimável, que desempenha um papel fundamental na realização pessoal e, desde logo, no reforço da identidade. Mas são necessárias condições específicas, em termos de organização do trabalho, para que o sofrimento decorrente do encontro com o real possa ser transformado em prazer.

A invasão do espaço psíquico pelo trabalho pode, em certas circunstâncias, tornar-se uma fonte de sofrimento patogénico. No caso destes grupos focais, várias voluntárias indicam que a sua participação nesta pesquisa foi motivada, precisamente, por preocupações relacionadas com a conciliação entre vida profissional e vida familiar e a invasão do tempo pessoal pelos constrangimentos do trabalho aparece, neste contexto, como uma fonte de sofrimento.

4. Duas visões opostas da profissão ou o conflito entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo

Uma das queixas, já mencionadas, dos participantes tem a ver com a dificuldade de regulação do tempo de trabalho. O trabalho aparece como algo sem limites, do qual é difícil escapar. Em determinados momentos há até a sensação de que somos “perseguidos” pelo trabalho. Ao ouvirmos os participantes, encontrar formas de controlar este “polvo” que representa o trabalho parece vital para assegurar um equilíbrio psíquico:

“Tenho uma colega que desinstala as aplicações dos jornais quando vai de férias.”

“Criei o meu próprio projeto para fugir a estas dificuldades do jornalismo.”

“Ao longo do tempo consegui criar mecanismos para desligar.”

Cada um encontra os seus truques, as suas estratégias, para lidar com o excesso de trabalho. Mas aparentemente trata-se de artifícios individuais. Não parecem existir modos de regulação coletiva da sobrecarga. Ou seja, a sobrecarga não é considerada um problema de trabalho coletivo. Parece, na maioria das vezes, ser considerada como uma incapacidade individual:

“Parece que estou sempre em falta. Sinto-me culpada por não conseguir responder às solicitações.”

Ou, então, como um fenómeno anormal:

“Existem os doentes pela profissão.”

Ou ainda, por fim, como uma fatalidade, um aspeto incontornável da profissão, mencionado por vezes com orgulho:

“Um jornalista não tem horário.”

Parecem, portanto, coexistir no seio da profissão três leituras possíveis da sobrecarga de trabalho:

- No primeiro caso, o trabalhador queixa-se da sobrecarga, sente-se ultrapassado, mas interpreta a sua sobrecarga como uma incapacidade pessoal de lidar com as solicitações profissionais. É fácil de imaginar que esta leitura possa gerar sentimentos de insuficiência, de culpabilidade, de auto-desvalorização e estar assim associada aos sinais prodrómicos de patologias ansiosas e depressivas.

Nesta leitura, se o trabalhador acabar por adoecer devido à sobrecarga de trabalho, será por incapacidade pessoal de gerir a sobrecarga: incapacidade de dizer não, falta de firmeza para estabelecer limites, atitude demasiado altruísta ou benevolente, etc.

- No segundo caso, o trabalhador não só não se queixa do excesso de trabalho, como parece procurar ativamente a sobrecarga, acelerando o ritmo de trabalho e procurando sempre novas solicitações. Aqui, o excesso de trabalho não seria imposto, mas voluntário. De novo, se o trabalhador adoecer, será devido aos seus excessos: empenho excessivo, perfeccionismo, idealismo, etc. Neste cenário, a exploração (física e psíquica) é levada ao extremo, particularmente a autoexploração (camuflada, por vezes, sob a capa de realização pessoal e necessidade extrema de reconhecimento). De certo modo, o jornalista explora-se a si mesmo e acredita que isso é o meio para obter a realização pessoal/profissional. A autoexploração tende a ser mais “eficiente” do que a exploração feita pelo outro, dado que é vivida com um sentimento de liberdade. A partir de um certo prisma, podemos afirmar que é uma forma de sofrimento autoinfligido que tem por base a concorrência e a competição dentro da profissão.

- Por último, a terceira leitura preconiza que a sobrecarga é uma característica inevitável da profissão. Da mesma forma que certas profissões estão expostas a riscos profissionais específicos (trabalho em altura e com cargas pesadas na construção, riscos infecciosos em ambientes hospitalares), o jornalismo teria, como característica inerente, horários de trabalho desregulados. Tratar-se-ia, de certa forma, de um risco profissional da profissão, portanto de uma característica natural, inalterável. Sendo assim, é da responsabilidade do trabalhador proteger-se desse risco.

Em qualquer um destes casos, é o indivíduo que é julgado responsável pelo seu desgaste. É culpado por querer trabalhar demais, ou então por não conseguir trabalhar menos. Notemos, todavia, que esta culpabilização dos trabalhadores geralmente só sucede quando ocorrem descompensações ou distúrbios psicológicos. Caso contrário, a sua dedicação é geralmente elogiada pela empresa e o seu perfeccionismo louvado como uma qualidade profissional.

Qualquer uma destas interpretações apresenta sérias limitações, nomeadamente porque analisa a relação subjetiva com o trabalho de um ponto de vista meramente psicológico, no sentido redutor do termo. Ou seja, não leva em conta a função de certos comportamentos ou atitudes relativamente ao conteúdo do trabalho. A dificuldade dos jornalistas de produzirem uma análise da relação entre a sua organização do trabalho e a sua vivência do trabalho parece-nos ser uma das razões que conduz numerosos dentre eles a uma situação de impasse psicológico, pois o dilema que se lhes coloca é de facto inquietante: como fazer para lutar contra o excesso de trabalho e o desgaste? Recusar novas solicitações, correndo o risco de ser posto de parte e substituído por colegas mais novos e mais

disponíveis, ou de perder novas oportunidades de trabalho? Aceitar diminuir os seus padrões de exigência e de qualidade de forma a poupar tempo e energia, mas entregar em contrapartida peças que lhe interessam menos, ou pior, das quais não se consegue orgulhar? Tentar transferir a sua carga de trabalho para os subordinados, colocando-os assim sob pressão para aliviar a sua? Levantamos a hipótese de que nenhuma destas alternativas seja plenamente satisfatória para os jornalistas. Enquanto a profissão e o trabalho de jornalista for descrita e analisada unicamente graças a categorias ideais e desindexada do trabalho real com sentido e significado, as alternativas existentes serão sempre insuficientes.

Neste momento, temos a impressão de assistir ao confronto entre duas visões contraditórias do trabalho de jornalista – que são também duas formas de ideais-tipo da profissão. Por um lado, uma visão que considera o jornalismo como uma espécie de sacerdócio, uma nobre missão exigindo entrega e disponibilidade total. Neste caso, predomina uma conceção quase heroica do jornalista, em que o seu papel é glorificado. Esta glorificação exige uma ética do sacrifício e, portanto, uma devoção plena. Nesta conceção, “o jornalismo não tem horas”. Segundo os relatos dos participantes, este modo de exercício da profissão está amplamente associado a práticas *viris*⁷: praxes, consumo de álcool, virulência e brutalidade das relações profissionais, etc. Todos os estudos em clínica do trabalho mostram que as atitudes *viris* servem uma função protetora, pois permitem combater simbolicamente o sofrimento gerado pela dureza do trabalho. Deste modo, a exibição da força, a exaltação da coragem, o elogio da insensibilidade são parte integrante de estratégias de defesa que permitem salvaguardar os indivíduos de uma série de riscos psíquicos, nomeadamente do medo gerado pelas situações de perigo aos quais os indivíduos são sujeitos em nome do trabalho. Neste caso, as atitudes *viris* desenvolveram-se provavelmente como um modo de resposta aos perigos enfrentados em certos contextos de trabalho jornalístico, nos quais predominam riscos que é preciso aprender a ignorar ou a suportar para poder continuar a trabalhar.

Em contraste com esta visão da profissão, e com o princípio da dedicação total que veicula, pudemos igualmente aperceber-nos de que existe entre os jornalistas uma aspiração a outras formas de praticar a profissão. Formas em que seja possível ter um horário de trabalho, trabalhar menos horas, em que não seja necessária disponibilidade total para responder às solicitações profissionais. No fundo, uma forma de viver o trabalho que permita a existência de limites e em que seja possível

⁷ No sentido em que é aqui empregue, o termo *virilidade* designa um conjunto de atitudes, comportamentos, gostos e disposições socialmente associadas aos homens, como por exemplo o uso da força, a insensibilidade, a coragem. Não se trata de características naturalmente associadas ao sexo masculino devido a uma causalidade natural ou genética, mas de uma construção social que, de forma estereotipada, define aquilo que a sociedade espera dos indivíduos que pertencem ao grupo social dos homens. Desde logo, tanto um homem como uma mulher se podem comportar de forma viril.

recusar uma solicitação sem nos sentirmos culpados. Este último aspeto não é de somenos importância, pois, do nosso ponto de vista, revela-nos algo acerca da hierarquia moral implícita dos jornalistas. O sentimento de culpa surge como testemunho de um sentimento de ilegitimidade ou de insuficiência. As reivindicações de regulação do horário de trabalho são formuladas timidamente, como se padecessem de falta de legitimidade. Porquê? Porque o ideal profissional valorizado entre os jornalistas continua, na realidade, a ser o heroísmo e a dedicação sem limites. O “verdadeiro” jornalista é o jornalista que não conta as horas. Os outros são “versões menores” da profissão. Existe uma escala moral na qual o topo continua a ser a figura do “jornalista missionário”. Face a este ideal, as reivindicações pela regulação do horário do trabalho são consideradas por alguns como uma falta de entrega. Ao jornalista é exigida uma entrega de corpo e alma. Menos do que isso é pouco, fica aquém das exigências morais da profissão. Aqueles que, assoberbados, esgotados, assolados pelo cansaço e pelo desgaste, tentam estabelecer limites vivem essa tentativa de regulação como uma incapacidade, como uma insuficiência. Não são, em suma, “jornalistas à sério”. O sentimento de não ser capaz, ao que se junta o julgamento depreciativo dos colegas e das organizações, pode levar ao sentimento de culpabilidade.

Não nos parece fortuito que este segundo ideal profissional, de uma profissão regulada, seja essencialmente formulado por mulheres (embora também alguns dos participantes homens tenham formulado queixas a propósito deste *ethos* profissional). Foram, com efeito, as participantes que insistiram para tornar visível esta alternativa ao modelo dominante, claramente marcado por elementos viris, como já salientamos. Do nosso ponto de vista, isto não significa que as mulheres sejam menos capazes ou mais frágeis do que os homens face à sobrecarga. Simplesmente, a sobrecarga é um problema mais sério para quem tem de conciliar as exigências profissionais e as domésticas. Dito de outra forma, não se trata de um problema de homens ou de mulheres. Trata-se do problema da conciliação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, retomando a formulação consagrada pela sociologia da divisão sexual do trabalho. Será possível “não dormir, não comer, não fazer mais nada” para escrever um artigo quando temos outros seres (crianças, pessoas doentes ou idosas) a dependerem dos nossos cuidados? Se, por causa do trabalho, “em casa já sabem que não contam comigo para nada”, como é que a roupa e a loiça aparecem lavadas, a comida preparada? Alguém terá de o fazer... A articulação entre o trabalho dito produtivo (o trabalho de produção, remunerado) e o trabalho dito reprodutivo (o conjunto de atividades que permitem a reprodução biológica e afetiva da vida humana e que são em geral realizadas gratuitamente pelas mulheres em prol dos homens) é um problema que só se coloca para quem acumula os dois tipos de trabalho, profissional e doméstico. É precisamente por, tradicionalmente, acumularem as duas tarefas

que as mulheres são mais sensíveis à sobrecarga e às dificuldades por ela levantadas. Quem tem ao seu cuidado outros seres dependentes, ou quem tem de assegurar tarefas domésticas imprescindíveis não se pode permitir estar indisponível por causa do trabalho. Logo, quando a disponibilidade total ou a entrega sem limites são exigências profissionais, entram rapidamente em conflito com as exigências do trabalho doméstico. O que as participantes exprimem muito claramente, evocando a questão da conciliação entre vida pessoal e vida profissional, ou entre trabalho e família. Provavelmente, durante um certo período as remunerações dos jornalistas permitiram sustentar uma divisão sexual do trabalho em que a carga doméstica era delegada nos companheiros e companheiras, ou em trabalhadoras domésticas, libertando assim totalmente o jornalista para as tarefas profissionais. No entanto, as remunerações atuais já não permitem manter esta divisão do trabalho e, portanto, assegurar a disponibilidade total dos jornalistas. É provável também que o conflito entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo tenha tido um impacto sobre a natalidade desta categoria profissional, levando alguns jornalistas a abdicarem do projeto de ter filhos:

“Já cheguei a pensar que se quisesse ter filhos isso ia ser complicado.”

A resolução deste conflito não passa pela escolha entre um dos dois modelos ou dos dois ideais de profissão. Passa, sim, por pensar as transformações da profissão a partir da organização do trabalho e do trabalho real, concreto, dos jornalistas. Atualmente, as condições concretas de exercício da profissão não permitem realizar o ideal que numerosos jornalistas têm ainda por horizonte. Mas nestas condições, este ideal não passa de um imperativo inalcançável e de certo modo tirânico, porque inatingível devido às condições concretas de trabalho. A distância entre a realidade quotidiana do trabalho e este ideal profissional é uma fonte de sofrimento e desânimo para muitos jornalistas que deve ser levada a sério, sob o risco de continuarmos a exigir a estes profissionais aquilo que não lhes damos condições de alcançar.

Testemunhos de Jornalistas

Estagiar recebendo 150€ por mês - Nuno Viegas

Haver um estágio obrigatório para aceder à carteira profissional, mas não uma remuneração mínima efetivamente garantida nos estágios de entrada na profissão, torna o acesso às redações um privilégio geográfico e de classe. Com os meios locais largamente incapazes de empregar mais jornalistas assalariados, quem tenta entrar no jornalismo precisa de se empregar em Lisboa. Precisa, portanto, de pagar uma renda em Lisboa, enquanto faz do jornalismo “a sua atividade principal e remunerada”. Eu fi-lo, quando estagiei na fundação da Rádio Observador, recebendo 150€ por mês, mediante a entrega de faturas de alimentação (já confeccionada, não podia ser carne fresca, por exemplo) com o número de contribuinte da redação. Sou dos Açores. Só pude viver em Lisboa enquanto estagiava numa rádio nacional porque ainda recebia mensalmente um crédito pessoal da Caixa Geral de Depósitos que contraíra para pagar a licenciatura. Para muitos, é preciso viver em Lisboa, ou ter as condições económicas para o fazer recebendo menos do que se paga por um quarto, para ter carteira profissional de jornalistas. Isso nota-se na diversidade das redações.

O estagiário mal pago, como o empregado mal pago, para além de estar submetido a uma humilhação económica, está fragilizado na sua autonomia jornalística. Sente menos segurança para desafiar uma chefia, editorialmente, deontologicamente, ou em questões laborais. A clausula de consciência não existe de facto para o jornalista precário. O editor de noticiários de manhã 2, com uma equipa de estagiários abaixo de si, ainda com carteira de colaborador, a receber os mesmos 150€ por mês, não tem poder editorial.

É nas condições de produção jornalística, construídas num ambiente de abuso laboral sistémico, que se atenta maiormente contra a deontologia. O jornalista que trabalha da madrugada ao início da tarde, parando breves minutos para almoçar, publicando uma dezena de peças, entre o que pica de outros jornais, as “Lusas” que puxa e as reações que recolhe, nunca tem a hipótese de fazer jornalismo. A necessidade de publicar primeiro, motivada pela *paywall* (que torna o estar informado um privilégio de classe) ou pela publicidade, leva a que se publiquem apenas títulos, se envie o *push* antes de escrever o *lead*. A notícia em atualização é uma notícia por escrever, a que não se fez contraditório, verificação de factos, nem, frequentemente, edição. Cometemos erros grosseiros – também eu cometi imensos – e perdemos perspetiva, sentido crítico e critério editorial (disso é exemplo a cobertura que fiz do Basta, depois Chega). A omnicobertura impossibilita o jornalismo.

A grelha de atualidade da rádio sofre do mesmo mal. O que não é refrescado, não tem bons sons, não

dá reações, cai do alinhamento. Foi o caso de um relatório do Comité para a Prevenção da Tortura da ONU, em 2019, por exemplo, que cobrimos no jornal das 18 horas, para desaparecer da antena da Rádio Observador ainda no turno da noite, por falta de reações novas. Apesar de apontar maus-tratos nas polícias portuguesas e abusos de direitos humanos nas prisões. A novidade sobrepõe-se a qualquer outro valor notícia.

A rapidez de produção, na rádio como no *online*, impulsiona ainda a homogeneização da cobertura. Quando é preciso ter um som para a síntese da meia hora, ou logo para o noticiário seguinte, tem de se falar com alguém que atenda o telefone, alguém da lista de contactos da redação, alguém que já se conhece. Falam as mesmas vozes, os mesmos poderes, os mesmos analistas. As histórias que exigem tempo, investigação, saídas da redação, horas perdidas com fontes, o testemunho de pessoas sem assessor, tornam-se raras, privilégios. Montam-se em horas extraordinárias não remuneradas, em fins de semana. Aceita-se o abuso laboral reiterado pela possibilidade de produzir jornalismo em vez de disseminar informação.

Cortar equipas, eliminar editores e verificadores de factos, exigir o direto permanente é também atentar contra o direito a informar. É necessário garantir condições para a prática do jornalismo. É necessário usar de parcimónia editorial.

Nuno Viegas

Jornalismo de perdição – Por Guiomar Belo Marques

De que falamos quando falamos de jornalismo? Da verdade ou de uma espécie de boatos?

O jornalismo tem várias vertentes. Para mim, que tive o privilégio de aprender com grandes jornalistas, aquilo a que se chamava tarimba, o jornalismo já quase não existe. Enfim, talvez ainda valha alguma coisa em escassos jornais que tentam sê-lo.

Quando comecei a trabalhar, em 1980, era uma muito jovem estagiária que ao mesmo tempo que frequentava o primeiríssimo curso de Comunicação Social, da Universidade Nova de Lisboa, vivia entre a redação do Diário de Lisboa e a faculdade. A conjugação destas duas aprendizagens foi muito importante. De algum modo, ia tendo as cadeiras de início da faculdade, ao mesmo tempo

que ia aprendendo o que era ser jornalista. Com humildade, fui corrigindo os meus erros com os veteranos, que me alertavam para a importância de múltiplos disparates que não devia escrever. Por exemplo: que não se diz pelas tantas horas, mas sim às tantas horas; que quando não temos a certeza de um facto, não existe notícia; que a linguagem jornalística é assertiva e nunca, em circunstância alguma, devemos usar condicionais, que devemos evitar as cacofonias, a repetição de palavras, os arrebiques alternativos. Em jornalismo só pode haver certezas. Ou seja, tudo ao contrário daquilo que atualmente se pratica.

Entre o pouco interesse que a faculdade foi tendo para mim e a imensa aprendizagem que a redação me dava, esta última era muito mais interessante e empolgante. Uma verdadeira paixão. Todos os dias, os chefes ou os redatores que viam os meus textos me foram ensinando. E entre a faculdade e a tarimba, para a miúda que eu era e se dividia, o lugar do jornalismo estava onde sempre aprendi mais: na redação!

Tive o privilégio de humildemente ir evoluindo, na consciência de que ser jornalista é um trabalho no qual só a verdade interessa. Nas redações aprendi a ética e a deontologia, a par do valor da responsabilidade de dar aos leitores a notícia imaculada. Aprendi muito mais nas redações por que fui passando do que na faculdade, embora ela também me tenha ensinado coisas. Muitas, na verdade, mas menos úteis.

Considero que, no tempo mais ou menos presente, que de algum modo já é passado, o jornalismo tornou-se a antítese de si mesmo. Não por vontade própria dos jovens que estudam no meu ancestral curso, mas porque julgando tudo saber no meio académico, deixam de aprender com a essência dos mais velhos, os melhores mestres (alguns dos quais com a 4ª classe), sem respeitarem a deontologia e o leitor, e perdendo, assim, a consciência de se tratar de uma profissão de grande responsabilidade, voluntariosa, cívica, e um exercício de humildade.

De que falamos, afinal, hoje em dia quando falamos de jornalismo? De que massa crítica falamos quando falamos de jornalismo?

A par da questão deontológica, a ferramenta essencial é a língua, a nossa língua, à qual devemos, também, um respeito essencial. Sem bom português não há bom jornalismo. Lamentavelmente, ele é sistematicamente abastardado. Escreve-se e fala-se de ouvido, sem a consciência indispensável de se saber usar o português. Felizmente agora existe o corretor ortográfico, que esconde a ignorância da língua pátria. Na minha geração, vivíamos com o Prontuário Ortográfico. E aprendíamos sempre mais qualquer coisa.

Dou alguns exemplos óbvios e absolutamente lamentáveis:

As vacinas apanham-se, sempre assim foi, tal como as injeções. Pela boca só tomamos as bebíveis,

como a da pólio, por exemplo. Com o Covid, as vacinas passaram a tomar-se, o que é um enormíssimo disparate, que se banalizou. Imagino, porque durante muitos anos convivi com telexes traduzidos no Brasil, que este enorme erro tenha essa proveniência, uma vez que os brasileiros dizem tomar (até na cara...) aquilo que no português de Portugal se designa por apanhar. Há muitos outros exemplos, como as aeronaves, que deixaram de ser aviões, o isto e o isso, que em geral os brasileiros dizem erradamente ao contrário, sem terem em conta a proximidade ou a distância. E muitas outras expressões mal utilizadas quotidianamente. Nada tenho contra o modo como os Brasileiros utilizam o português, que na leitura da boa literatura nem nos apercebemos das diferenças, mas não é admissível que percamos a múltipla e rica variedade dos nossos vocábulos. Do mesmo modo, é insuportável a recorrente imitação de muletas até à náusea, como foi o caso dos constrangimentos quando do problema das maternidades, como uma moda vocabular, sem imaginação criadora e diversificada. Também deixámos de ter experiências e passámos a experienciar, vivenciar, etc, etc, etc... Para já não falar dos CEO e outras expressões oriundas dos States, que logo vamos a correr usar, para que se perceba que somos muito informados e modernos.

Em jornalismo não existe terá dito, terá feito, terá algo, precisamente porque a exatidão é a base da confiança do leitor na verdade da informação. Se não temos a certeza do que estamos a dizer, então não dizemos. É assim o jornalismo. Portanto, vivemos quotidianamente a absorver aquilo que não respeita a essência da atividade. As palavras incendeiam as mentes quando não são usadas corretamente. Vivemos encharcados de hipóteses, com palavras perniciosas. Mais do que jornalismo, aquilo que por tal se faz passar é essencialmente propaganda mascarada, martelada e jamais posta em causa, de forma acéfala.

Os vocábulos têm um valor. Escolher um ou outro não é indiferente. As palavras não são inocentes, também são ideológicas. A obrigação do jornalista é estar alerta, é fazer aquilo que se lhe exige, ou seja, ser o tal contrapoder que ajuda as pessoas a refletir e a esclarecer-se. Não é isso que se verifica.

A redução drástica dos quadros das redações produziu um golpe duro e altamente nefasto. O tempo da paciência de aprender e ensinar deixou de existir. Hoje em dia, mesmo que se pretendesse corrigir e orientar um jovem jornalista, a verdade é que já não há quem saiba o suficiente para ensinar. Não há tempo nem disponibilidade para obrigar a refazer, a reescrever, a, no fundo, aperfeiçoar o trabalho, a melhorar. Os despachos da Lusa, a nossa agência noticiosa nacional, são arrepiantes. Saem diretamente para as redações e ninguém os altera. Toda a cadeia da notícia é abastardada, num meia bola e força sem vigilância.

Para concluir, quero apenas deixar uma dúvida: o jornalismo melhorou com os cursos de jornalismo, ou de comunicação social, ou de ciências da comunicação, que atribuem títulos académicos e aboliram o tempo de estágio? Pela minha parte estou arrependida. Teria sido muito mais útil profissionalmente ter tirado o curso de Literaturas. Sempre me apetrecharia melhor. Porque o jornalismo, esse, aprendi-o com os craques. A saber fazer com todas as regras e na consciência do essencial: a verdade! Nas redações!

O trabalho, o emprego, o ministro e a greve - Pedro Sousa Pereira

Sou jornalista desde 1989. Frequentei um curso superior de comunicação social, trabalhei num jornal, em duas rádios, numa televisão e atualmente encontro-me ao serviço da única agência de notícias portuguesa (Agência Lusa) e defendo o jornalismo simplesmente porque os cidadãos têm o direito de ser informados.

Uma notícia é um facto verdadeiro, confirmado e relevante para as sociedades e que pode ser, regra geral, difundido através de um texto que deve ser claro, conciso e direto; de uma reportagem ou de uma entrevista.

O jornalismo é exercido por jornalistas. Por oposição, o jornalismo não é tempo ou espaço de comentário expresso por comentadores sem informação, sem dados novos ou sem conhecimento dos factos. O jornalismo não é a banalização das transmissões em direto e sem o obrigatório critério de importância noticiosa. O jornalismo rejeita relações de promiscuidade ou de subserviência para com fontes de informação. O jornalismo funciona num espaço que se chama redação onde se juntam várias áreas. O jornalismo tem de ser independente e deve procurar dar voz aos injustiçados e às vítimas de violações dos direitos humanos e explicar da melhor maneira possível os acontecimentos através de factos, citações diretas ou documentos verdadeiros ou pela verificação direta.

No tempo da “tarimba” (em que a experiência era valorizada e os títulos não acabavam com sinais de interrogação), o jornalismo era encarado como vocação que fazia da profissão um *trabalho* criterioso e muito difícil de exercer e em que os sacrifícios – horários sobrecarregados, baixos salários ou deficiências nas condições de trabalho – eram compensados pela importância das notícias publicadas ou transmitidas e que, de alguma forma, alteravam ou ajudavam a alterar o curso da vida social, política ou económica.

A abertura dos espaços informativos nos jornais, nas televisões e nas rádios aos políticos, partidos políticos ou empresários em registo de comentário parcial e em doses excessivas foi a fórmula mais barata que foi encontrada para preencher os espaços que deviam estar ocupados pelo noticiário, que é sempre mais oneroso.

Em Portugal esta fórmula de comunicação disfarçada de informação instalou-se e o *trabalho* passou

a ser um *emprego*, sendo que as empresas de comunicação social passaram a tratar os jornalistas por “colaboradores” e, muitas vezes – de forma errada – a encarar a notícia como “conteúdo”.

Ou seja, para os empresários, jovens editores ou jovens diretores, o espaço da redação passou a ser um sítio onde os “colaboradores” são “produtores de conteúdos”, fazendo cair a importância da experiência, anulando-se o espírito crítico e, frequentemente, os valores de solidariedade entre camaradas de profissão muitas vezes determinantes para o funcionamento de uma redação.

Os jornalistas passaram, portanto, a ser “conteudistas”. Os editores sem “tarimba” passaram a liderar equipas de trabalho (muitos diretores também) e até há casos de administradores que passaram a escrever textos (não jornalísticos), geralmente sem interesse algum, do meu ponto de vista.

É um exagero e uma irresponsabilidade afirmar-se que não há notícias extremamente importantes, reportagens relevantes e entrevistas muito bem preparadas e pertinentes publicadas em Portugal, mas parecem ter caído do céu e são fruto do brio isolado de alguns jornalistas porque as linhas editoriais fortes estão dissolvidas entre os tais “conteúdos” (assuntos sem qualquer relevância noticiosa).

A generalização é sempre complicada, mas, tendo em linha de conta as características demográficas do país, da situação económica ou da iliteracia, o que está a acontecer é simplesmente o controlo da agenda supostamente informativa pelos governantes (Governo ou Presidência da República), pelos partidos políticos, pelas empresas ou pelos burocratas. A opinião, muitas vezes desinteressante, passou a ser excessiva para um número tão escasso de notícias.

Para não se evidenciar o que na verdade está a acontecer disparam-se cortinas de fumo, plantam-se alegações, “bengaladas” e trocas de acusações entre os mesmos protagonistas, todos os dias em forma de ação/reação, o que não acrescenta nada aos leitores a não ser uma espécie de teatro que depois desaparece sem produzir qualquer consequência, a não ser entreter.

Portanto, o jornalismo voltou a ser vencido pela manipulação. Antes, no tempo da “tarimba”, as redações procuravam e decidiam o que era notícia, hoje quem decide muito material que faz as primeiras páginas são as organizações (partidos políticos, empresas ou grupos de interesse) que oferecem, diretamente ou através de uma qualquer agência de comunicação, o material a ser publicado. Muitos editores e chefes de redação deixaram-se vencer. Acrescento, neste aspeto, que muitos profissionais aceitam cargos de assessoria nos vários governos, regressando depois às redações e à profissão de jornalista, um assunto que mereceria, sem dúvida, um estudo profundo.

Em Portugal, há dias em que simplesmente não há notícias suficientes para preencher uma hora ou mais de noticiário televisivo, há dias em que não se vislumbra qualquer manifestação de espírito crítico, não há analistas, não há especialistas, não há reportagens dignas desse nome.

Apenas pequenos fósforos escandalosos, monotemáticos ou reprodução de comunicados em forma

de texto alegadamente noticioso e uma quantidade pouco habitual de autointitulados comentadores que não tendo uma única informação ocupam mais uma vez o espaço, disfarçando a notícia com uma ilusão de informação.

Apesar de todos os problemas expostos, continuo a acreditar no jornalismo e a contribuir diariamente para a missão primeira da profissão porque os cidadãos têm o direito de estar informados.

Atualmente trabalho na Agência Lusa, empresa com 51% do capital do Estado, com mais de 250 trabalhadores e que dispõe de uma importante rede de correspondentes em Portugal e contribui para que as várias regiões de norte a sul e nos arquipélagos não se tornem invisíveis.

A rede internacional, em várias geografias, foi infelizmente muito afetada depois do último resgate financeiro, sendo que a situação não foi resolvida durante os dois governos liderados pelo Partido Socialista, que tanto criticou a forma como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a União Europeia (“troika”) intervieram em Portugal.

Recentemente a Comissão de Trabalhadores da Agência Lusa e os representantes dos sindicatos encetaram uma luta justa por melhores salários, visto não registarem aumentos nos últimos 12 anos.

Os trabalhadores da Lusa cumpriram uma greve de 30 de março até ao dia 2 de abril. A paralisação foi sentida pela sociedade, mas a tutela (Ministério da Cultura) não percebeu a situação dos trabalhadores que exercem um serviço público muito relevante para a democracia portuguesa.

Entretanto, em meados de abril, o ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, disse em sede parlamentar que mantinha os contactos com as organizações que representam os trabalhadores da Lusa, mas fez questão de comparar os salários dos jornalistas da única agência de notícias portuguesa com os salários dos outros camaradas, de outras redações.

O ministro que tutela a Lusa não apresenta soluções, divide a classe jornalística, sendo que a luta dos trabalhadores não é apenas dos jornalistas, mas sim da totalidade dos funcionários da empresa.

“Estamos a trabalhar para uma revisão da indemnização compensatória que permita aumentos diferentes daquela que foi feita no quadro da indemnização compensatória em vigor, mas não posso também deixar de dizer que a Agência Lusa é uma empresa com uma maioria de capital público, mas que trabalha e opera num setor que é o da comunicação social onde, de facto, há problemas profundos que são transversais. Mas quando nós comparamos as remunerações da Agência Lusa com as empresas do setor, em média, a Agência Lusa tem remunerações bastante superiores”, afirmou o ministro Adão e Silva.

“Para os homens são, em média, 2726 euros, que comparam com 2077. Para as mulheres são 2493, que comparam com 1734. Eu não estou a dizer que isto é bom. Não é, mas temos de comparar também com o que se passa no setor”, acrescentou o ministro da Cultura.

Em resposta, no dia 18 de abril, um comunicado conjunto do Sindicato dos Jornalistas (SJ), dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro-Sul e Regiões Autónomas (SITE CSRA) e dos Trabalhadores do Setor de Serviços (SITESE) perguntaram ao ministro da Cultura “se é um privilégio não ter aumentos salariais há 12 anos”.

Em plenário, e de forma que considero corajosa, os trabalhadores marcaram novas greves para junho e julho.

Eu vou fazer greve, pelo justo aumento salarial, mas também pela defesa do serviço público, pela defesa da “tarimba”, do espírito crítico, pela independência, pelo jornalismo e pelo direito à indignação.

Quanto aos problemas do jornalismo, aquilo que recomendo é o regresso ao jornalismo. O jornalismo resolve-se com jornalismo. Nada mais.

Pedro Sousa Pereira (carteira profissional n.º 4946), nasceu em Angola em 1966. Frequentou o curso de Comunicação Social da Escola Superior de Jornalismo do Porto. Trabalhou n’ *O Comércio do Porto*, Rádio Nova (Porto), Rádio Macau, SIC, SIC Notícias e atualmente trabalha na Agência Lusa, onde já exerceu os cargos de chefe de redação e de editor.

Porque abandonei o jornalismo? - Carlos Renato de Lima Maia Teixeira

Apaixonei-me pela profissão ainda jovem de liceu, influenciado pela leitura daquela que é para mim, ainda hoje, a melhor reportagem escrita sobre um grande momento histórico: “Os dez dias que abalaram o mundo”, de John Reed.

Antes mesmo de entrar no curso de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tentei alguns ensaios amadores, seja na cobertura da manifestação do G8, em 2001, em Génova, na América do Sul, onde me interessava o aparecimento de figuras como Evo Morales, o separatismo religioso que se seguiu à desintegração da ex-Jugoslávia e o Médio Oriente, naturalmente focado na ocupação israelita da Palestina.

Findo o curso, fiz estágio na seção de Política Nacional do *Público*, cuja experiência foi relatada no livro *Os Ardinas da Mentira*, publicado pela Dinossauro.

O meu percurso profissional acabaria por não durar muito, sendo que depois de passagens pela *Focus*, um período como *freelancer* onde vendi trabalhos para a *Visão*, jornal *i* e Antena 1, aceitei o projeto de fundar o *Expansão*, semanário económico que surgiu em Angola no início da década passada,

decalcado do *Económico* português. Ao longo desse caminho dediquei-me sobretudo a questões relacionadas com a política internacional.

Entre 2007 e 2012 foram muitos os episódios que me zangaram com a profissão, todos relacionados com a transformação do jornalismo em propaganda ou publicidade, pressionado quer pelo monolitismo ideológico – invariavelmente liberal – quer pela minimização dos custos. Com redações sem recursos, humanos e financeiros, o jornalismo estava já muito condicionado, com pouco recurso à reportagem, feito a partir da secretária, da caixa de *mails* e do telefone.

Não me era possível continuar a assistir à destruição da profissão, com o sindicato sem vontade ou capacidade de se enfrentar contra o sentido do vento, a classe assistindo a despedimentos coletivos atrás de despedimentos coletivos, sem ser capaz de esboçar uma resposta à altura das circunstâncias. Daí em diante dediquei-me à comunicação, política e institucional, seja primeiro nas agências de comunicação da Nextpower (do grupo LPM) e na Cunha Vaz e Associados, seja como quadro do Sindicato dos Estivadores e da Ordem dos Arquitetos, onde exerço funções atualmente.

Digo, não sem alguma pena, que não fui eu que abandonei o jornalismo, mas o jornalismo que se abandonou a si próprio, entregue aos conselhos de administração que nada sabem da profissão, que a olham unicamente como um meio para atingir fins que não se coadunam com o livre exercício da profissão, uma das mais importantes, também, para a salvaguarda da democracia, cuja saúde, não deve espantar, também se deteriorou por arrasto.

Reflexão sobre 25 anos de jornalismo: “Precisamos de recuperar a nossa dignidade” - Jornalista X

Em julho de 2004 entrei para um grupo de rádios nacionais, onde fiz três contratos de sete meses, e a dois meses de o último contrato terminar e estando eu à espera de ficar efetiva, fui chamada ao gabinete do recente diretor de informação, que me disse: “Eu vou direto ao assunto: gosto do teu trabalho, tens uma boa voz, és uma boa jornalista, tens um critério editorial irrepreensível, mas eu vou ter que te dispensar. Os meus motivos são pessoais. Não estou à espera da tua compreensão. O editor e chefe de redação são contra, mas sou eu que mando aqui e tu vais para a rua. Vais tu e mais duas pessoas a quem eu ainda hoje vou dizer.” E foi assim que terminaram 21 meses de passagem pelo grupo nacional de rádios. Passados 15 minutos, tive de ir ler um noticiário ao microfone de uma das quatro rádios para quem nós, jornalistas, trabalhávamos. Assim que terminei o noticiário, fui para um estúdio onde gravávamos peças e desatei a chorar. Uma colega que estava no estúdio em frente viu-me e perguntou-me o que se tinha passado. Eu contei-lhe. Respondeu-me: “Tu foste despedida?

Se fôssemos todos muito bons ou se fôssemos todos muito maus e alguém tivesse que sair... Agora, tu?” No dia seguinte, o diretor de informação que, entretanto, nessa tarde já tinha informado as outras duas colegas de que iam sair, marcou uma reunião com toda a redação (estagiários que tinham acabado de entrar incluídos) e armou como que um cerco, onde explicou perante toda a gente o porquê de nós as três sermos despedidas. Nunca me senti tão humilhada na vida. Fizemos um bom trabalho, mas íamos para a rua! Onde estava a meritocracia, perguntava-me eu.

Até há alguns anos achei que tinha sido despedida porque, antes disto tudo, eu tinha feito uma reportagem para essas rádios sobre o aborto clandestino em Portugal (na altura ainda era ilegal) e em reunião de equipa tinha fica agendado um dia para a reportagem passar na antena das rádios do grupo. Só que no dia em que a reportagem ia passar, o editor (pessoa que tempos mais tarde foi despedida com justa causa por ter sido apanhado a roubar colegas) decidiu, por autorrecreação, não passar a minha reportagem. Perguntei ao chefe de redação porquê e ele próprio ficou estupefacto, porque estava acordado que aquela reportagem era para passar naquele dia em todas as rádios do grupo. Como disse acima, durante alguns anos, achei que tinha sido despedida por causa desta reportagem, por ter “questionado” (muito embora, não sentisse que isso fosse motivo para ser despedida e muito menos que isso fosse um motivo pessoal).

Só passados muitos anos percebi a conjuntura: tinha mudado o governo, tinha mudado a administração do grupo, tinha mudado a direção de informação das rádios e (esta conclusão é minha e só minha) os motivos pessoais alegados eram os “*jobs for the boys*”, porque, após o nosso despedimento, houve várias contratações (de salientar que, no meu caso, não estava efetiva, mas as minhas duas outras colegas estavam no quadro da empresa quando foram despedidas).

Em 2007, tentei e consegui voltar para esse grupo de rádios, pois, de facto, tinha adorado o tempo em que lá tinha trabalhado. Na altura, estavam a precisar de um jornalista para o *site* de uma delas. Aceitei voltar, pois desta vez iria reportar a outro diretor, o de multimédia. Acontece que seis meses após esse contrato tinha uma carta de não renovação dos CTT em minha casa. Fui ter com o meu diretor de multimédia e perguntei-lhe o motivo. Ele respondeu-me, envergonhado: “Ah, isso foi o diretor de informação que me disse para a despedir” (o mesmo que me tinha despedido da primeira vez). Eu respondi: “Ok, não precisa de me dizer mais nada. Já percebi.” Infelizmente, a história repetiu-se. Alguns colegas (com cargos de chefia) tentaram fazer que eu ficasse lá dentro (a carta dos CTT tinha chegado fora do prazo legal e, portanto, o contrato tinha sido renovado), mas não conseguiram. Um deles chegou a dizer-me: “Eu não sei o que é que ele tem contra ti, mas nós não conseguimos ‘agarrar-te’”. Lá fui eu para a rua outra vez!

Entre a minha primeira e a minha última passagem pelo grupo de rádios, trabalhei a recibos verdes

na, agora, extinta Comunicasom, produtora televisiva. Foi mau demais: desde humilhações em frente de toda a equipa, na semana em que tinha entrado, porque não tinha dito ao chefe de redação, na entrevista de emprego, que tinha sido aluna de um amigo do patrão, sendo acusada de “renegar” um professor, a porem em causa um trabalho meu, acusando-me em frente de toda a redação de não ter lido um livro (quando eu tinha passado dois dias a lê-lo e escrito o texto respetivo para os apresentadores no prazo combinado), para dias depois me pedirem desculpas porque, afinal, eu tinha lido o livro e não tinham tirado uma vírgula ao meu texto, passando por uma editora a perguntar-me aonde eu tinha ido, quando eu tinha apenas e só ido à casa de banho, tudo isto se passou em seis meses. Sim, aguentei seis meses nesta empresa, não sem ir e vir de casa para o trabalho a chorar todos os dias.

Em agosto de 2020, ano do Covid, soube que ia haver uma conferência em que vinham a Portugal os “Médicos pela Verdade” espanhóis e em que iam ser apresentados os portugueses. Propus-me ir. Após a referida conferência, propus fazer uma entrevista com os médicos portugueses, pois, como jornalista, senti que estavam a mostrar um lado da história que não estava a ser veiculado no *mainstream*. A editora aceitou. Expliquei que aquele artigo seria, ele próprio, o contraditório do que se tinha vindo a publicar até ali sobre a pandemia. Entrevistei os médicos e escrevi várias páginas. Enviei o texto em setembro de 2020, mas a editora estava de férias. Em outubro, perguntei-lhe se já tinha visto o artigo. Um dia ligou-me dizendo que tinha mostrado o artigo à editora de Ciências e que lhe tinha dito que aquilo que os médicos diziam eram “inverdades científicas” e que não iam publicar. Não entendi, pois, os entrevistados eram médicos, ou seja, homens de ciência. Perguntei: “E quem é que me paga o trabalho que tive?” Ela respondeu-me: “Deixa-me ver e já te digo algo.” Entretanto, disse-me: “Ok, vais ter de fazer contraditório.” E deu-me alguns contactos de outros médicos. Liguei para eles e já tínhamos combinado falar. Nesse mesmo dia, à tarde, a editora voltou a telefonar-me e disse-me: “Afinal, não vamos publicar o artigo nem com contraditório.” Senti que o artigo estava a ser “censurado”. Estava incrédula. Nem queria acreditar que, mesmo que fizesse o contraditório, o artigo não seria publicado. De salientar que, à luz do que se faz hoje em dia, o artigo inicial poderia ter sido publicado *online* tal como estava e depois “linkar-se” a ele um outro que fizesse o contraditório. Mas nada. Nenhuma das opções foi para a frente. Eu estava frustrada. Tentei que o artigo fosse publicado noutros jornais/revistas de referência. Num dos casos, contactei o diretor de um jornal nacional, que estava ausente de Portugal e me remeteu para o número dois. Disse-me para lhe mandar um *email*. Enviei o *email* com o texto. Nunca obtive resposta. No mesmo mês, tentei uma revista nacional. O diretor adjunto disse-me que ia ler o artigo e que até ao fim dessa semana me dava uma resposta. E assim foi. Nessa sexta-feira, estava a ligar-me, dizendo: “Nós só

não vamos publicar o teu artigo porque ele devia ter sido publicado logo quando foi escrito.” E tinha razão, pois, pese embora ainda estivesse “atual”, já era um pouco “requentado”. Desde essa altura, escrevo para essa revista e nunca senti nem censura nem pressão. Sempre respeitaram os meus textos e quando fazem alterações, mostram-mas sempre antes de os textos serem publicados. O respeito que aí sempre demonstraram pelo meu trabalho ajudou-me a reconciliar-me com o jornalismo e a acreditar que ainda há bons profissionais no mercado e que o jornalismo pode voltar a ser o que era: uma profissão em que há liberdade para pensar, para propor temas, para questionar, para debater ideias diferentes, ouvir os dois lados, ou três ou quatro de uma história e deixar que seja o público a formar a sua opinião. Uma profissão em que se pode perguntar tudo a toda a gente. Não há perguntas indiscretas, as respostas é que podem ser indiscretas. Uma profissão em que há tempo para pensar, para escutar, para escrever. “Para ver e saber fazer ver”, como aprendi com o meu professor de Reportagem, Adelino Gomes. Os jornalistas são os olhos do público. Fazem a ponte entre os entrevistados e o público. Fazem as perguntas que o público gostaria que fizessem. Não fazem perguntas para si próprios nem para o seu umbigo.

Gostava que o jornalismo voltasse a ser uma profissão respeitada. Hoje não o é e penso que, com alguma razão, infelizmente, salvo exceções, claro. Ouço muita gente a chamar-lhe “jornalixo” e, também salvo exceções, as pessoas não estão longe da verdade.

Gostava que os jornalistas fossem justamente remunerados e que seniores não ganhem o mesmo que juniores nem que editores ganhem o mesmo que jornalistas. É injusto e indecente. Se compararmos com os médicos, por exemplo, como poderia um interno ganhar o mesmo que um médico com 25 ou 20 ou mesmo dez anos de carreira? A sua experiência não é comparável!

O jornalismo é uma profissão intelectual, que exige pensar, raciocinar, escrever e que tem um compromisso com a verdade e com a independência, de todo e qualquer tipo. Mas, como me dizia também o meu professor Adelino Gomes: “Como pode haver independência com editores a ganharem 700 euros?”

Precisamos de recuperar a nossa dignidade.

Jornalismo, as vias de extinção – advogada

Trabalhar na defesa de jornalistas desde 1985 é ter acompanhado a extraordinária dinâmica impressa à comunicação social por homens como Emídio Rangel que, na verdade, ainda não teve quem se lhe pudesse comparar nos tempos mais recentes. Rangel sonhava alto e amava o jogo de sombras que um mundo escorregadio como o da comunicação social, erigida a lança política, lhe proporcionava. Privei

de perto com o seu fulgor e o respeito e a inveja que a mediania lhe votava. Era um homem muito antes do seu tempo, por isso lhe presto esta homenagem.

Com ele se formaram permanentemente jornalistas na tarimba, fora das faculdades, com ele se lhes deu a consciência das dificuldades com que se deparariam, a consciência de saber que raras são as notícias que fazem tremer instituições, mas que é esse o papel de quem escreve notícias, e que a informação é feita de muita regra essencial, sobretudo no respeito pelas fontes, se elas forem respeitáveis.

No entanto, o processo de evolução da profissão foi, desde aí, muito pouco inocente. Hoje há muito menos jornalistas tradicionais, porque os que saem raramente são substituídos por profissionais sólidos, com coragem física e intelectual, qualidades que apenas se constroem com muito tempo e paciência. Uma informação inovadora, defendida, consciente da sua importância social e protetora das fontes está hoje cada vez mais longe do que se previa vir a acontecer ao fim destes 50 anos de democracia.

Sem tempo nem defesa, do punhado de jornalistas designados “de investigação” já não se sente a falta dentro dos órgãos de comunicação social (OCS). Trata-se de profissionais dispendiosos, que criam anticorpos, tudo o que não se quer numa empresa virada para o lucro extraído da publicidade. Retirar credibilidade a um banco ou a uma empresa distribuidora de bens essenciais, pôr em causa a gestão de uma multinacional ou de um governo que subsidia papel ou gere espectros televisivos poderá retirar uma fatia de mercado publicitário essencial à sobrevivência de um OCS.

Também por isso se assiste a grandes concentrações de capital, ao mesmo tempo que se reduzem brutalmente os suportes ou instrumentos de comunicação tradicional existentes.

No jornalismo digital, o mais barato, de consumo imediatista, a importância do texto e de quem o saiba construir encontra-se drasticamente reduzida porque a pedra de toque da comunicação social é a velocidade, campo minado da manipulação dos espíritos, logo, da ignorância sobre o mundo. Num mundo de comunicação onde a velocidade impede a confirmação dos factos, um jornalista que “dá” uma notícia à 11 horas e a atualiza às 11.10 é hoje considerado um excelente jornalista. A rapidez e a urgência afastaram o pensamento crítico sobre o mundo e acomodaram muitos profissionais às grandes centrais de gestão de informação, que condicionam as sociedades e asseguram o conhecimento do mundo sem perguntas incómodas para obter respostas verdadeiras.

Este panorama, por sua vez, trouxe consigo menos litigância criminal, centrando-se atualmente as contendas judiciais em grandes processos cíveis, instaurados por quem pode “matar” pelo cansaço. A proliferação de processos milionários, destinados a instaurar o medo nos jornalistas de investigação e nos OCS que, por sua vez, os pressionam mais ou menos ostensivamente, têm como fim calculado

o estrangulamento de empresas de comunicação.

A tais estratégias recorreram e recorrem, por exemplo, Álvaro Sobrinho, César do Paço ou Marco Galinha.

Ainda assim, vai-se notando, sobretudo nos tribunais de recurso portugueses, algum respeito pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos e pela jurisprudência do TED, que tem obrigado o Estado Português a pagar indemnizações milionárias por violação da Convenção, o que é o mesmo que dizer, por os tribunais terem vindo a pôr, amiúde, em causa, a liberdade de informar e de ser informado, prevista na Constituição. Quase invariavelmente, o TED protege a informação e cria condições favoráveis à sua sobrevivência, privilegiando as eximentes do interesse público e da investigação jornalística sustentada e credível. Este respeito não tem vindo a ser, no entanto, o mesmo na primeira instância dos tribunais portugueses, onde alguns juízes declaram sobranceiramente válida uma interpretação, digamos, conservadora dos princípios constitucionais, desprezando a importância e a defesa do jornalismo numa sociedade democrática, por recusa da aplicação da Convenção no edifício jurídico interno.

Também por isso, o jornalismo de investigação agrupa-se hoje em consórcios multinacionais, que vivem, sobretudo, de *whistleblowers* e da investigação centrada na documentação por estes obtida por meios ilegais. A disseminação de peças jornalísticas aparentemente diferentes, adaptadas aos interesses diretos de cada país, é, nos consórcios, entrincheirada pelo enorme conjunto de jornalistas que trabalham cada tema e se protegem mutuamente, procurando destapar as redes de corrupção e lavagem de dinheiro que minam o mundo que, no entanto, afinal as criou e as aceita como mais uma peça das rodas dentadas da engrenagem do capital.

Por todas estas pressões, o conceito de jornalismo como direito fundamental das sociedades democráticas modernas, como instrumento de contrapoder, avança para a extinção, se a consciência da sua importância se perder definitivamente no povo a quem o jornalismo serve, porque esse jornalismo não consegue concorrer com a informação “à la minute” que a publicidade prefere, por não só proporcionar espaços de comunicação muito mais baratos, como também por fazer parte da mesma lógica de mercado da publicidade, a de construir uma ideia padrão atrativa, destinada a condicionar escolhas. Esse será o único jornalismo a que teremos direito, se não o soubermos defender.

Questões teórico-metodológicas

Como vivem e trabalham hoje os jornalistas em Portugal? Porque sofrem? O que é o *job*

burnout e o que seria um *decent work*? Quais os tipos de contradições, tensões ou conflitos que enfrenta esta categoria socioprofissional? O que traz “sofrimento ético” e de que maneira se afiguraria o futuro do trabalho no sector da imprensa?

Com estas perguntas-chave agruparam-se o Sindicato dos Jornalistas, a Casa da Imprensa e a Associação Portuguesa de Imprensa, num convénio cujo repto originário é conhecer e lançar o debate público de um nó górdio em que se entrecruzam diversas esferas: os regimes de acumulação, os modelos de legitimação, as várias representações culturais, os novos fatores técnicos e, evidentemente, os conflitos sociais.

Nesta “perspetiva de totalidade”, que caracteriza a equipa do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT), há um viés que reordena todas as demais: a centralidade do trabalho. A partir do trabalho vivo de sujeitos-jornalistas é que se formarão os ditos “alfa” e “ómega” de toda a teoria e metodologia, que condensa as técnicas e os procedimentos do presente processo de pesquisa-ação social.

O processo mesmo que dá azo a este modelo coletivo de investigação social é algo determinante. Vamos, então, a ele. Há em Portugal uma linhagem notável de inquéritos empíricos sobre os perfis sociológicos ou estatísticos deste sector laboral. Desde as iniciativas pioneiras de investigação coletiva da direção do Sindicato dos Jornalistas⁸ que inauguram todo um programa, até às equipas académicas do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL),⁹ responsáveis por uma série de estudos que adentraram o panorama universitário, somam-se os renovados esforços da recém-criada Rede Interuniversitária de Estudos sobre Jornalistas (RIEJ),¹⁰ alargando e adensando o escopo das pesquisas já realizadas em prometedoras novas direções. Para além, é claro, de uma já robusta comunidade científica albergada em organizações, instituições e diversos *campi* na área do jornalismo profissional, em particular, ou da comunicação social, em geral, que deu lugar a seminários, edições e/ou revistas de todo relevantes para o presente estudo. São bibliotecas, plataformas e/ou diversos estudos.

Conquanto primordiais, os inquéritos sobre jornalistas não se podem cingir a Portugal. Internacionalmente é no mínimo de grande relevo, para o efeito do relatório agora exposto, um amplo

⁸ Nesta questão são ilustrativos os estudos feitos sob a direção da jornalista Diana Andringa, por exemplo.

⁹ Vide, por exemplo, os estudos “Elementos para uma Sociologia dos Jornalistas Portugueses”, “Jornalista Português, o que é: inquérito e perfil socioprofissional” e “Ser Jornalista em Portugal: perfis sociológicos” (1987, 1994 e 2011), coordenados por José Oliveira, José Garcia e/ou José Rebelo no âmbito do CIES-IUL.

¹⁰ Sob coordenação de Carlos Camponez e Joaquim Fidalgo, a RIEJ formou-se a partir do estudo “Os efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid-19” (jul. 2020) e tem, entre outros, o objetivo de “promover e realizar investigação sobre temas socioprofissionais dos jornalistas em Portugal”. Em resultado do estudo foi também publicado um dossiê de três textos, na revista *Comunicação e Sociedade* (vol. 39, 2021), sobre o sector socioprofissional, expectativas laborais, e os vários desafios éticos: <http://www.riej.pt>.

conjunto de pesquisas nos mais diversos contextos, de âmbitos micro, meso ou macro, em diferentes idiomas. Particularmente, colaboramos estreitamente no projecto em curso com colegas do Brasil, Canadá ou França. Da Universidade de São Paulo e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, contamos com a colaboração da Prof.^a Dra. Roseli Figaro; da Universidade de Toronto-Scarborough e do Media, Journalism and Digital Cultures Program, estivemos em parceria com o Prof. Dr. Rafael Grohmann; da Universidade de Paris-Cité e do Conservatoire National des Arts et Métiers, com o Prof. Dr. Duarte Rolo. E ainda com o Prof. Dr. Rafael Souza, atual diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Mais do que simplesmente qualquer ideal formal, de ir mais além das fronteiras nacionais para a produção social do conhecimento científico, e do fulcro abstrato da interdisciplinaridade no sentido de superar quaisquer barreiras epistémicas, estamos convencidos de que não é possível sequer começar a tornar pensáveis tais dilemas ou desafios caso não se possa “abrir as ciências sociais” na direção almejada por Immanuel Wallerstein no Relatório Gulbenkian (Lisboa, FCG, 1996).

Ultrapassar as rígidas balizas que nos impedem de aduzir a produção partilhada de saberes, inclusive entre as ciências exatas/naturais e as humanas/sociais e ainda, além disso, ousar propor uma nova perspectiva pluralista e, portanto, universalista, de difusão da ciência e para lá de divisórias académico-científicas tradicionais. Tal projecto, dirigido por Wallerstein (1996), até hoje sensibiliza pela sua amplitude de ondas e largueza de vistas, ao propor ligações mais sólidas entre a lecionação, a investigação e uma sociabilidade mais ampla, maior liberdade de cátedra em relação a cânones pré-estabelecidos, vinculação umbilical entre investigadores e realidade social na qual estão inseridos, rompimento com uma impostação que afirmava a possibilidade e/ou necessidade da “neutralidade axiológica” ou “valorativa”, transposição das divisões mais estanques entre os diversos domínios, supostamente autónomos, seja da política, da sociedade, da economia, da tecnologia ou da cultura (FCG, Lisboa, 1996, pp. 101-125).

A adoção de uma alargada perspectiva transdisciplinar, a afirmação de um nexó metabólico-social entre o ser social e o ser natural, o rompimento com moldes analíticos presos aos Estados nacionais (visão estadocêntrica), através da afirmação de uma nova lógica, traduzida pelo postulado de “pensar globalmente / agir localmente”, a rutura de fórmulas de pensamento social endocêntricas (como, por exemplo, o é o eurocentrismo), a assunção de posturas, índoles e condutas mais “tradutórias” – i.e., intercultural/intercivilizacional –, a apreciação da particularidade através da consciência social de que o nexó universal só se apresenta sintetizado numa plêiade de pluralidades e o descerramento de uma rígida visão a-dialética, que contrapõe a objetividade e a subjetividade ainda hoje representam todo um programa de apelo científico-social historicista e humanista. Trata-

se de uma crítica metodológica, uma transdisciplinaridade dialógica e um salto dialético que nos convidam a pensar.

O projeto “As Relações de Trabalho, o Modo de Vida e o *Burnout* nos Jornalistas-Portugal” partiu de um pedido realizado a partir do inédito protocolo interinstitucional entre três entidades decisivas para o mundo da imprensa em Portugal: o Sindicato dos Jornalistas (SJ), a Casa da Imprensa (CI) e a Associação Portuguesa de Imprensa (API), por um lado, e o Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT) – Associação Científica.

Partimos da premissa daquilo que se chama, no bojo mesmo da metodologia em ciências sociais e humanas, uma comunidade alargada de pesquisa. O presente relatório científico preliminar, que inclui um estudo multidimensional do chamado desgaste nesta categoria socioprofissional, assim como os seus antecedentes e consequentes, de tipos diversos, é um primeiro resultado parcial de uma proposta que envolve para além do inquérito ora descrito, uma análise coletiva do trabalho, mediante a psicodinâmica do trabalho.

O ponto de partida para tal realização coletiva foi uma “auscultação do-ente” do que nos fizeram chegar, primeiramente, as três entidades referidas. Abriu-se a partir daí um processo de diálogo entre os investigadores científicos e os dirigentes associativos, em que, com várias fases devolutivas e/ou materiais produzidos, se foi consolidando pouco a pouco o vislumbre da visão geral daquilo que gostaríamos de interpelar, perquirir e interrogar sobre a realidade vivida por jornalistas profissionais no tempo presente em Portugal. Não seria exagero retórico referir que a “questão social” mais transversal às três entidades se expressou pelo léxico do chamado *burnout*.

Entre as questões levantadas como preocupações prementes estavam o mal-estar na organização do trabalho e o sofrimento ético dos jornalistas, os problemas derivados da digitalização laboral e do futuro do trabalho em jornalismo, o modelo de negócios e a gestão empresarial do trabalho em jornalismo, bem como as “questões do modo de vida”: a saúde psicofísica do/no trabalho e, não menos importante, a segurança social do sector, isto é, a reprodução sociometabólica ou a sustentabilidade mesma do trabalho jornalístico; além da precarização da vida, a proletarianização do labor e a descoletivização da produção. Para a confecção do primeiro instrumento de aferição, de método sobretudo quantitativo, realizámos uma série de mesas-redondas, sessões de discussão coletiva, entrevistas com dirigentes, apresentações de investigadores – com as exposições de Roseli Figaro, Rafael Grohmann e Rafael Souza –, reuniões de diversos tipos, além de revisões, reparos e versões de uma série de materiais provisórios.

Entre os dias 1 de abril e 6 de maio de 2022, o inquérito, assente em amostragem não-probabilística, recolheu um total de 866 questionários, validados por meio de formulários de

preenchimento individual, ultimados via plataforma digital em linha.¹¹ Os dados foram perquiridos, em bloco, com recurso ao *software* computacional Wolfram Mathematica, que analisou os ficheiros CSV, obtidos via folhas de cálculo Excel. Foram feitos, então, alguns ensaios de correlação entre variáveis. Estas foram cruzadas em análise multivariada, com provas de independência. O presente instrumento, com um desenho interseccional de 315 itens divididos, após rearranjo categorial, em três secções correlatas – a) índices sociais demográficos; b) síndrome do esgotamento profissional; e c) condições de vida e trabalho –, dá notícia de um renovado *insight* sobre as causas e consequências do dito desgaste laboral de modo a relacionar o indivíduo, o seu meio e a sociedade em que se inserem, como um todo, com aquilo que nunca poderia ter sido deixado de lado no interior das ciências sociais e humanas, isto é, o “trabalhar” como imo nevrálgico de condicionantes e de determinantes sociais do “viver”. Desde as chamadas “ciências duras” e *evidence-based*, contamos com a direção científica dos Profs. Drs. Henrique Oliveira e Miguel Amaral – com o auxílio técnico da PhD Beatriz Santiago –, todos do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-UL).

A dimensão da análise coletiva do trabalho – a partir de novo inquérito, desde a psicodinâmica do trabalho – é realizada pelos Profs. Drs. Duarte Rolo e João Areosa, respetivamente, investigadores do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho.

Nesta metodologia sucedânea a ideia-força do inquérito está balizada por pressupostos muito distintos daqueles que orientam as investigações quantitativas e a própria aceção clássica de “psicometria”, para a qual o teste e automensuração de processos psíquicos seriam aferidos por via de *surveys*-padrão com o auxílio de modelos matemáticos. Nascida de um encontro entre a ergonomia e a psicanálise em França, em maio de 1968, é uma abordagem científica que investiga as estratégias de defesa dos trabalhadores face a várias situações causadoras de sofrimento, advindas do que é a organização social do trabalho. Direcionada para o estudo das patologias sociais resultantes das novas formas de gestão, procura explicar e compreender os efeitos do trabalho sobre os processos de subjetivação, das descompensações psicossociais e da saúde do/no trabalho. Uma das peculiaridades deste dispositivo de inquérito é a sua realização como escuta atenta aos atos de fala de quem trabalha, a qual só pode ser realizada por solicitação de transformação, formulada pelos próprios trabalhadores. O desenho desta investigação visa a elaboração coletiva, que é a própria sustentação de uma prática racional de mudança e de organização do/no trabalho pelos sujeitos *per se*.

Na vasta tradição político-intelectual dos chamados inquéritos sociais ao mundo do trabalho,

¹¹ Como em todos estudos realizados pelo OCVT adotou-se uma amostra global – via testes Kolmogorov-Smirnov – para confirmar se as distribuições empíricas reais obedeciam a distribuições teóricas, e ainda a testes de Chi-quadrado, para averiguar a independência de variáveis, ordinais ou divididas em classes, de acordo com a prática usual para escalas-Lickert. Esclas que são habituais em estudos nas áreas vizinhas da psicometria. O arranjo é da responsabilidade de Henrique Oliveira.

que remonta ao século XIX e ao inquérito operário de Karl Marx, estrutura-se todo um suporte teórico-metodológico, algo original, que permite tornar ponderáveis não somente as manifestações contemporâneas do sofrimento no trabalho como também os seus determinantes e condicionantes. Conciliando vieses transprofissionais, critica-se, amplia-se e, enfim, recontextualiza-se a noção de *burnout*, reinserindo-a nos subtis meandros do mundo do trabalho em acelerada reestruturação pelos ajustes neoliberais, inclusive nas suas versões edulcoradas pelo verniz da chamada Terceira Via e/ou do programa social-liberal tardio. No caminho da crítica metodológica, da investigação-ação e de um renovado interesse nos novos *workers' inquiries*,¹² apresentamos um programa ou modelo de pesquisa coletivo.

¹² O universo dos “inquéritos operários” – pesquisa-ação própria do mundo do trabalho – tem fortuna crítica digna de nota, in: Haider, A. and Mohandesi, S. Workers’ Inquiry, in: *Viewpoint Magazine*, Sep./2013; Woodcock, J. Workers’ Inquiry from Trotskyism to Operaismo, in: *Ephemera*, vol.14/3, 2014; Thorne, J. & Wheeler, S. Workers’ Inquiry and Social Composition, in *Notes from Below*, Jan./2018; Hoffmann, M., *Militant Acts*, Sunny Press, Nova Iorque, 2019; Ovetz, R., *Workers’ Inquiry and Global Class Struggle*. Pluto, London, 2021, McAllister, C. *Karl Marx’s Worker’s Inquiry*, NfB, London, 2022. Já no mundo de fala portuguesa temos: i) Sabino, A. et. al. Cadernos da Prática: inquérito operário e luta política. Lisboa: 1971, ii) Santos, M. L. et. al. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais*, Editora Afrontamento: Lisboa, 1975 e iii) Thiollent, M., *Crítica Metodológica, Investigação Social e “Enquête Operária”*, Editora Polis, São Paulo, 1987, p. 255. Há uma série de temas que não tiveram lugar nesta primeira aproximação, tais como o conceito de composição de classe – técnica, social e política –, as categorias de inquérito operário “*from bellow*” e “*from above*”, e mesmo a sugestiva palavra de ordem de “*No politics without inquiry!*” (In: Emery, Ed. A Proposal for a Class Composition Inquiry Project 1996-7. *Common Sense*, n. 18, Dec. 1995 / Notes from Bellow), questões que deverão ser tocadas, em futuras publicações, nossas e dos colegas do Observatório. Acaba de ser lançado um novo volume, “ao cuidado” de Murillo van der Laan e Ricardo Antunes, que não só dá notícia de uma nova edição do inquérito marxista como revisita a sua história, junto ao capítulo inédito, de *O Capital*, que sintetiza várias questões. (Boitempo, SP, 2023).

REFERÊNCIAS

- Aoki, Y., Malcolm, E., Yamaguchi, S., Thornicroft, G., & Henderson, C. (2013). Mental illness among journalists: a systematic review. *The International journal of social psychiatry*, 59(4), 377-390. <https://doi.org/10.1177/0020764012437676>
- Bustamante-Granda, B. F., Rodríguez-Hidalgo, C., Cisneros-Vidal, M. A., Rivera-Rogel, D., & Torres-Montesinos, C. (2021). Ecuadorian Journalists Mental Health Influence on Changing Job Desire: A Cross Sectional Study. *International journal of environmental research and public health*, 18(19), 1-13. <https://doi.org/10.3390/ijerph181910139>
- Cohen, N., Hunter, A., & O'Donnell, P. (2019) *Bearing the Burden of Corporate Restructuring: Job Loss and Precarious Employment in Canadian Journalism. Journalism Practice*, 13(7), 817-833. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1571937>
- Deak, T., Kudinova, A., Lovelock, D., Gibb, B., & Hennessy, M. (2017). A multispecies approach for understanding neuroimmune mechanisms of stress. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 19(1), 37-53. <http://dx.doi.org/10.31887/DCNS.2017.19.1/tdeak>
- Gascón, S., Fueyo-Díaz, R., Borao, L., Leiter, M., Fanlo-Zarazaga, Á., Oliván-Blázquez, B., & Aguilar-Latorre, A. (2021). Value Conflict, Lack of Rewards, and Sense of Community as Psychosocial Risk Factors of Burnout in Communication Professionals (Press, Radio, and Television). *International journal of environmental research and public health*, 18(2), 1-12. <https://doi.org/10.3390/ijerph18020365>
- Hughes, S., Iesue, L., Bárcenas, H., Sandoval, J. & Lozano, J. (2021) Coping with Occupational Stress in Journalism: Professional Identities and Advocacy as Resources. *Journalism Studies*, 22(8), 971-991. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.1910543>
- International Federation of Journalists. (2022, Dezembro 9). *67 journalists killed so far in 2022: IFJ demands immediate action.* <https://www.ifj.org/media-centre/news/detail/category/press-releases/article/67-journalists-killed-so-far-in-2022-ifj-demands-immediate-action.html>
- Jackson, G. (2011). Pressure of work and overtime shortens life. *International Journal of Clinical Practice*, 65(10), 1019. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1742-1241.2011.02777.x>
- Kaggwa, M., Kajjimu, J., Serunkuma, J., Najjuka, S., Atim, L., Olum, R., Tagg, A., & Bongomin, F. (2021). Prevalence of burnout among university students in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis. *PLoS ONE*, 16(8), 1-21. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0256402>
- Koster, S., Koot, H., Malik, J., & Sijbrandij, M. (2022). Associations among traumatic experiences,

threat exposure, and mental health in Pakistani journalists. *Journal of Traumatic Stress*, 35(2), 581-592. <https://doi.org/10.1002/jts.22772>

Leiter, M. & Schaufeli, W. (1996) Consistency of the burnout construct across occupations, *Anxiety, Stress & Coping*, 9(3), 229-243. <http://dx.doi.org/10.1080/10615809608249404>

Liu, Y., Wang, Y., & Jiang, C. (2017). Inflammation: The Common Pathway of Stress-Related Diseases. *Frontiers in Human Neuroscience*, 11, 1-11. <http://dx.doi.org/10.3389/fnhum.2017.00316>

MacDonald, J. B., Hodgins, G., Saliba, A. J., & Metcalf, D. A. (2022). Journalists and Depressive Symptoms: A Systematic Literature Review. *Trauma, violence & abuse*, 24(1), 86-96. <https://doi.org/10.1177/15248380211016022>

MacDonald, J., Saliba, A., & Hodgins, G. (2016). Journalists and Substance Use: A Systematic Literature Review. *Substance Abuse*, 37(3), 402-411. <https://doi.org/10.1080/08897077.2015.1101732>

Marcelino, D., & Gonçalves, S. (2012). Perturbação pós-stress traumático: características psicométricas da versão portuguesa da Posttraumatic Stress Disorder Checklist – Civilian Version (PCL-C). *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 30(1), 71-75. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2012.03.003>

Maslach, C., Schaufeli, W., & Leiter, M. (2001). The job burnout. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 397-422. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397>

Monteiro, S., & Marques-Pinto, A. (2017). Journalists' Occupational Stress: A Comparative Study between Reporting Critical Events and Domestic News. *The Spanish Journal of Psychology*, 20, 1-17. <https://doi.org/10.1017/sjp.2017.33>

Monteiro, S., Marques-Pinto, A., & Roberto, M. (2015). Job demands, coping, and impacts of occupational stress among journalists: a systematic review. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 25(5) 751-772. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2015.1114470>

Nadger, A., Merecz-Kot, D., & Wójcik, A. (2016). Relationships between occupational functioning and stress among radio journalists – assessment by means of the psychosocial risk scale. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, 29(1), 85-100. <http://dx.doi.org/10.13075/ijomeh.1896.00332>

O'Donnel, P., Zion, L., & Sherwood, M. (2016). Where do journalists go after newsroom job cuts? *Journalism Practice*, 10(1), 1-16. <https://doi.org/10.1080/17512786.2015.1017400>

Osmann J, Selva M, & Feinstein, A. (2021). How have journalists been affected psychologically by their coverage of the COVID-19 pandemic? A descriptive study of two international news organisations. *British Medical Journal Open*, 11, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2020->

Pêgo, F., & Pêgo, D. (2016). Síndrome de Burnout. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 14(2), 171-176. <http://dx.doi.org/10.5327/Z1679-443520162215>

Raymond, B. & Flannery, J. (2022). News Journalists and Posttraumatic Stress Disorder: a Review of Literature, 2011–2020. *Psychiatric Quarterly*, 93.151–159. <https://doi.org/10.1007/s11126-021-09920-z>

Tran, A., Smallidge, M., Cadavos, B., Tran, V., & Mattie, H. (2020). Unhealthy weight control behaviors among a sample of U.S. journalists. *International Journal of Eating Disorders*, 53(12). 2067-2073. <http://dx.doi.org/10.1002/eat.23388>

Virtanen, M., Stansfeld, S., Fuhrer, R., Ferrie, J., & Kivimaki, M. (2012). Overtime Work as a Predictor of Major Depressive Episode: A 5-Year Follow-Up of the Whitehall II Study. *PLoS ONE*, 7(1), 1-5. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0030719>

Breve descrição do inquérito

1.1 Recolha e tratamento dos dados

Os dados foram imediatamente introduzidos numa folha de cálculo. Não existem quaisquer dados que permitam revelar as identidades dos vários respondentes.

Este ficheiro foi analisado por uma equipa científica, apresentando-se aqui as principais conclusões dos indicadores obtidos. A secção das análises estatísticas e matemáticas foi feita recorrendo a folhas de cálculo do Windows Excel e ao programa Wolfram Mathematica.

Algumas variáveis não acrescentavam qualquer tipo de informação aos dados, tendo em conta que ninguém respondeu à mesma ou todos têm a mesma resposta. Como tal, foram removidas as seguintes perguntas do *dataset*:

- A primeira questão tem unicamente o intuito de verificar que os inquiridos entendem o questionário a que vão ser sujeitos, que participam no mesmo de forma voluntária e que permitem a utilização dos dados, havendo garantia de confidencialidade. Todos as respostas são afirmativas;
- “*Submission Date*”: os valores são todos diferentes e correspondendo à hora de submissão do inquérito; não acrescentam nenhum valor ao nosso *dataset*;
- A primeira resposta deu-se no dia 1 de abril de 2022 e a última em 6 de maio do mesmo ano.
- Há 866 inquéritos válidos.
- “*No Label*” dado que não se entende o significado desta questão.

1.2 Resumo da amostra

Após este tratamento inicial, ficamos com um total de 315 perguntas, que se dividem em dois grandes grupos, atuais e ex-trabalhadores de órgãos jornalísticos. Primeiro existe uma pequena análise a todos os inquiridos, seguida de dois questionários, um para cada grupo, divididos em três categorias:

- Indicadores sociais descritivos da amostra
- Desgaste profissional
- Indicadores sociodemográficos

Um total de 866 pessoas responderam ao inquérito, ainda que alguns dos inquiridos não tenham respondido a todas as perguntas. Os capítulos 3 e 4 consistem em perguntas quase coincidentes, mas feitas a grupos diferentes: atuais e ex-trabalhadores do sector jornalístico.

Com a categoria “Desgaste profissional”, será possível calcular o nível de exaustão e distanciamento relativo à atividade.

Há 793 respostas válidas para os jornalistas no ativo. Esta é uma amostra razoável que nos dá um erro máximo de 3,2%, com intervalo de confiança a 95%.

Há apenas 73 respostas válidas para os antigos jornalistas. O erro desta amostra está acima dos

11%, como visto mais abaixo, o que invalida estudos mais aprofundados e uma inferência de qualidade para o universo correspondente a esta categoria.

Análise inicial

2.1 Indicadores sociais da amostra

2.1.1 Idade

Respostas em branco: 1. 865 respostas.

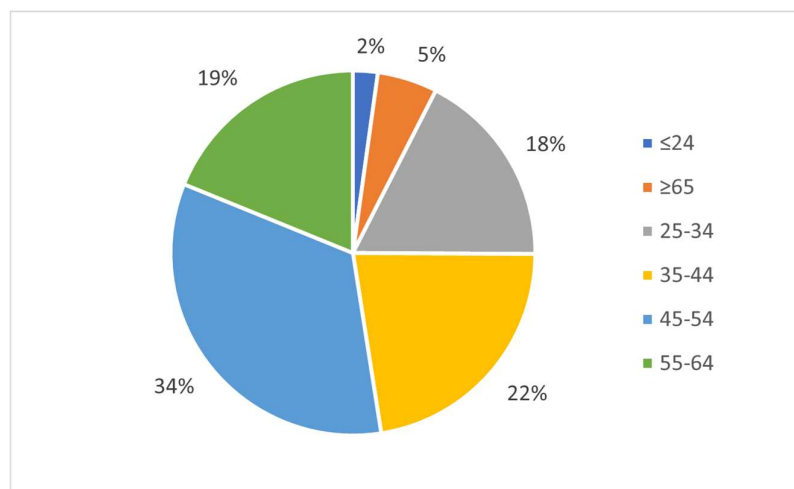


Figura 3: Idade

2.1.2 Género

Respostas em branco: 3.

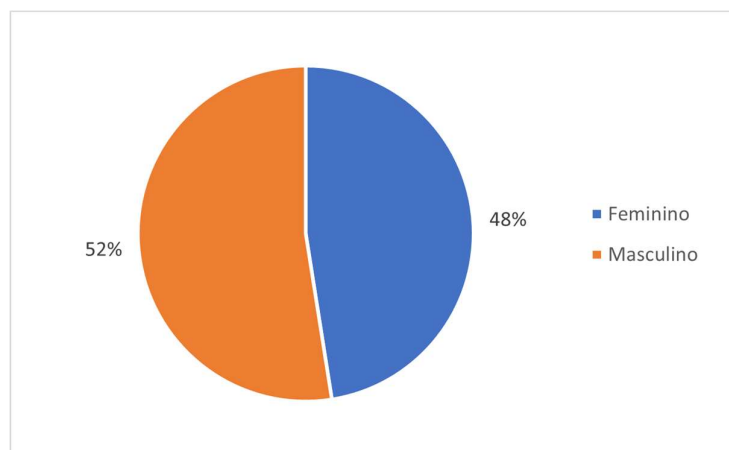


Figura 4: Género

2.1.3 Habilitações

Respostas em branco: 10.

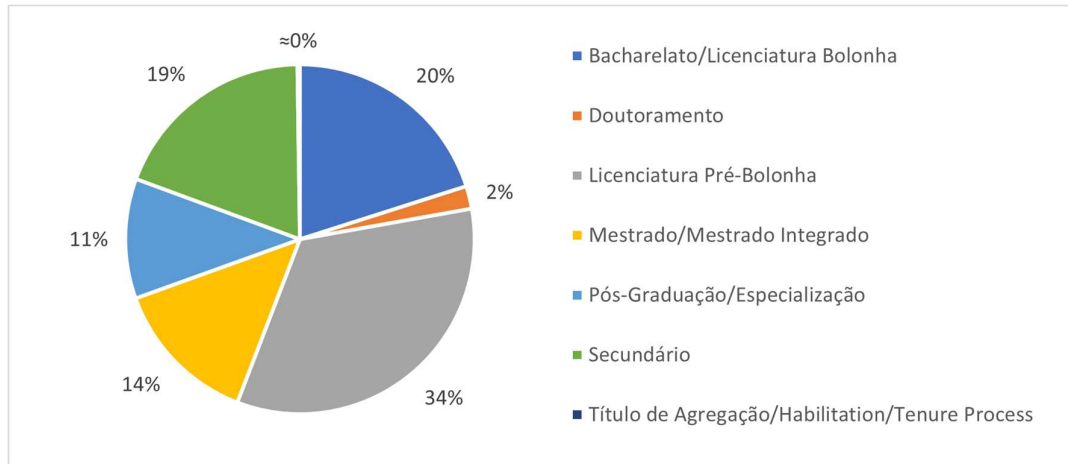


Figura 5: Habilitações

2.1.4 Formação base (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 1.

Tendo em conta que é possível seleccionar mais do que uma opção, existem 126 respostas diferentes. Existem respostas pelas mais diversas áreas e é de importância mencionar as seguintes:

- ‘Ciências da Comunicação/Comunicação Social’, num total de 418 respostas.
- ‘Jornalismo’, num total de 328 respostas.
- ‘História’, num total de 39 respostas.
- ‘Artes’, num total de 29 respostas.
- ‘Sociologia/Antropologia’, num total de 28 respostas.
- ‘Línguas’, num total de 28 respostas.

2.1.5 Estado civil

Respostas em branco: 6.

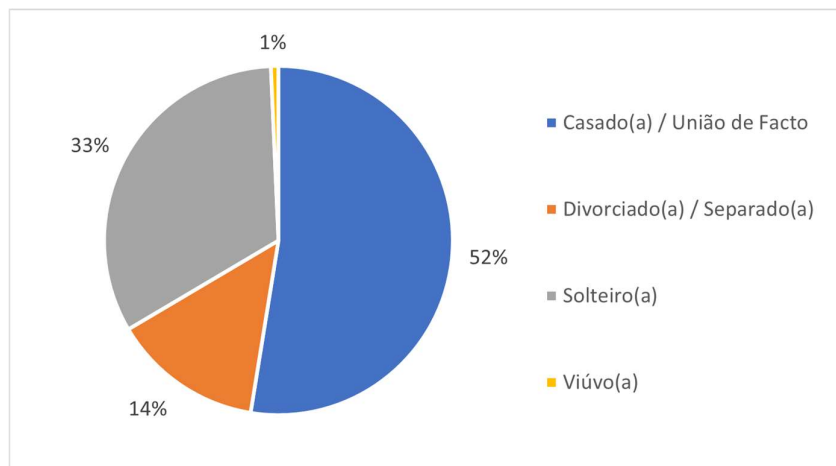


Figura 6: Estado Civil

2.1.6 Número de filhos

Respostas em branco: 4.

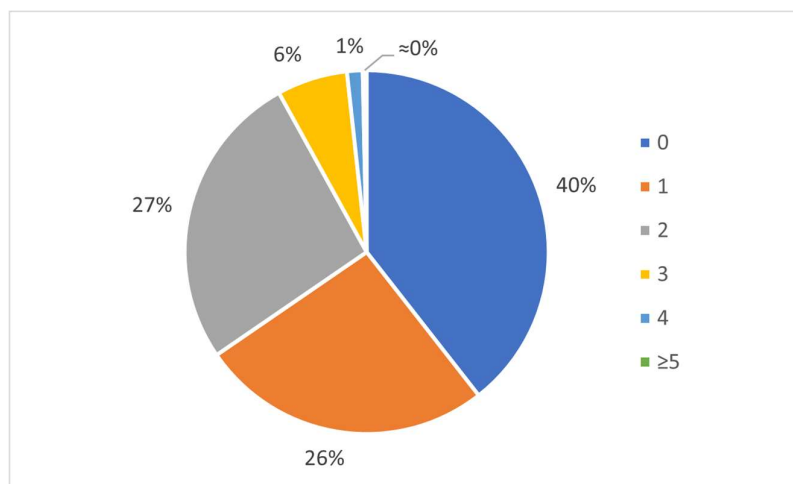


Figura 7: Número de filhos

2.1.7 Número total de pessoas vivendo em economia comum no agregado familiar

Respostas em branco: 10.

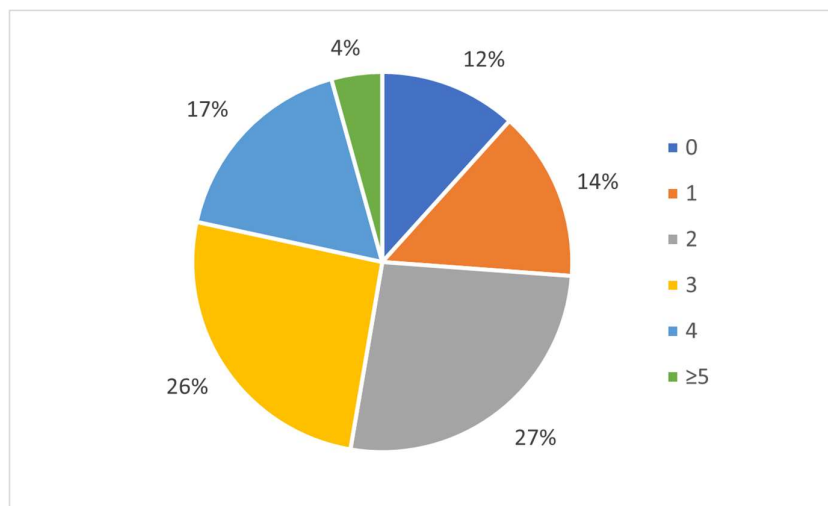


Figura 8: Número total de pessoas vivendo em economia comum no agregado familiar

2.1.8 Especifique em que concelho de Portugal reside

Respostas em branco: 7.

As respostas dividem-se por 119 concelhos de Portugal. Não adicionando qualquer valor ao relatório descrevê-los todos, fica apenas a nota de que a maior fatia corresponde a Lisboa, com 238 respostas (27%).

2.1.9 Está presentemente a estudar?

Respostas em branco: 3.

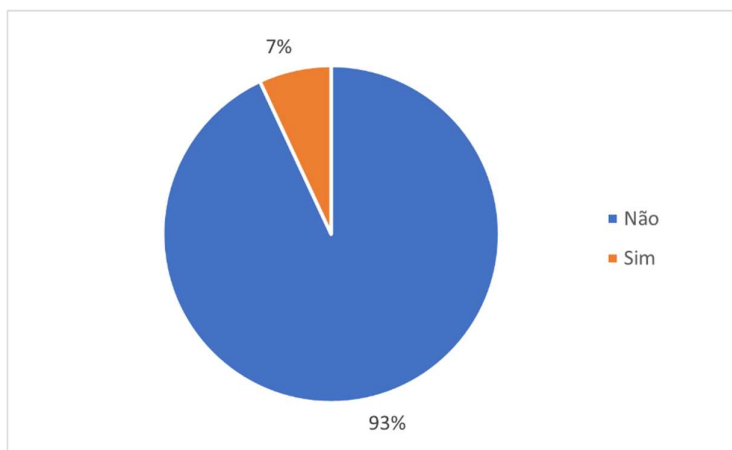


Figura 9: Está presentemente a estudar?

2.1.10 Teve formação complementar (nos últimos cinco anos)?

Respostas em branco: 11.

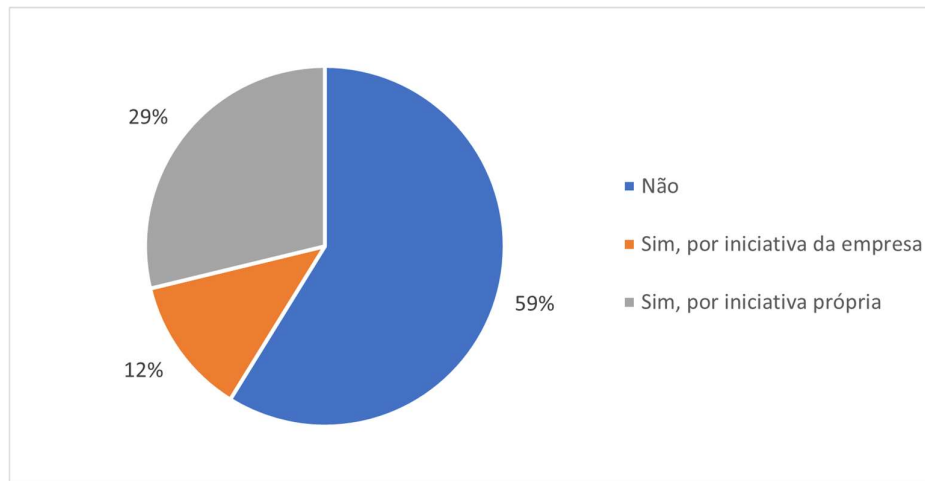


Figura 10: Teve formação complementar (nos últimos cinco anos)?

2.1.11 Onde fez a formação complementar? (Pode seleccionar mais do que uma opção)

Respostas em branco: 0. Dos 352 que responderam de forma afirmativa na questão anterior, todos responderam à questão atual.

Sendo esta uma pergunta que permite a seleção de várias respostas, existem mais de 100 combinações diferentes de respostas dadas por inquiridos. Ficam, no entanto, alguns pontos importantes:

- 'Cenjor' aparece num total de 124 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior a 35%.
- 'A própria empresa' aparece num total de 100 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior a 29%.
- Respostas referentes a formação superior em universidade aparecem num total de 65 respostas dadas por inquiridos, representando uma fatia superior a 18%.

2.1.12 Está presentemente a trabalhar?

Respostas em branco: 0.

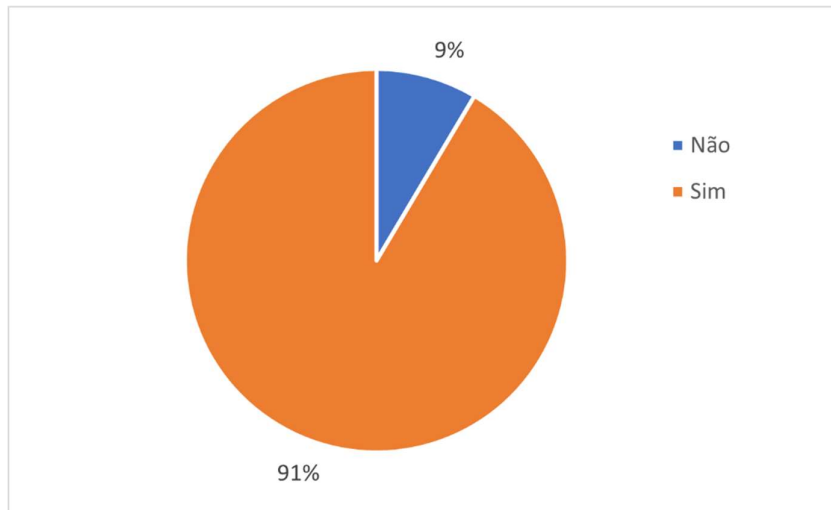


Figura 11: Está presentemente a trabalhar?

2.1.13 Encontra-se em alguma das situações abaixo? (Pode seleccionar mais do que uma opção)

Dos 792 que responderam de forma negativa na questão anterior, todos responderam à questão atual. Dado que pode ser escolhida mais que uma resposta, a soma do número de inquiridos na tabela abaixo é superior ao número de respostas.

Situação atual	Nº de inquiridos
Atividade noutra área	1
Baixa médica/incapacidade temporária	1
Com incapacidade temporária	1
Com incapacidade/doença permanente	2
Desempregado	30
Falta de oportunidades	1
Trabalhador independente	1
Docente do ensino superior na área do jornalismo	1
Estudo/formação	1
Freelancer	1
Mudei de área	1
Recibos verdes	1
Reformado	34
Trabalho, mas não como jornalista	1

Tabela 4: Encontra-se em alguma das situações abaixo?

Atuais trabalhadores do setor jornalístico

3.1 Indicadores sociais descritivos da amostra

3.1.1 Em que órgão jornalístico trabalha atualmente?

Respostas em branco: 72.

Existem mais de 300 respostas diferentes a esta questão, não fazendo sentido descrevê-las todas aqui.

- Um total de 77 respostas mencionam ‘RTP’.
- Um total de 32 respostas mencionam ‘TVI’.
- Um total de 10 respostas mencionam ‘Diário de Notícias’.

3.1.2 Vínculo

Respostas em branco: 79.

Removendo a resposta ‘Recentemente saí do *Diário do Minho* (tinha contrato desde novembro passado pela primeira na vida ao fim de mais de 20 anos a recibos verdes). Mudei este mês com contrato para a Rádio Alto Minho. Mantenho colaboração com órgão que fundei o E24 (não remunerado), apresentam-se abaixo as restantes 793.

À peça	53
A termo	56
Avença formal	44
Co-fundadora	1
Colaboração informal	24
Contrato de trabalho (efetivo)	1
Contrato sem termo	1
Contrato temporário de trabalho	1
Diretor	1
Director/Proprietário	1
Efetiva	1
Estágio profissional	3
Falso recibo verde	2
Falsos recibos verdes	2
<i>Freelancer</i>	1
Não responde	7
No quadro	1
Nuns, à peça; noutros, com avença.	1
Prestação de serviços	1
Prestação de serviços – recibos verdes	1
Projeto	1
Proprietário	1
Proprietário/diretor	2
Próprio	1
Recibo verde	3
Regime livre	1
Sem termo	580
Trabalhadora independente	1

Tabela 5: Vínculo

3.1.3 Principal local de trabalho habitual

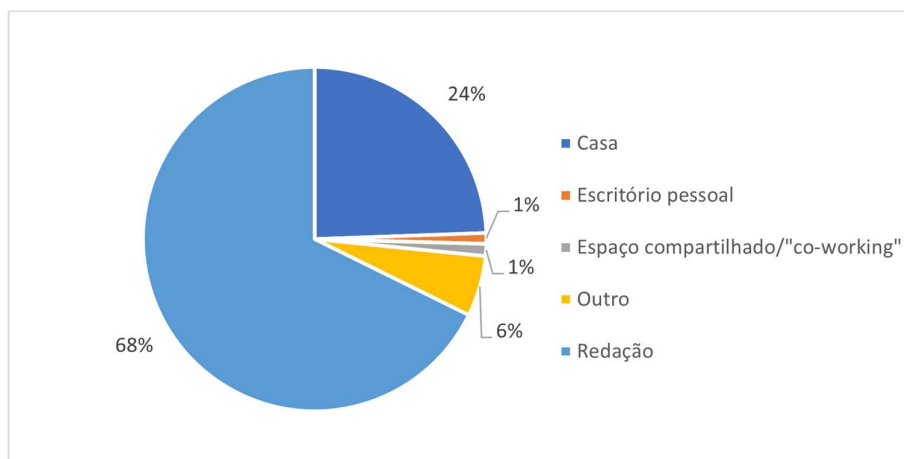


Figura 12: Principal local de trabalho habitual:

Respostas em branco: 76.

3.1.4 Qual o número de trabalhos remunerados realizados por avença nos últimos 6 meses?

Respostas em branco: 830. Apenas 6% responderam entre 7-10 e os 94% restantes a mais de vinte. Houve muito poucas respostas a esta questão (36).

3.1.5 Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses?

Respostas em branco: 826. Voltámos a ter muito poucas respostas (40) a esta questão.

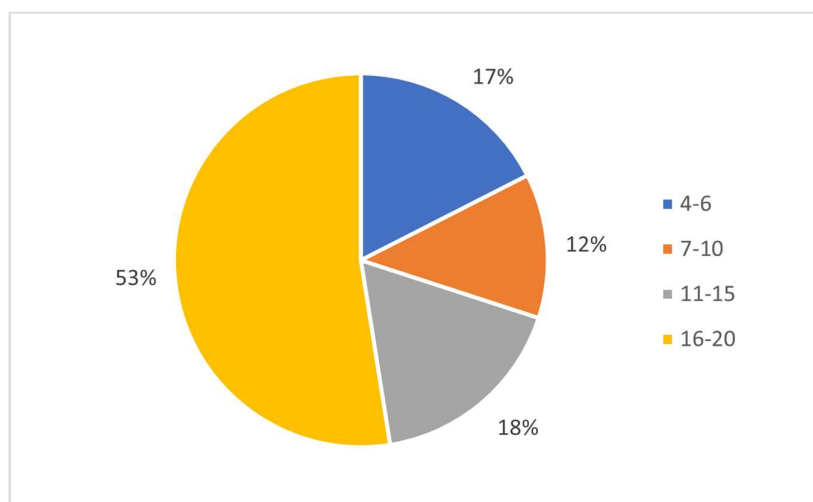


Figura 13: Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses?

3.1.6 Remuneração mensal média líquida no jornalismo (em euros)

Respostas em branco: 94.

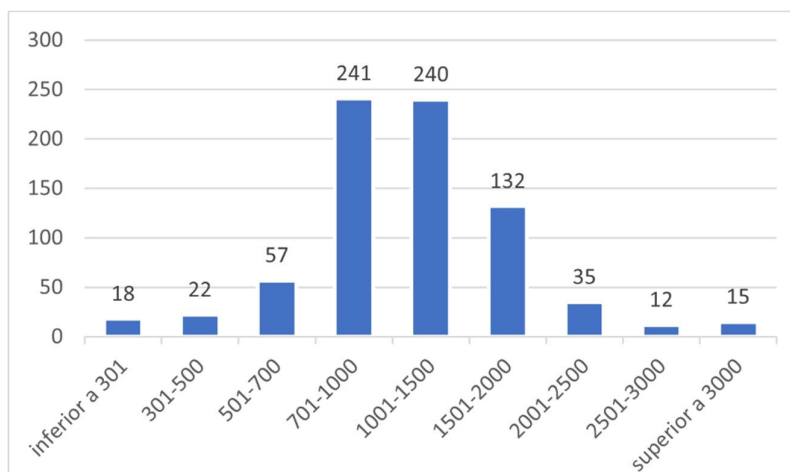


Figura 14: Remuneração mensal média líquida no jornalismo (em euros)

3.1.7 Com que idade iniciou a atividade jornalística?

Respostas em branco: 73.

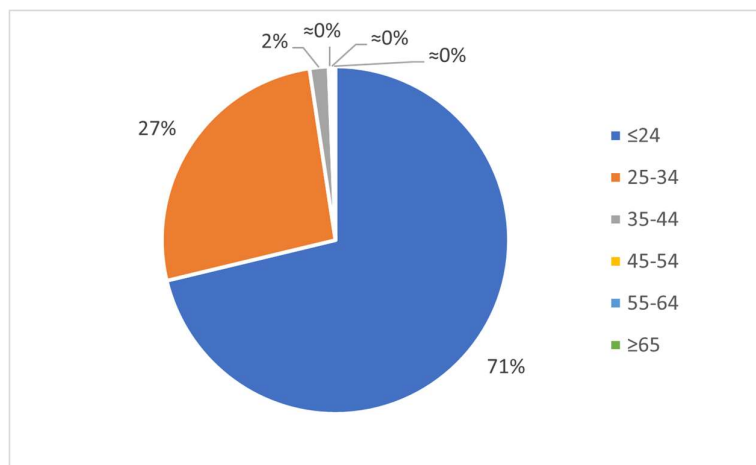


Figura 15: Com que idade iniciou a atividade jornalística?

3.1.8 Tem outra atividade profissional remunerada?

Respostas em branco: 110.

Dada a extensa lista de respostas diferentes que foi dada (perto de 60), apresentamos apenas alguns valores mais importantes:

- 679 inquiridos afirmam não ter outra atividade profissional.
- Das restantes 77 respostas, a maioria é de *freelancer* em diversos locais.

3.1.9 Na atividade secundária auferে uma remuneração mensal média líquida (em euros) de:

Respostas em branco: 799.

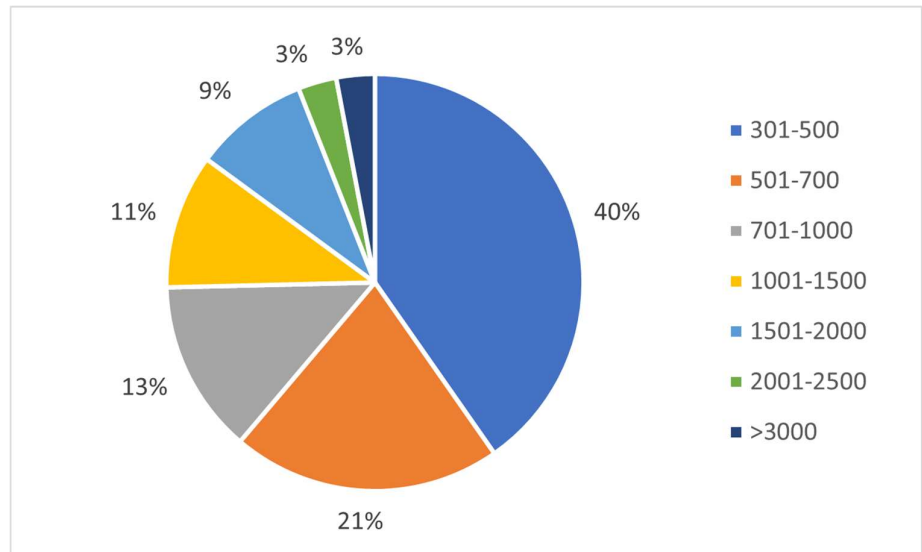


Figura 16: Remuneração mensal líquida na atividade secundária

3.1.10 Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?

Respostas em branco: 798.

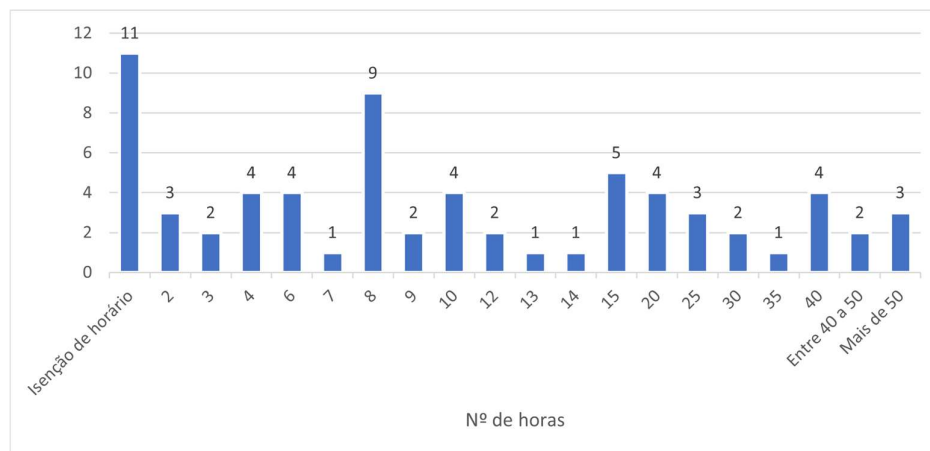


Figura 17: Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?

3.1.11 Já interrompeu o exercício do jornalismo?

Respostas em branco: 79.

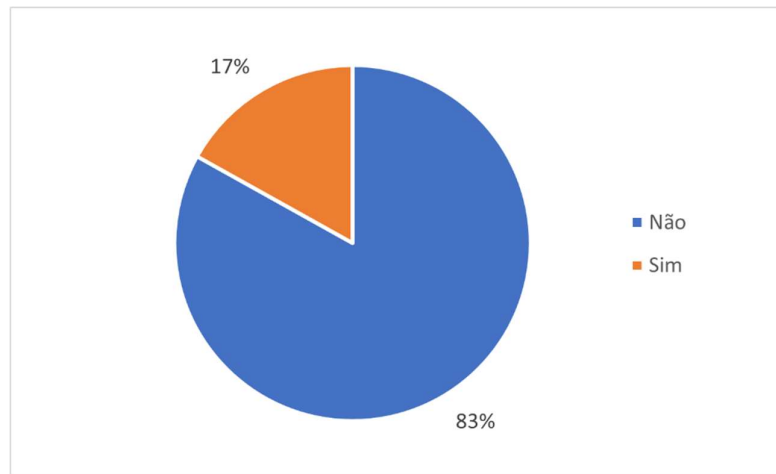


Figura 18: Já interrompeu o exercício do jornalismo?

Interrompeu a atividade quantas vezes?

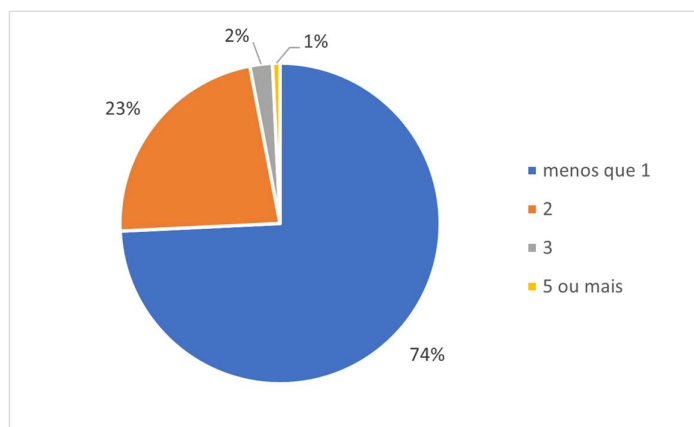


Figura 19: Interrompeu a atividade quantas vezes?

Das 133 respostas positivas na questão 3.1.11, apenas um elemento se absteve de responder.

Durante quantos anos na totalidade?

Das 133 respostas positivas na questão 3.1.11, apenas quatro elementos se abstiveram de responder.

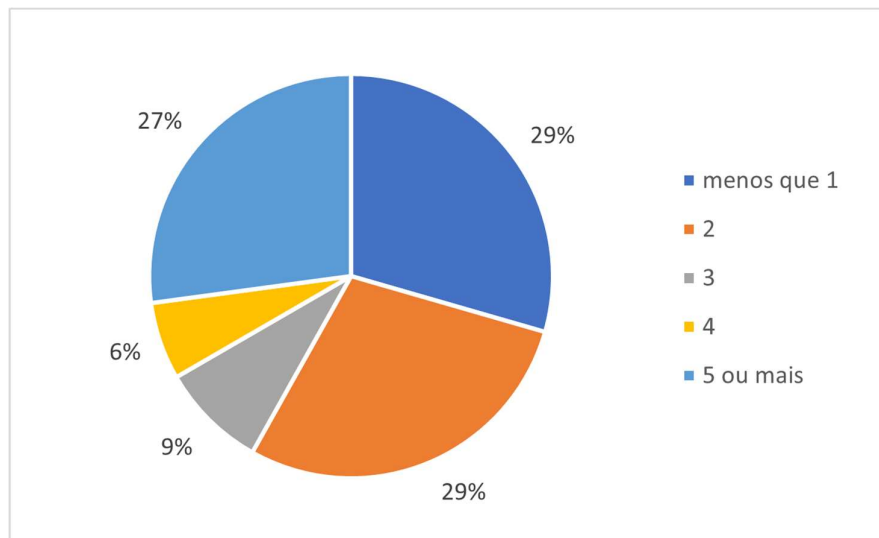


Figura 20: Durante quantos anos na totalidade?

3.1.12 Quantos anos de experiência jornalística tem?

Respostas em branco: 73.

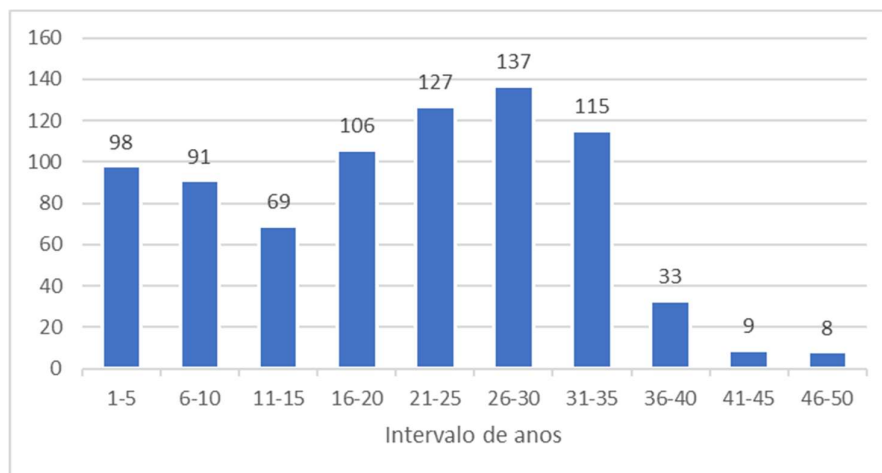


Figura 21: Quantos anos de experiência jornalística tem?

3.1.13 Que função exerce? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 73.

Uma vez mais, é possível seleccionar mais que uma resposta, obtendo-se mais do que 140 respostas diferentes. Os pontos mais relevantes a notar são os seguintes:

- ‘Redator’ com 547 respostas.
- ‘Repórter’ com 597 respostas.
- ‘Editor’ com 252 respostas.
- ‘Coordenador’ com 225 respostas.
- ‘Fotojornalista’ com 103 respostas.
- Entre outros

3.1.14 Em que meios exerce maioritariamente a sua função?

Respostas em branco: 73.

Agenda/Produção/Programação	7
Áudio	92
Audiovisual	1
Comentário	1
Fotografia	52
Grafismo/ <i>Design</i> /Arte visual	3
Multimédia	35
Não responde	3
Próprio	1
<i>Régie</i>	1
Texto	458
Texto e áudio	1
Texto e edição de vídeo	1
Texto e vídeo	1
Texto, entrevista e locução	1
Texto, vídeo, fotografia, multimédia	1
Texto/Áudio/Vídeo/Produção	1
Todos	2
Todos os textos têm de levar uma imagem. Por isso texto e fotografia	1
Vídeo	129

Tabela 6: Em que meios exerce maioritariamente a sua função?

3.1.15 Em que tipo de conteúdos trabalha predominantemente?

Respostas em branco: 73.

Agência de notícias	50
Aplicações/Plataformas	4
Consumo de produtos e serviços	1
Em várias das que estão aqui	1
Especializada	1
Imprensa tradicional	311
Imprensa tradicional e <i>online</i>	1
Jornalismo <i>online</i>	149
Não responde	2
<i>Podcast</i>	2
Portal/Sítio de notícias	7
Rádio/ <i>WebRadio</i>	90
Redes sociais 2.0	4
Revista	1
Tradicional e multimédia	1
TV e rádio	1
TV webTV rádio	1
TV/WebTV	165
vários	1

Tabela 7: Em que tipo de conteúdos trabalha predominantemente?

3.1.16 Recebeu formação para trabalhar com

3.1.17 Valências novas ou distintas?

Respostas em branco: 73.

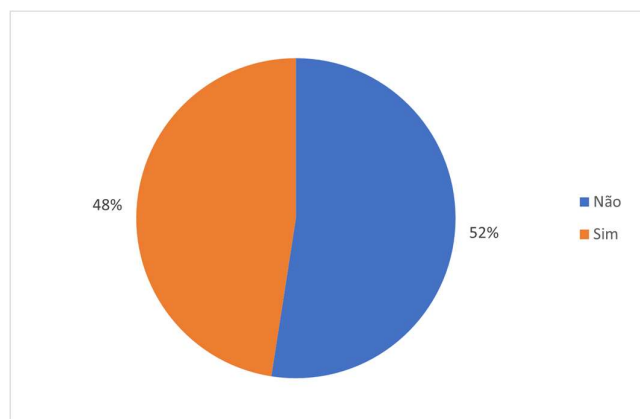


Figura 22: Recebeu formação para trabalhar com valências novas ou distintas?

3.1.18 Em que temas trabalha? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 73.

As respostas foram muito variadas, chegando a um total de 533 respostas diferentes. Na tabela abaixo apresenta-se o número de vezes que algumas respostas foram escolhidas:

Artes/Cultura/Literatura	322
Sociedade/Nacional	436
Pensamento/Filosofia/Religião	85
Desporto/Futebol	262
Economia/Negócios	311
Saúde	322
Segurança/Justiça	240
Lazer/Moda/Consumo/Tendências	131
Editorial	137
Tecnologia/Ciência/Divulgação	208
Internacional	226

Tabela 8: Em que temas trabalha?

3.1.19 O que produz com maior frequência? (Pode seleccionar mais do que uma opção)

Respostas em branco: 73.

Existem várias combinações de respostas possíveis; uma vez mais vamos apenas apresentar as mais relevantes:

- ‘Notícias’ nas respostas de 640 dos inquiridos.
- ‘Reportagem’ nas respostas de 453 dos inquiridos.
- ‘Entrevista’ nas respostas de 352 dos inquiridos.
- ‘Conteúdos *online*’ nas respostas de 234 dos inquiridos.

3.1.20 Aplica-se algum contrato de trabalho na sua empresa?

Respostas em branco: 73.

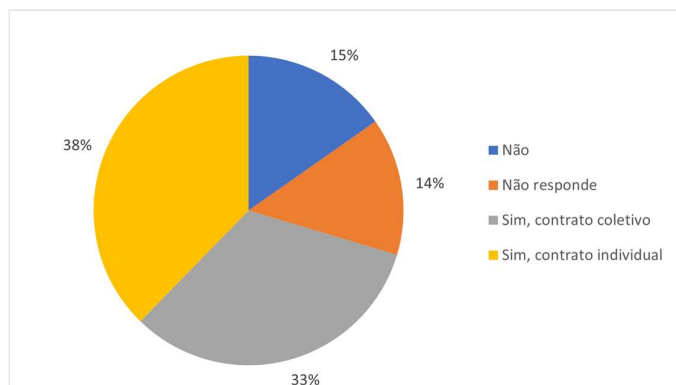


Figura 23 Aplica-se algum contrato de trabalho na sua empresa?:

3.1.21 Horas por semana previstas oficialmente (por contrato)

Respostas em branco: 73.

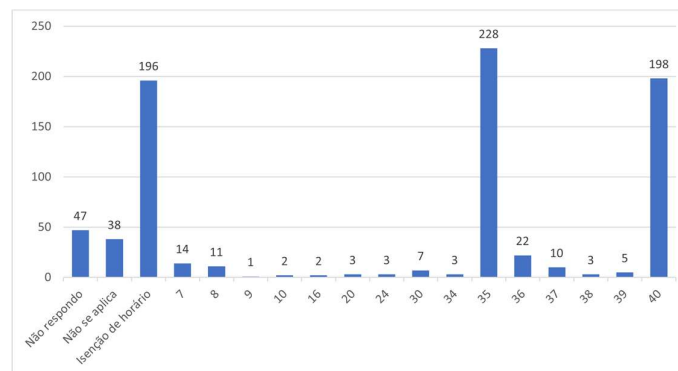


Figura 24: Horas por semana previstas oficialmente (por contrato)

3.1.22 Em média, qual é a sua carga horária semanal real de trabalho?

Respostas em branco: 73.

Excluiu-se uma resposta com o valor de 355, dado não fazer sentido no contexto da pergunta.

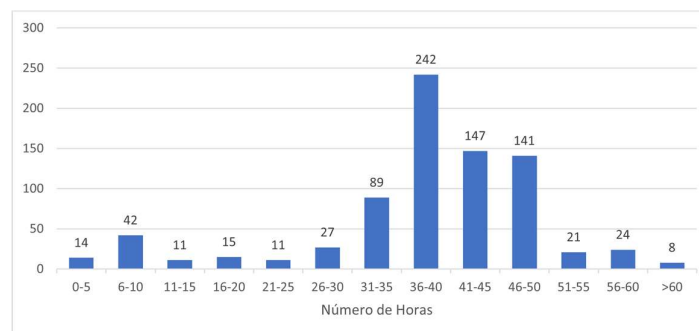


Figura 25: Em média, qual é a sua carga horária semanal real de trabalho?

3.1.23 Em média, quantas horas trabalhou no último mês em período noturno (entre as 20 e as 8 horas)?

Respostas em branco: 74.

Exclui-se uma resposta com o valor de -1.

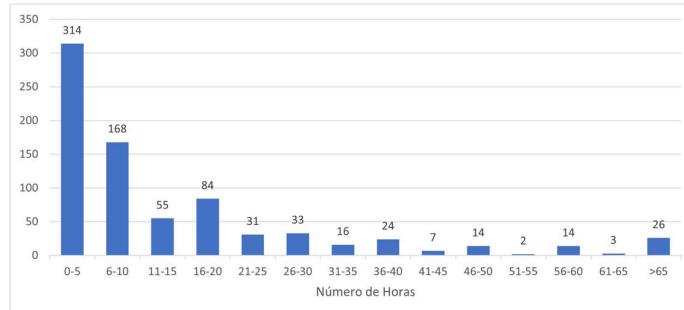


Figura 26: Em média, quantas horas trabalhou no último mês em período noturno (entre as 20 e as 8 horas)?

3.1.24 Qual é (quais são) o(s) horário(s) de trabalho que se adequa(m) melhor à sua vida particular/social?

Respostas em branco: 74.

Madrugada	2
Madrugada e manhã	14
Madrugada, manhã e noite	1
Madrugada, manhã e tarde	3
Madrugada, manhã, tarde e noite	10
Madrugada e noite	4
Madrugada e tarde	1
Madrugada, tarde e noite	4
Manhã	232
Manhã e noite	8
Manhã e tarde	276
Manhã, tarde e noite	24
Noite	23
Tarde	124
Tarde e noite	66

Tabela 9: Quais os horários mais convenientes

Analisando cada período de trabalho individualmente temos:

Madrugada	39
Manhã	568
Tarde	508
Noite	140

Tabela 10 Quais os horários mais convenientes

3.1.25 É importante para si ter oportunidade de fazer:

Respostas em branco: 74.

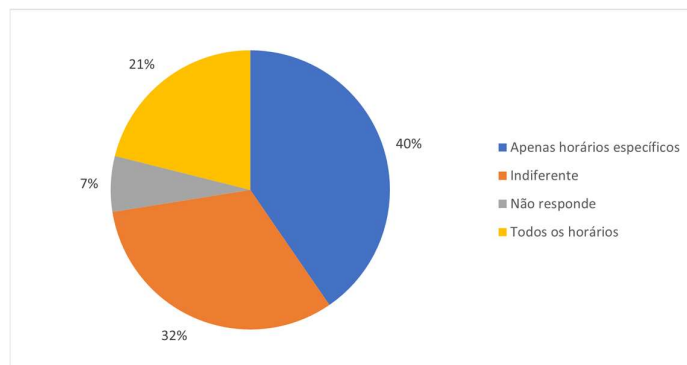


Figura 27: É importante para si ter oportunidade de fazer:

3.1.26 Sou alvo de assédio moral/ideológico no trabalho

Respostas em branco: 74.

Houve um total de 658 respostas negativas e 33 indivíduos que preferiram a opção 'Não responde'.

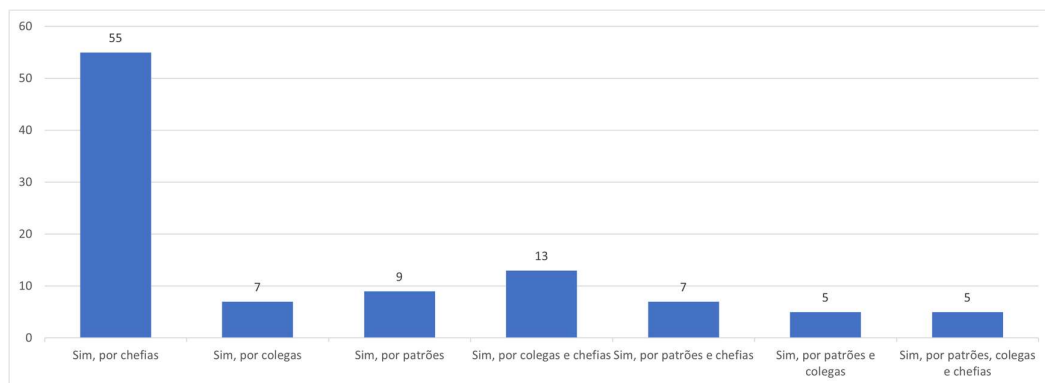


Figura 28: Sou alvo de assédio moral/ideológico no trabalho

3.1.27 Sou alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho

Respostas em branco: 74.

Houve um total de 766 respostas negativas e 14 indivíduos que preferiram a opção ‘Não responde’.

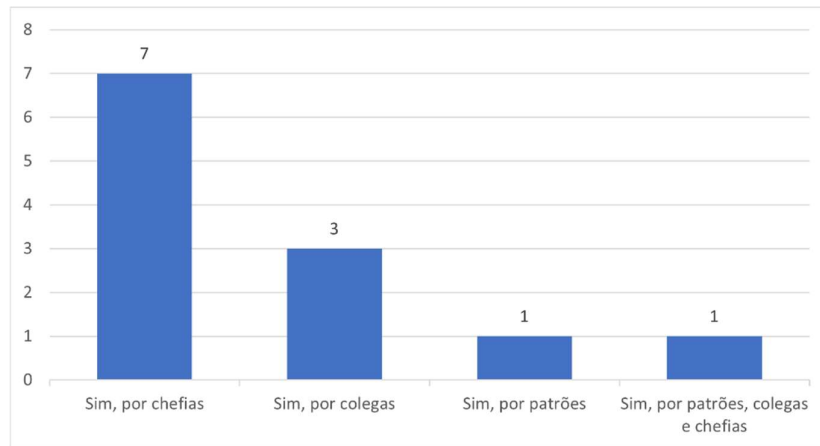


Figura 29: Sou alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho

3.1.28 Sou alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho

Respostas em branco: 74.

Houve um total de 723 respostas negativas e 25 indivíduos que preferiram a opção ‘Não responde’.

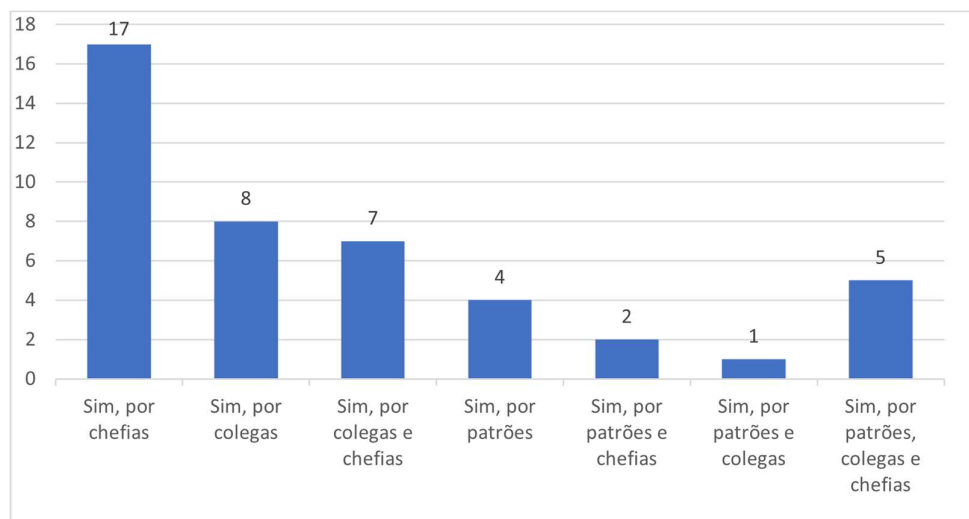


Figura 30: Sou alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho

3.2 Desgaste profissional (exaustão e distanciamento do trabalho)

O conceito da síndrome de *burnout* é relativamente comum em trabalhos de assistência humana. Nesta secção, através de 16 questões, recorrer-se-á ao uso da escala Oldenburg Burnout Inventory (OLBI) para mensurar a mesma. Esta escala é formada por dois fatores: exaustão e distanciamento do trabalho. Na OLBI, a exaustão é definida como uma consequência da intensa pressão, afetiva e física, isto é, como uma consequência de longo prazo à certas exigências desfavoráveis de trabalho. A dimensão distanciamento do trabalho refere-se a distanciar-se do objeto e conteúdo do trabalho, particularmente com respeito à identificação com o trabalho e vontade de continuar na mesma profissão.

A OLBI será calculada a partir de duas subescalas: 8 para a exaustão e 8 para o distanciamento do trabalho. É utilizada a estrutura Likert para as respostas, variando de 1 a 4:

- Nível 1: “Concordo plenamente”
- Nível 2: “Concordo”
- Nível 3: “Discordo”
- Nível 4: “Discordo plenamente”

Numerando as perguntas de 1 a 8 em cada subescala e considerando a nomenclatura de EE e DT para indicar Exaustão e Distanciamento do Trabalho, foi inicialmente alterado o sentido das variáveis EE1, EE2, EE4, EE7, DT2, DT3, DT5, DT8 com o objetivo de mensurar a qualidade do modelo, e os resultados indicam que, quanto maior o índice, menor é o nível de *burnout*.

3.2.1 Exaustão

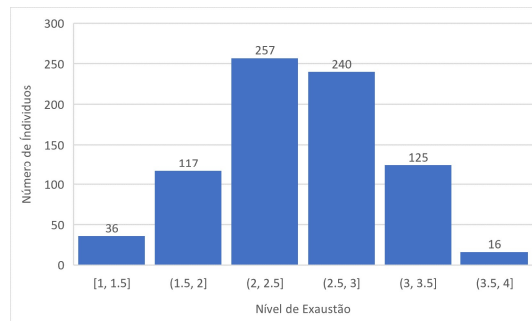


Figura 31: Exaustão

Média	2.522539281
Erro-padrão	0.019496684
Mediana	2.5
Moda	2.5
Desvio-padrão	0.548338828
Variância	0.30067547
Curtose	-0.156778568
Assimetria	-0.121597009
Contagem	791

Tabela 11: Resumo das estatísticas da exaustão

O primeiro escalão corresponde a profissionais com níveis baixos de esgotamento; os profissionais no nível 2 já apresentam alguns sinais de esgotamento; os no nível 3 têm níveis significativos de esgotamento, agravando-se muito a situação para os profissionais dos níveis 4, 5 e 6. O nível 6 corresponde a índices muito elevados de esgotamento.

Podemos afirmar com muita segurança (95% de margem de confiança) que 48% do universo com erro de 3,2% têm níveis elevados de esgotamento (níveis 4, 5 e 6), o que não é adequado e revela níveis de mal estar e susceptibilidade à doença. Cerca de 18% têm um nível muito elevado e extremamente elevado (aqui com erro menor que 2,5%) de exaustão emocional. São níveis superiores, por exemplo, aos dos professores em 2019, quando estudámos essa classe utilizando um questionário de exaustão comparável.

Enumeramos de seguida as questões e as respetivas estatísticas da amostragem.

Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Respostas em branco: 74.

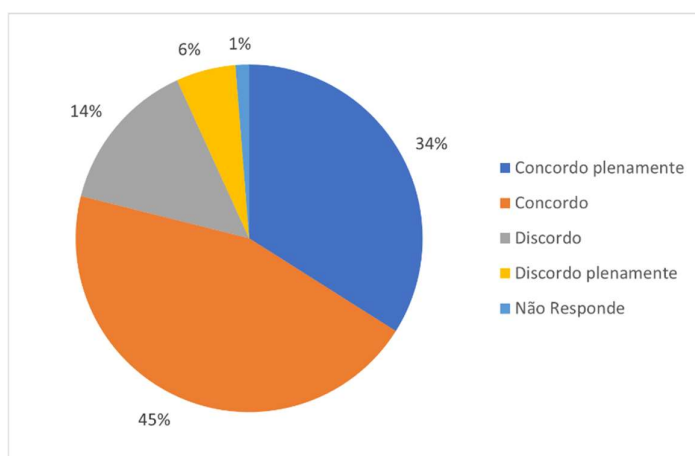


Figura 32: Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Média	3.086956522
Erro-padrão	0.030065944
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.840771974
Variância	0.706897512
Curtose	0.033651744
Assimetria	-0.735513362
Contagem	782

Tabela 12 Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Respostas em branco: 74.

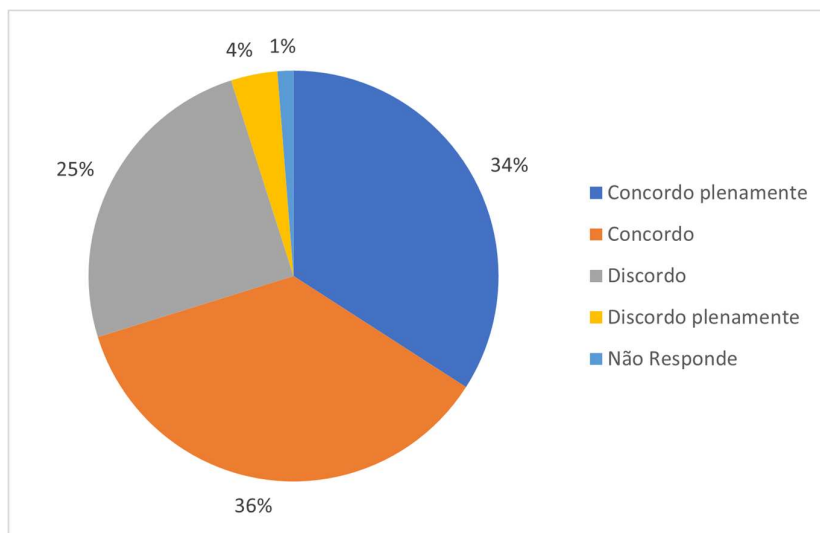


Figura 33: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Média	3.019181586
Erro-padrão	0.030888598
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.863776863
Variância	0.746110469
Curtose	-0.822411989
Assimetria	-0.383505741
Contagem	782

Tabela 13: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Respostas em branco: 74.

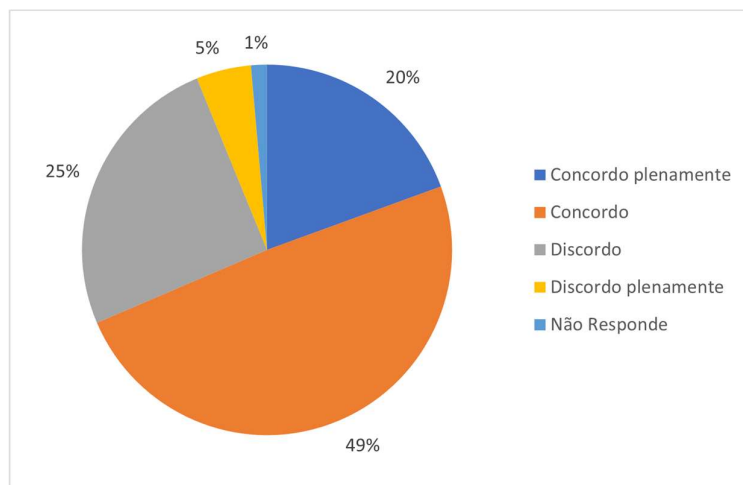


Figura 34: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Média	2.156209987
Erro-padrão	0.028272614
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.790117146
Variância	0.624285105
Curtose	-0.306573664
Assimetria	0.309642419
Contagem	781

Tabela 14: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Respostas em branco: 74.

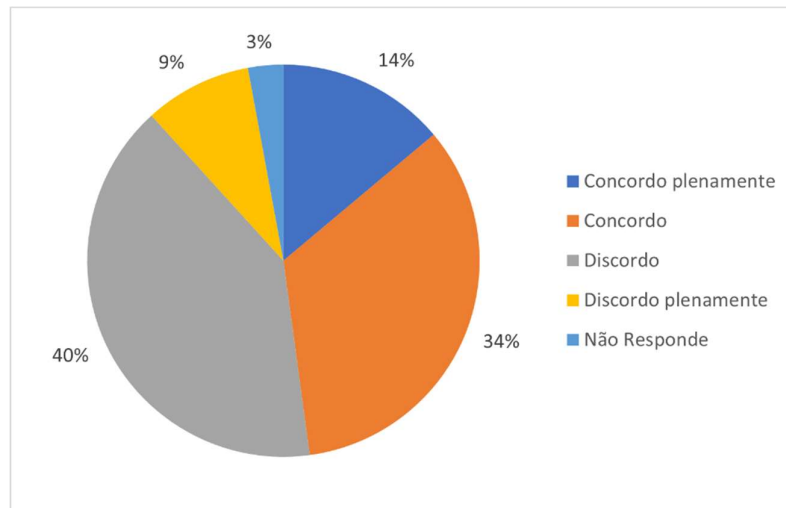


Figura 35: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Média	2.544863459
Erro-padrão	0.030536175
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.846794054
Variância	0.71706017
Curtose	-0.633990833
Assimetria	0.11703757
Contagem	769

Tabela 15: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

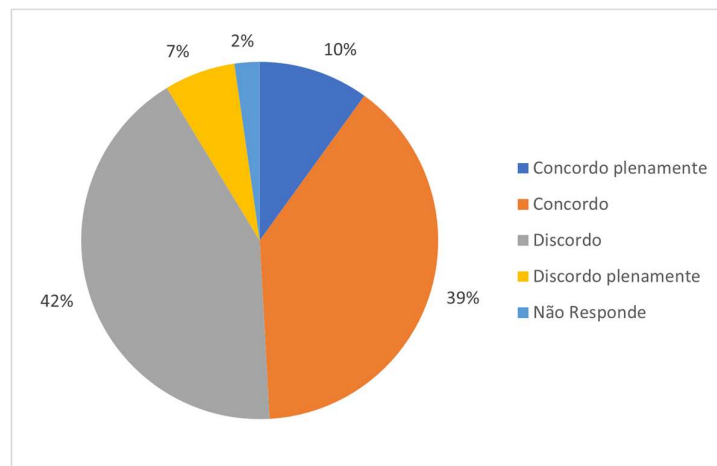


Figura 36: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

Respostas em branco: 74.

Média	2.46124031
Erro-padrão	0.027496089
Mediana	2
Moda	3
Desvio-padrão	0.764964727
Variância	0.585171034
Curtose	-0.391169275
Assimetria	-0.11258893
Contagem	774

Tabela 16: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

Quando trabalho sinto-me bem

Respostas em branco: 74.

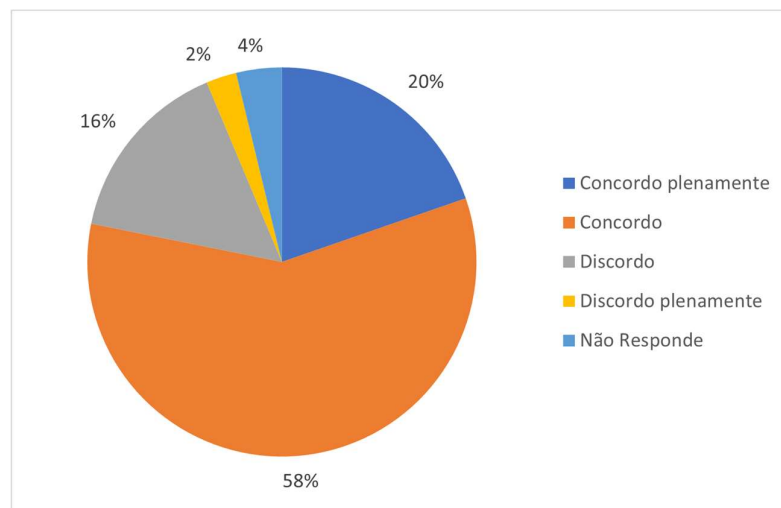


Figura 37: Quando trabalho sinto-me bem

Média	2.009186352
Erro-padrão	0.02487932
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.686777402
Variância	0.4716632
Curtose	0.527608271
Assimetria	0.476314026
Contagem	762

Tabela 17: Quando trabalho sinto-me bem

Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

Respostas em branco: 74.

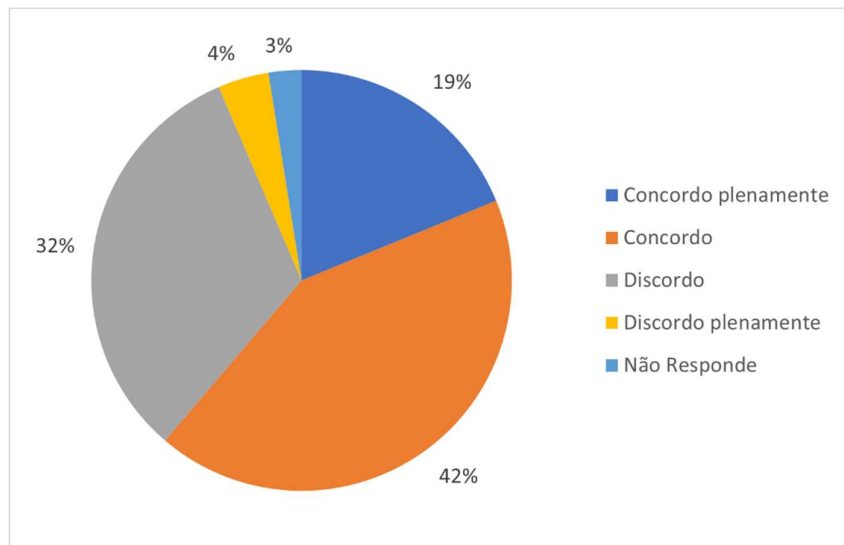


Figura 38: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

Média	2.781088083
Erro-padrão	0.0287507
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.798834987
Variância	0.638137336
Curtose	-0.646200282
Assimetria	-0.060673107
Contagem	772

Tabela 18: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

Respostas em branco: 74.

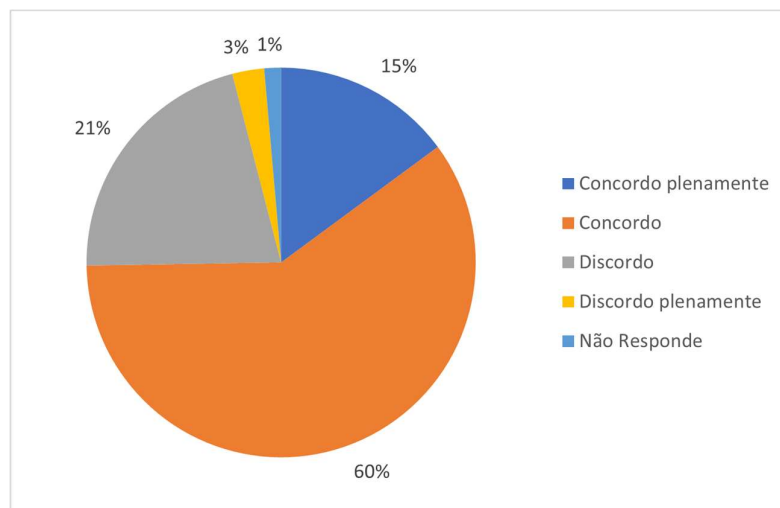


Figura 39: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

Média	2.117797695
Erro-padrão	0.024281345
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.678575631
Variância	0.460464887
Curtose	0.33751978
Assimetria	0.369394034
Contagem	781

Tabela 19: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

3.2.2 Distanciamento profissional

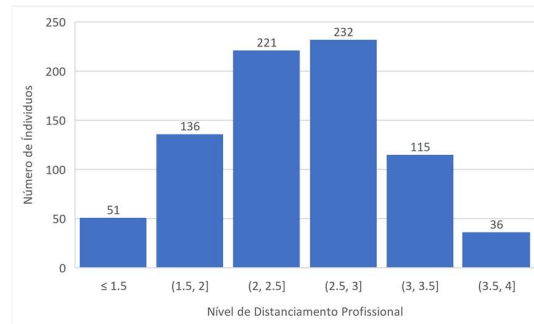


Figura 40: Distanciamento profissional

Média	2.517920354
Erro-padrão	0.021842967
Mediana	2.5
Moda	2.625
Desvio-padrão	0.614327381
Variância	0.377398131
Curtose	-0.368575399
Assimetria	-0.024301295
Contagem	791

Figura 41: Dados estatísticos - Distanciamento Profissional

Notamos aqui uma concordância com a exaustão. Temos 48,4% dos inquiridos que estão nos três níveis superiores. Podemos inferir que no universo os resultados concordam com confiança a 95% e com erro de 3,2%, o que são níveis elevados de distanciamento, mesmo admitindo estarmos no limite inferior dos resultados, o que seria na ordem dos 45%. Os níveis extremos, 5 e 6, têm 19% de inquiridos nestas categorias, com um erro máximo de 2,5%. Podemos afirmar com elevada confiança (95%) que, pelo menos, 16,5% (correspondente ao limite inferior da margem de erro) dos jornalistas no universo global têm níveis muito preocupantes de distanciamento relativamente à profissão.

Enumeramos de seguida as questões e as respetivas estatísticas da amostragem.

Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Respostas em branco: 74.

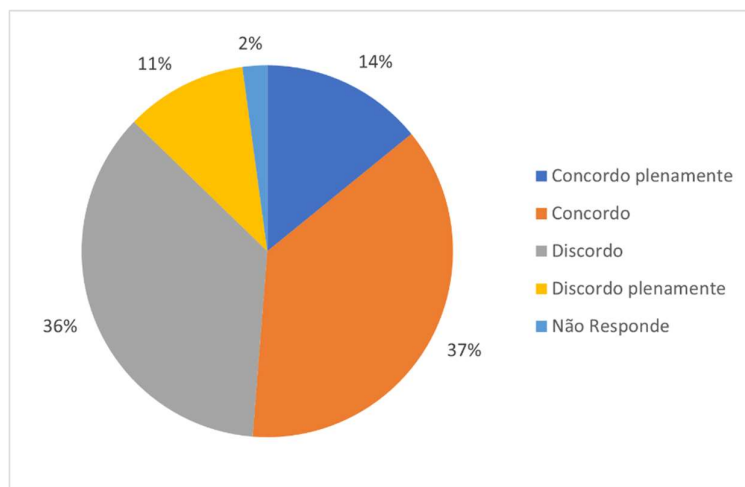


Figura 42: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Média	2.44
Erro-padrão	0.031174396
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.867858453
Variância	0.753178295
Curtose	-0.674846636
Assimetria	0.018776859
Contagem	775

Tabela 20: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

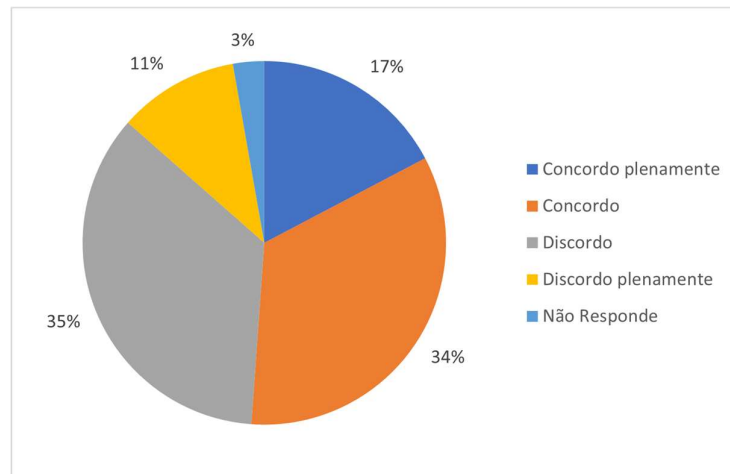


Figura 43: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

Respostas em branco: 74.

Média	2.593506494
Erro-padrão	0.032612313
Mediana	3
Moda	2
Desvio-padrão	0.904954958
Variância	0.818943475
Curtose	-0.810877854
Assimetria	-0.00579066
Contagem	770

Tabela 21: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Respostas em branco: 74.

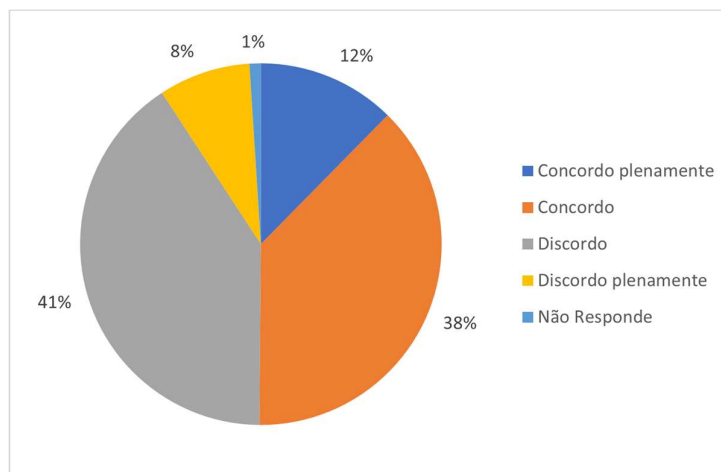


Figura 44: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Média	2.548469388
Erro-padrão	0.029109101
Mediana	3
Moda	2
Desvio-padrão	0.815054835
Variância	0.664314385
Curtose	-0.531847892
Assimetria	0.077506153
Contagem	784

Tabela 22: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Considero o meu trabalho um desafio positivo

Respostas em branco: 74.

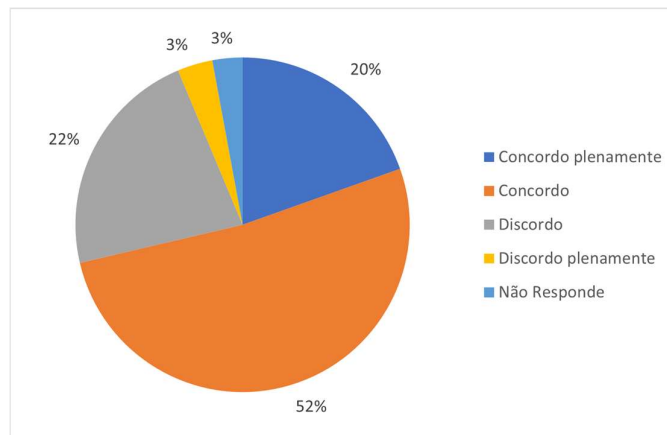


Figura 45: Considero o meu trabalho um desafio positivo

Média	2.098829649
Erro-padrão	0.027060993
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.750424313
Variância	0.563136649
Curtose	-0.133768831
Assimetria	0.336816268
Contagem	769

Tabela 23: Considero o meu trabalho um desafio positivo

Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

Respostas em branco: 74.

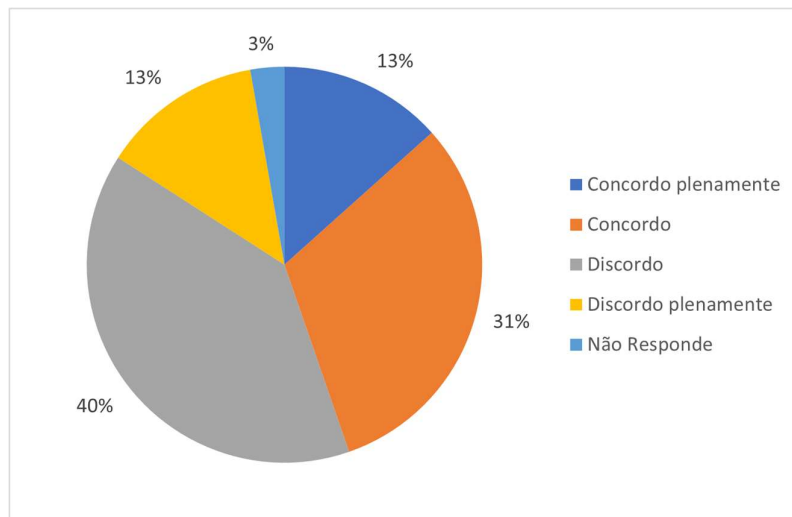


Figura 46: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

Média	2.462337662
Erro-padrão	0.03213342
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.891666221
Variância	0.79506865
Curtose	-0.724637497
Assimetria	0.124821279
Contagem	770

Tabela 24: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Respostas em branco: 74.

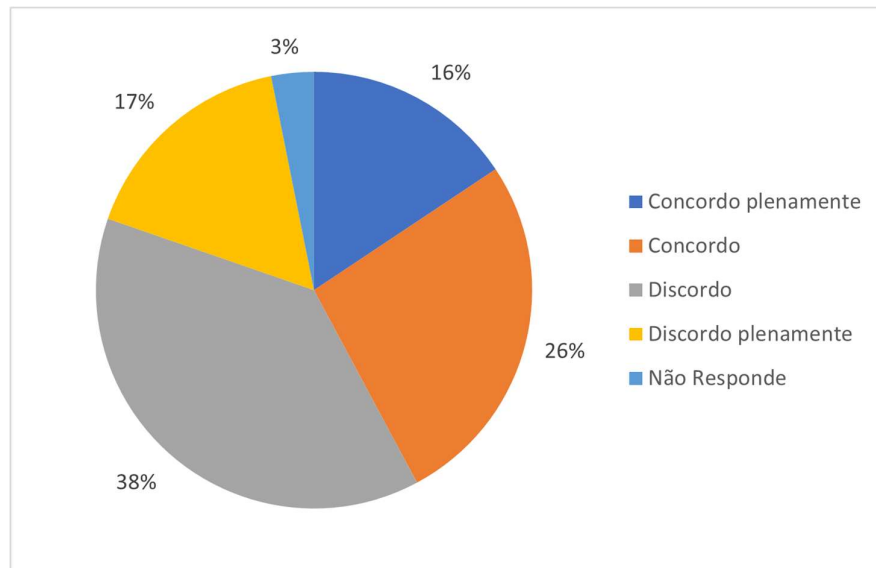


Figura 47: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Média	2.573663625
Erro-padrão	0.034457791
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.954300425
Variância	0.910689302
Curtose	-0.8932613
Assimetria	-0.179739587
Contagem	767

Tabela 25: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Respostas em branco: 74.

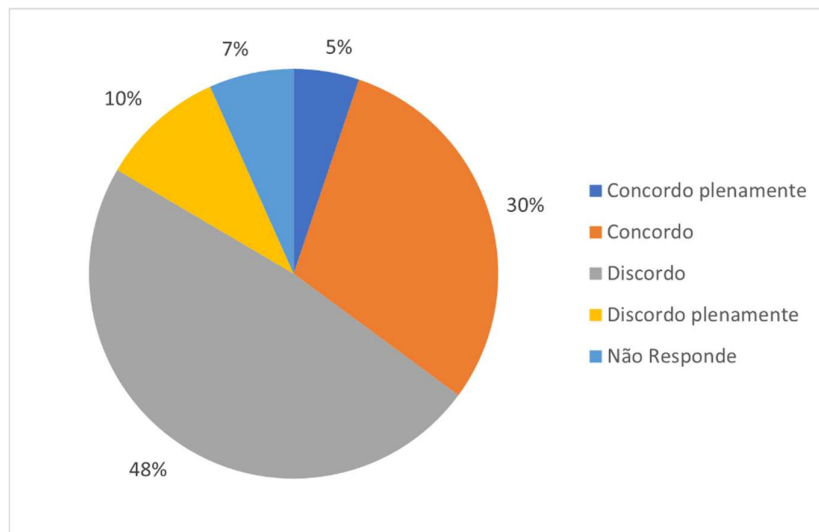


Figura 48; Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Média	2.673883627
Erro-padrão	0.027095668
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.736583663
Variância	0.542555493
Curtose	-0.152130718
Assimetria	-0.236736701
Contagem	739

Tabela 26; Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Muitas vezes, sinto-me farto/a das minhas tarefas

Respostas em branco: 74.

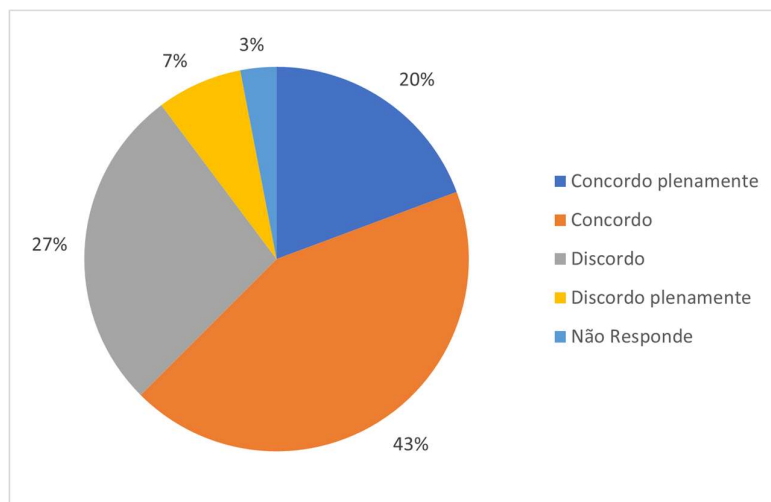


Figura 49: Muitas vezes, sinto-me farto/a das minhas tarefas

Média	2.769531
Erro-padrão	0.030728
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.85157
Variância	0.725172
Curtose	-0.54725
Assimetria	-0.26467
Contagem	768

Tabela 27: Muitas vezes, sinto-me farto/a das minhas tarefas

3.3 Desgaste e indicadores sociodemográficos I

3.3.1 Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho

Respostas em branco: 74.

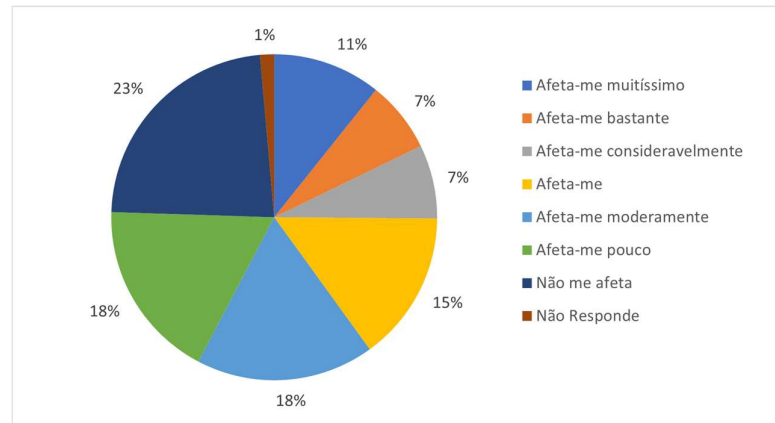


Figura 50: Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho

3.3.2 Ameaças de violência no exercício da profissão

Respostas em branco: 74.

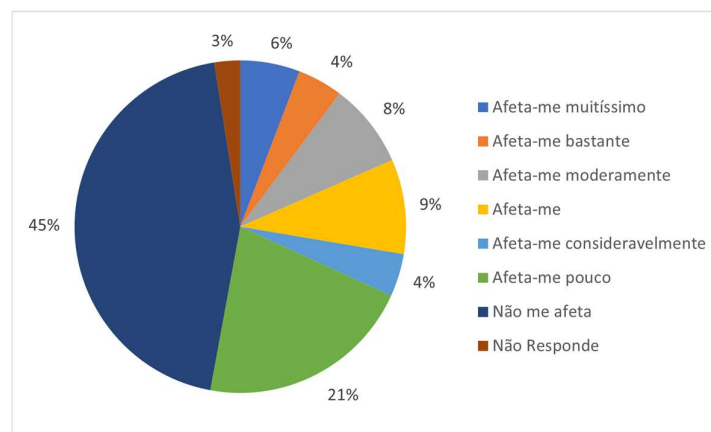


Figura 51: Ameaças de violência no exercício da profissão

3.3.3 Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes

Respostas em branco: 82.

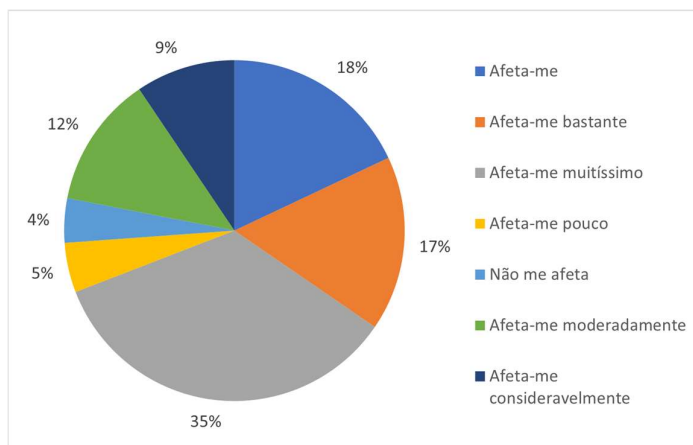


Figura 52: Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes

3.3.4 Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio

Respostas em branco: 85.

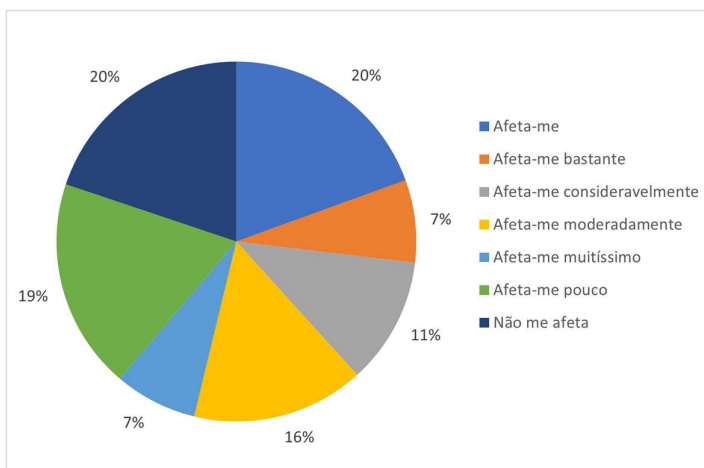


Figura 53: Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio

3.3.5 Conflitos com a direção das empresas

Respostas em branco: 92.

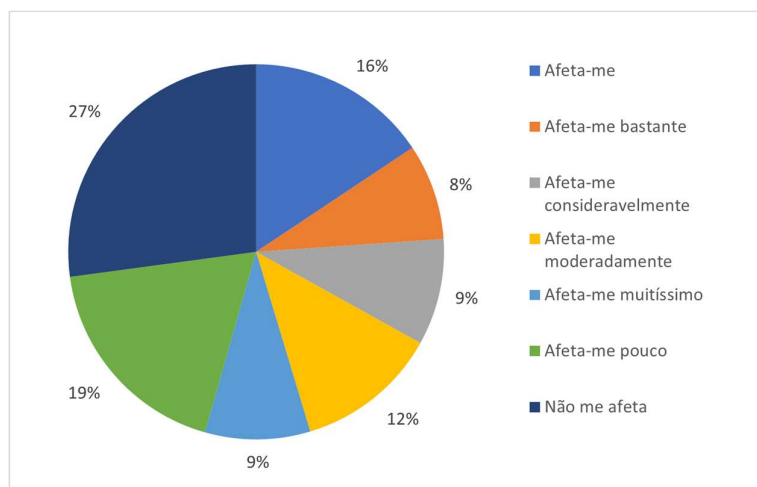


Figura 54: Conflitos com a direção das empresas

3.3.6 Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população

Respostas em branco: 82.

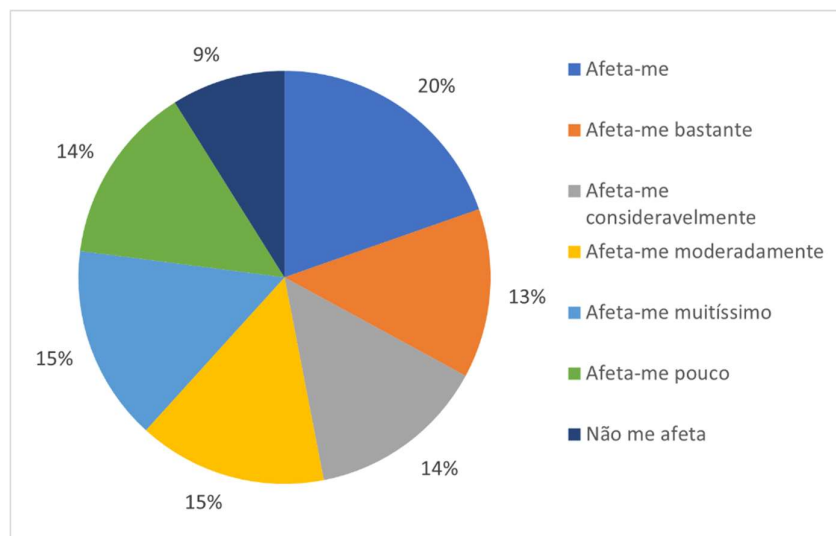


Figura 55: Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população

3.3.7 Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa

Respostas em branco: 91.

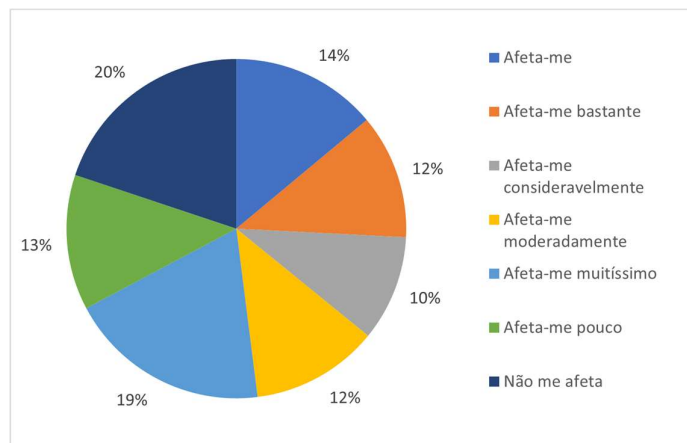


Figura 56: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa

3.3.8 Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo

Respostas em branco: 94.

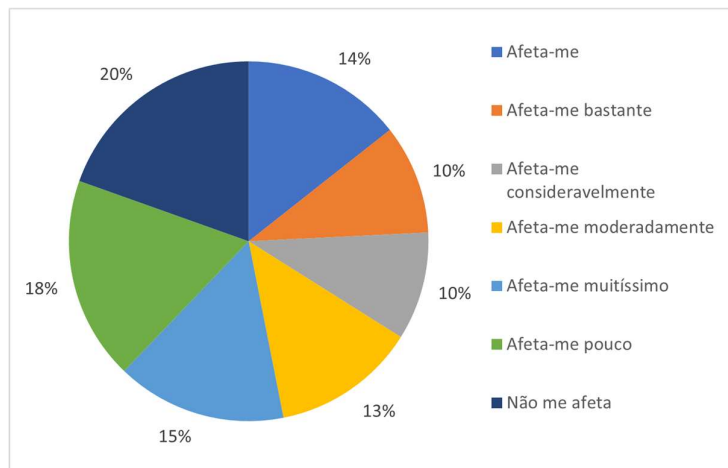


Figura 57: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo

3.3.9 Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente

Respostas em branco: 87.

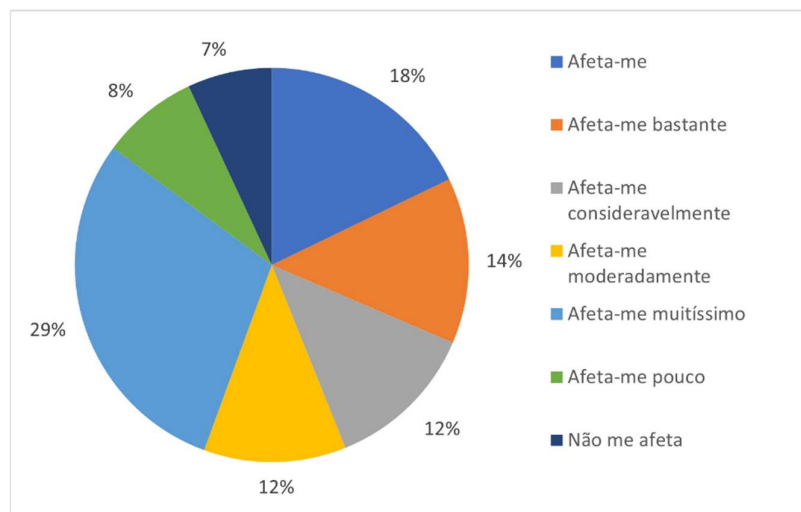


Figura 58: Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente

3.3.10 Contacto negativo com as minhas hierarquias

Respostas em branco: 92.

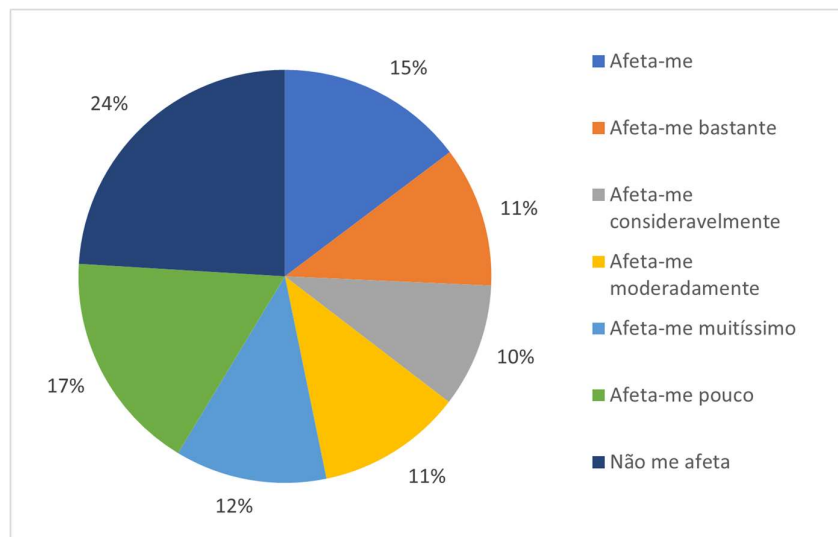


Figura 59: Contacto negativo com as minhas hierarquias

3.3.11 Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controle

Respostas em branco: 101.

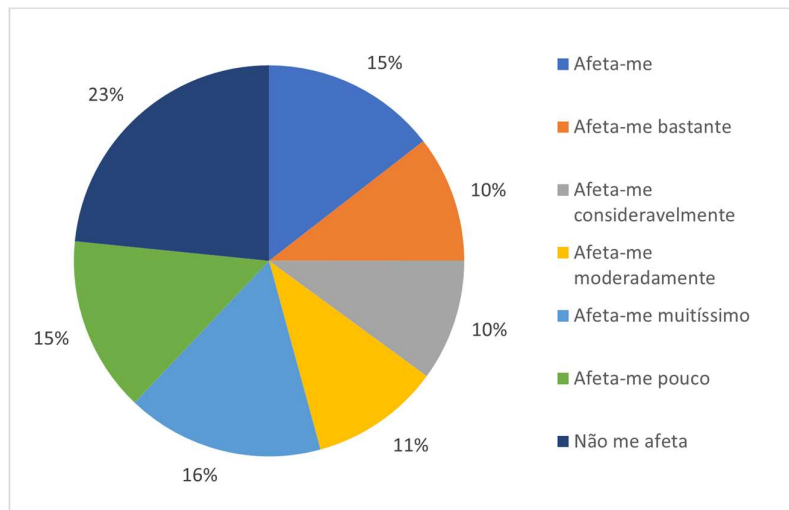


Figura 60: Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controle

3.3.12 Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual

Respostas em branco: 108.

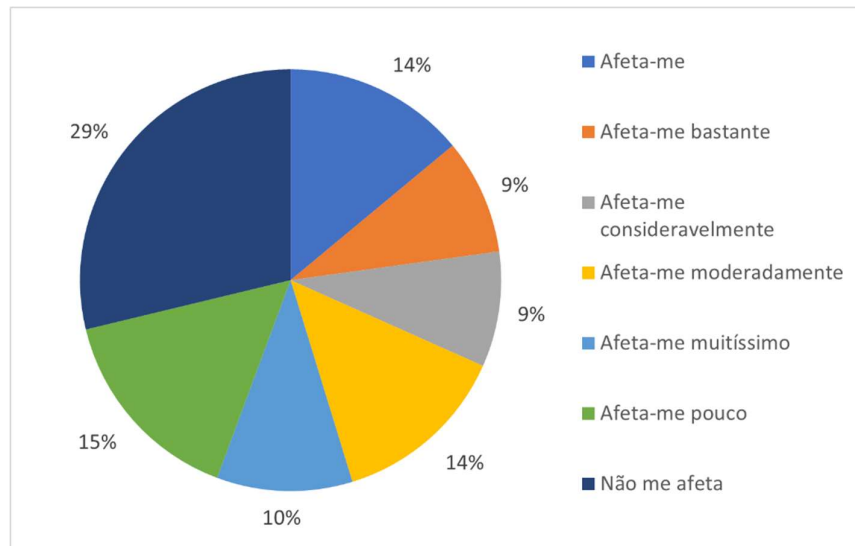


Figura 61: Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual

3.3.13 Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos

Respostas em branco: 209.

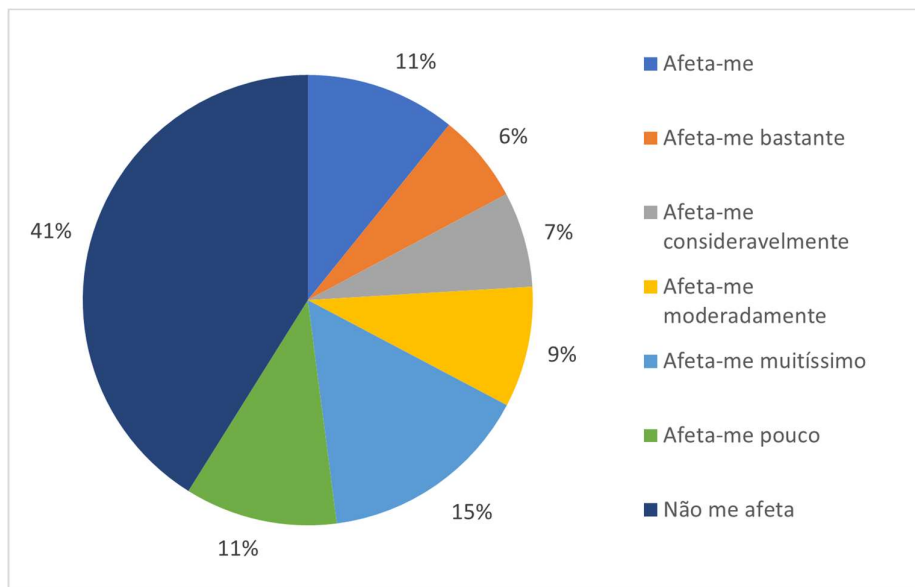


Figura 62: Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos

3.3.14 Turnos/escalas e impacto no convívio familiar

Respostas em branco: 99.

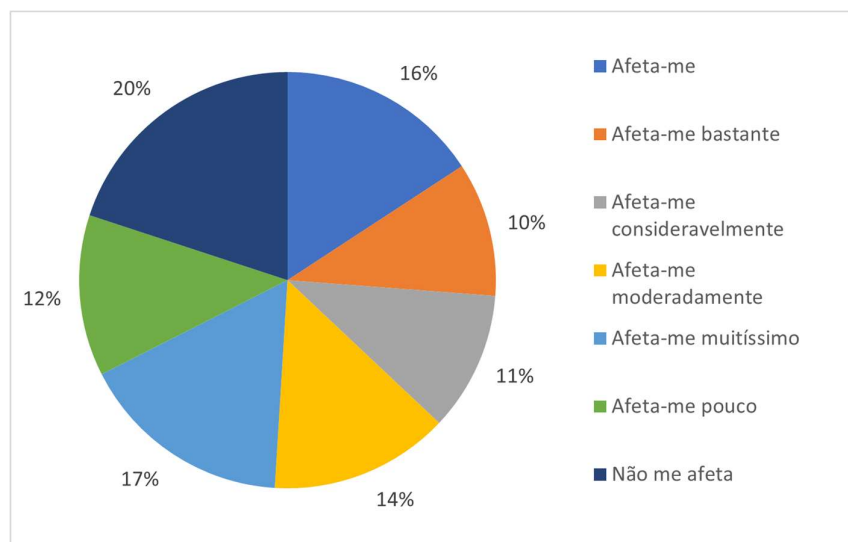


Figura 63: Turnos/escalas e impacto no convívio familiar

3.3.15 Situações de congelamento salarial/carreira congelada

Respostas em branco: 120.

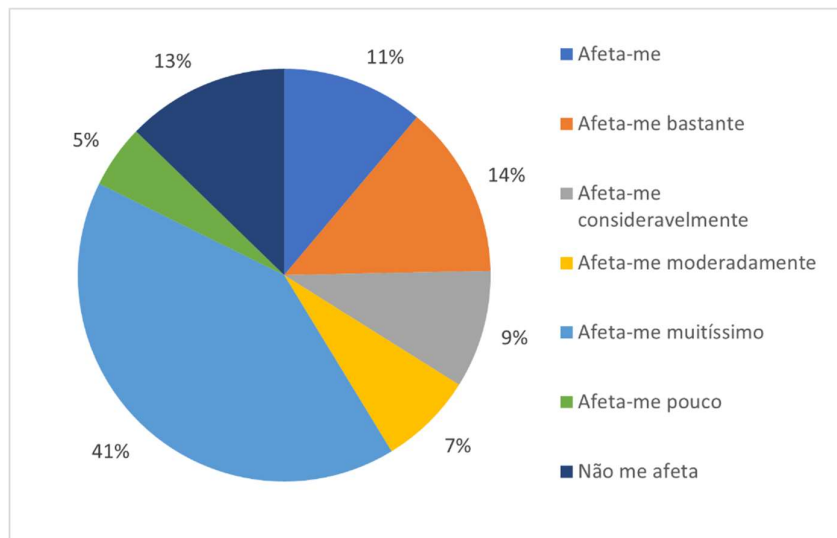


Figura 64: Situações de congelamento salarial/carreira congelada

3.3.16 Sentimento de bloqueio na profissão

Respostas em branco: 101.

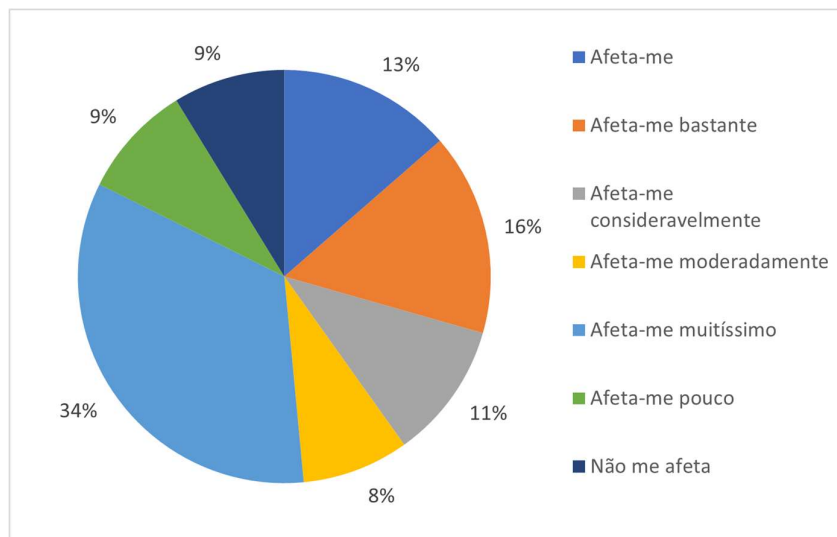


Figura 65: Sentimento de bloqueio na profissão

3.3.17 Falta de serviços e apoios para questões profissionais

Respostas em branco: 106.

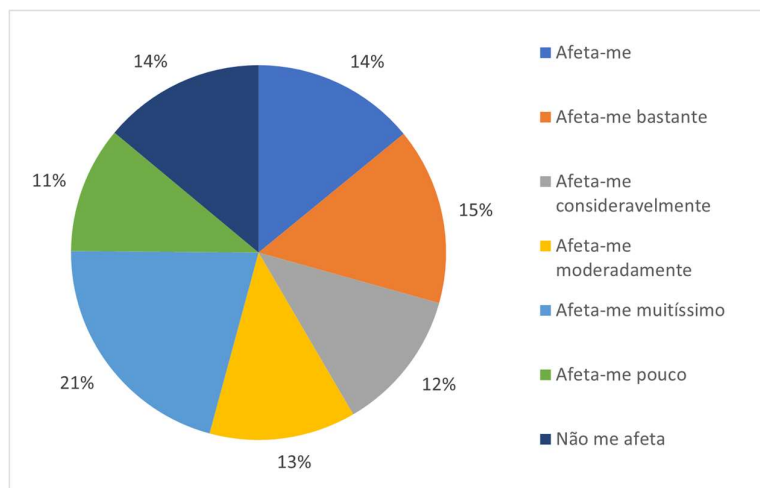


Figura 66: Falta de serviços e apoios para questões profissionais

3.3.18 Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho

Respostas em branco: 107.

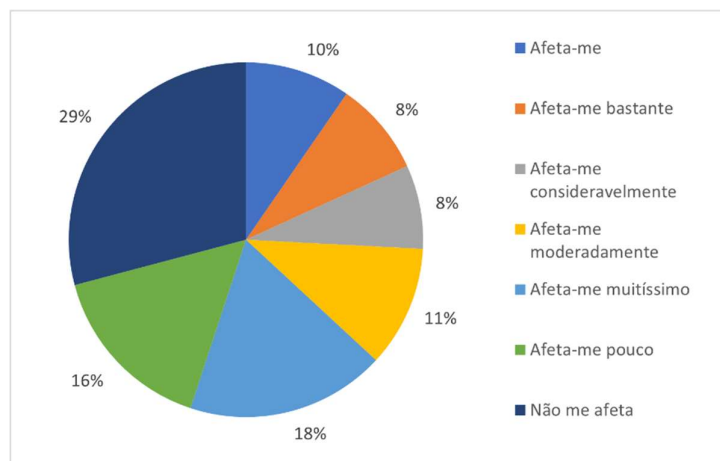


Figura 67: Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho

3.3.19 Ameaça de extinção do meu posto de trabalho

Respostas em branco: 102.

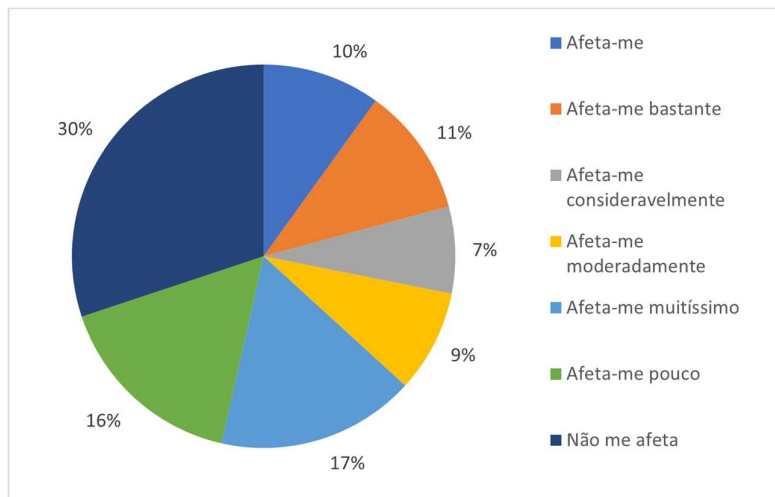


Figura 68: Ameaça de extinção do meu posto de trabalho

3.3.20 Ameaça de cortes

Respostas em branco: 100.

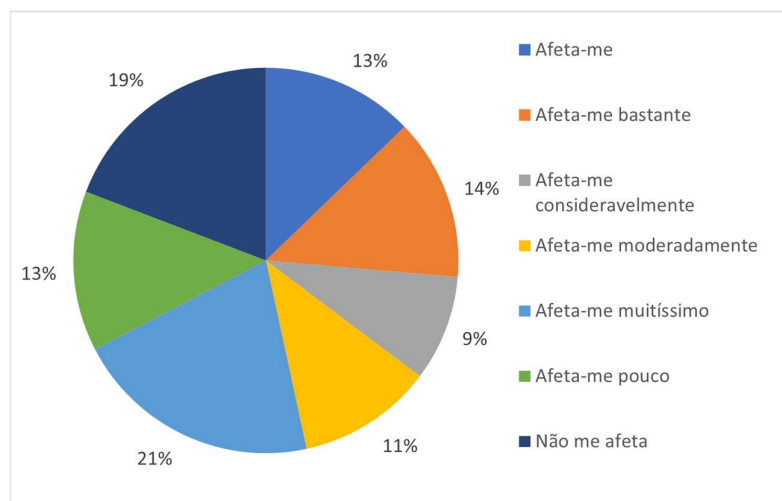


Figura 69: Ameaça de cortes

3.3.21 Trabalho até de madrugada

Respostas em branco: 102.

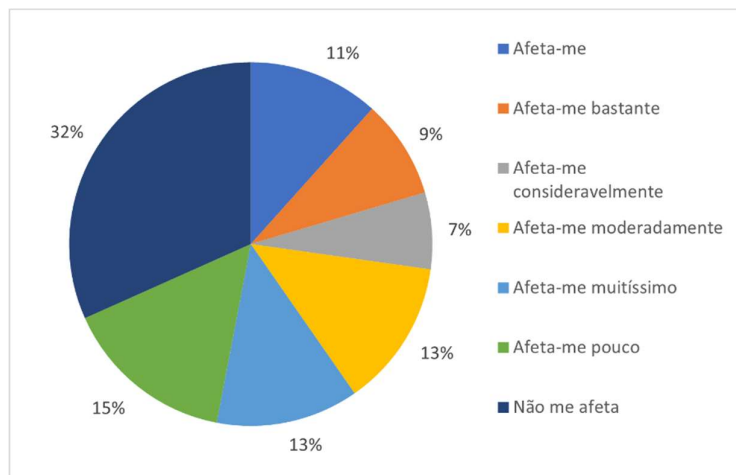


Figura 70: Trabalho até de madrugada

3.3.22 Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, emails, etc.)

Respostas em branco: 99.

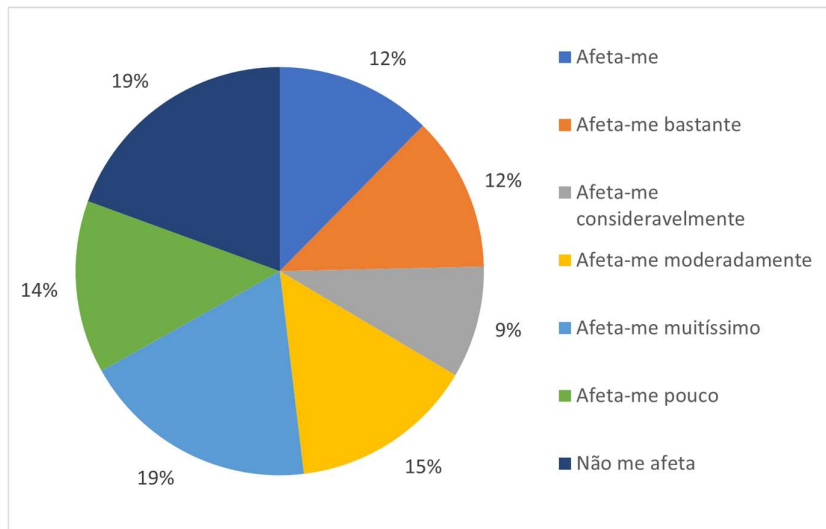


Figura 71: Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, emails, etc.)

3.3.23 Realização de tarefas no fim de semana ou feriado

Respostas em branco: 92.

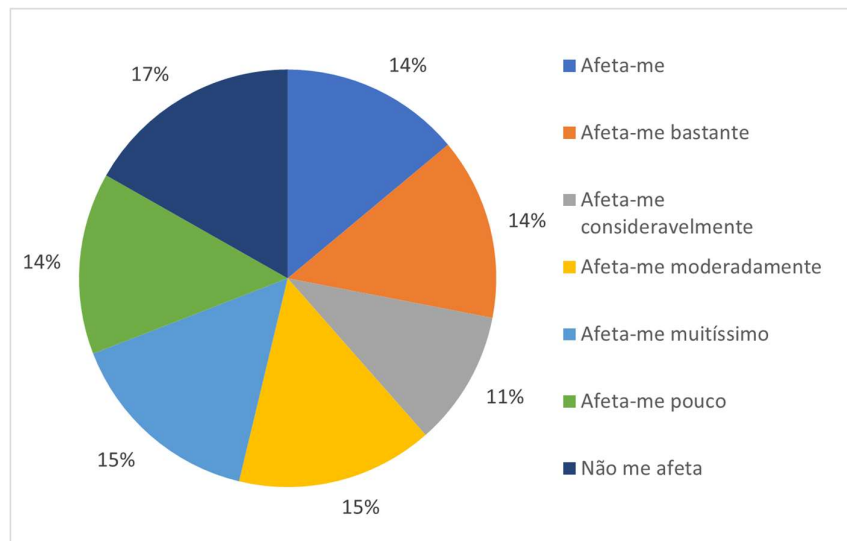


Figura 72: Realização de tarefas no fim de semana ou feriado

3.3.24 Realização de tarefas nas folgas ou férias

Respostas em branco: 92.

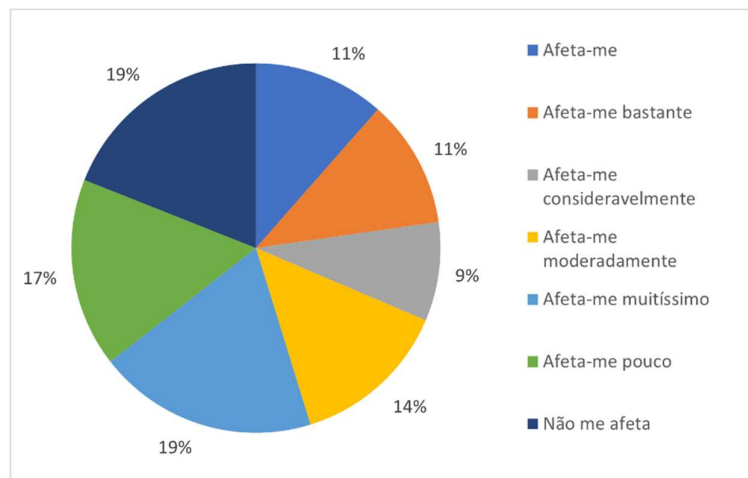


Figura 73: Realização de tarefas nas folgas ou férias

3.3.25 Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais *online*

Respostas em branco: 74.

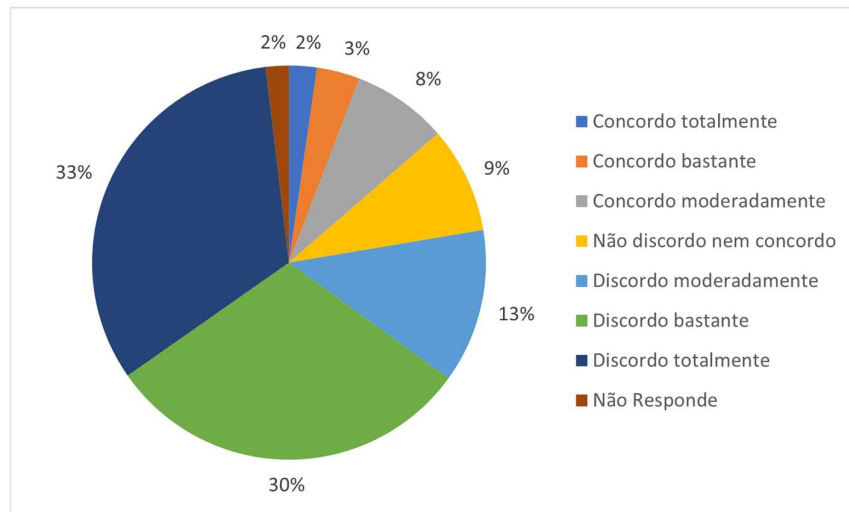


Figura 74: Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais online

3.3.26 No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais

Respostas em branco: 74.

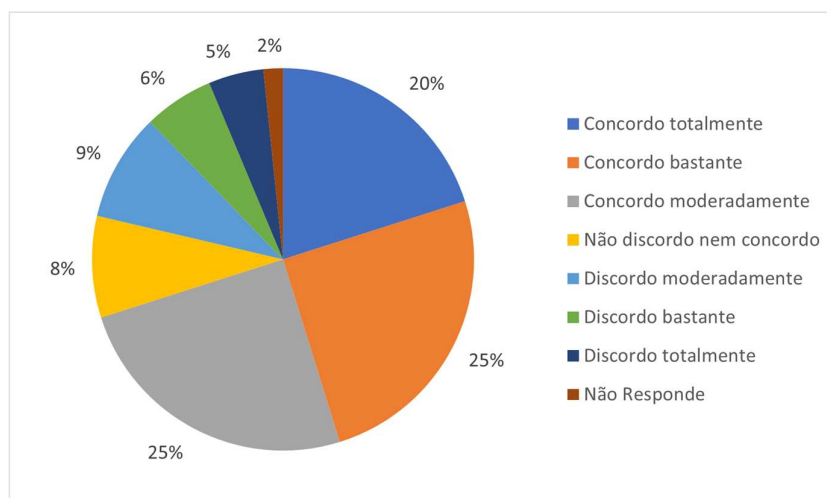


Figura 75: No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais

3.3.27 Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional

Respostas em branco: 74.

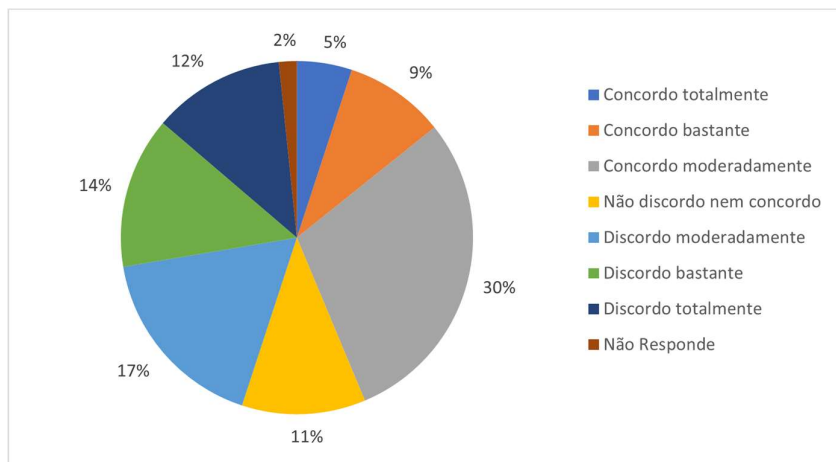


Figura 76: Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional

3.3.28 Sinto que o público não aprecia aquilo que faço

Respostas em branco: 74.

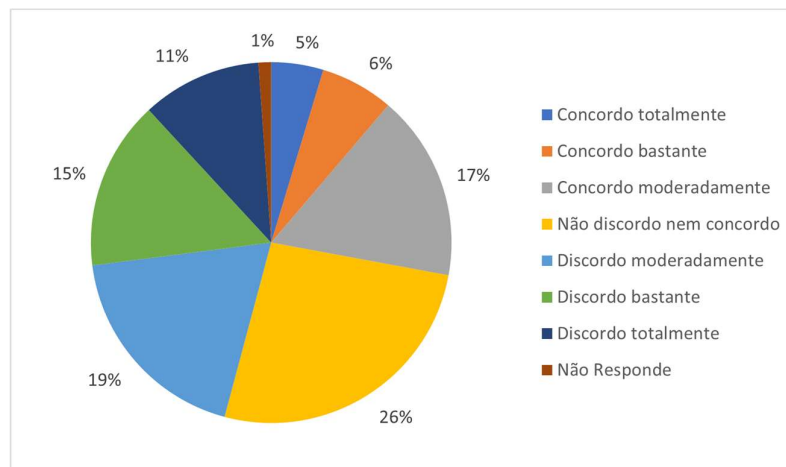


Figura 77: Sinto que o público não aprecia aquilo que faço

3.3.29 Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde

Respostas em branco: 74.

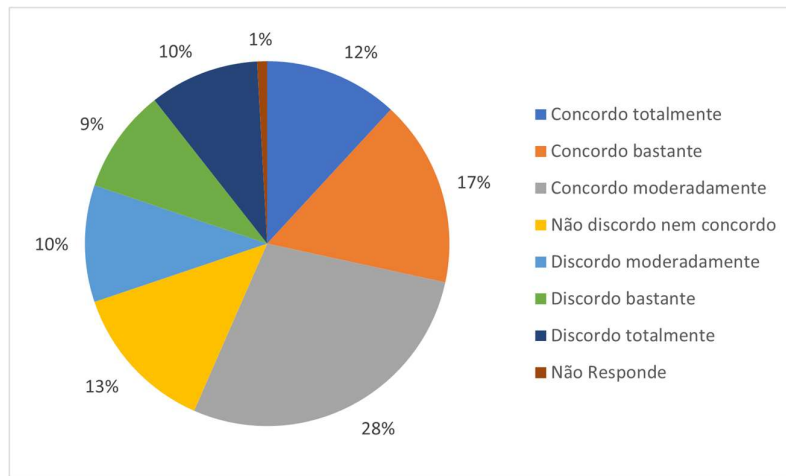


Figura 78: Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde

3.3.30 Lido bem com a avaliação individual de desempenho

Respostas em branco: 74.

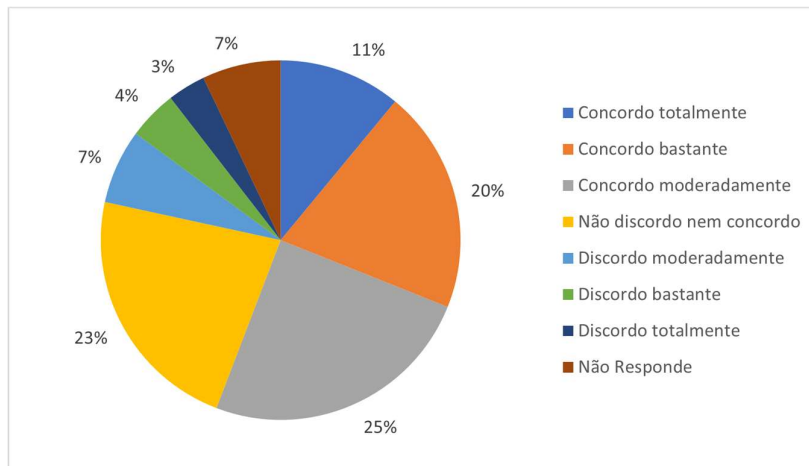


Figura 79: Lido bem com a avaliação individual de desempenho

3.3.31 Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação

Respostas em branco: 74.

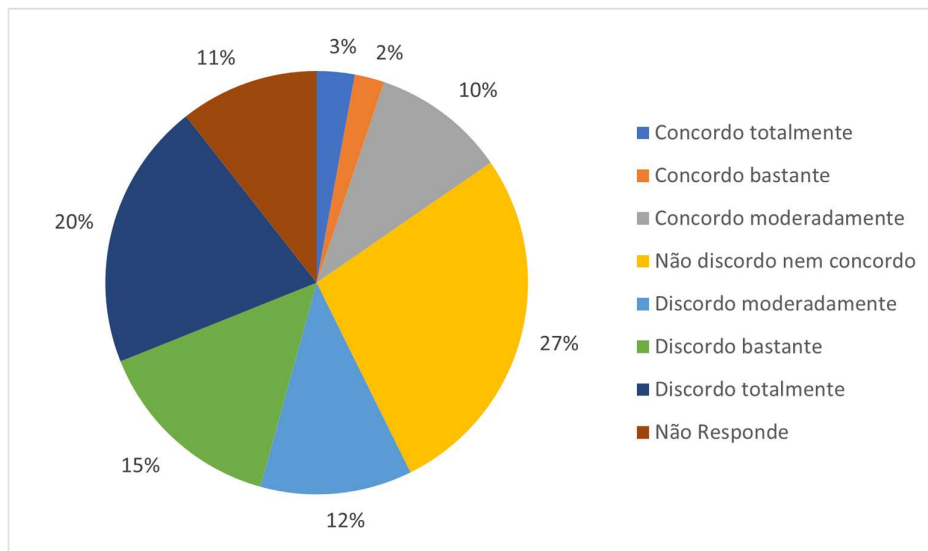


Figura 80: Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação

3.3.32 São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir

Respostas em branco: 74.

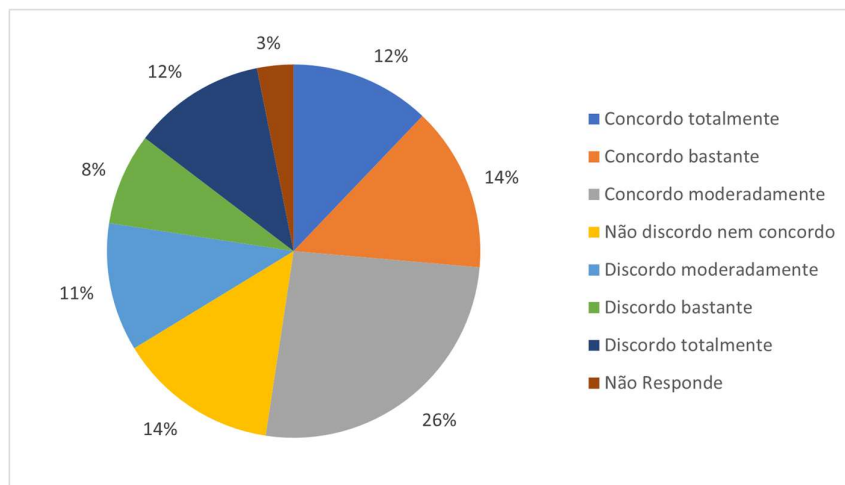


Figura 81: 3.3.32 São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir

3.3.33 Atualmente desfruto da vida com proveito

Respostas em branco: 74.

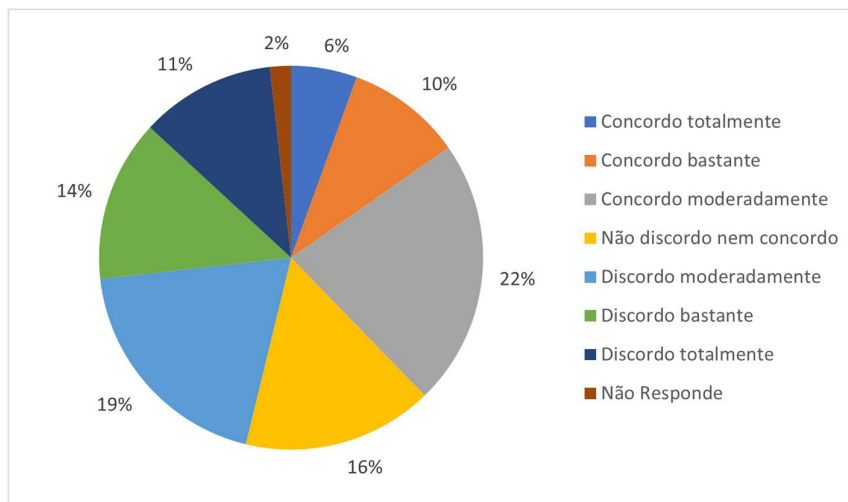


Figura 82: Atualmente desfruto da vida com proveito

3.3.34 Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira

Respostas em branco: 74.

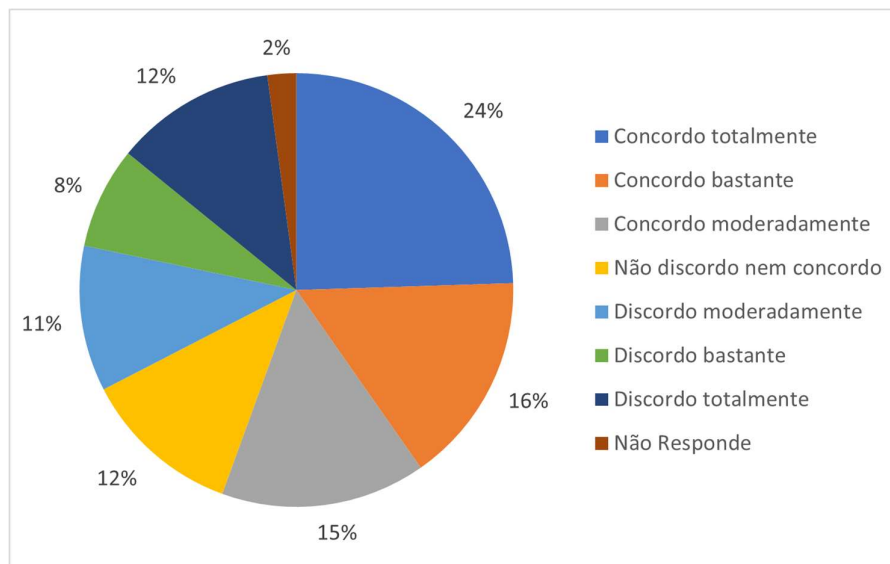


Figura 83: Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira

3.3.35 Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão.

Respostas em branco: 74.

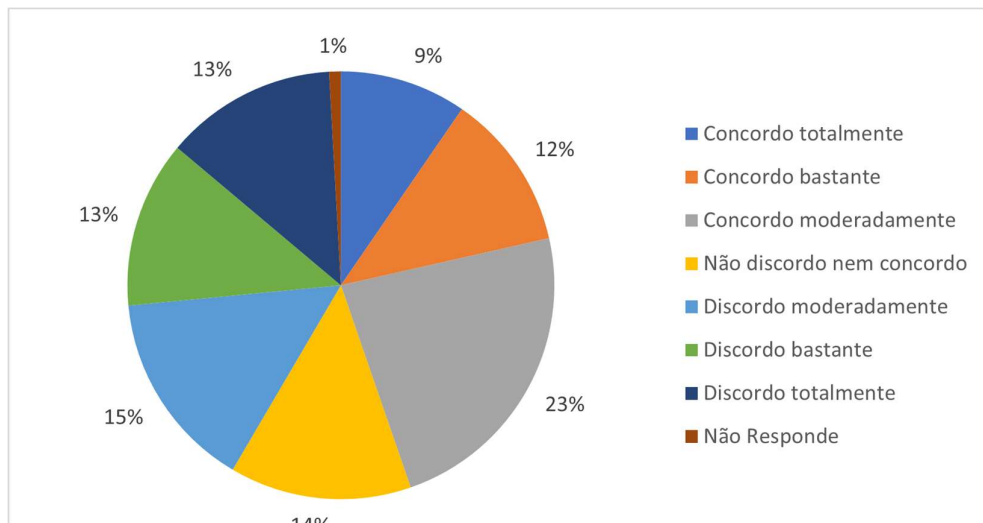


Figura 84: Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão.

3.3.36 Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito

Respostas em branco: 74.

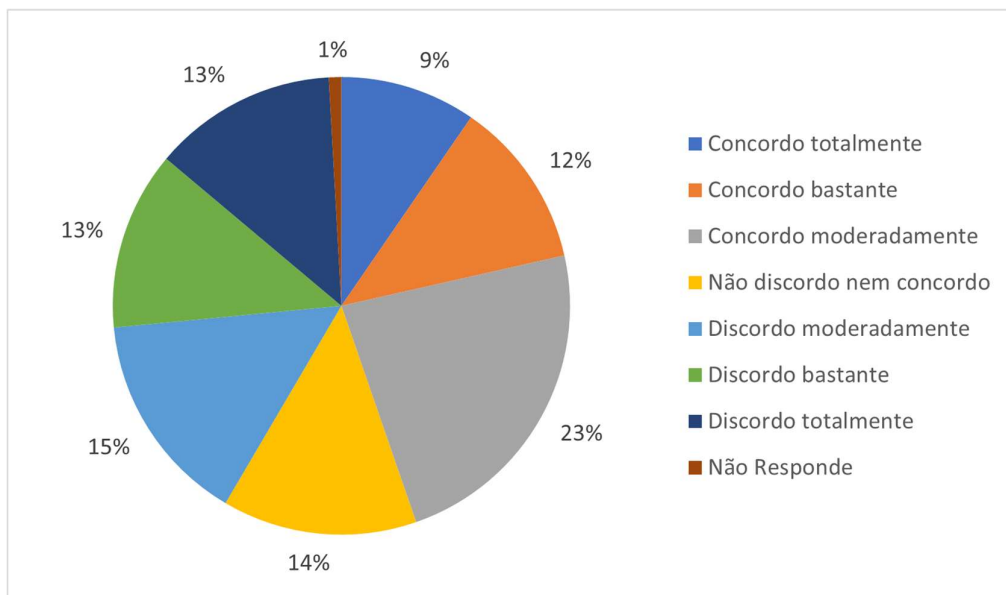


Figura 85: Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito

3.3.37 Eu tenho tempo suficiente para debater temas de planeamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa

Respostas em branco: 74.

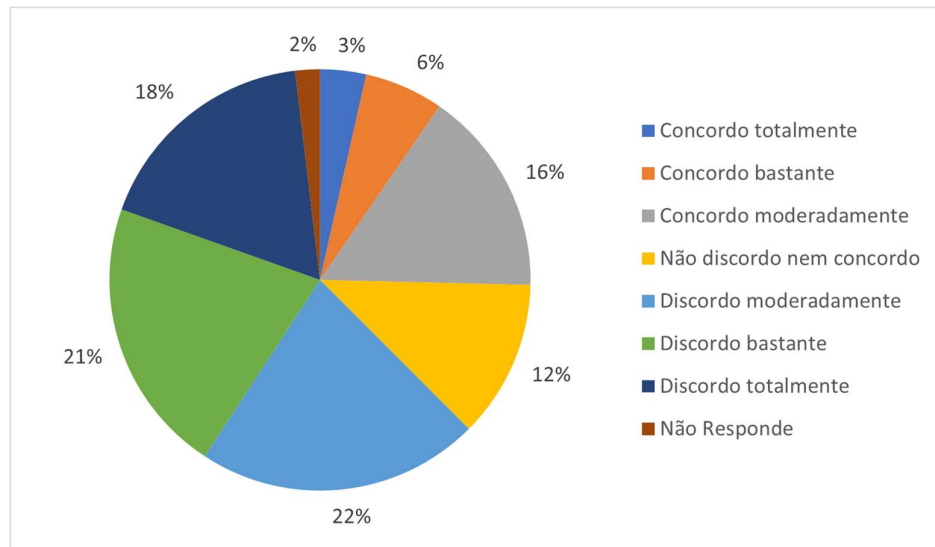


Figura 86: Eu tenho tempo suficiente para debater temas de planeamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa

3.3.38 Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável e isso é um problema sério

Respostas em branco: 74.

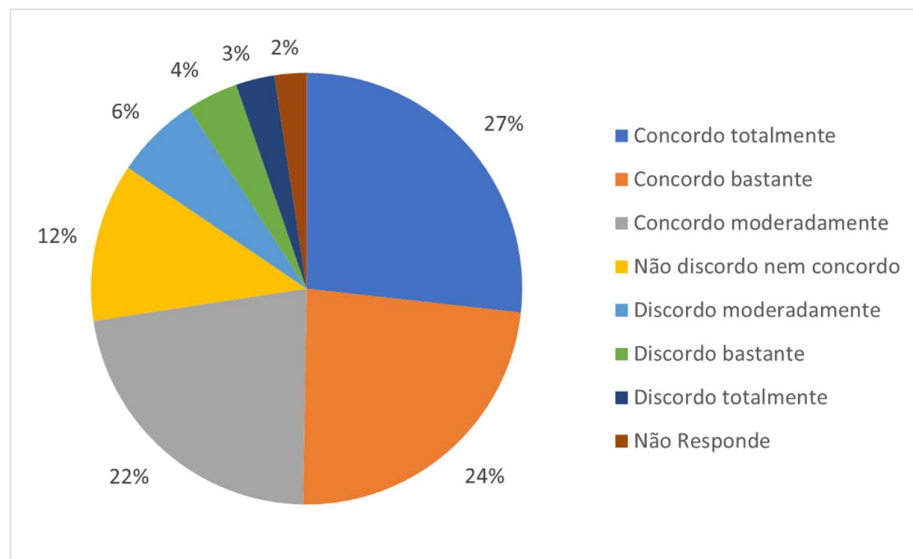


Figura 87: Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável e isso é um problema sério

3.3.39 Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade

Respostas em branco: 74.

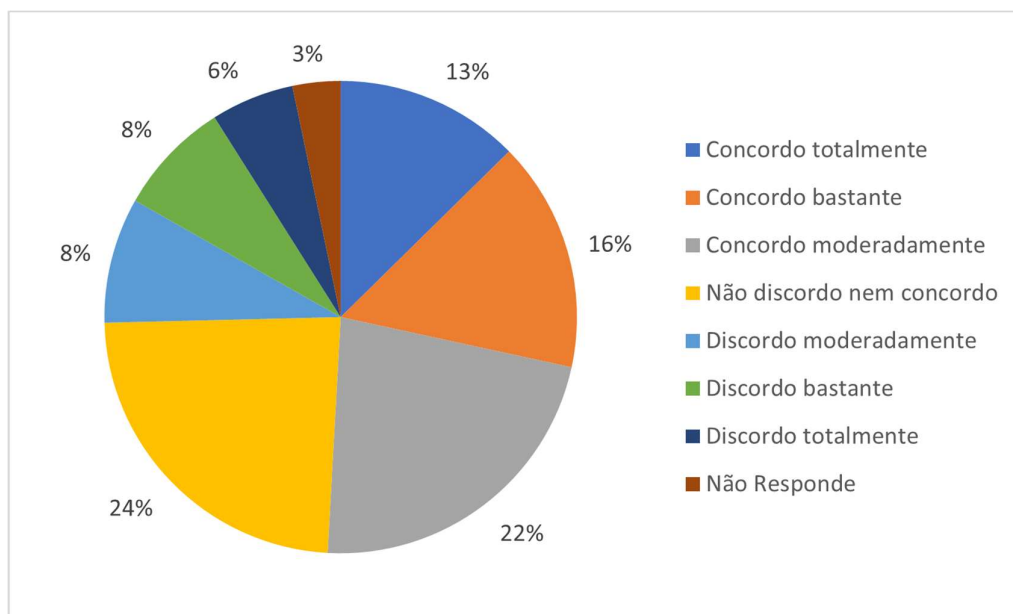


Figura 88: Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade

3.3.40 Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco

Respostas em branco: 74.

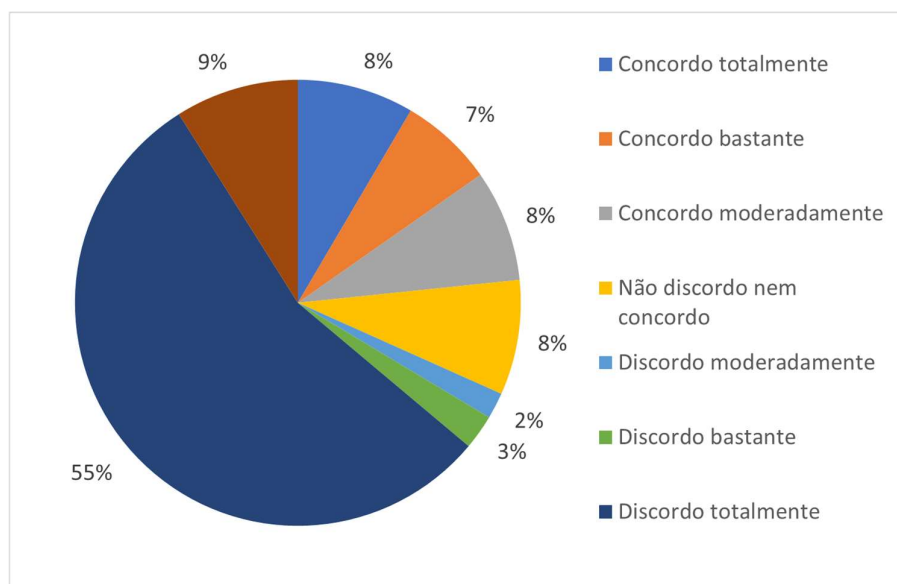


Figura 89: Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco

3.3.41 Preocupa-me o meu atual consumo de álcool

Respostas em branco: 74.

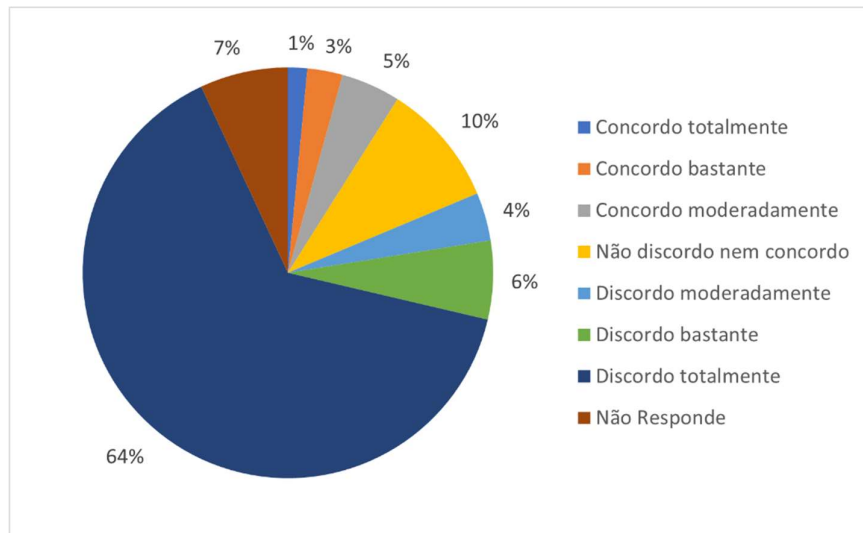


Figura 90: Preocupa-me o meu atual consumo de álcool

3.3.42 Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos

Respostas em branco: 74.

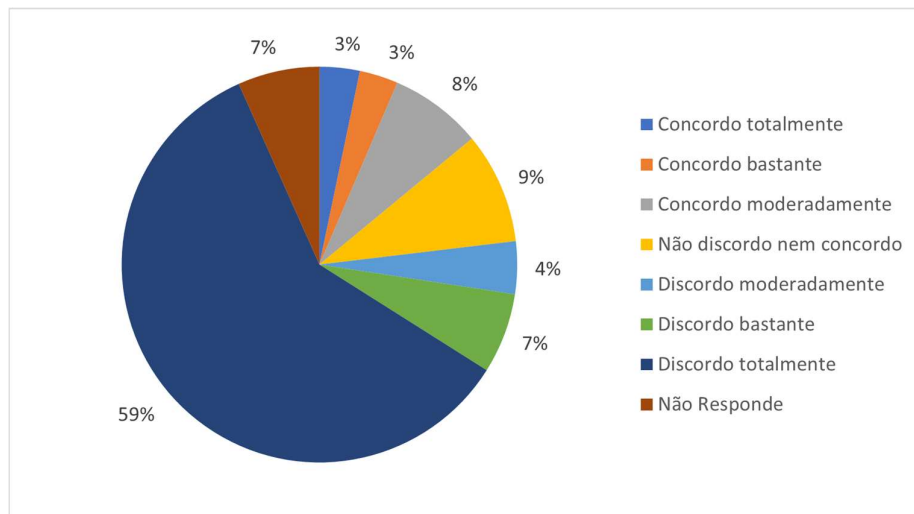


Figura 91: Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos

3.3.43 Preocupa-me o meu atual consumo de drogas

Respostas em branco: 74.

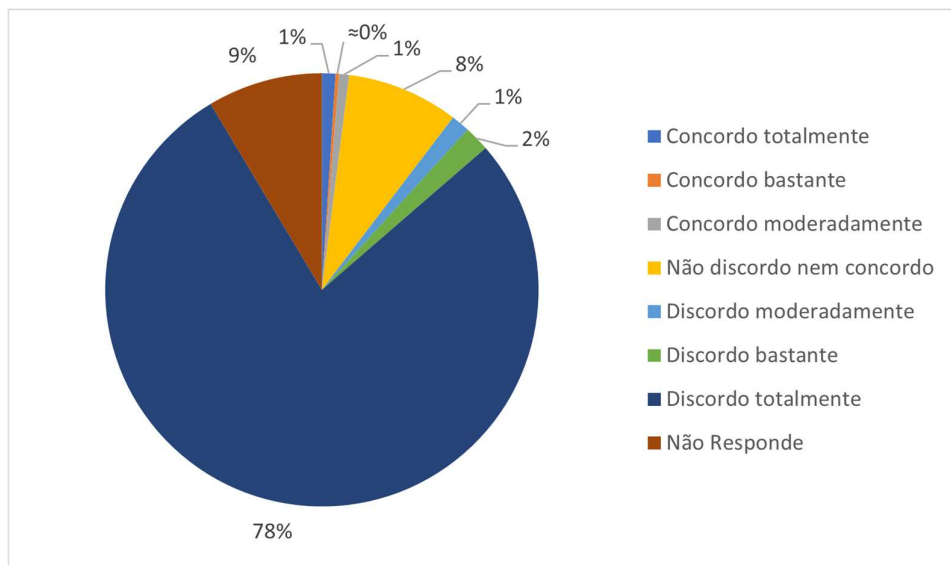


Figura 92: Preocupa-me o meu atual consumo de drogas

3.3.44 Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional

Respostas em branco: 74.

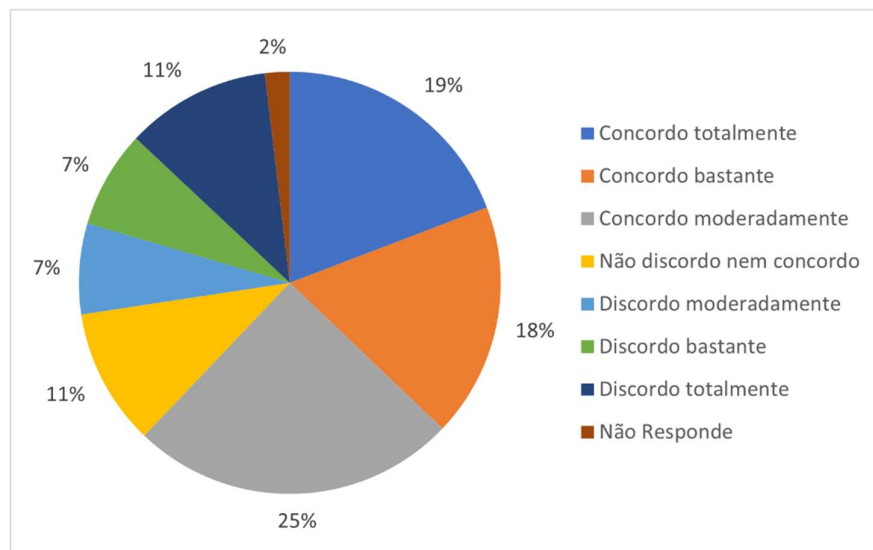


Figura 93: Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional

3.3.45 Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma

Respostas em branco: 98.

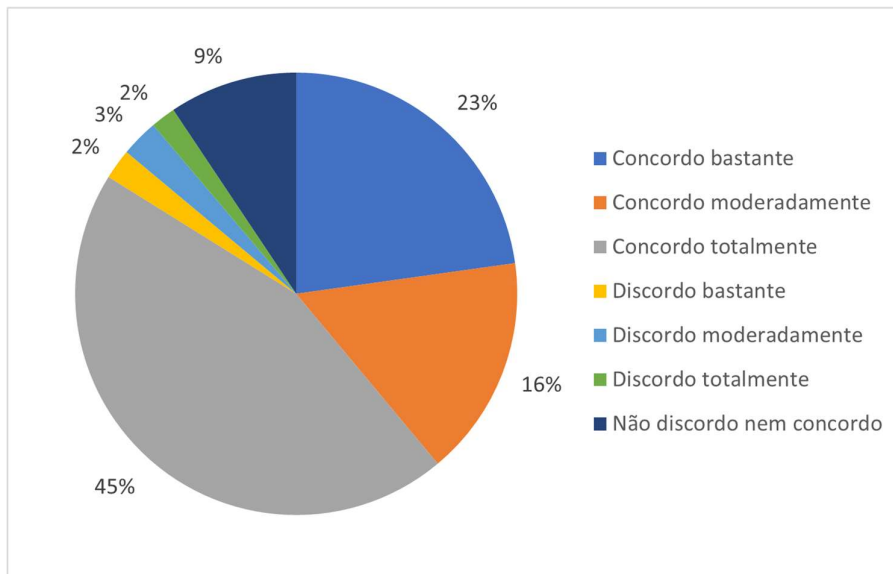


Figura 94: Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma

3.3.46 Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida

Respostas em branco: 105.

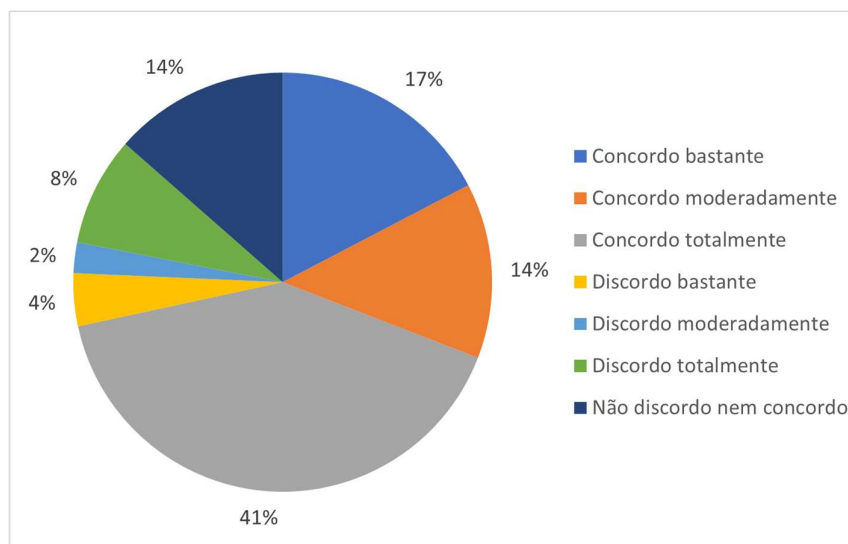


Figura 95: Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida

3.3.47 A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar

Respostas em branco: 91.

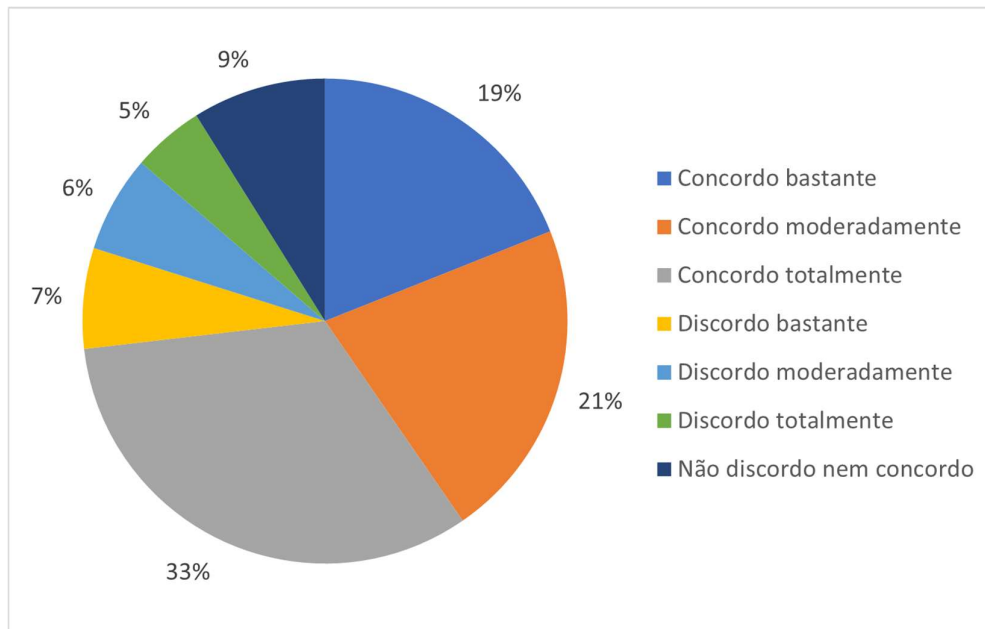


Figura 96: A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar

3.3.48 As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho

Respostas em branco: 77.

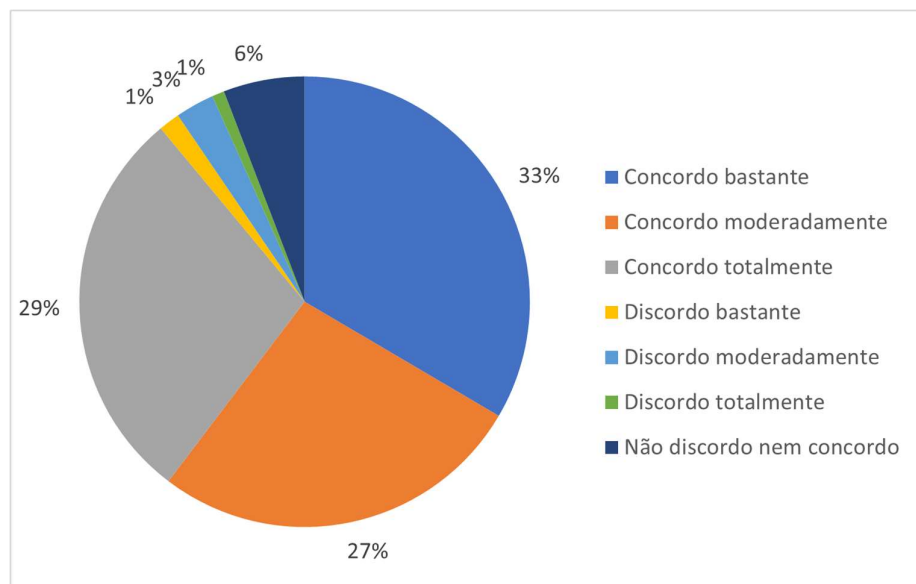


Figura 97: As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho

3.3.49 As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso

Respostas em branco: 77.

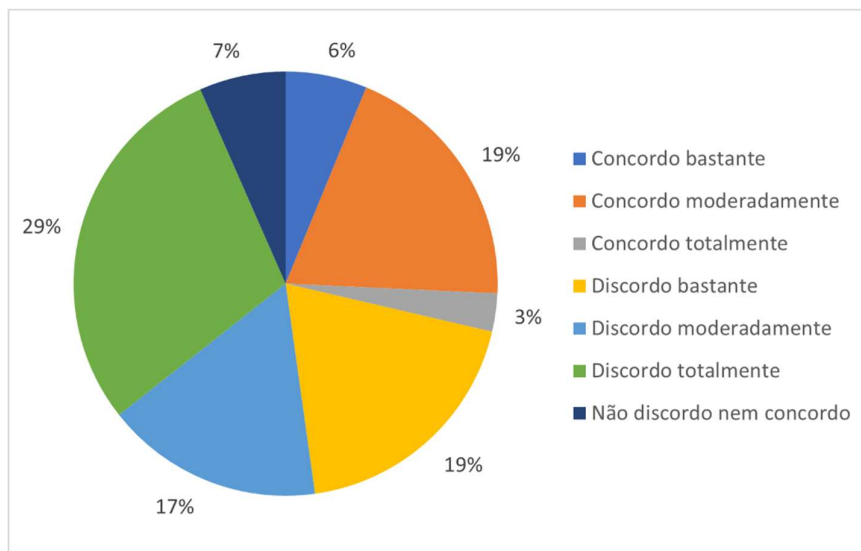


Figura 98: As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso

3.3.50 As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho

Respostas em branco: 80.

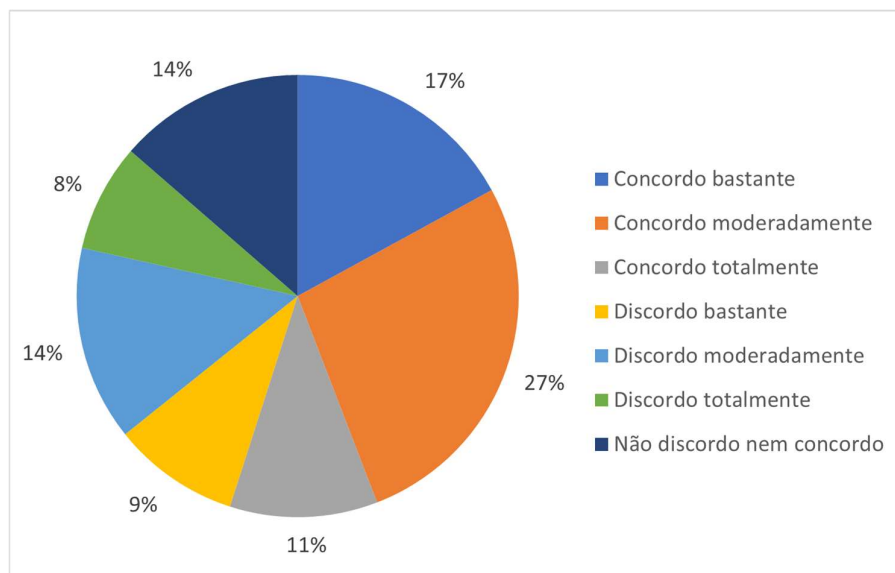


Figura 99: As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho

3.3.51 A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico

Respostas em branco: 80.

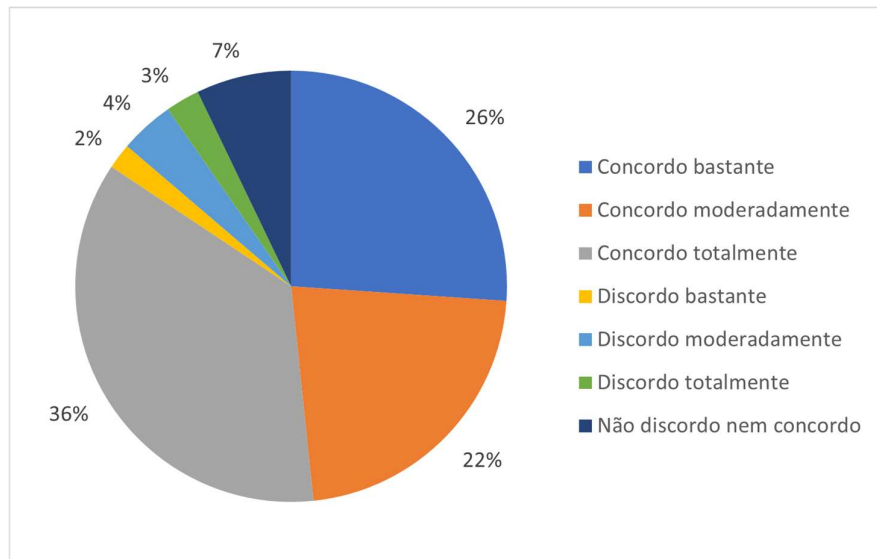


Figura 100: A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico

3.3.52 As práticas do *clickbait* e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos

Respostas em branco: 84.

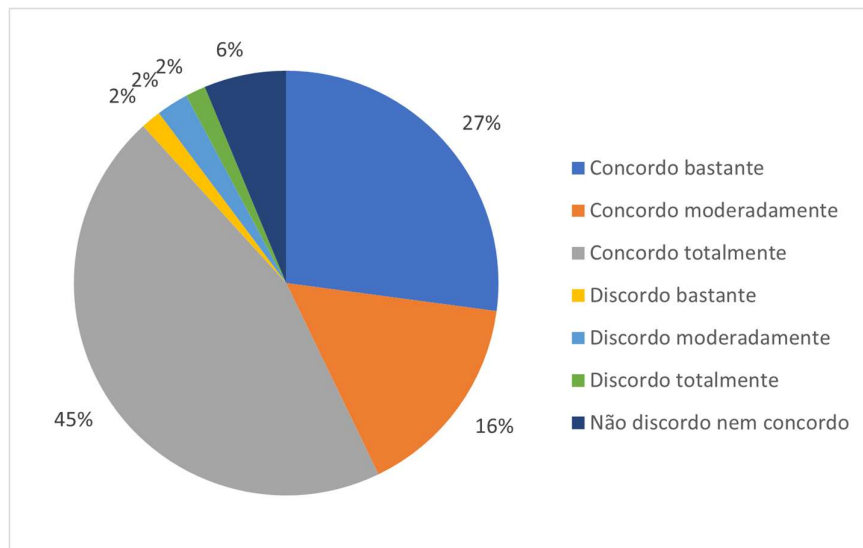


Figura 101: As práticas do *clickbait* e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos

3.3.53 É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem

Respostas em branco: 76.

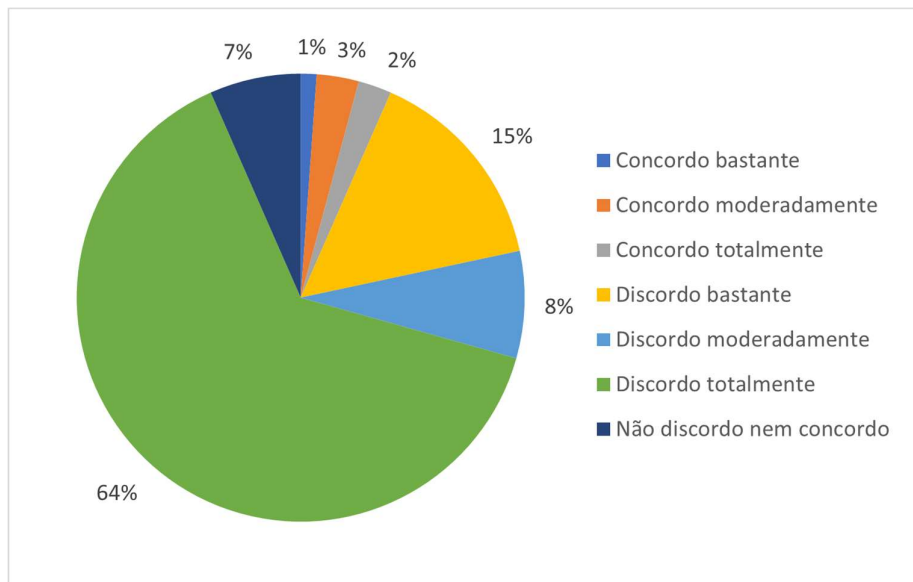


Figura 102: É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem

3.3.54 A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento

Respostas em branco: 89.

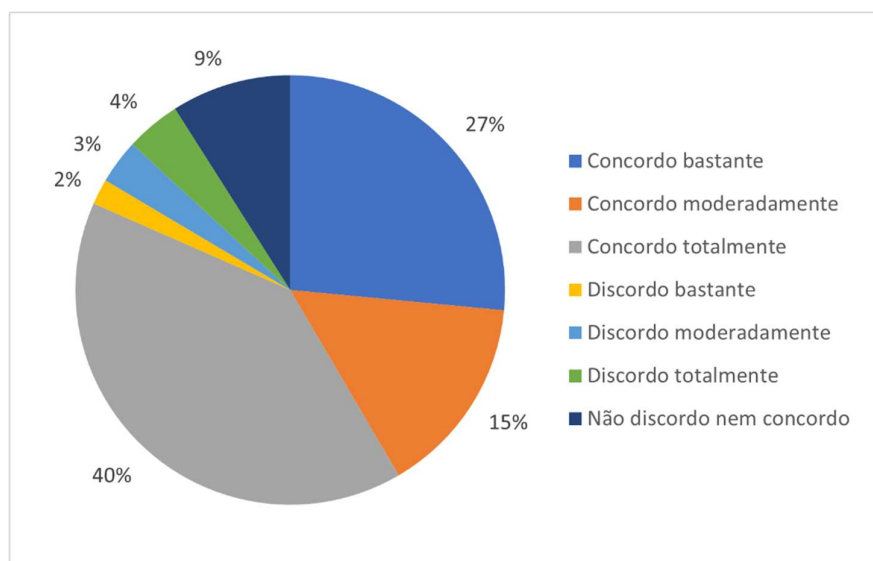


Figura 103: A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento

3.3.55 As plataformas *online* colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo

Respostas em branco: 86.

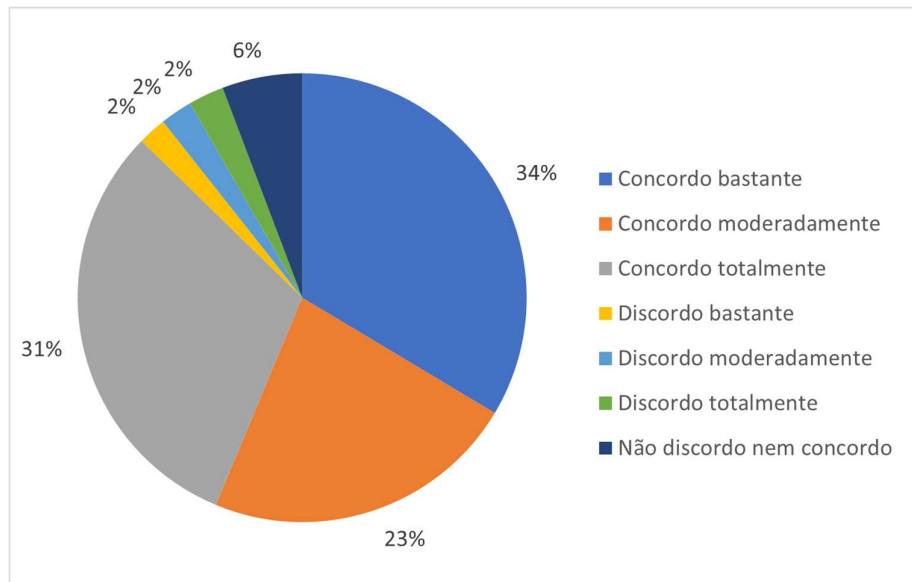


Figura 104: As plataformas online colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo

3.3.56 A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/*fact checking*, algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo

Respostas em branco: 86.

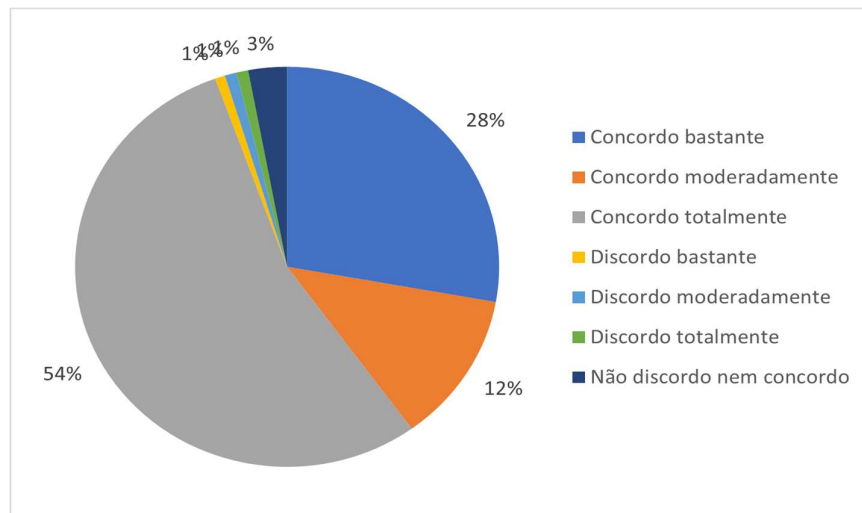


Figura 105A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/*fact checking*, algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo

3.3.57 Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?

Respostas em branco: 117.

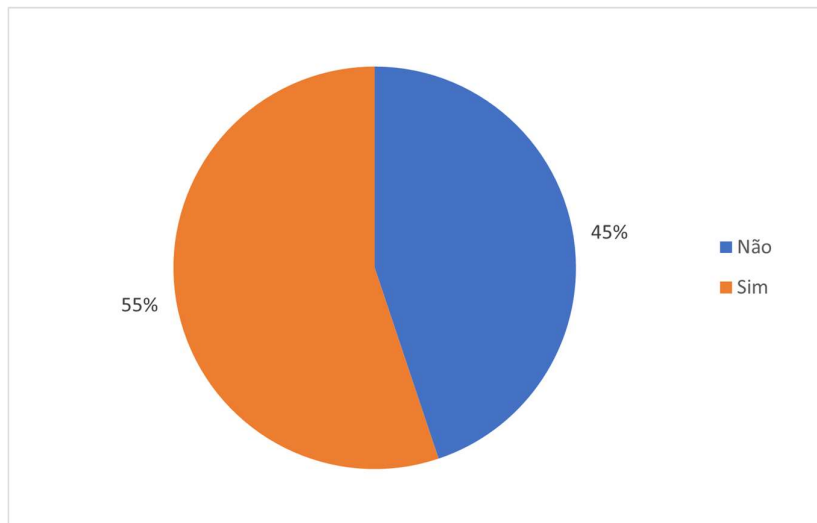


Figura 106: Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?

3.3.58 O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?

Respostas em branco: 135.

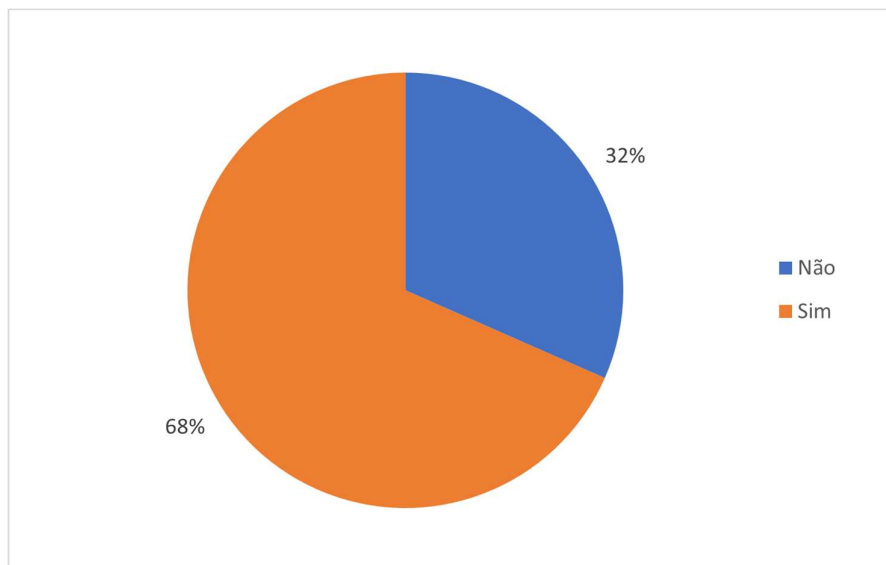


Figura 107: O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?

3.3.59 A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?

Respostas em branco: 137.

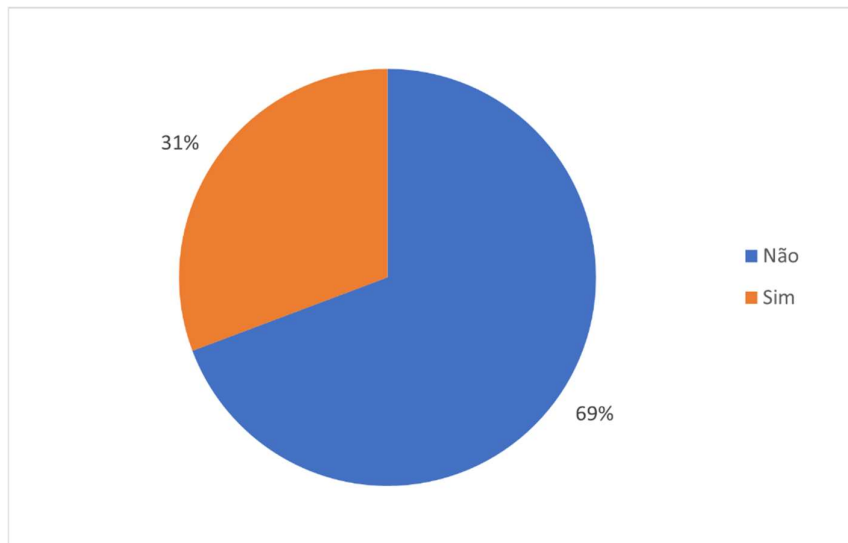


Figura 108: A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?

3.3.60 O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?

Respostas em branco: 110.

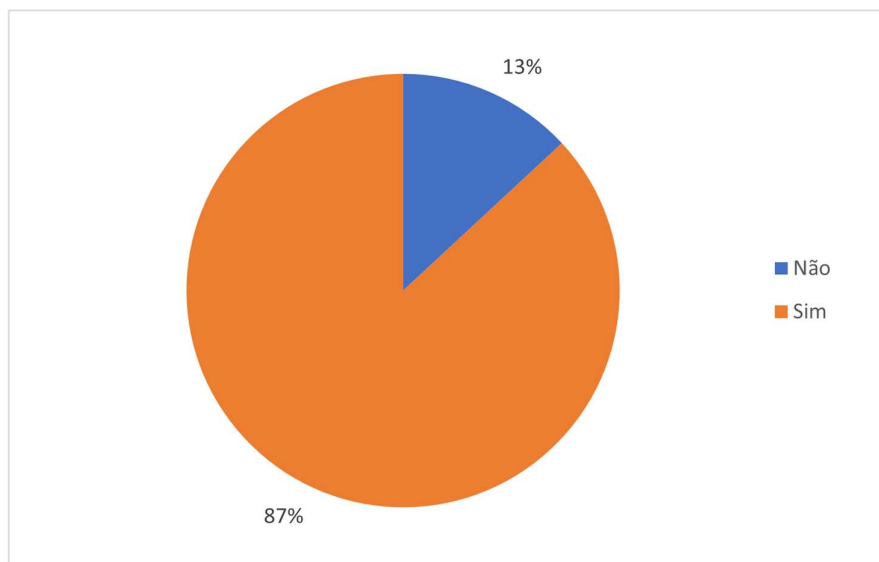


Figura 109: O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?

3.3.61 Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?

Respostas em branco: 113.

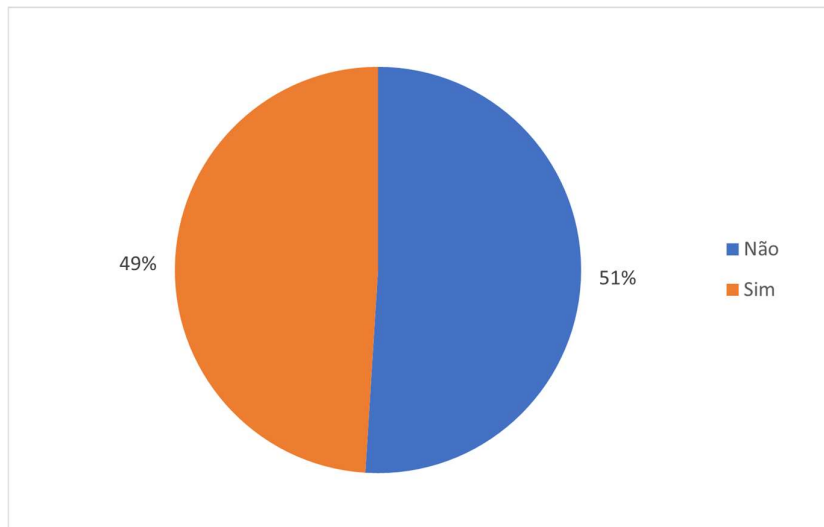


Figura 110: Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?

3.3.62 O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?

Respostas em branco: 177.

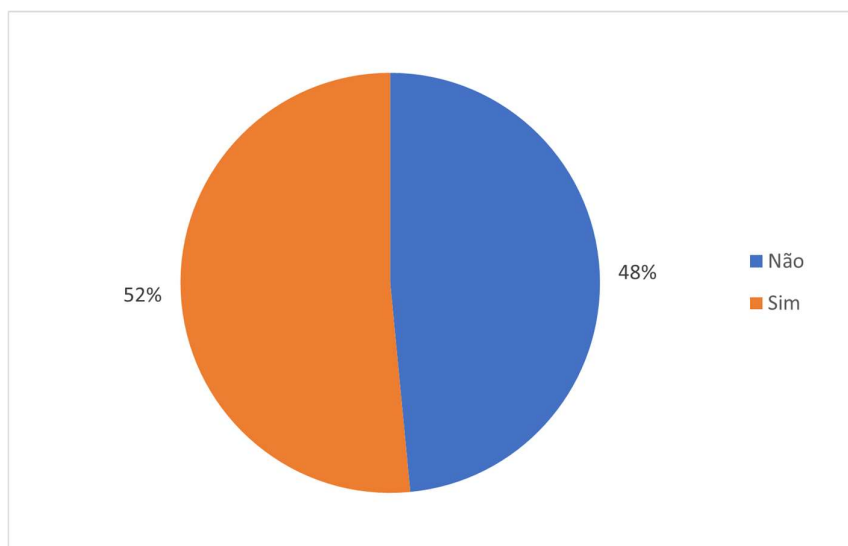


Figura 111: O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?

3.3.63 A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?

Respostas em branco: 110.

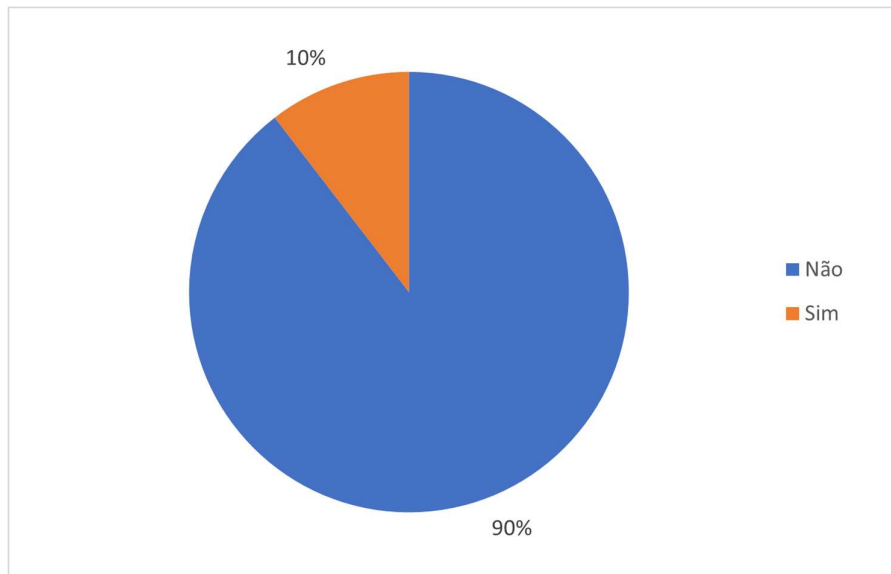


Figura 112: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?

3.3.64 A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?

Respostas em branco: 108.

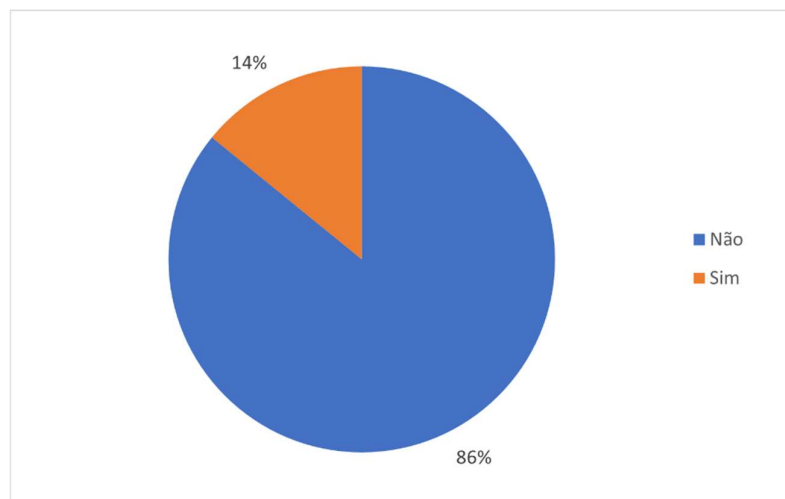


Figura 113: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?

3.3.65 Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?

Respostas em branco: 109.

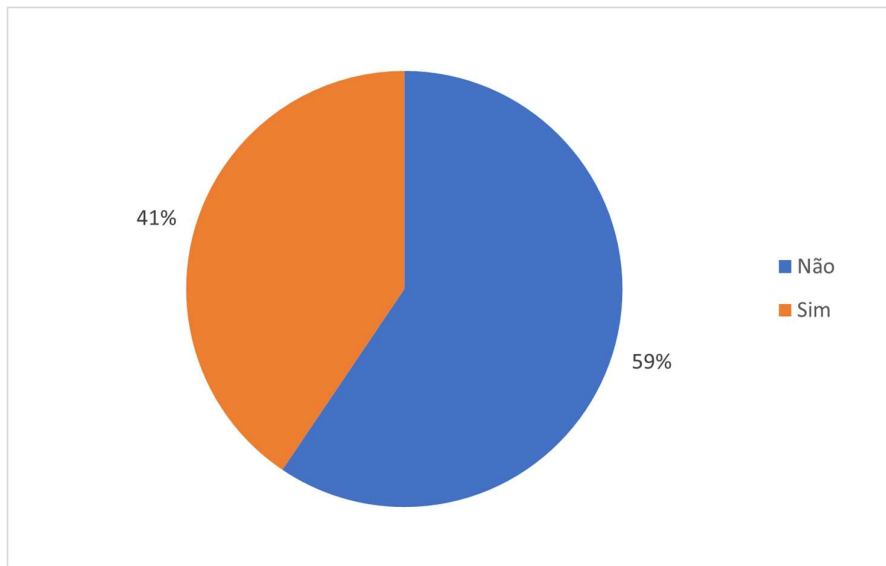


Figura 114: Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?

3.3.66 As condições laborais, contratuais e socioeconômicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?

Respostas em branco: 171.

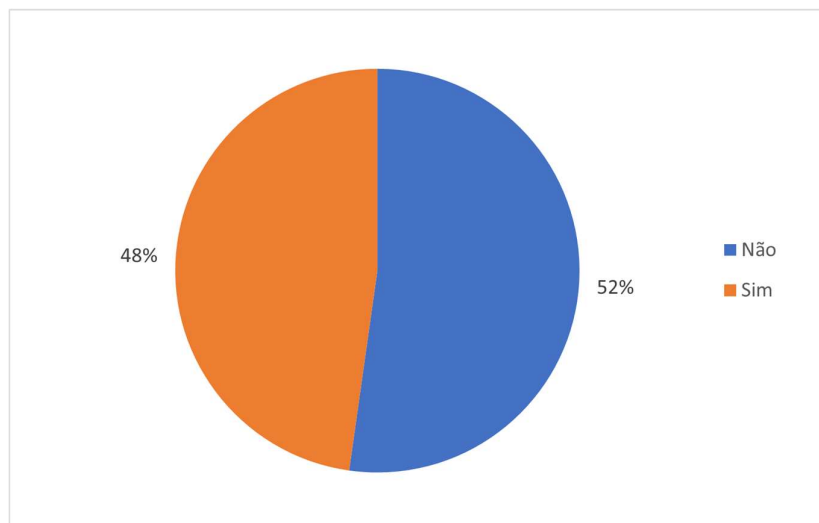


Figura 115: As condições laborais, contratuais e socioeconômicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?

3.3.67 Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?

Respostas em branco: 166.

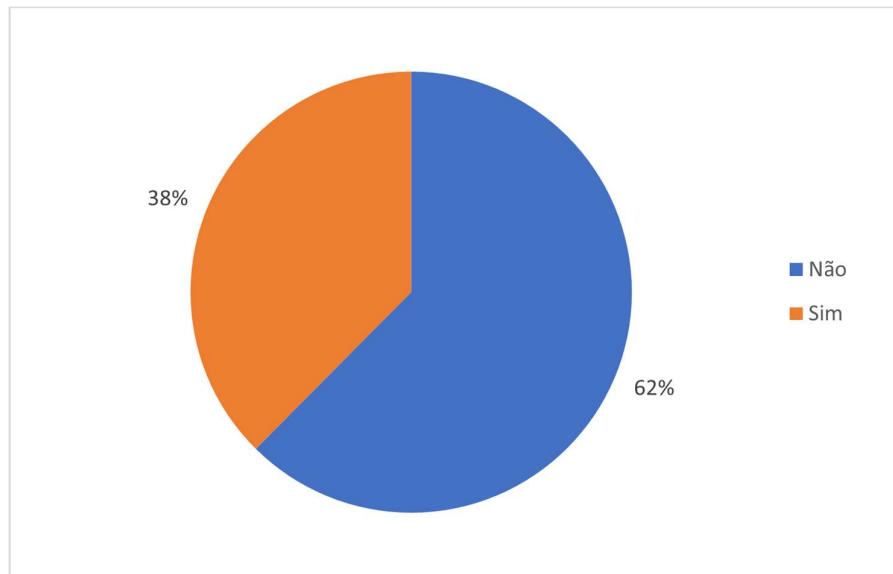


Figura 116: Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?

3.3.68 Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?

Respostas em branco: 109.

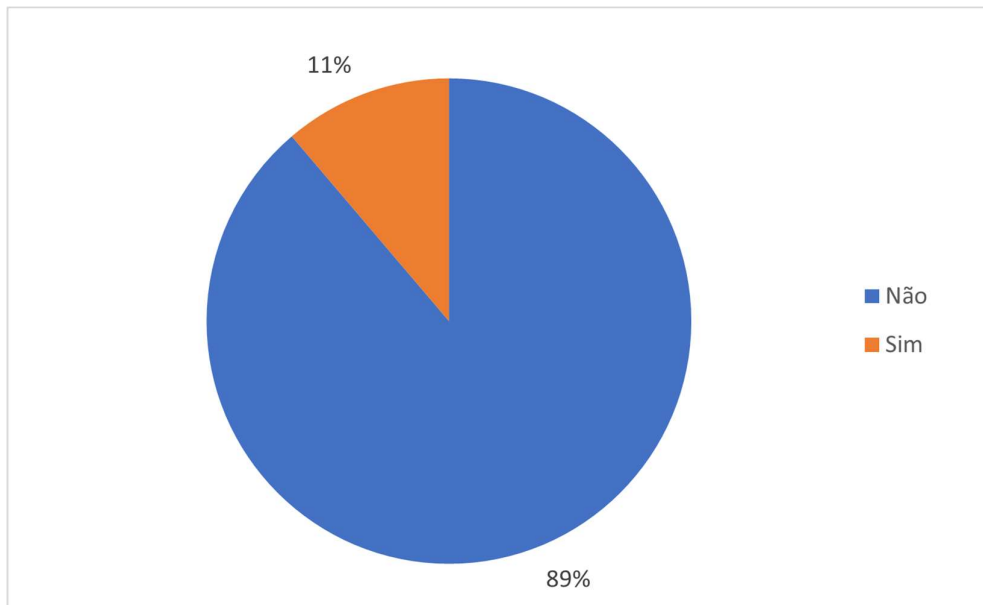


Figura 117: Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?

3.3.69 Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa

Respostas em branco: 94.

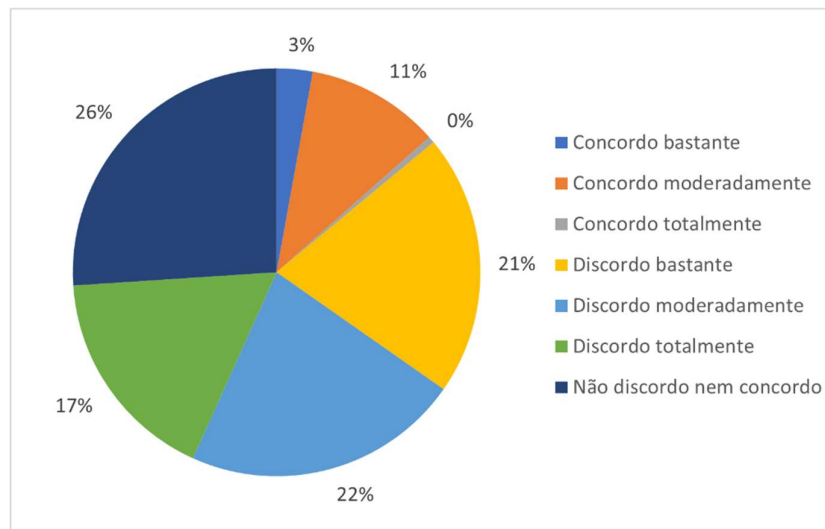


Figura 118: Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa

3.3.70 Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas

Respostas em branco: 85.

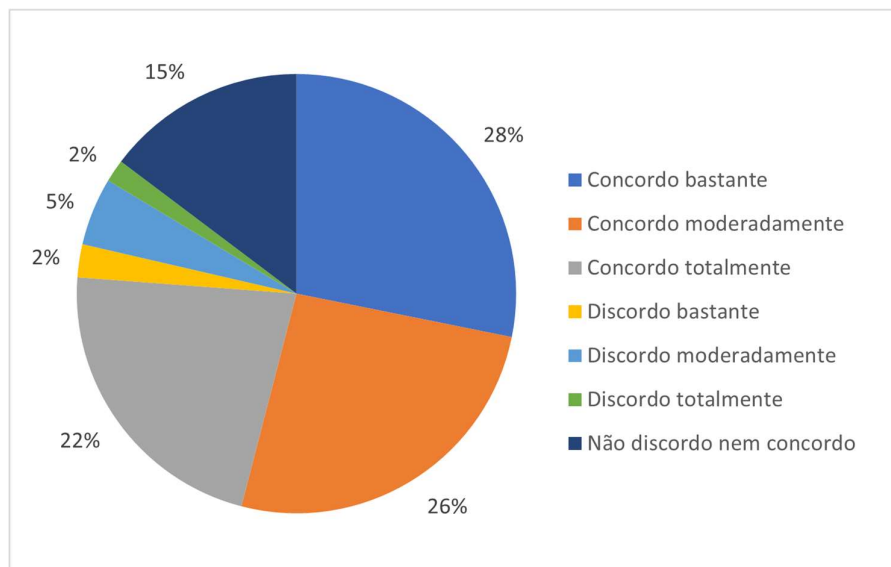


Figura 119: Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas

3.3.71 Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a *Jornalismo&Jornalistas* são essenciais para o nosso sector

Respostas em branco: 97.

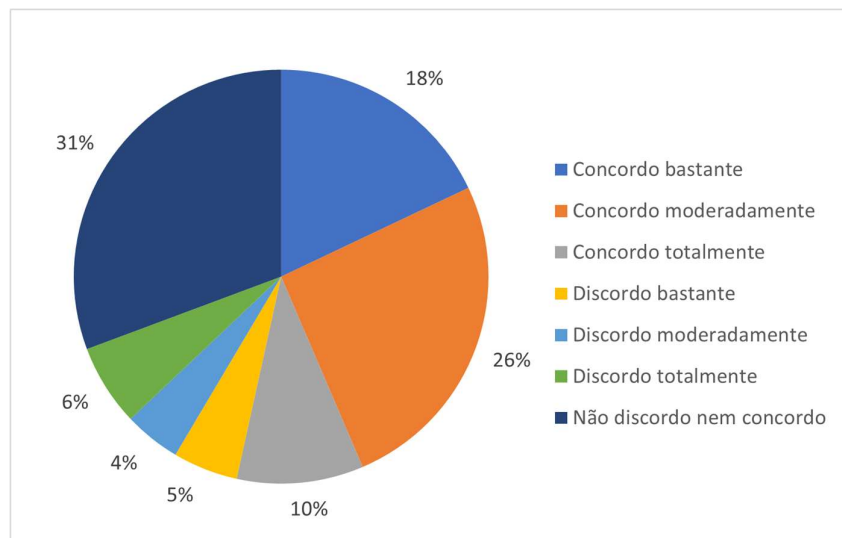


Figura 120: Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a *Jornalismo&Jornalistas* são essenciais para o nosso sector

3.3.72 Sinto que iniciativas próprias do sindicato – como palestras, campanhas, inquéritos, etc. – fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno

Respostas em branco: 96.

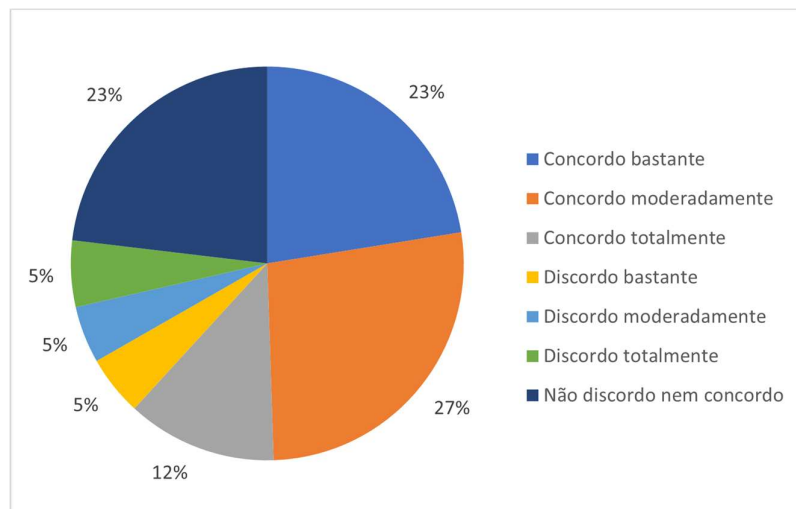


Figura 121: Sinto que iniciativas próprias do sindicato – como palestras, campanhas, inquéritos, etc. – fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno

3.3.73 O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho

Respostas em branco: 103.

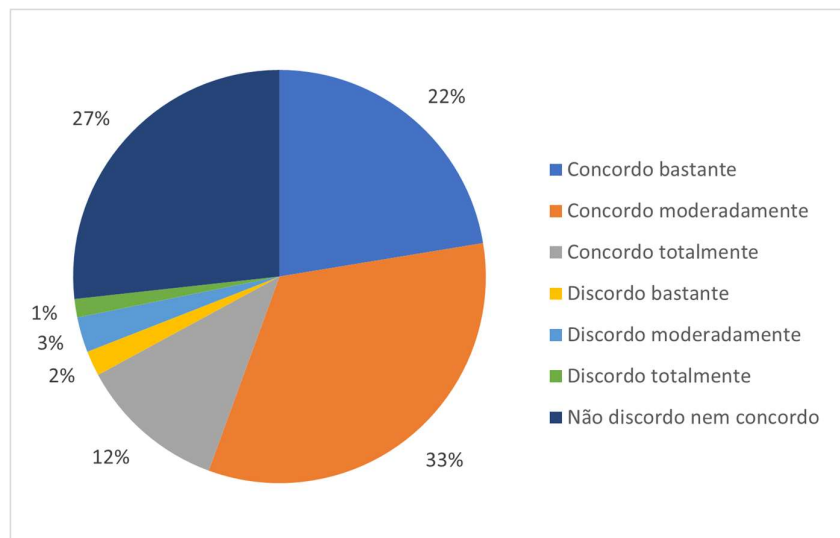


Figura 122: O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho

3.3.74 Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector

Respostas em branco: 88.

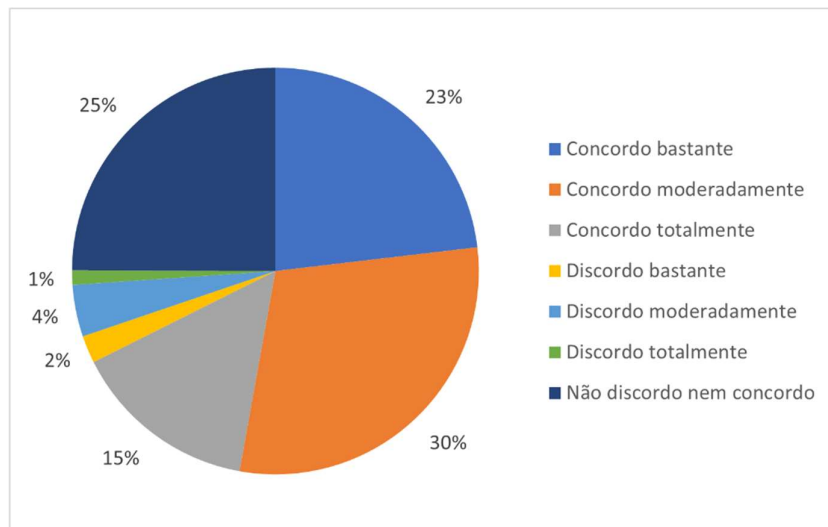


Figura 123: Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector

3.3.75 Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores

Respostas em branco: 97.

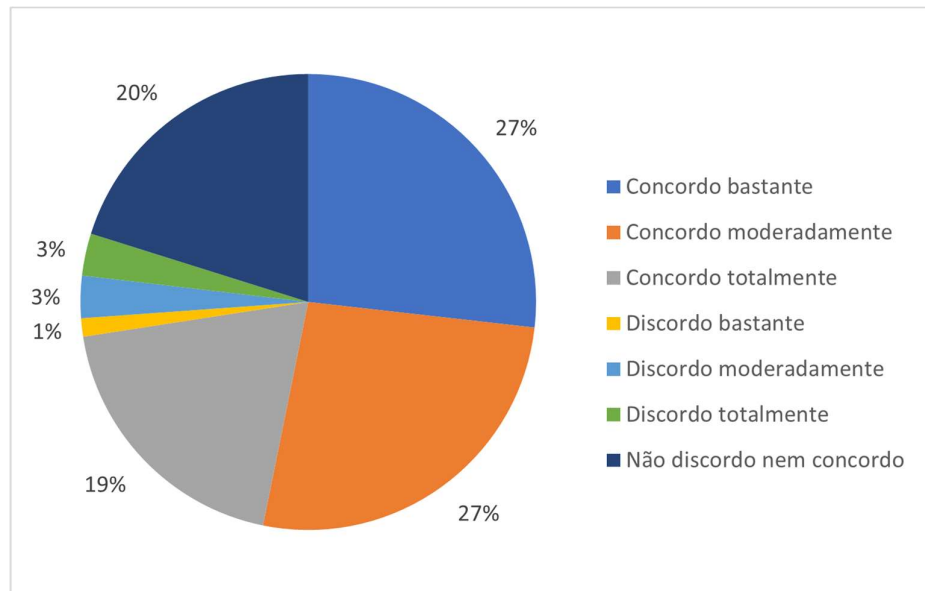


Figura 124: Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores

3.3.76 O meu Conselho de Redação funciona bem – para todos os efeitos

Respostas em branco: 161.

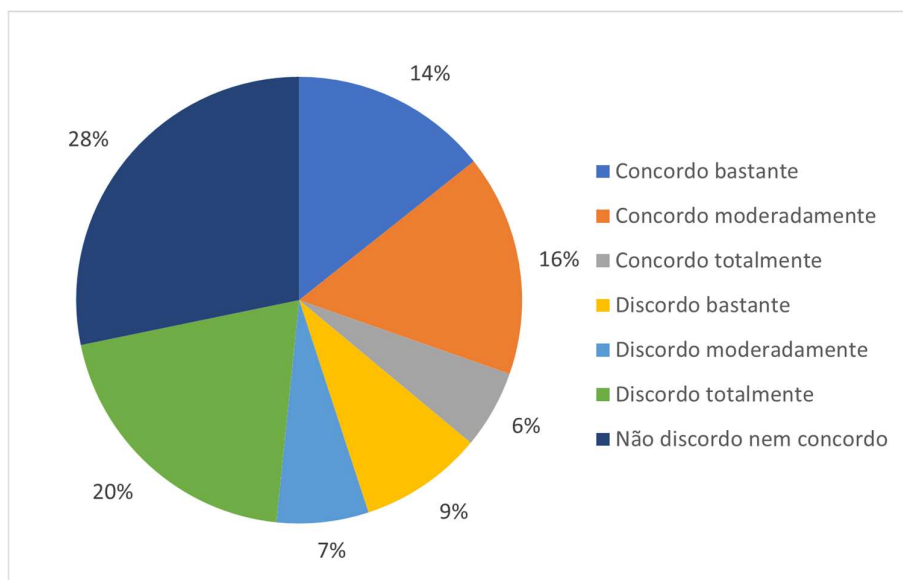


Figura 125: O meu Conselho de Redação funciona bem – para todos os efeitos

3.3.77 A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental

Respostas em branco: 125.

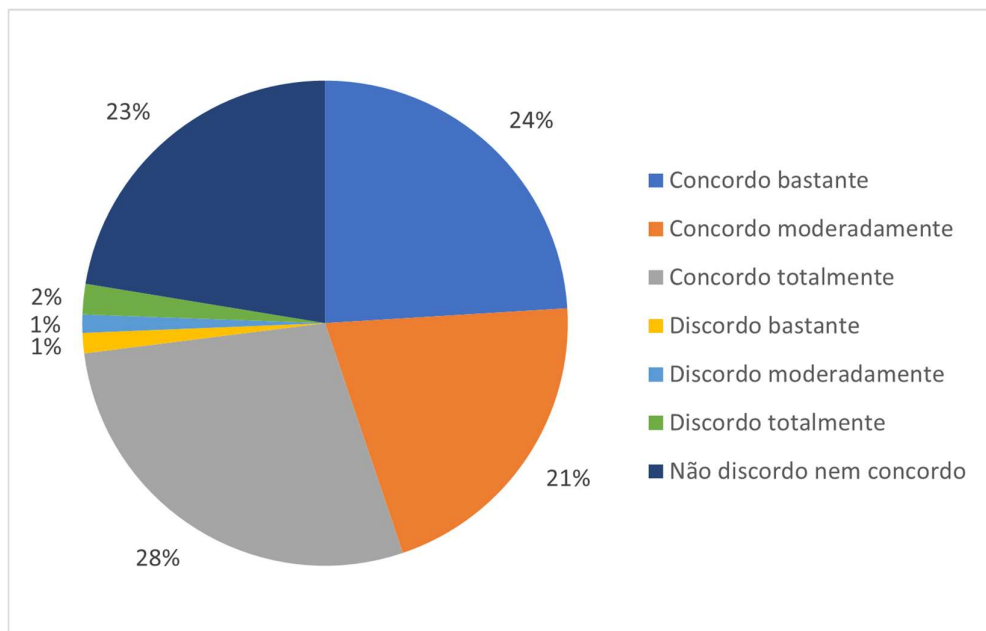


Figura 126: A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental

3.3.78 Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?

Respostas em branco: 115.

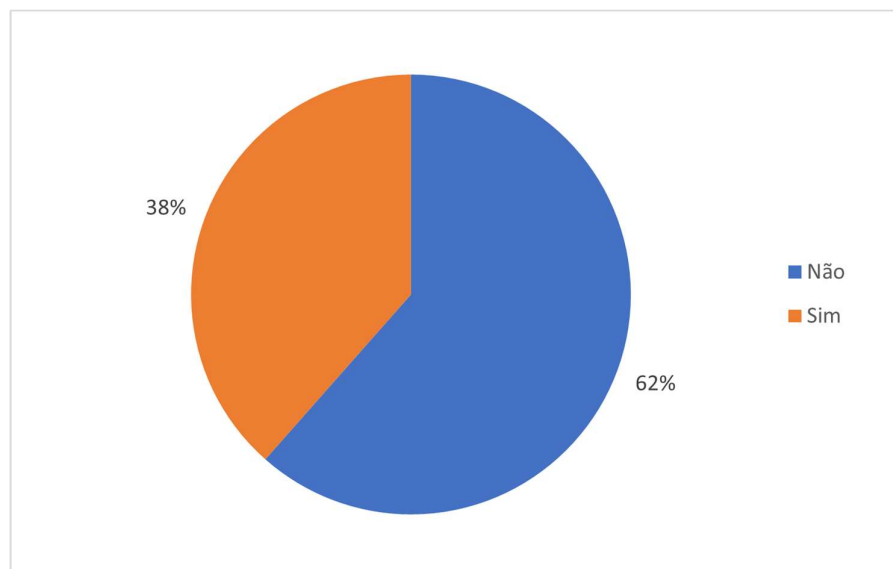


Figura 127: Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?

3.3.79 Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?

Respostas em branco: 157.

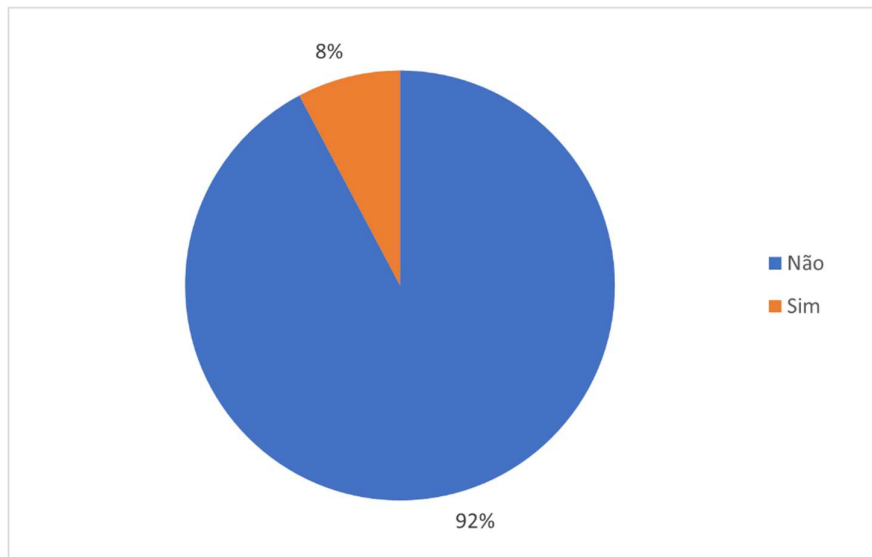


Figura 128: Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?

3.3.80 Sofre de doenças crônicas?

Respostas em branco: 105.

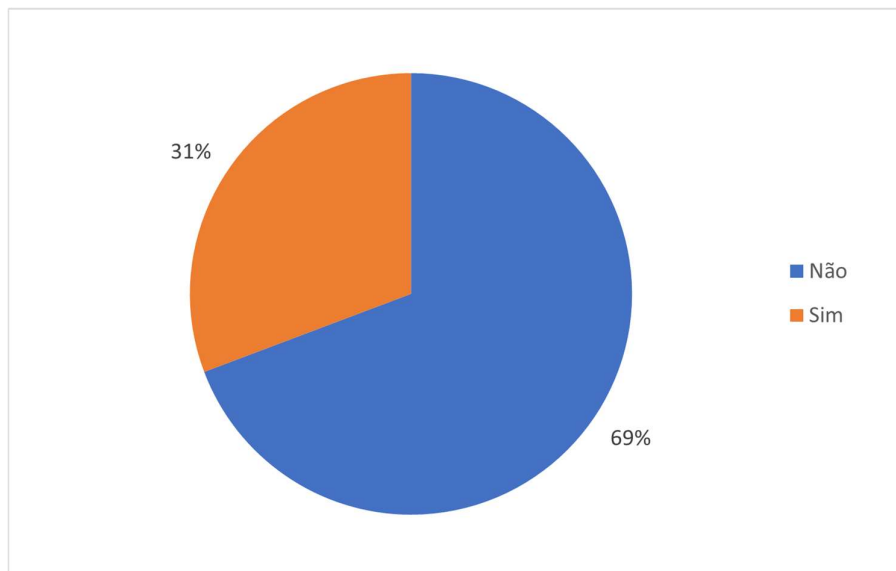


Figura 129: Sofre de doenças crônicas?

3.3.81 De que doenças crónicas sofre? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 632.

As respostas foram muito variadas, chegando a um total de 115 respostas diferentes. Na tabela abaixo apresenta-se o número de vezes que algumas respostas foram escolhidas:

Cardíacas	43
Neurológicas	20
Psicológicas	44
Oftalmológicas	54
Osteoarticulares	38
Gastroenterológicas	47
Pulmonares	31

Tabela 28: De que doenças crónicas sofre?

3.3.82 Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista?

Respostas em branco: 126.

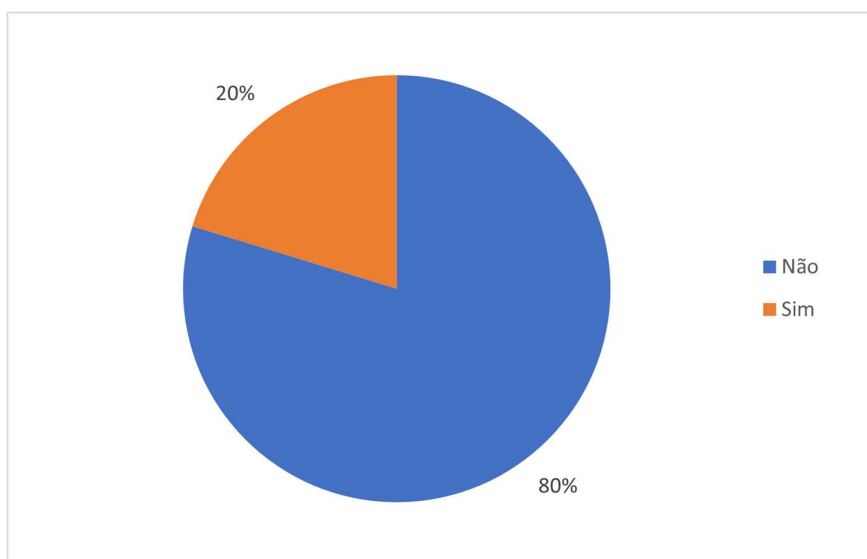


Figura 130: Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista?

3.3.83 Indique que doenças resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista (Pode selecionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 716.

Tendo em conta que é possível selecionar várias respostas, o leque de respostas é muito extenso e, portanto, não é relevante apresentar todas as respostas aqui. Mencionamos apenas as de maior valor:

- ‘Cardíacas’ com 19 respostas.
- ‘Osteoarticulares’ com 57 respostas.
- ‘Oftalmológicas’ com 41 respostas.
- ‘Neurológicas’ com 17 respostas.
- ‘Psicológicas’ com 51 respostas.

3.3.84 Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista?

Respostas em branco: 716.

Horários excessivos/Irregularidade de horários	101
Condições de trabalho	103
Pressão profissional contínua	88
Irregularidade alimentar	62
Ambiente excessivamente competitivo	23

Tabela 29: Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista?

3.3.85 O diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto de trabalho?

Respostas em branco: 722.

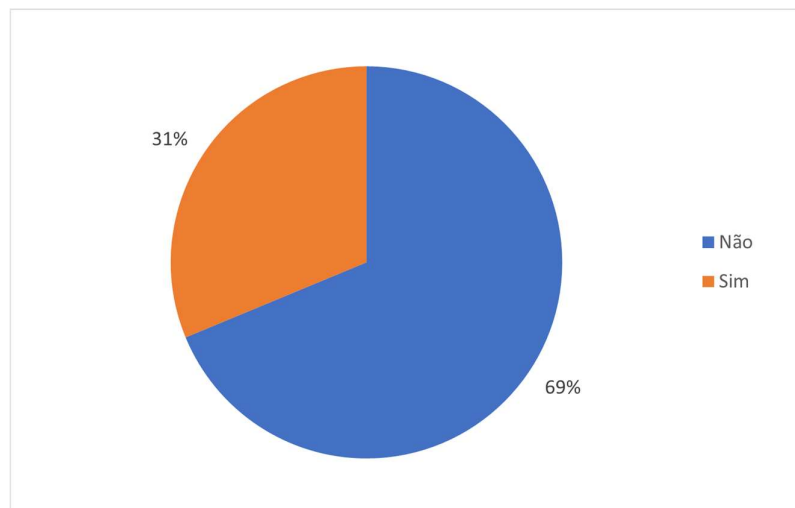


Tabela 30: O diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto de trabalho?

3.3.86 As consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo: (Pode selecionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 820.

Note-se que existe a possibilidade de selecionar mais que uma resposta.

Baixa médica	3
Carga de trabalho reduzida	1
Cessação de algumas tarefas	18
Mudança de horários	1
Mudança de empregador	1
Mais descanso visual	1
Mudança de funções	11
Mudança do mobiliário	7
Reforma antecipada	1
Mudança do equipamento técnico	10
Nenhumas	4

Tabela 31: As consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo:

3.3.87 A sua assistência na saúde é tratada predominantemente em:

Respostas em branco: 85.

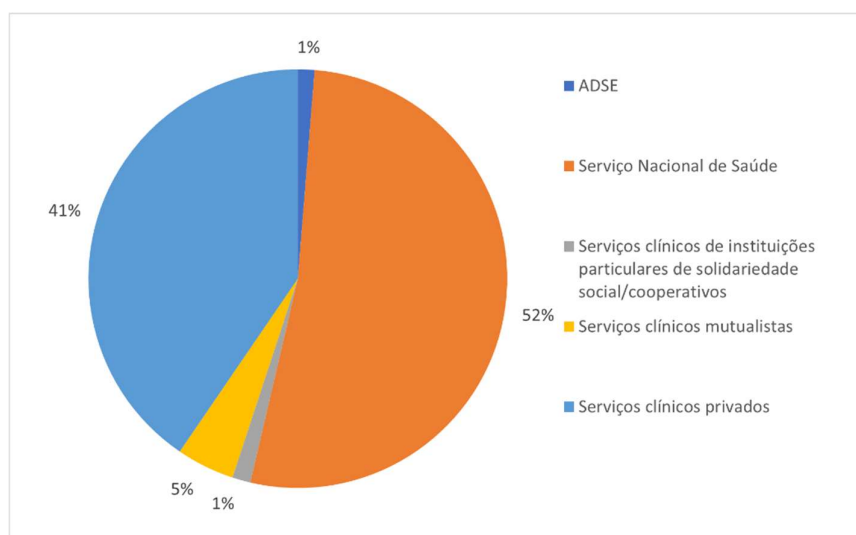


Figura 131: A sua assistência na saúde é tratada predominantemente em:

3.3.88 A assistência na saúde da sua família é tratada predominantemente em:

Respostas em branco: 115.

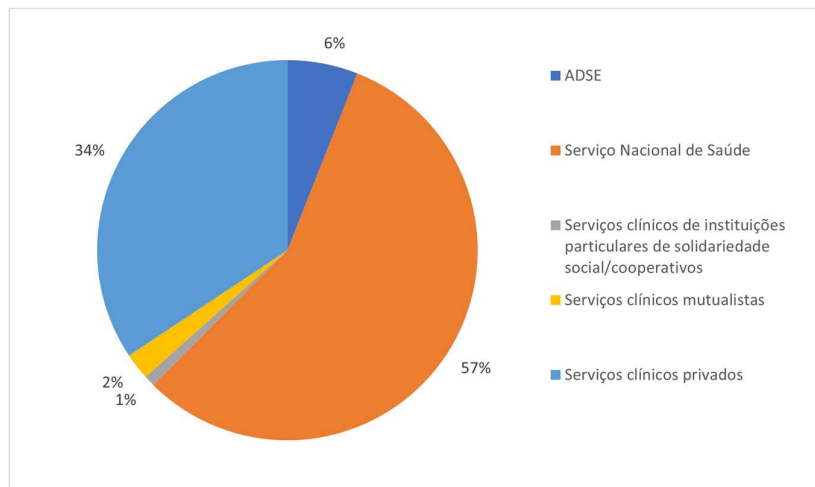


Figura 132: A assistência na saúde da sua família é tratada predominantemente em:

3.3.89 Tem seguro de saúde?

Respostas em branco: 88.

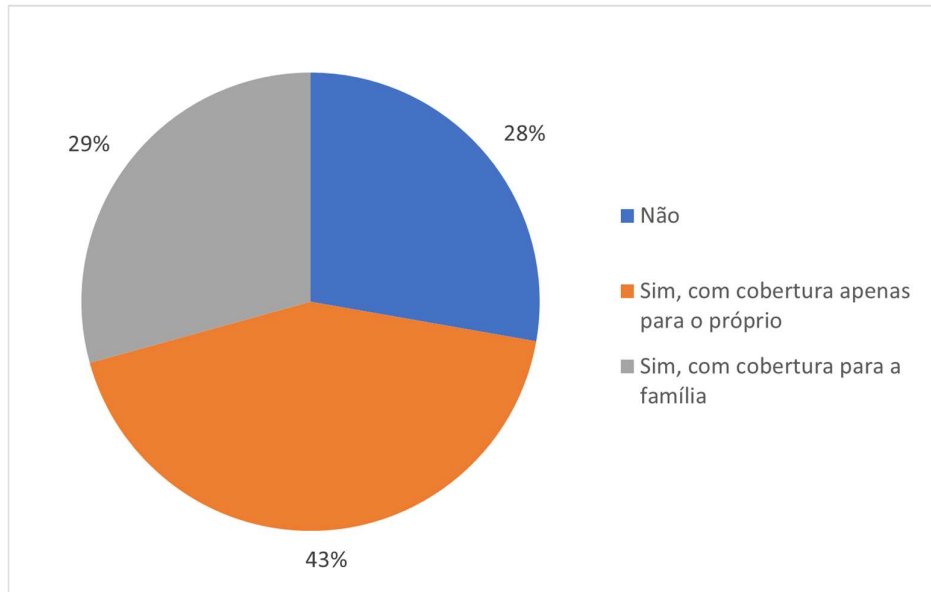


Figura 133: Tem seguro de saúde?

3.3.90 Quem paga o seu seguro de saúde?

Respostas em branco: 314.

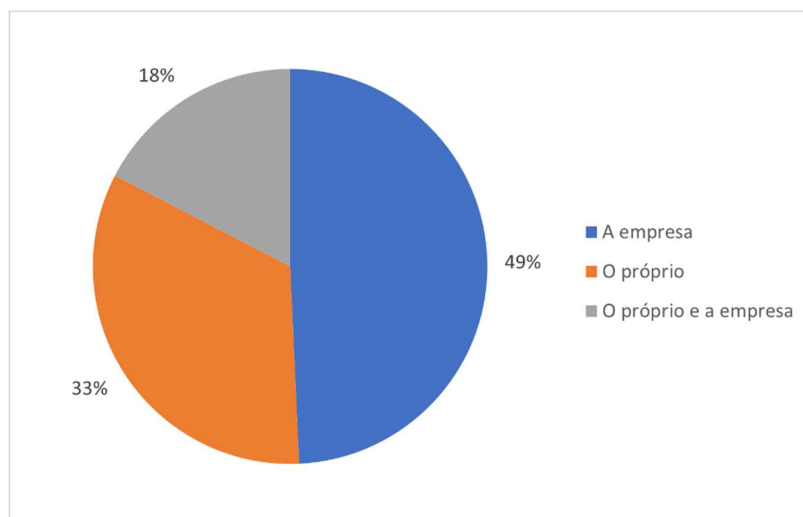


Figura 134: Quem paga o seu seguro de saúde?

3.3.91 Que coberturas tem o seu seguro de saúde? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 304.

Ambulatório	457
Exames e tratamentos	534
Medicamentos	124
Internamento hospitalar	441
Saúde oral	319
Parto	172

Tabela 32 Que coberturas tem o seu seguro de saúde?

3.3.92 Neste momento está inscrito na Segurança Social?

Respostas em branco: 91.

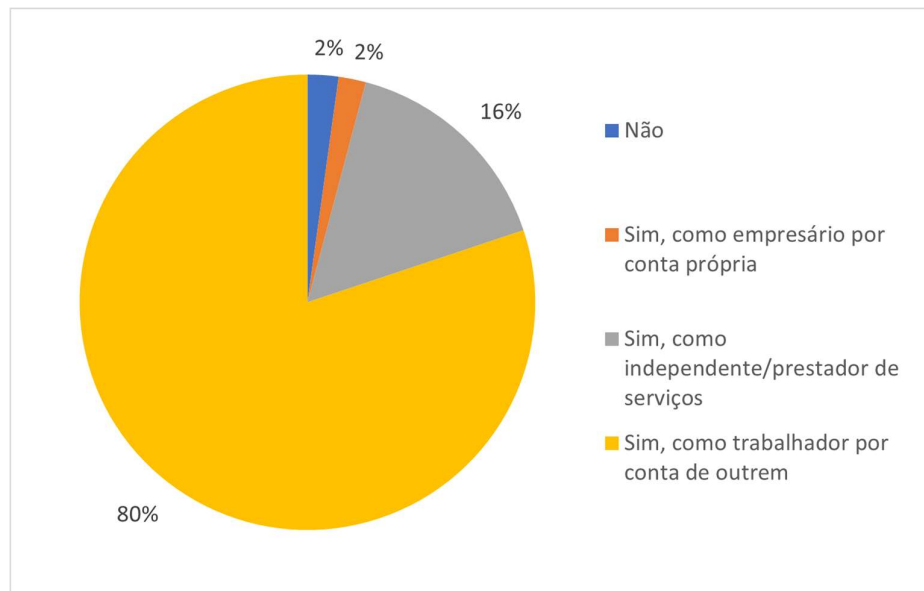


Figura 135: Neste momento está inscrito na Segurança Social?

3.3.93 A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal?

Respostas em branco: 129.

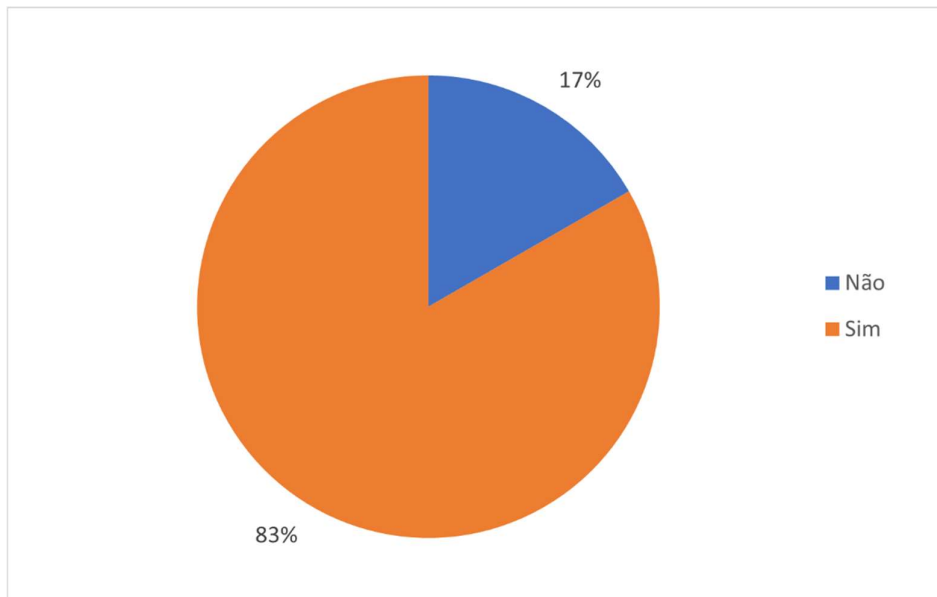


Figura 136: A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal?

3.3.94 A inscrição inicial na Segurança Social foi com que profissão/atividade?

Respostas em branco: 742.

Com 124 respostas, existem cerca de 100 respostas diferentes, pelo que não é relevante apresentar todas as respostas no relatório.

3.3.95 Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?

Respostas em branco: 134.

1970-1979	9
1980-1989	91
1990-1999	242
2000-2009	185
2010-2019	175
2020-2022	24

Tabela 33: Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?

3.3.96 Desde que ano desconta para a Segurança Social como profissional de outra área (que não o jornalismo)? Ano

Respostas em branco: 145.

Um total de 388 inquiridos responderam ‘Não se aplica’. Abaixo apresentam-se as restantes respostas:

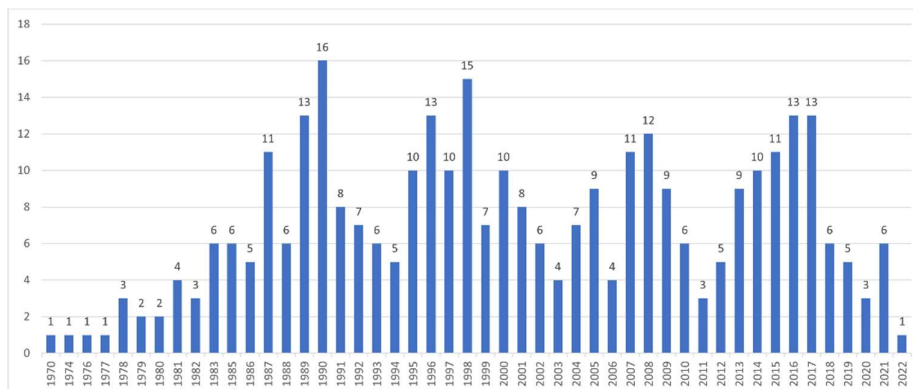


Figura 137: Desde que ano desconta para a Segurança Social como profissional de outra área (que não o jornalismo)? Ano

3.3.97 Está presentemente a descontar para a Segurança Social?

Respostas em branco: 94.

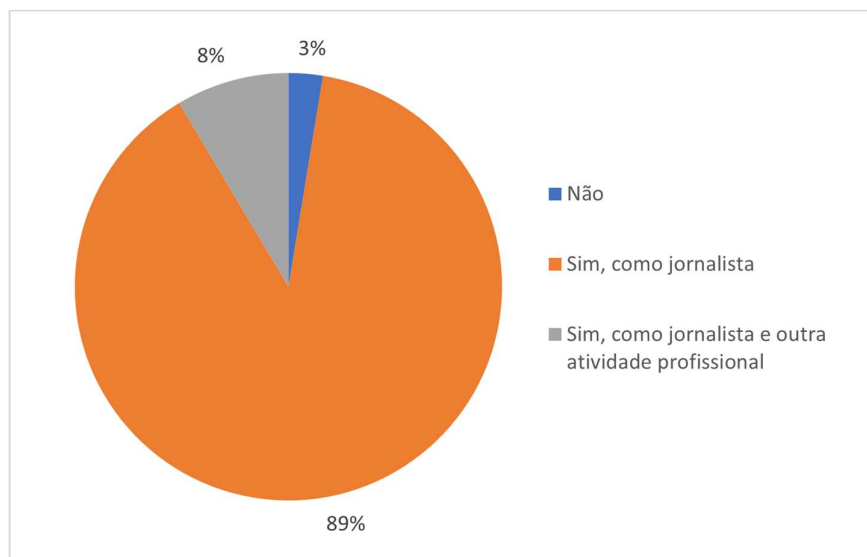


Figura 138: Está presentemente a descontar para a Segurança Social?

3.3.98 Efetuou, no passado, descontos por conta de outra atividade profissional que, entretanto, cessou?

Respostas em branco: 108.

Há um total de 458 respostas negativas. No entanto, tendo em conta que a pergunta é de resposta aberta, esta tem muitas inconsistências que não permitem retirar valor dos dados.

3.3.99 Tem presentemente algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?

Respostas em branco: 102.

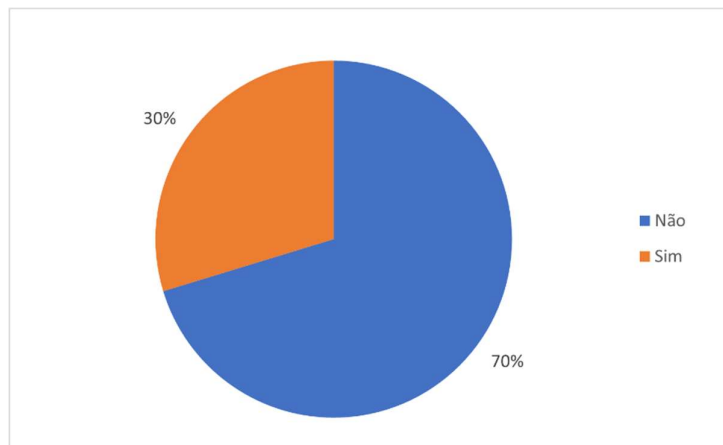


Figura 139: Tem presentemente algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?

3.3.100 A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:

Respostas em branco: 640.

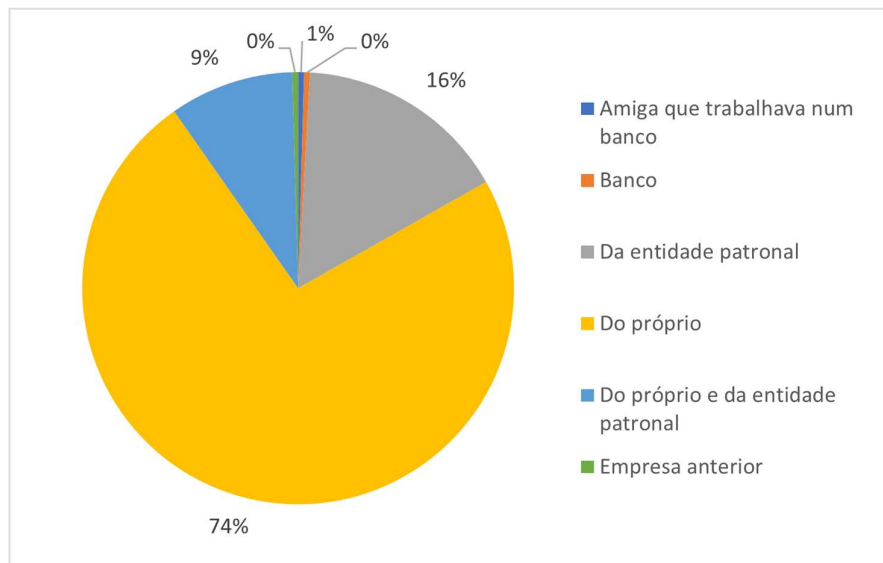


Figura 140: A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:

3.3.101 Desde quando tem esse plano de poupança?

Respostas em branco: 673.

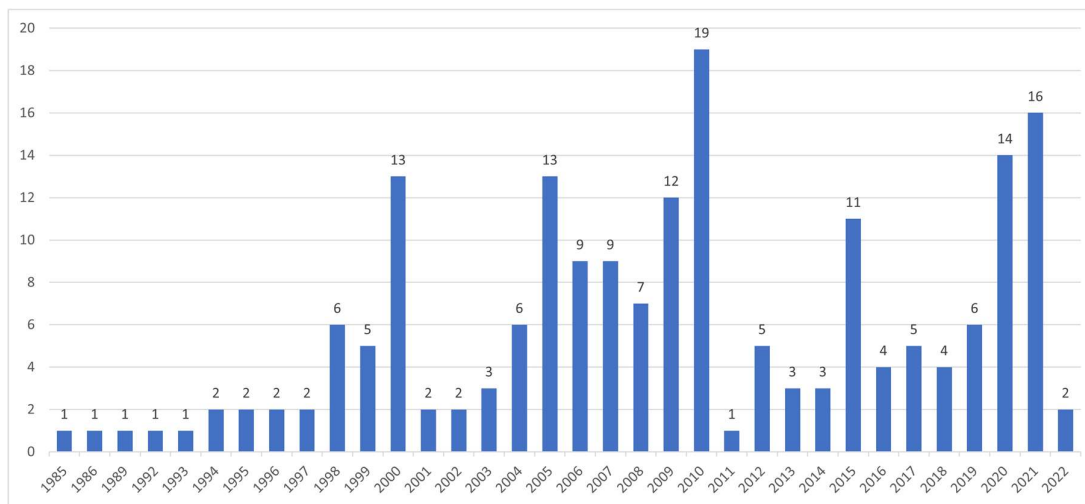


Figura 141: Desde quando tem esse plano de poupança?

3.3.102 A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:

Respostas em branco: 650.

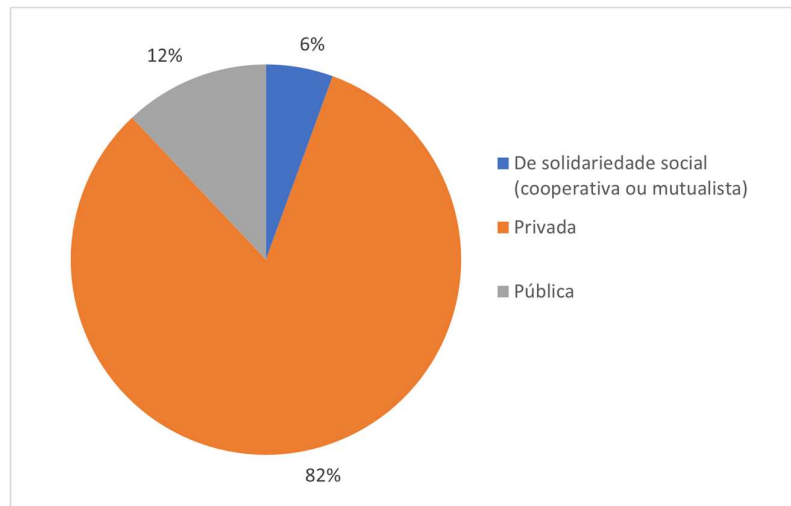


Figura 142: A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:

3.3.103 O seu plano de poupança para a reforma é de:

Respostas em branco: 715.

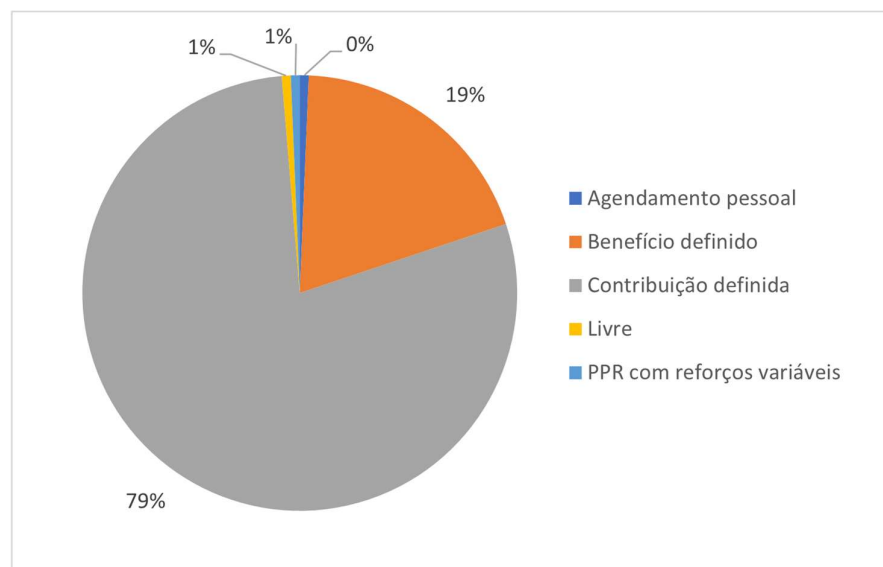


Figura 143: O seu plano de poupança para a reforma é de:

3.3.104 O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como desemprego, acidente, deficiência?

Respostas em branco: 685.

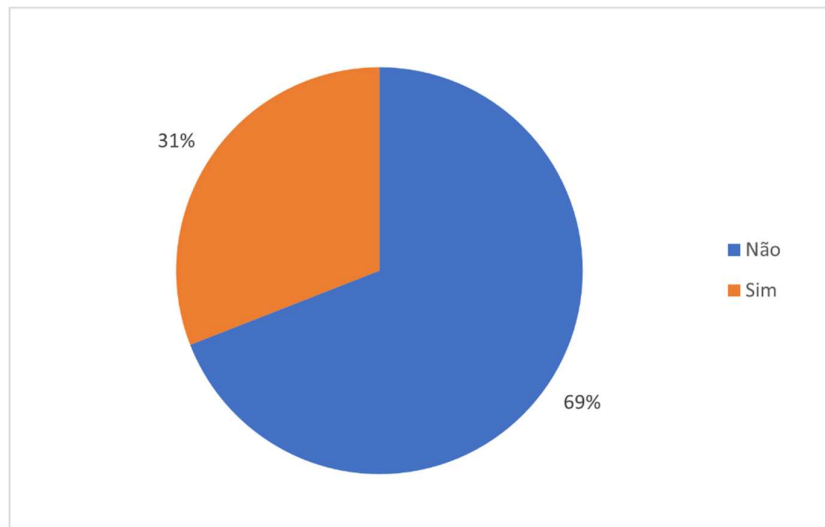


Figura 144: O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como desemprego, acidente, deficiência?

3.3.105 Que outras situações especificamente? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 810.

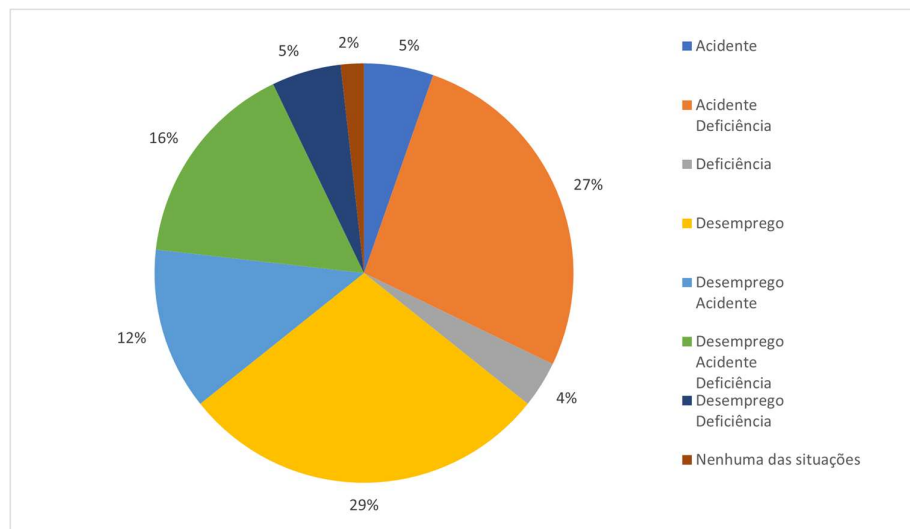


Figura 145: Que outras situações especificamente? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Apêndice

Ex-trabalhadores do setor jornalístico

O baixo número de respondentes a estas questões torna muito pouco significativo o estudo deste capítulo do estudo. Temos apenas um número muito reduzido de respostas a estas questões e algumas não têm o menor significado estatístico. Há questões com um (exemplo: A.1.5) ou dois respondentes (exemplo A.1.4), o que não tem qualquer relevância para inferência do universo.

Atendendo a que, mesmo assim, as perguntas foram feitas, optámos em muitos casos por manter as respostas que, no estudo definitivo, devem ser retiradas.

Fica neste relatório descritivo uma visão completa, sem qualquer redução dos espectro de respostas, mas o seu significado é meramente indicativo.

As respostas neste capítulo estão limitadas a 74.

Assim o erro da amostra com uma confiança a 95% é de 11,4%, o que é excessivo, sobretudo quando há fragmentação de respostas.

A.1 Indicadores sociais descritivos da amostra

A.1.1 Em que órgão jornalístico trabalhava no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 792.

Das 74 respostas obtidas a esta resposta, existem mais de 50 respostas diferentes. Destas destacam-se:

- Um total de 7 respostas menciona ‘Diário de Notícias’.
- Um total de 5 respostas menciona ‘RTP’.

Do resto das respostas, nota-se que se focam em revistas, jornais e rádios.

A.1.2 Principal local de trabalho habitual no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

Respostas em branco: 793.

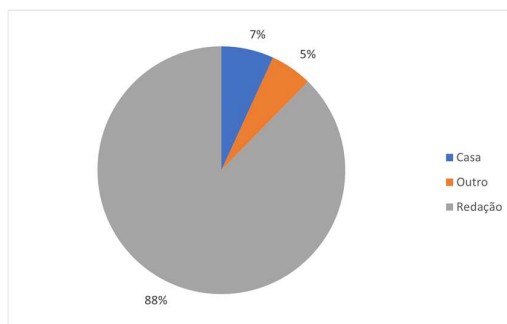


Figura A.1: Principal local de trabalho habitual no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

A.1.3 Vínculo no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

Respostas em branco: 792.

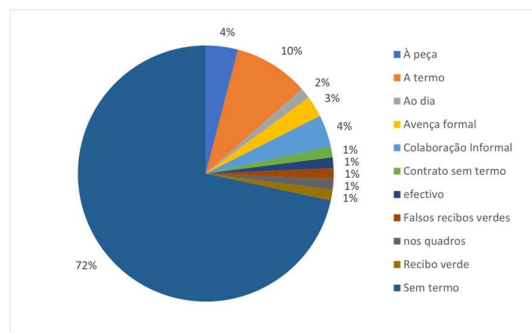


Figura A.2: Vínculo no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

A.1.4 Qual o número de trabalhos remunerados realizados por avença nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 864.

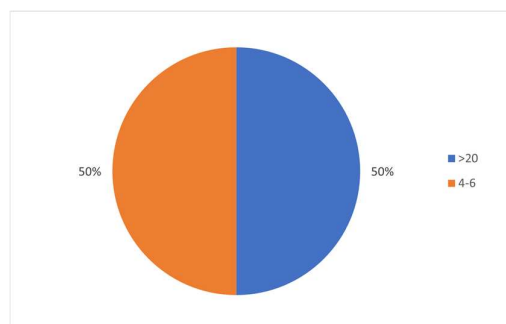


Figura A.3: Qual o número de trabalhos remunerados realizados por avença nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.5 Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 865.

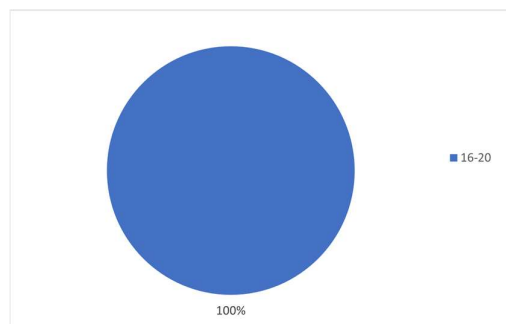


Figura A.4: Qual o número de trabalhos remunerados realizados à peça nos últimos 6 meses antes da sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.6 Pensão mensal média líquida ligada ao jornalismo (em euros)

Respostas em branco: 801.

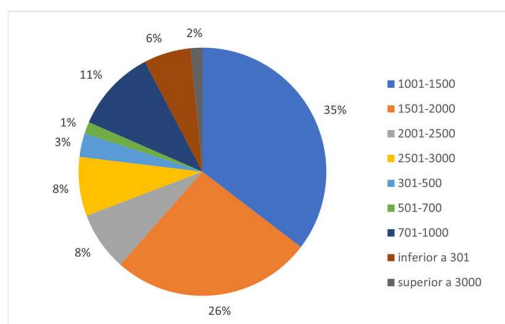


Figura A.5: Pensão mensal média líquida ligada ao jornalismo (em euros)

A.1.7 Com que idade iniciou a atividade jornalística?

Respostas em branco: 793.

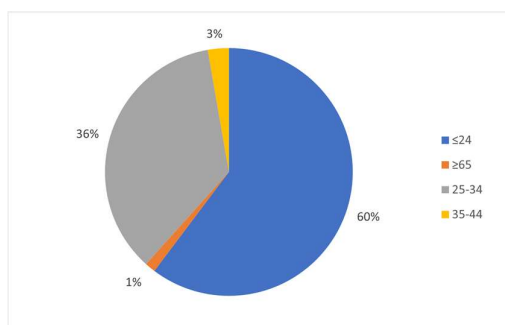


Figura A.6: Com que idade iniciou a atividade jornalística?

A.1.8 Tem outra atividade profissional remunerada?

Respostas em branco: 795.

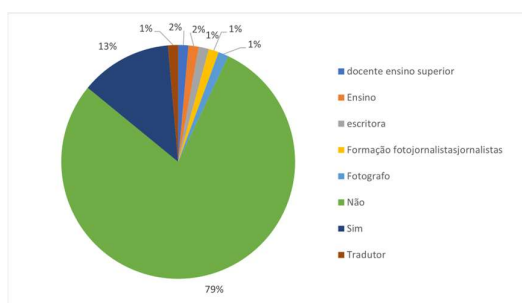


Figura A.7: Tem outra atividade profissional remunerada?

A.1.9 Na atividade secundária auferে uma remuneração mensal média líquida (em euros) de:

Respostas em branco: 858.

Nesta pergunta, só foram obtidas 8 respostas, uma vez que apenas se aplica a quem tem outra atividade profissional remunerada.

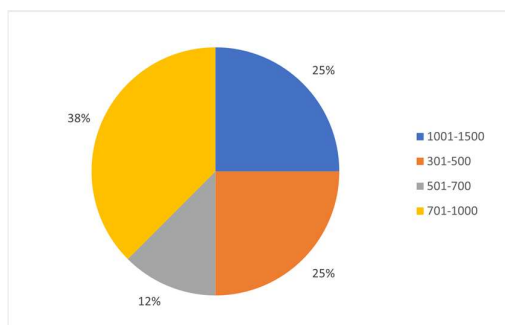


Figura A.8: Na atividade secundária auferে uma remuneração mensal média líquida (em euros) de:

A.1.10 Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?

Respostas em branco: 857.

Nesta pergunta, só foram obtidas 9 respostas, uma vez que apenas se aplica a quem tem outra atividade profissional remunerada.

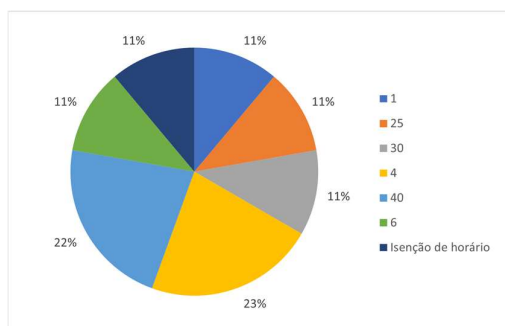


Figura A.9: Quanto tempo dedica por semana, em média, à sua outra atividade profissional remunerada?

A.1.11 Antes da sua saída interrompeu o exercício do jornalismo?

Respostas em branco: 793.

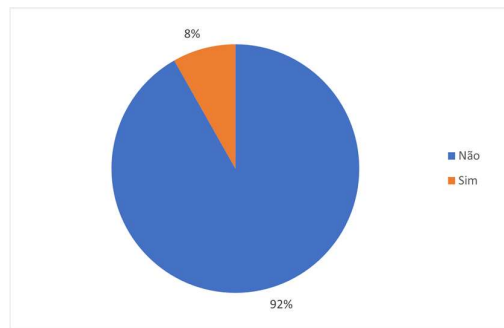


Figura A.10: Antes da sua saída interrompeu o exercício do jornalismo?

A.1.12 Interrompeu a atividade quantas vezes?

Respostas em branco: 860.

Nesta pergunta só foram obtidas 6 respostas, uma vez que apenas se aplica a quem interrompeu o exercício do jornalismo antes da sua saída.

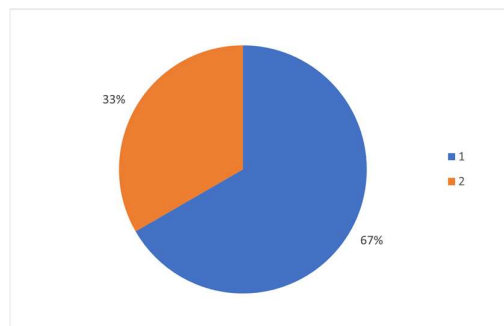


Figura A.11: Interrompeu a atividade quantas vezes?

A.1.13 Durante quantos anos na totalidade?

Respostas em branco: 860.

Nesta pergunta só foram obtidas 6 respostas, uma vez que apenas se aplica a quem interrompeu o exercício do jornalismo antes da sua saída.

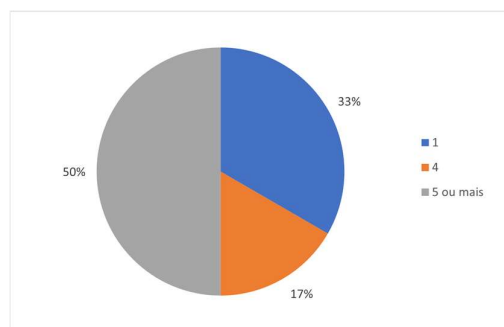


Figura A.12: Durante quantos anos na totalidade?

A.1.14 Quantos anos de experiência jornalística tem?

Respostas em branco: 792.

Anos de experiência	Número de respostas
14	2
15	1
16	2
17	1
18	2
20	5
21	1
24	4
25	4
26	2
28	2
29	1
30	8
32	3
33	2
34	2
35	5
37	1
38	3
39	3
40	5
41	3
42	3
46	1
47	2
50	1
52	2
55	1
60	2
Total geral	74

Tabela A.1: Quantos anos de experiência jornalística tem?

A.1.15 Que função exercia no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 792.

Editor/Coordenador	33
Redator/Repórter	39
Chefe/Sub. de redação	9
Diretor/Membro de direção	10
Multimédia	2
Fotojornalista	9
Pivô de rádio	4
Copydesk/revisor	5
Repórter de imagem	4
Editor de imagem	3
Repórter de som (rádio ou web)	2

Tabela A.2: Que função exercia no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)

A.1.16 Em que meios exercia maioritariamente a sua função no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 792.

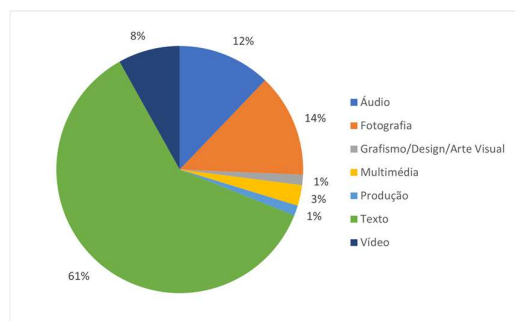


Figura A.13: Em que meios exercia maioritariamente a sua função no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.17 Em que tipo de conteúdos trabalhava predominantemente no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 794.

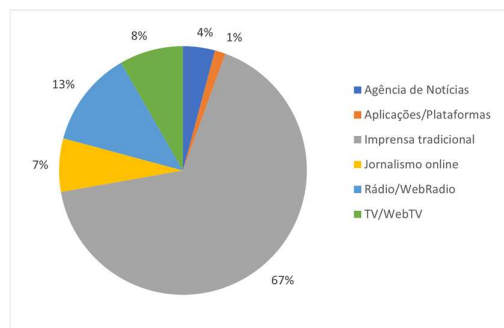


Figura A.14: Em que tipo de conteúdos trabalhava predominantemente no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.18 Recebeu formação para trabalhar com valências novas ou distintas no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 793.

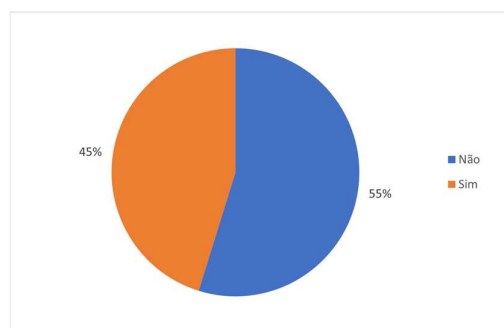


Figura A.15: Recebeu formação para trabalhar com valências novas ou distintas no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.19 Em que temas trabalhava no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 792.

As respostas foram muito variadas, chegando a um total de 59 respostas diferentes. Na tabela abaixo apresenta-se o número de vezes que algumas respostas foram escolhidas:

Artes/Cultura/Literatura	31
Editorial	17
Sociedade/Nacional	40
Desporto/Futebol	26
Política	31
Saúde	22
Entretenimento	16

Tabela A.3: Em que temas trabalhava no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

A.1.20 O que produzia com maior frequência no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 792.

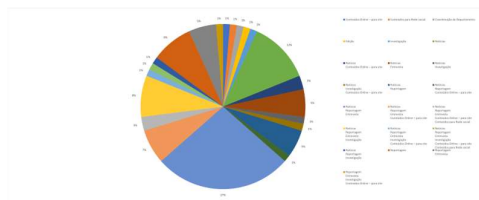


Figura A.16: O que produzia com maior frequência no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho? (Pode selecionar mais do que uma opção.)

A.1.21 Aplicava-se algum contrato de trabalho na sua empresa no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 796.

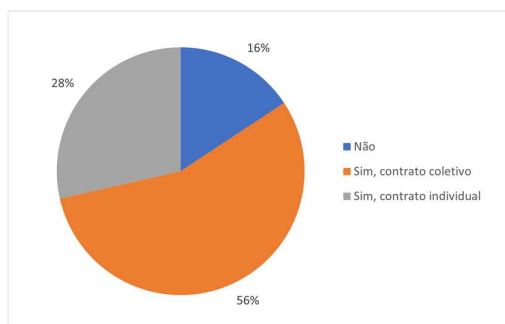


Figura A.17: Aplicava-se algum contrato de trabalho na sua empresa no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.22 Horas por semana previstas oficialmente (por contrato) no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

Respostas em branco: 795.

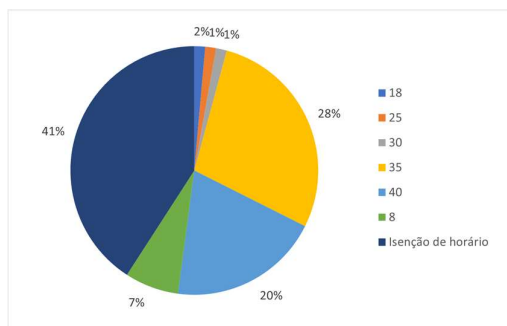


Figura A.18: Horas por semana previstas oficialmente (por contrato) no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho

A.1.23 Em média, qual era a sua carga horária semanal real de trabalho no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 792.

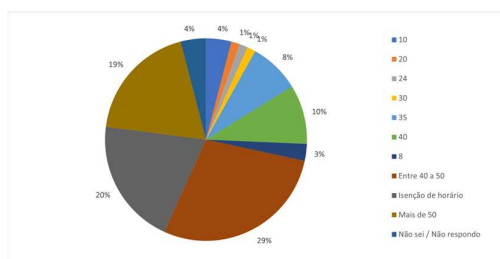


Figura A.19: Em média, qual era a sua carga horária semanal real de trabalho no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.24 Em média, quantas horas trabalhou no último mês (antes da sua saída ou interrupção do trabalho) em período noturno, entre as 20 e as 8 horas?

Respostas em branco: 792.

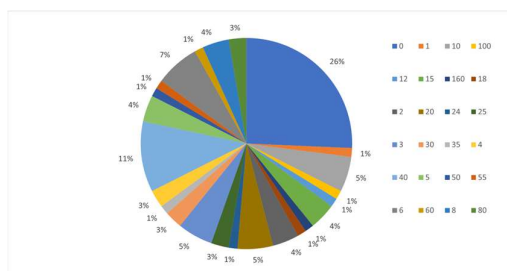


Figura A.20: Em média, quantas horas trabalhou no último mês (antes da sua saída ou interrupção do trabalho) em período noturno, entre as 20 e as 8 horas?

A.1.25 Quais eram os horários de trabalho que se adequavam melhor à sua vida particular/social no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 792.

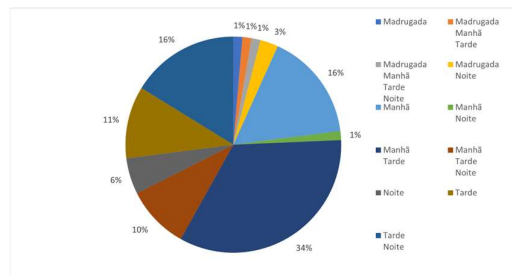


Figura A.21: Quais eram os horários de trabalho que se adequavam melhor à sua vida particular/social no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

A.1.26 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho era importante para si ter oportunidade de fazer:

Respostas em branco: 794.

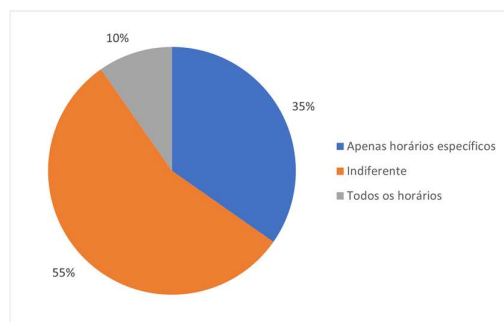


Figura A.22: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho era importante para si ter oportunidade de fazer:

A.1.27 Fui alvo de assédio moral/ideológico no trabalho

Respostas em branco: 798.

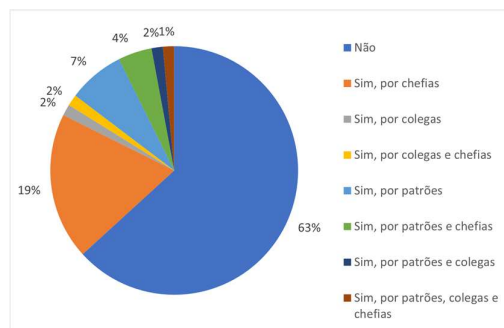


Figura A.23: Fui alvo de assédio moral/ideológico no trabalho

A.1.28 Fui alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho

Respostas em branco: 796.

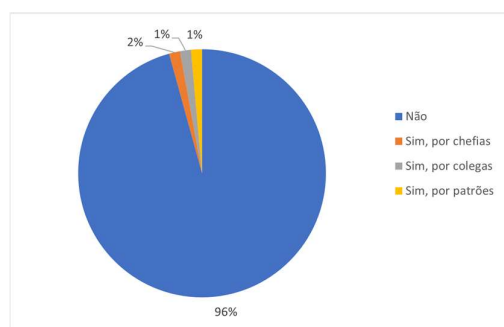


Figura A.24: Fui alvo de assédio/ofensa sexual no trabalho

A.1.29 Fui alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho

Respostas em branco: 792.

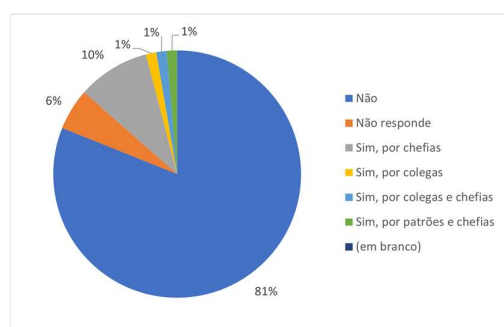


Figura A.25: Fui alvo de algum tipo de discriminação/opressão – racial, de género, de nacionalidade, por idade, por orientação sexual – no trabalho

A.2 Desgaste profissional (exaustão e distanciamento do trabalho)

Semelhante ao que foi feito na secção 3.2, vamos agora analisar o nível de exaustão e distanciamento profissional de ex-trabalhadores do setor jornalístico.

A.2.1 Exaustão

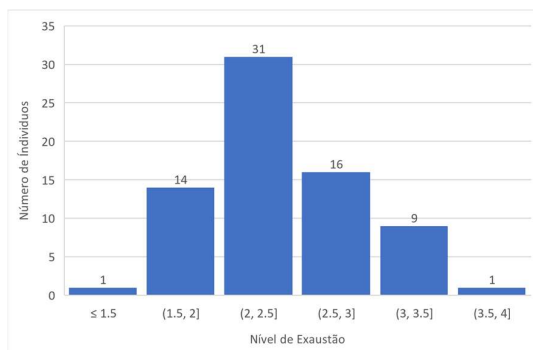


Figura A.26: Exaustão

Média	2.448743386
Erro-padrão	0.060093909
Mediana	2.375
Moda	2.25
Desvio-padrão	0.50991373
Variância	0.260012012
Curtose	-0.483475138
Assimetria	0.384161212
Contagem	72

Tabela A.4: Dados estatísticos – Exaustão

Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Respostas em branco: 794.

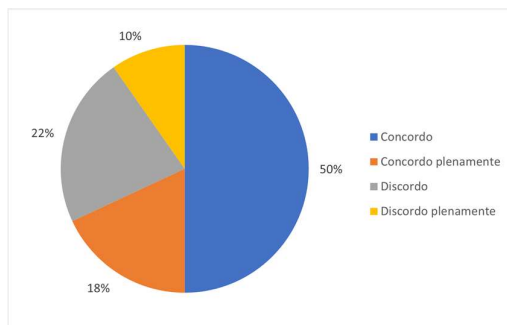


Figura A.27: Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Média	2.76388889
Erro-padrão	0.101808866
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.863876875
Variância	0.746283255
Curtose	-0.278029262
Assimetria	-0.461113025
Contagem	72

Tabela A.5: Há dias em que me sinto cansado/a antes mesmo de chegar ao trabalho

Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Respostas em branco: 794.

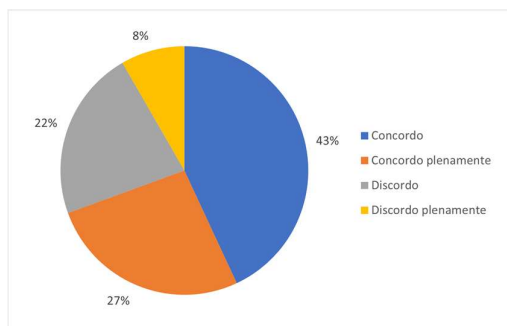


Figura A.28: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Média	2.875
Erro-padrão	0.106402071
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.902851508
Variância	0.815140845
Curtose	-0.501953128
Assimetria	-0.455822076
Contagem	72

Tabela A.6: Depois do trabalho, preciso de mais tempo para me sentir melhor do que precisava antigamente

Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Respostas em branco: 795.

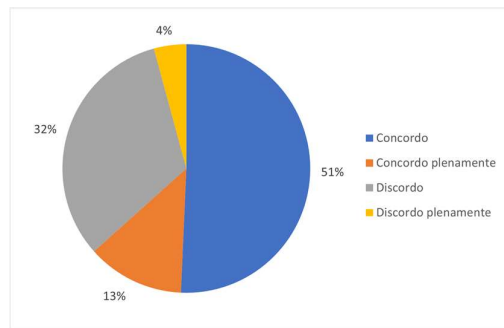


Figura A.29: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Média	2.281690141
Erro-padrão	0.087861008
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.740330015
Variância	0.548088531
Curtose	-0.190557657
Assimetria	0.144578346
Contagem	71

Tabela A.7: Consigo suportar muito bem as pressões do meu trabalho

Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Respostas em branco: 797.

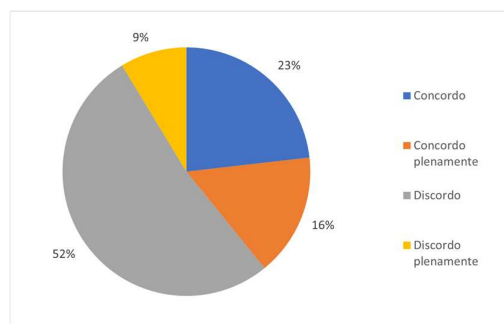


Figura A.30: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Média	2.463768116
Erro-padrão	0.104420028
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.867377897
Variância	0.752344416
Curtose	-0.531940125
Assimetria	0.462749142
Contagem	69

Tabela A.8: Durante o meu trabalho sinto-me emocionalmente esgotado/a

Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

Respostas em branco: 795.

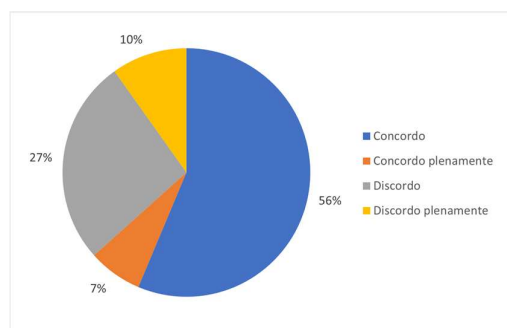


Figura A.31: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

Média	2.394366197
Erro-padrão	0.090779928
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.764925267
Variância	0.585110664
Curtose	0.001647409
Assimetria	0.564528691
Contagem	71

Tabela A.9: Depois das tarefas profissionais, tenho energia para as minhas atividades de lazer

Quando trabalho sinto-me bem

Respostas em branco: 795.

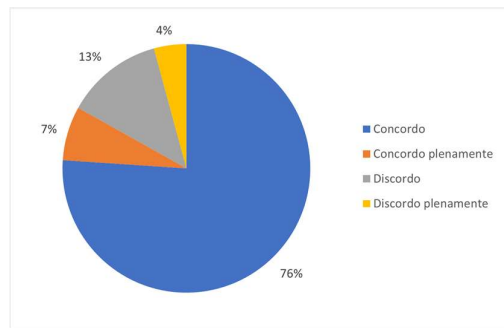


Figura A.32: Quando trabalho sinto-me bem

Média	2.14084507
Erro-padrão	0.070342006
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.59271228
Variância	0.351307847
Curtose	3.076316258
Assimetria	1.229133192
Contagem	71

Tabela A.10: Quando trabalho sinto-me bem

Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

Respostas em branco: 794.

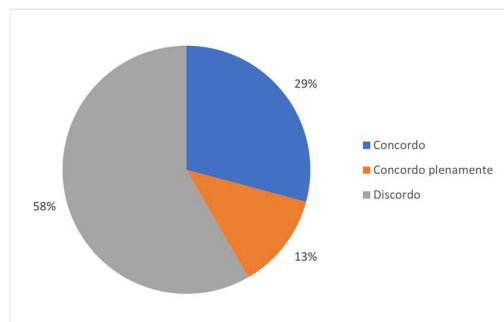


Figura A.33: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

Média	2.541666667
Erro-padrão	0.083772318
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.710831689
Variância	0.50528169
Curtose	-0.414647343
Assimetria	0.938195307
Contagem	72

Tabela A.11: Depois do trabalho sinto-me cansado/a e sem energia

De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

Respostas em branco: 792.

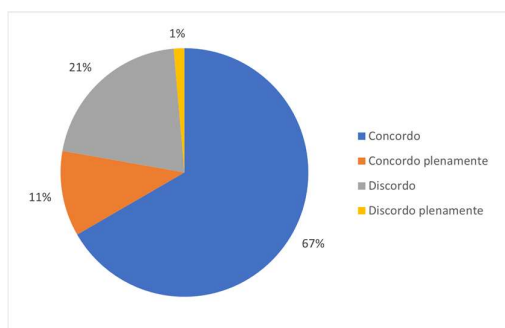


Figura A.34: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

Média	2.125
Erro-padrão	0.071145061
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.603685862
Variância	0.36443662
Curtose	0.790065243
Assimetria	0.339529144
Contagem	72

Tabela A.12: De uma forma geral, consigo administrar bem a quantidade de trabalho que tenho

A.2.2 Distanciamento profissional

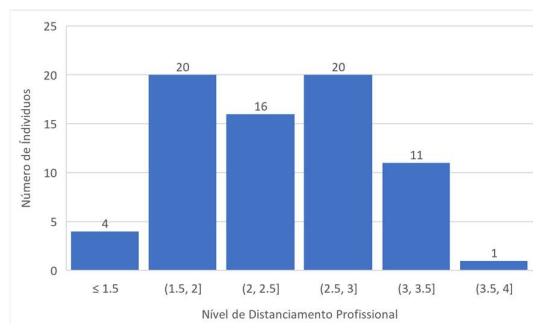


Figura A.35: Distanciamento profissional

Média	2.470618386
Erro-padrão	0.068742806
Mediana	2.5
Moda	2
Desvio-padrão	0.58330205
Variância	0.340241282
Curtose	-0.520542563
Assimetria	0.229256882
Contagem	72

Tabela A.13: Dados estatísticos – Distanciamento profissional

Enumeramos em seguida as questões e as respectivas estatísticas da amostragem.

Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Respostas em branco: 792.

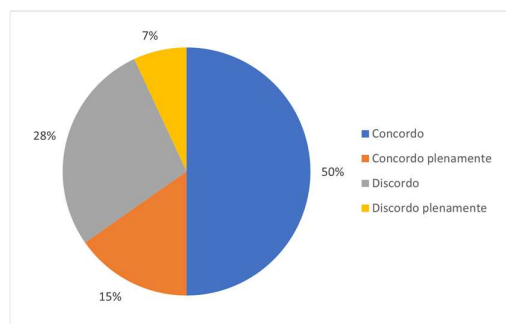


Figura A.36: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Média	2.263888889
Erro-padrão	0.09484576
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.804792958
Variância	0.647691706
Curtose	-0.225058579
Assimetria	0.313252465
Contagem	72

Tabela A.14: Faço coisas novas e interessantes com frequência no meu trabalho

Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

Respostas em branco: 795.

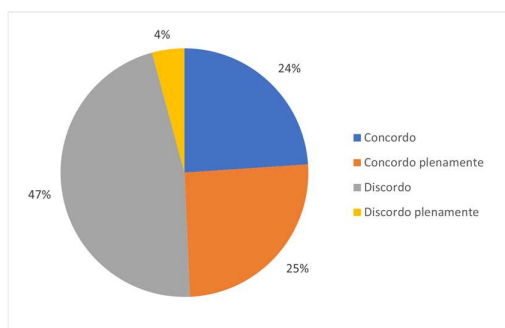


Figura A.37: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

Média	2.704225352
Erro-padrão	0.106893893
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.90070395
Variância	0.811267606
Curtose	-1.139470394
Assimetria	0.266091427
Contagem	71

Tabela A.15: Cada vez falo mais, e com mais frequência, de forma negativa sobre o meu trabalho

Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Respostas em branco: 796.

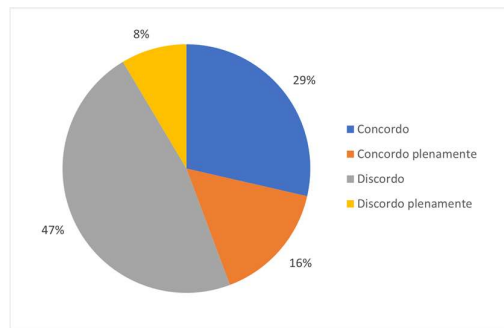


Figura A.38: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Média	2.514285714
Erro-padrão	0.103245185
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.86381119
Variância	0.746169772
Curtose	-0.620100447
Assimetria	0.301904709
Contagem	70

Tabela A.16: Ultimamente, tenho realizado o meu trabalho de forma quase mecânica

Considero o meu trabalho um desafio positivo

Respostas em branco: 794.

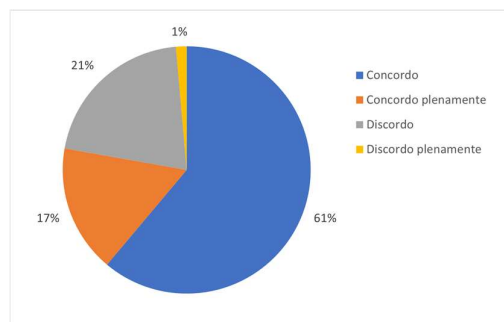


Figura A.39: Considero o meu trabalho um desafio positivo

Média	2.069444444
Erro-padrão	0.077435391
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.657061081
Variância	0.431729264
Curtose	0.226896029
Assimetria	0.234402015
Contagem	72

Tabela A.17: Considero o meu trabalho um desafio positivo

Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

Respostas em branco: 794.

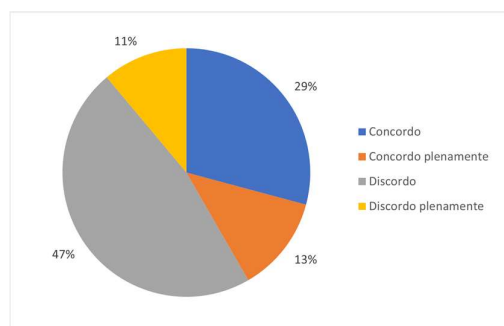


Figura A.40: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

Média	2.430555556
Erro-padrão	0.100519754
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.852938399
Variância	0.727503912
Curtose	-0.481747552
Assimetria	0.292651793
Contagem	72

Tabela A.18: Com o passar do tempo, tenho vindo a desinteressar-me do meu trabalho

O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Respostas em branco: 796.

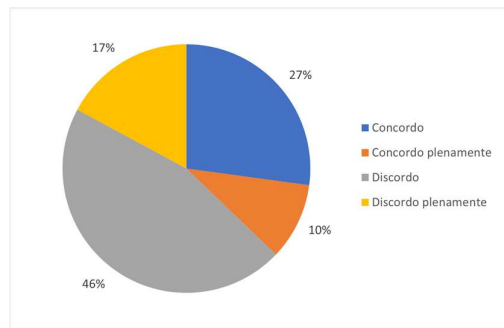


Figura A.41: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Média	2.7
Erro-padrão	0.104455603
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.873938279
Variância	0.763768116
Curtose	-0.490947728
Assimetria	-0.305762237
Contagem	70

Tabela A.19: O trabalho que faço atualmente é o único que me imagino a fazer

Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Respostas em branco: 797.

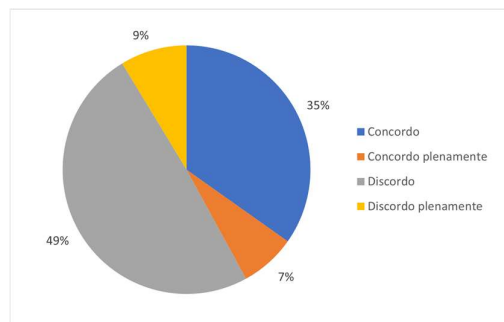


Figura A.42: Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Média	2.594202899
Erro-padrão	0.090745798
Mediana	3
Moda	3
Desvio-padrão	0.753791213
Variância	0.568201194
Curtose	-0.169636029
Assimetria	-0.224607622
Contagem	69

Tabela A.20: Sinto-me cada vez mais empenhado/a no meu trabalho

Muitas vezes sinto-me farto/a das minhas tarefas

Respostas em branco: 796.

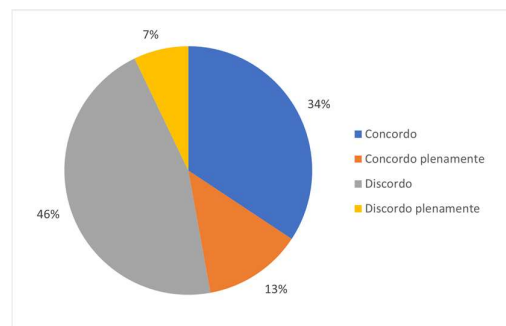


Figura A.43: Muitas vezes sinto-me farto/a das minhas tarefas

Média	2.528571
Erro-padrão	0.096997
Mediana	2
Moda	2
Desvio-padrão	0.811537
Variância	0.658592
Curtose	-0.46801
Assimetria	0.240148
Contagem	70

Tabela A.21: Muitas vezes sinto-me farto/a das minhas tarefas

A.3 Desgaste e indicadores sociodemográficos

A.3.1 Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho

Respostas em branco: 795.

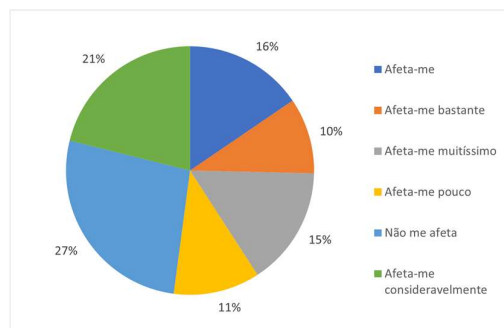


Figura A.44: Falta de segurança no emprego ou continuidade no trabalho

A.3.2 Ameaças de violência no exercício da profissão

Respostas em branco: 796.

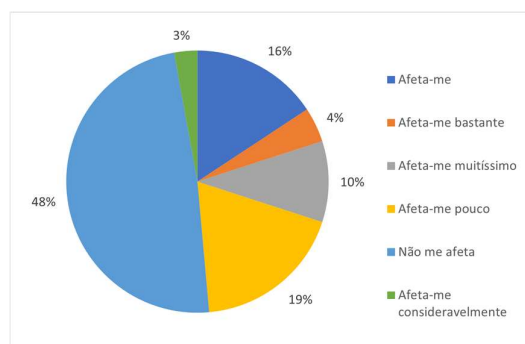


Figura A.45: Ameaças de violência no exercício da profissão

A.3.3 Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes

Respostas em branco: 794.

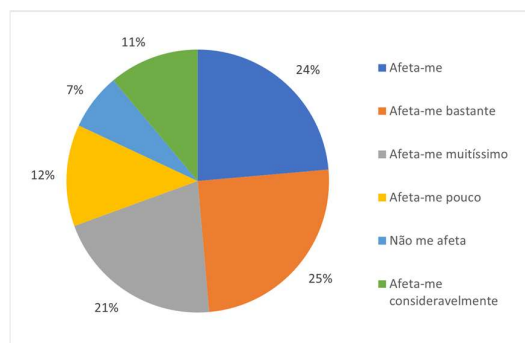


Figura A.46: Baixos salários e/ou rendimentos insuficientes

A.3.4 Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio

Respostas em branco: 796.

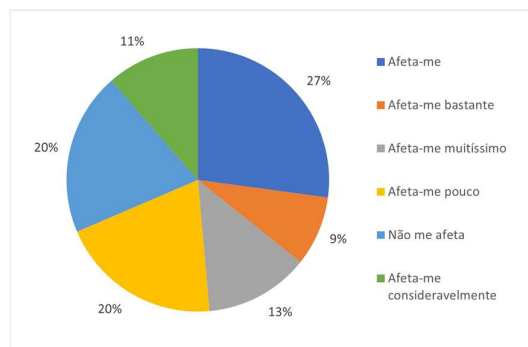


Figura A.47: Isolamento dos trabalhadores e falta de mais convívio

A.3.5 Conflitos com a direção das empresas

Respostas em branco: 797.

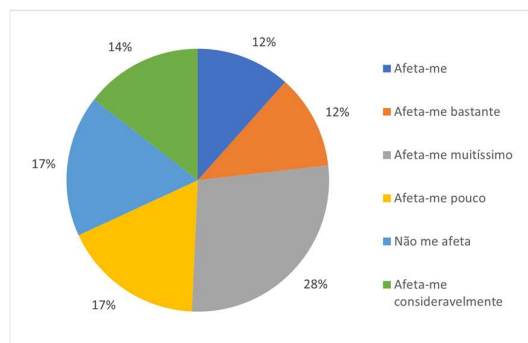


Figura A.48: Conflitos com a direção das empresas

A.3.6 Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população

Respostas em branco: 793.

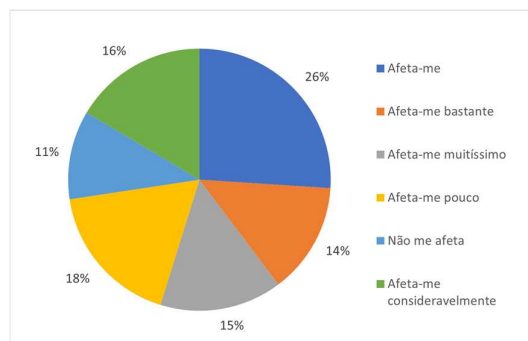


Figura A.49: Desrespeito pelo trabalho jornalístico por parte da população

A.3.7 Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa

Respostas em branco: 795.

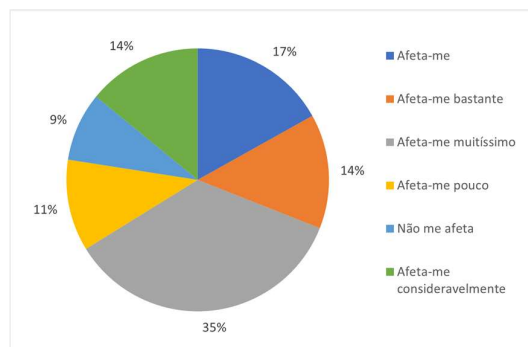


Figura A.50: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pela empresa

A.3.8 Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo

Respostas em branco: 794.

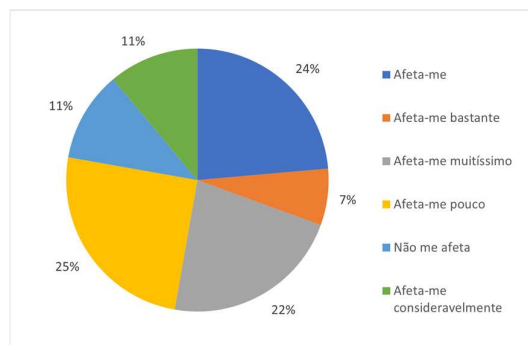


Figura A.51: Desrespeito pelo trabalho jornalístico pelo governo

A.3.9 Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente

Respostas em branco: 794.

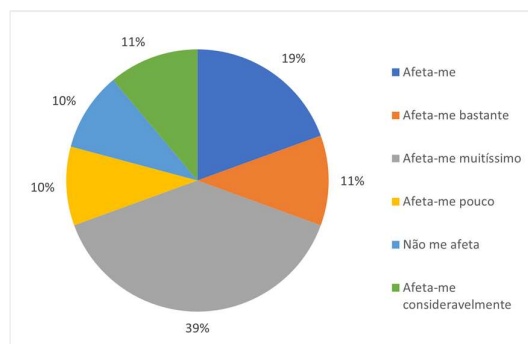


Figura A.52: Erros factuais na informação jornalística divulgada publicamente

A.3.10 Contacto negativo com as minhas hierarquias

Respostas em branco: 795.

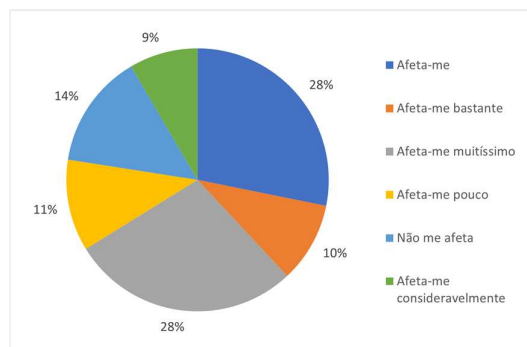


Figura A.53: Contacto negativo com as minhas hierarquias

A.3.11 Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controlo

Respostas em branco: 796.

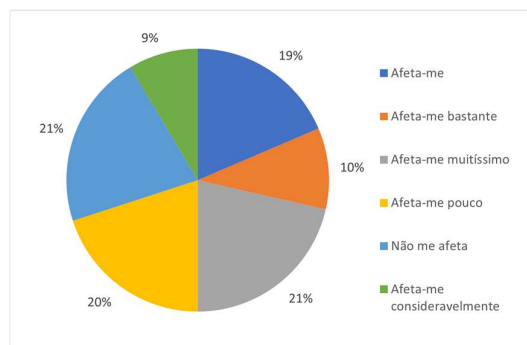


Figura A.54: Turnos/escalas e distribuição de tarefas fora de controlo

A.3.12 Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual

Respostas em branco: 798.

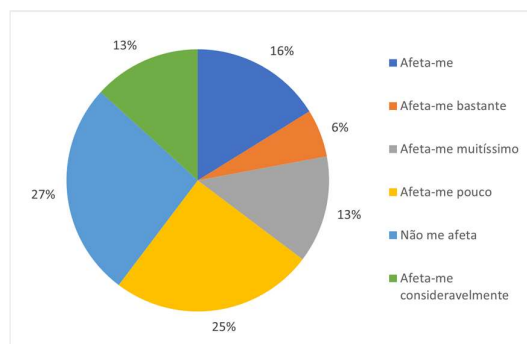


Figura A.55: Turnos/escalas e impacto na minha vida amorosa e sexual

A.3.13 Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos

Respostas em branco: 802.

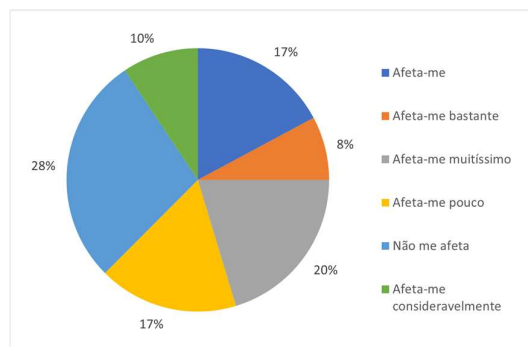


Figura A.56: Turnos/escalas e impacto no relacionamento com os filhos

A.3.14 Turnos/escalas e impacto no convívio familiar

Respostas em branco: 796.

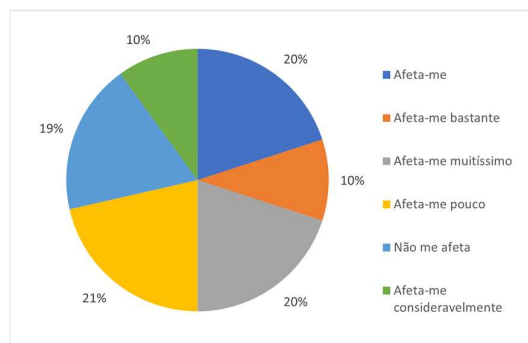


Figura A.57: Turnos/escalas e impacto no convívio familiar

A.3.15 Situações de congelamento salarial/carreira congelada

Respostas em branco: 796.

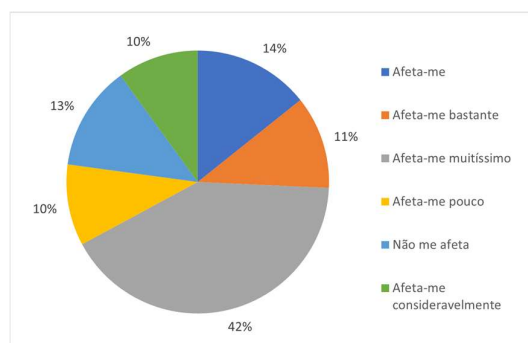


Figura A.58: Situações de congelamento salarial/carreira congelada

A.3.16 Sentimento de bloqueio na profissão

Respostas em branco: 794.

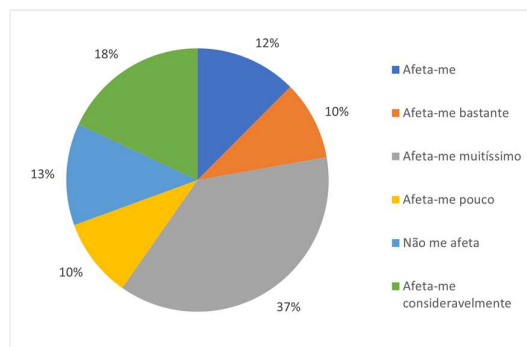


Figura A.59: Sentimento de bloqueio na profissão

A.3.17 Falta de serviços e apoios para questões profissionais

Respostas em branco: 794.

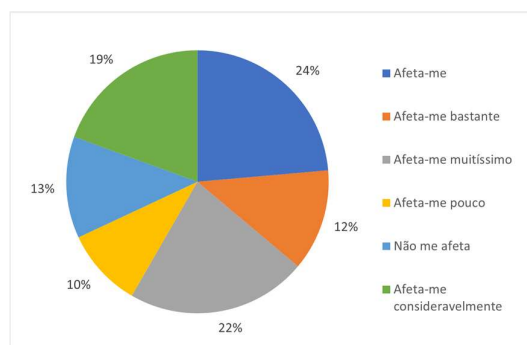


Figura A.60: Falta de serviços e apoios para questões profissionais

A.3.18 Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho

Respostas em branco: 795.

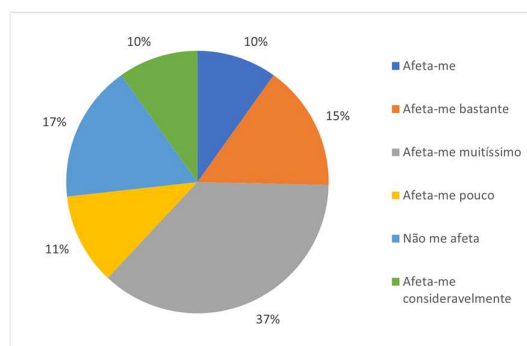


Figura A.61: Ameaça de fecho do meio de comunicação em que trabalho

A.3.19 Ameaça de extinção do meu posto de trabalho

Respostas em branco: 796.

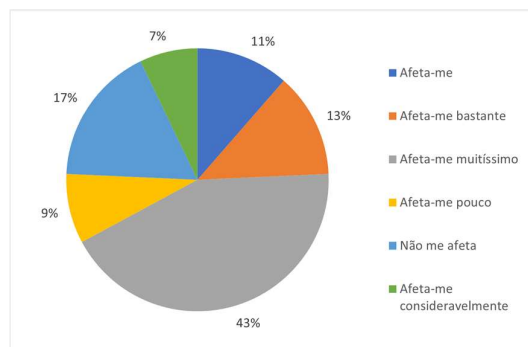


Figura A.62: Ameaça de extinção do meu posto de trabalho

A.3.20 Ameaça de cortes

Respostas em branco: 795.

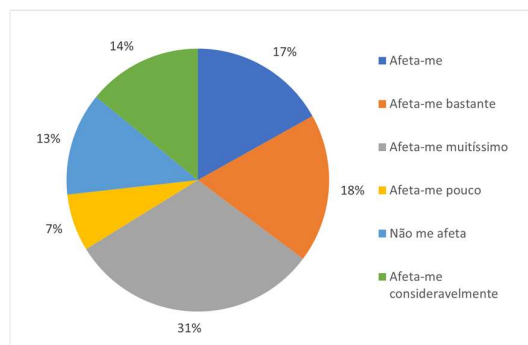


Figura A.63: Ameaça de cortes

A.3.21 Trabalho até de madrugada

Respostas em branco: 796.

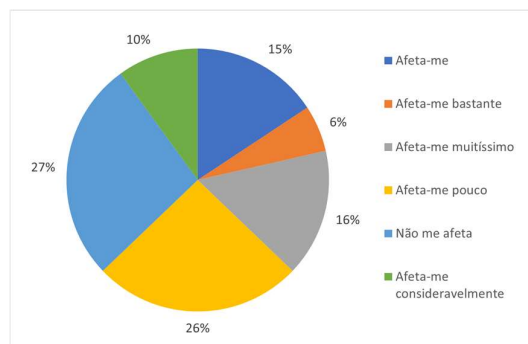


Figura A.64: Trabalho até de madrugada

A.3.22 Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, *emails*, etc.)

Respostas em branco: 797.

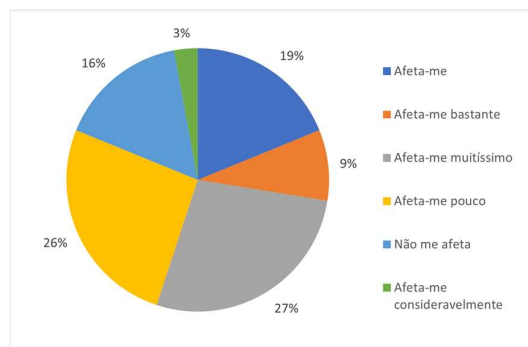


Figura A.65: Não posso “desconectar-me” (telefone, redes, *emails*, etc.)

A.3.23 Realização de tarefas no fim de semana ou feriado

Respostas em branco: 794.

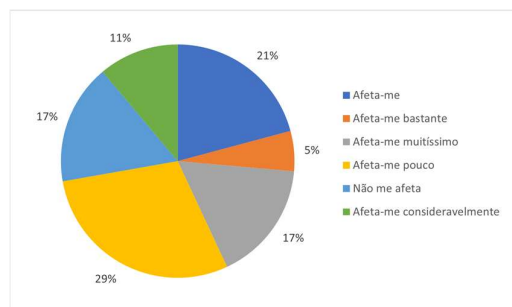


Figura A.66: Realização de tarefas no fim de semana ou feriado

A.3.24 Realização de tarefas nas folgas ou férias

Respostas em branco: 794.

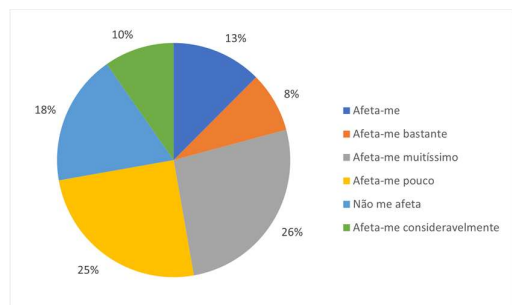


Figura A.67: Realização de tarefas nas folgas ou férias

A.3.25 Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais *online*

Respostas em branco: 794.

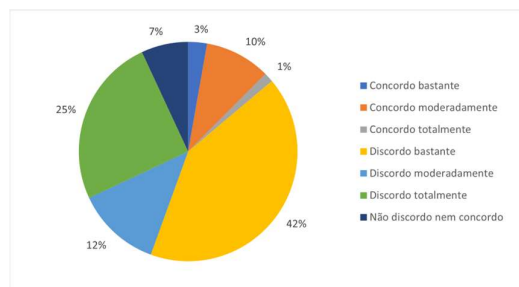


Figura A.68: Existe literacia mediática e um ecossistema informativo satisfatório no país, o que se nota nas caixas de comentários e portais *online*

A.3.26 No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais

Respostas em branco: 796.

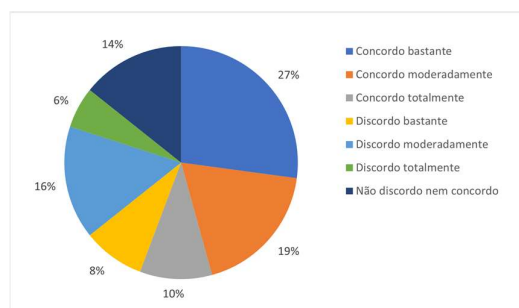


Figura A.69: No meu local de trabalho só não desenvolvemos mais projetos e não somos mais inovadores porque os horários não permitem e faltam pessoas e/ou recursos materiais

A.3.27 Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional

Respostas em branco: 793.

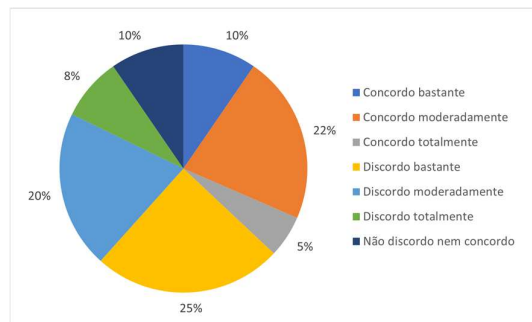


Figura A.70: Os outros jornalistas e eu somos reconhecidos quando realizamos trabalho jornalístico excecional

A.3.28 Sinto que o público não aprecia aquilo que faço

Respostas em branco: 794.

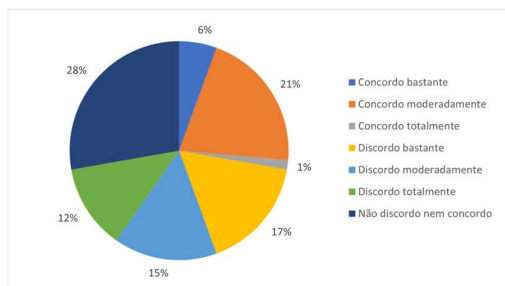


Figura A.71: Sinto que o público não aprecia aquilo que faço

A.3.29 Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde

Respostas em branco: 794.

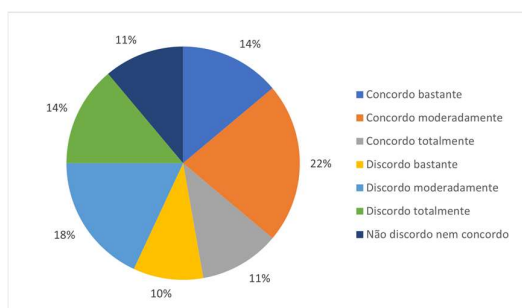


Figura A.72: Sinto que o trabalho afeta negativamente a minha saúde

A.3.30 Lido bem com a avaliação individual de desempenho

Respostas em branco: 793.

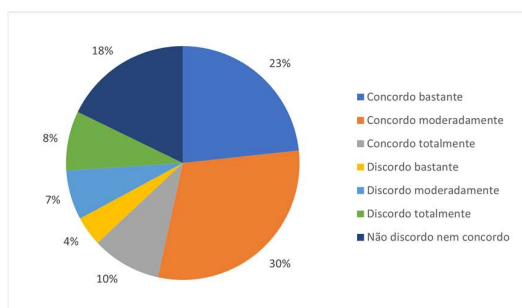


Figura A.73: Lido bem com a avaliação individual de desempenho

A.3.31 Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação

Respostas em branco: 797.

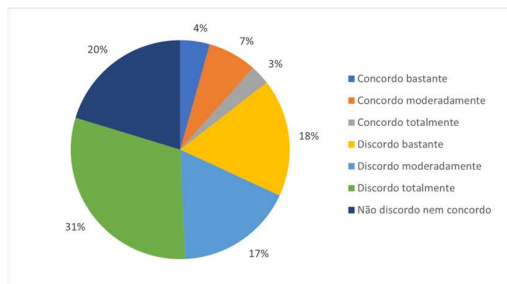


Figura A.74: Penso que o atual modelo de avaliação serve, de facto, para melhorar as condições do trabalho e a qualidade da informação

A.3.32 São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir

Respostas em branco: 798.

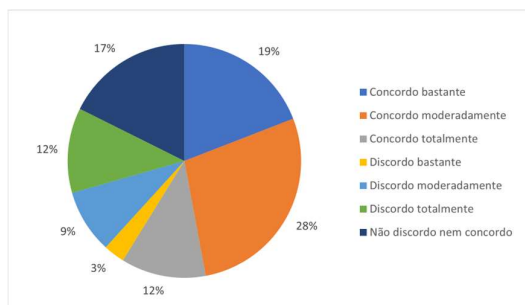


Figura A.75: São-me impostas obrigações relacionadas com o trabalho sem os recursos e/ou materiais adequados para as cumprir

A.3.33 Atualmente desfruto da vida com proveito

Respostas em branco: 795.

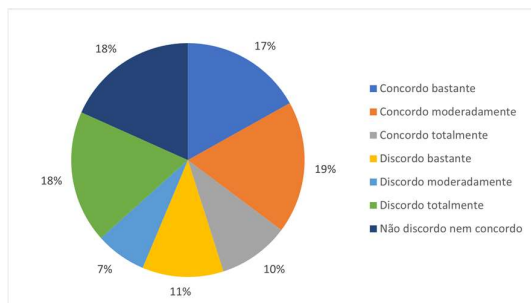


Figura A.76: Atualmente desfruto da vida com proveito

A.3.34 Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira

Respostas em branco: 793.

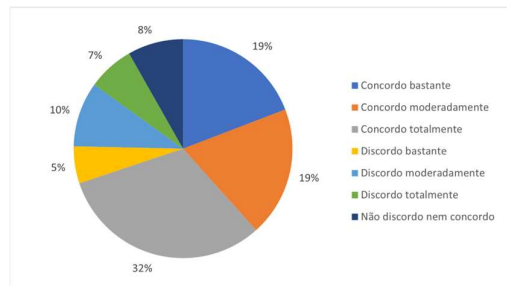


Figura A.77: Sempre voltaria a escolher a profissão de jornalista como carreira

A.3.35 Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão

Respostas em branco: 797.

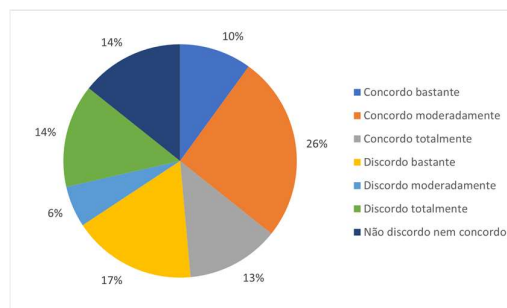


Figura A.78: Com frequência, sinto-me deprimido/a com a minha profissão

A.3.36 Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito

Respostas em branco: 796.

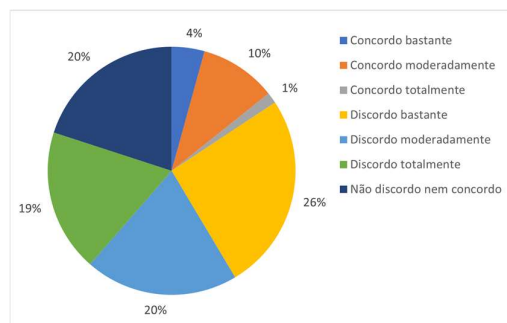


Figura A.79: Quando enfrento conflitos recebo o apoio de que necessito

A.3.37 Tenho tempo suficiente para debater temas de planejamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa

Respostas em branco: 796.

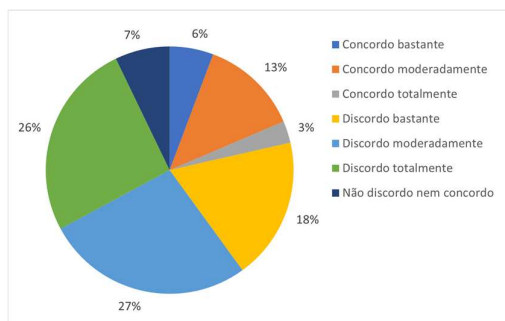


Figura A.80: Tenho tempo suficiente para debater temas de planejamento da cobertura jornalística e da produção noticiosa

A.3.38 Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável, e isso é um problema sério

Respostas em branco: 793.

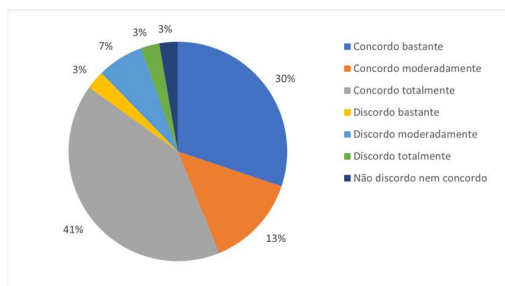


Figura A.81: Não há tantos jornalistas experientes, de outras gerações, como seria desejável, e isso é um problema sério

A.3.39 Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade

Respostas em branco: 797.

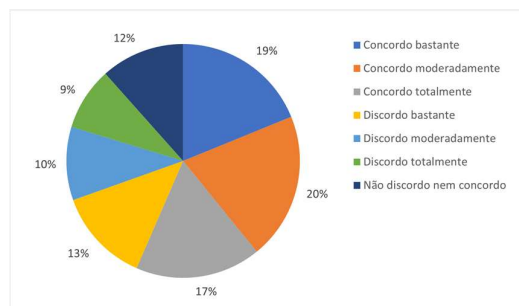


Figura A.82: Tenho muita responsabilidade, mas pouca autoridade

A.3.40 Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco

Respostas em branco: 800.

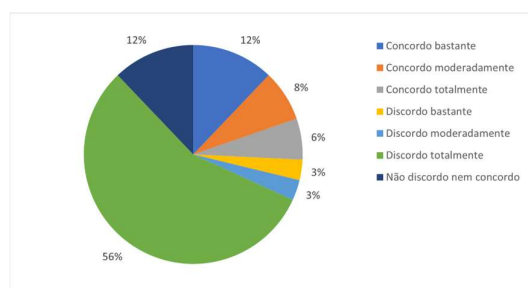


Figura A.83: Preocupa-me o meu atual consumo de tabaco

A.3.41 Preocupa-me o meu atual consumo de álcool

Respostas em branco: 800.

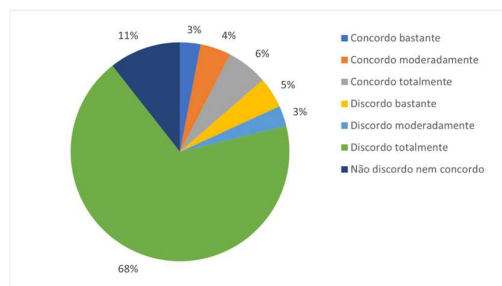


Figura A.84: Preocupa-me o meu atual consumo de álcool

A.3.42 Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos

Respostas em branco: 798.

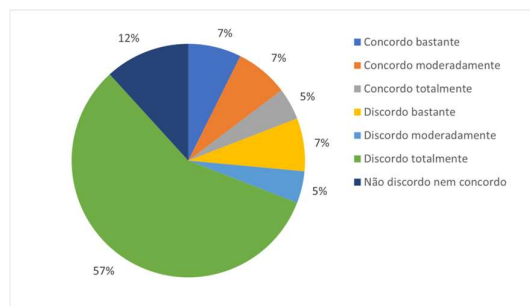


Figura A.85: Preocupa-me o meu atual consumo de medicamentos

A.3.43 Preocupa-me o meu atual consumo de drogas

Respostas em branco: 800.

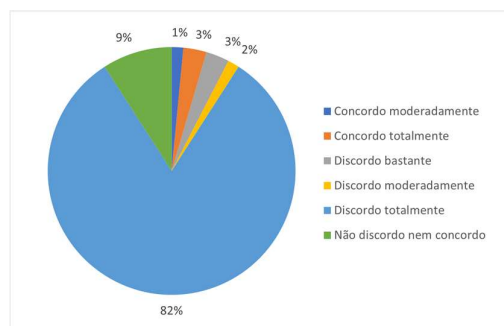


Figura A.86: Preocupa-me o meu atual consumo de drogas

A.3.44 Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional

Respostas em branco: 796.

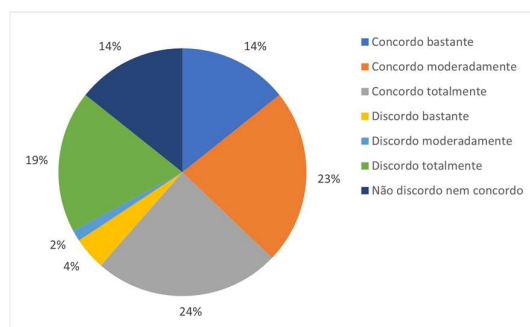


Figura A.87: Tenho sentimentos de insegurança em relação ao futuro profissional

A.3.45 Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma

Respostas em branco: 793.

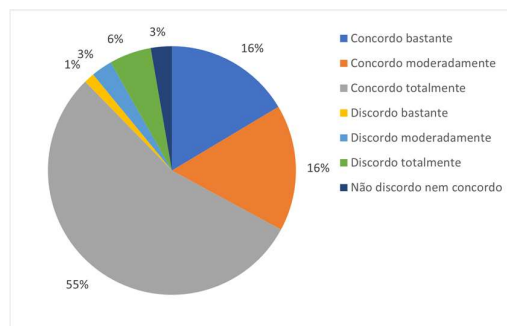


Figura A.88: Considero que as exigências da profissão justificam a existência de um regime específico de aposentação/reforma

A.3.46 Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida

Respostas em branco: 798.

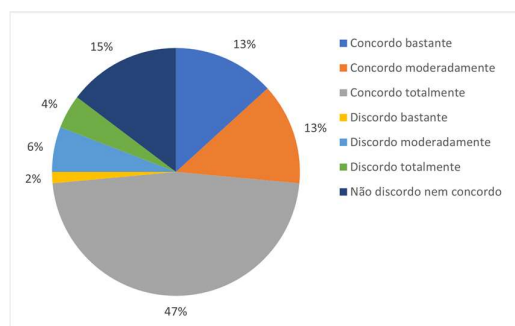


Figura A.89: Se não fosse tão penalizador no cálculo da pensão, aposentar-me-ia antes da idade legalmente exigida

A.3.47 A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar.

Respostas em branco: 795.

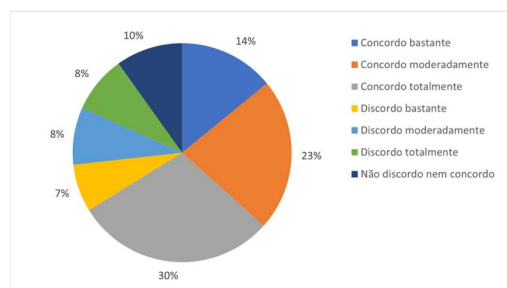


Figura A.90: A minha profissão dificulta a conciliação da vida laboral com a esfera privada e o planeamento familiar.

A.3.48 As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho

Respostas em branco: 793.

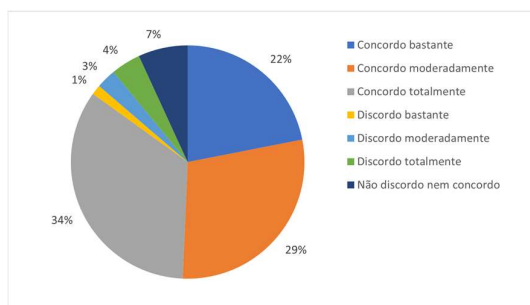


Figura A.91: As tecnologias de informação são fator de melhoria do trabalho

A.3.49 As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso

Respostas em branco: 793.

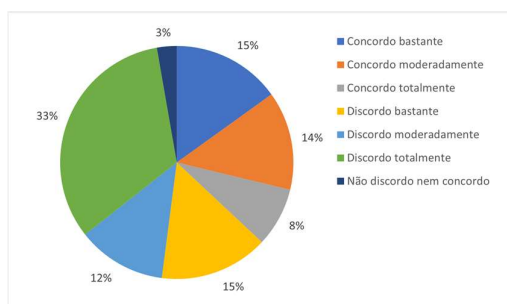


Figura A.92: As tecnologias de informação poderão substituir os jornalistas e este processo já está em curso

A.3.50 As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho

Respostas em branco: 793.

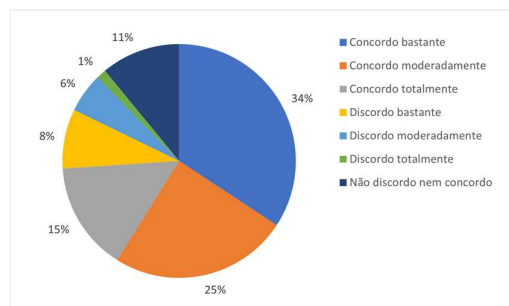


Figura A.93: As tecnologias de informação interferem na verificação dos factos, qualidade do texto e revisão do trabalho

A.3.51 A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico

Respostas em branco: 793.

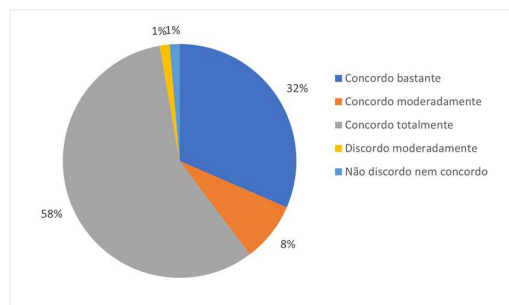


Figura A.94: A produção de conteúdos com finalidade de gerar lucros interfere no trabalho jornalístico

A.3.52 As práticas do *clickbait* e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos

Respostas em branco: 794.

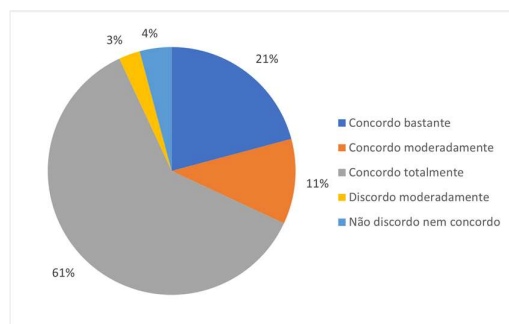


Figura A.95: As práticas do *clickbait* e da “caça-aos-likes” interferem nos critérios jornalísticos

A.3.53 É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem

Respostas em branco: 793.

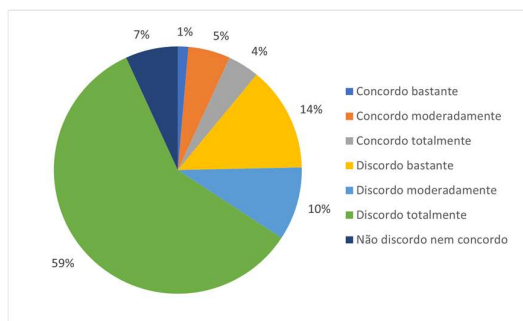


Figura A.96: É justo vincular o salário dos jornalistas à popularidade das peças que produzem

A.3.54 A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento

Respostas em branco: 794.

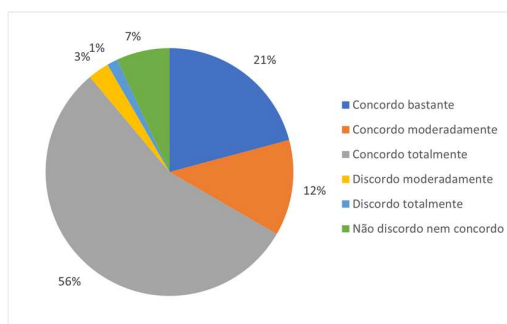


Figura A.97: A utilização de processos algorítmicos pode levar à deriva o jornalismo de referência e a um desvio da sua missão clássica de esclarecimento

A.3.55 As plataformas *online* colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo

Respostas em branco: 793.

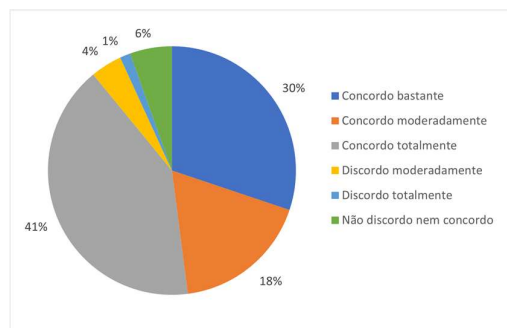


Figura A.98: As plataformas *online* colonizaram a forma de produzir, circular e consumir o jornalismo

A.3.56 A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/*fact-checking*, algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo

Respostas em branco: 795.

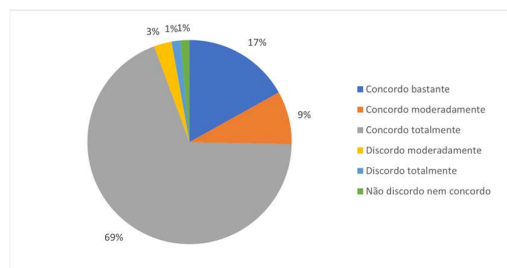


Figura A.99: A precarização da produção (ritmo de trabalho, ausência de verificação/*fact-checking*, algoritmização de material) afeta a imagem do jornalismo

A.3.57 Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?

Respostas em branco: 798.

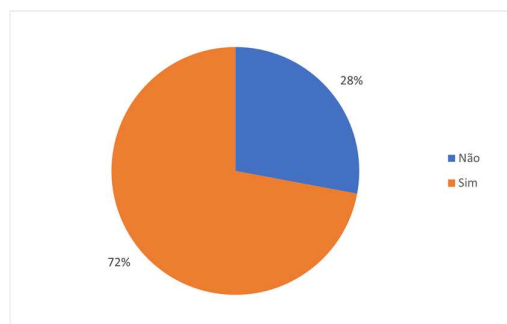


Figura A.100: Já foi forçado/a a alterar uma peça por orientação e/ou sugestão oriunda de ordem superior?

A.3.58 O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?

Respostas em branco: 803.

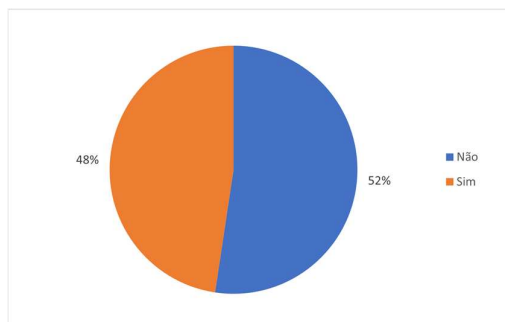


Figura A.101: O rigor e a qualidade são reconhecidos por parte da empresa?

A.3.59 A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?

Respostas em branco: 797.

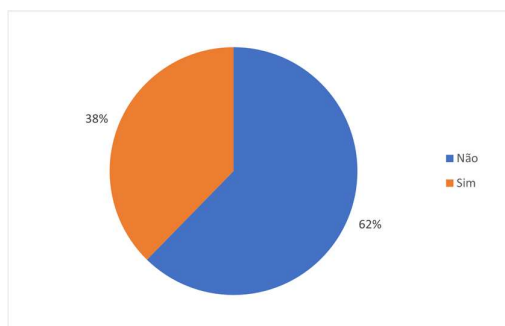


Figura A.102: A preocupação com a notoriedade do/a jornalista afeta o sentido do seu trabalho?

A.3.60 O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?

Respostas em branco: 800.

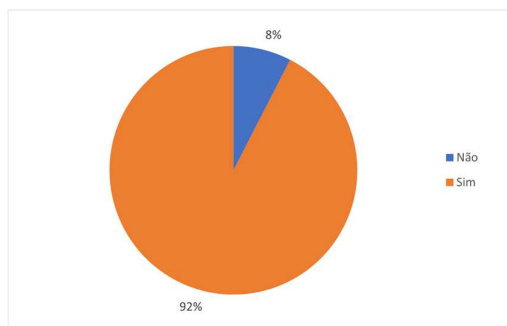


Figura A.103: O aumento no ritmo de produção das notícias acarretou mudanças visíveis na redação e na profissão?

A.3.61 Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?

Respostas em branco: 796.

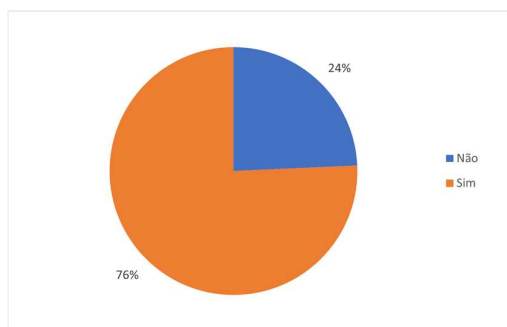


Figura A.104: Já se viu em situações de censura ou autocensura por motivações não jornalísticas (empresariais, políticas, etc.)?

A.3.62 O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?

Respostas em branco: 802.

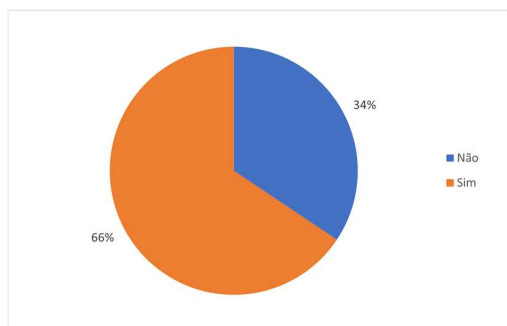


Figura A.105: O acesso às fontes já foi cerceado pelo Estado, pelo mercado ou por organizações da sociedade civil?

A.3.63 A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?

Respostas em branco: 797.

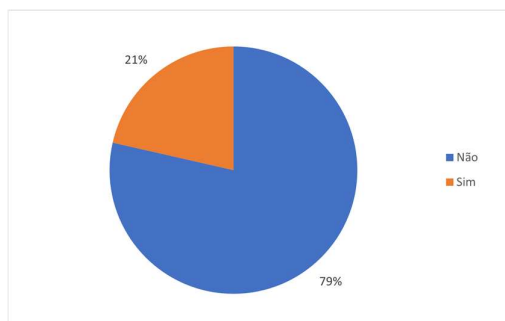


Figura A.106: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida em contexto jurídico ou institucional?

A.3.64 A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?

Respostas em branco: 799.

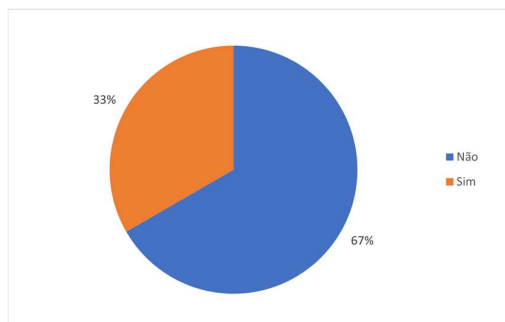


Figura A.107: A revelação das fontes já foi em algum momento pedida ou exigida pela hierarquia editorial?

A.3.65 Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?

Respostas em branco: 797.

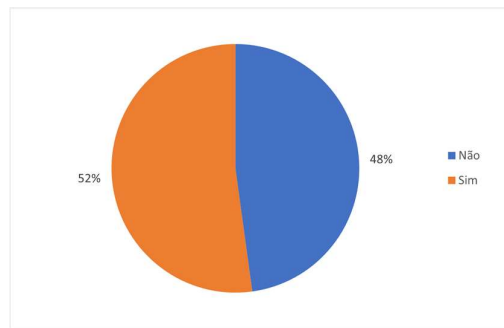


Figura A.108: Já se sentiu coagido/a a realizar alguma cobertura ou produzir alguma peça que afrontasse a sua ética jornalística?

A.3.66 As condições laborais, contratuais e socioeconómicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?

Respostas em branco: 797.

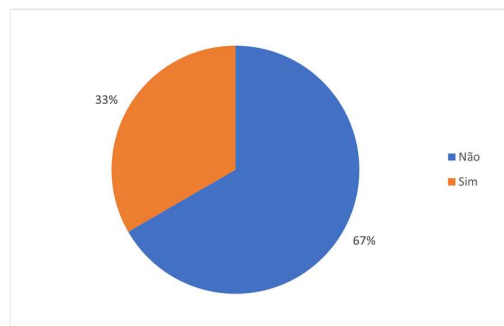


Figura A.109: As condições laborais, contratuais e socioeconómicas permitem a atuação com independência, integridade e segurança?

A.3.67 Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?

Respostas em branco: 800.

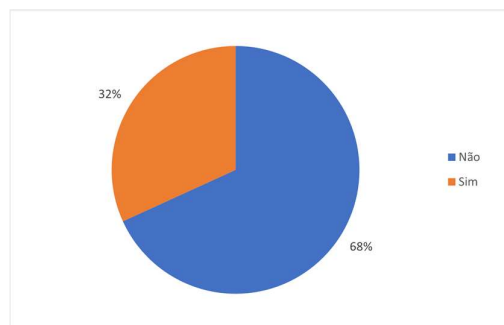


Figura A.110: Encontra apoio em alguma instância para debate de normas de conduta ou éticas?

A.3.68 Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?

Respostas em branco: 799.

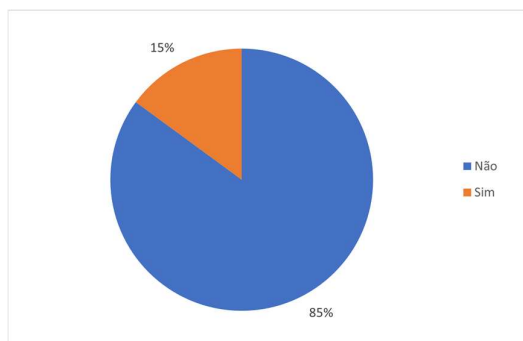


Figura A.111: Já acionou algum mecanismo coletivo de regulação para inquirir o jornalismo praticado no lugar onde trabalha?

A.3.69 Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa

Respostas em branco: 798.

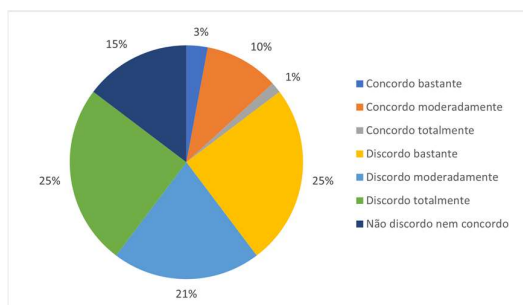


Figura A.112: Considero que a forma de recrutamento atual para a profissão é adequada e justa

A.3.70 Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas

Respostas em branco: 794.

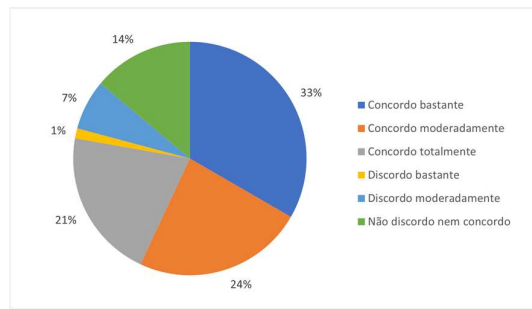


Figura A.113: Acredito que plenários participativos e o debate aberto e livre são o que constrói a democracia real nas organizações representativas

A.3.71 Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a *Jornalismo&Jornalistas* são essenciais para o nosso sector

Respostas em branco: 794.

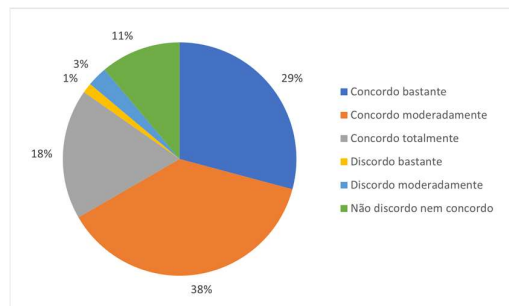


Figura A.114: Organizações como o Clube dos Jornalistas e revistas como a *Jornalismo&Jornalistas* são essenciais para o nosso sector

A.3.72 Sinto que iniciativas próprias do sindicato, como palestras, campanhas, inquéritos, etc., fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno

Respostas em branco: 794.

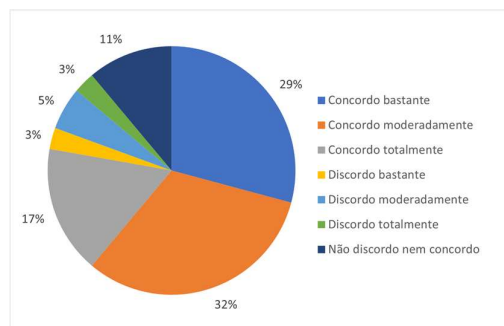


Figura A.115: Sinto que iniciativas próprias do sindicato, como palestras, campanhas, inquéritos, etc., fortalecem as causas dos seus associados junto da sociedade em geral e ainda nos auxiliam a compreender melhor a nossa própria realidade no terreno

A.3.73 O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho

Respostas em branco: 794.

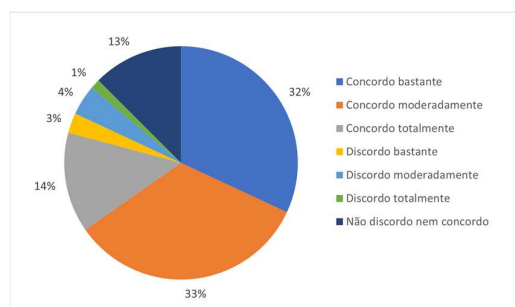


Figura A.116: O papel da organização fora do local de trabalho pode influenciar as condições de vida dentro do local de trabalho

A.3.74 Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector

Respostas em branco: 795.

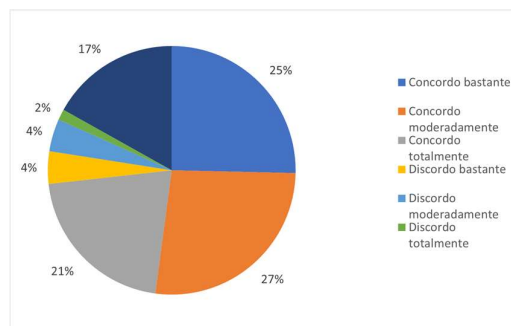


Figura A.117: Procurar a solidariedade com outros sectores de trabalhadores é muito importante para os profissionais deste sector

A.3.75 Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores

Respostas em branco: 795.

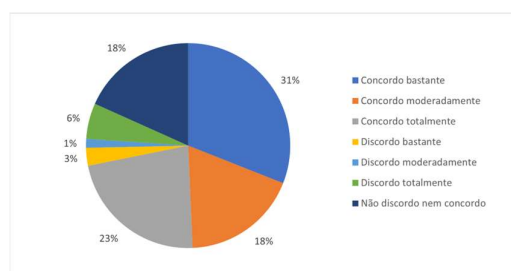


Figura A.118: Percebo que a constituição de fundos de greve/solidariedade em processos de luta é algo essencial para todos os sectores

A.3.76 O meu Conselho de Redação funciona bem, para todos os efeitos

Respostas em branco: 802.

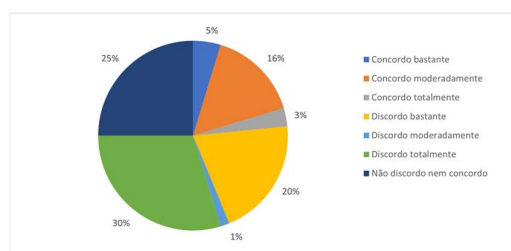


Figura A.119: O meu Conselho de Redação funciona bem, para todos os efeitos

A.3.77 A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental

Respostas em branco: 796.

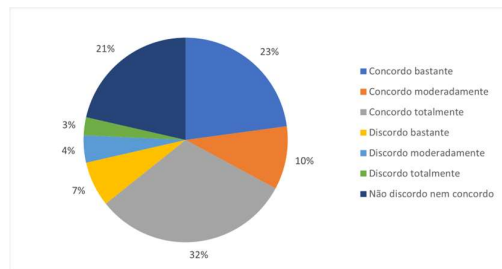


Figura A.120: A cláusula de consciência é um mecanismo regulador fundamental

A.3.78 Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?

Respostas em branco: 797.

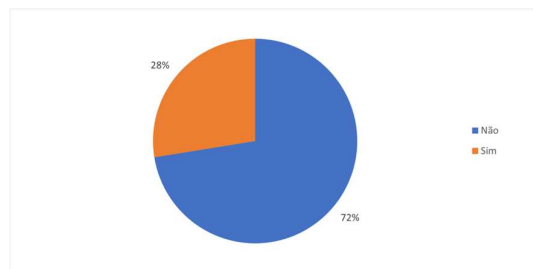


Figura A.121: Sente que tem problemas de saúde mental associados ao trabalho jornalístico?

A.3.79 Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?

Respostas em branco: 795.

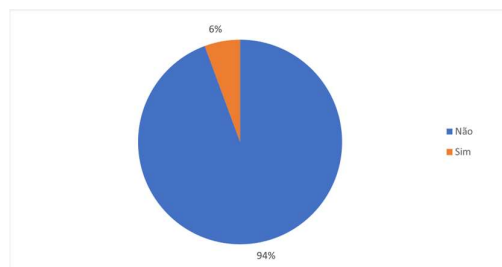


Figura A.122: Tem/teve acompanhamento psicológico após eventos traumáticos ou coberturas disruptivas (guerras, crises, catástrofes, etc.)?

A.3.80 Sofre de doenças crónicas?

Respostas em branco: 797.

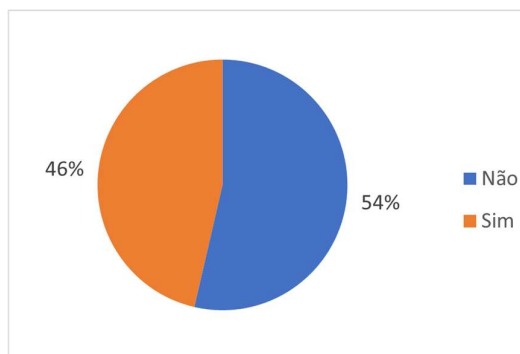


Figura A.123: Sofre de doenças crónicas?

A.3.81 De que doenças crónicas sofre? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 834.

Das 32 respostas afirmativas à pergunta anterior, não houve respostas em branco. Aqui encontra-se o número de vezes que cada opção foi escolhida.

Cardíacas	8
Oftalmológicas	8
Pulmonares	7
Neurológicas	4
Psicológicas	5
Gastroenterológicas	8
Osteoarticulares	5
Diabetes	3
Cancro	1
Imunológicas	1
Tensão arterial/coluna	1
Autoimune	1

Tabela A.22: De que doenças crónicas sofre? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

A.3.82 Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 799.

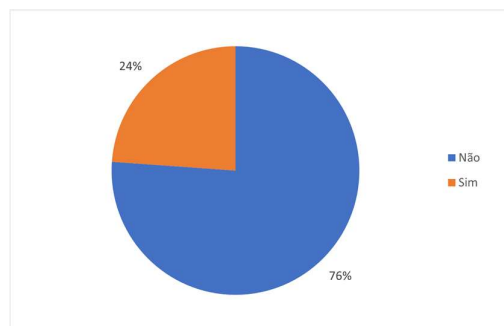


Figura A.124: Sofre de doenças que resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

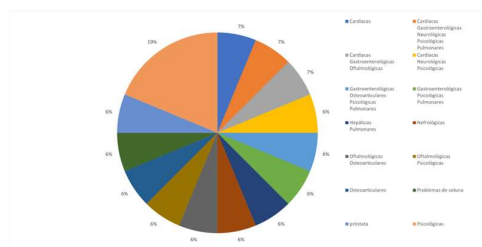
A.3.83 Indique que doenças resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho (Pode selecionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 850.

Aqui encontra-se o número de vezes que cada opção foi escolhida.

Cardíacas	4
Oftalmológicas	3
Pulmonares	4
Neurológicas	2
Psicológicas	8
Gastroenterológicas	4
Osteoarticulares	3
Nefrológicas	1
Problemas de coluna	1
Próstata	1
Nefrológicas	1
Hepáticas	1

Tabela A.23: Indique que doenças resultaram, por diagnóstico de um clínico, do desempenho da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho (Pode selecionar mais do que uma opção.)



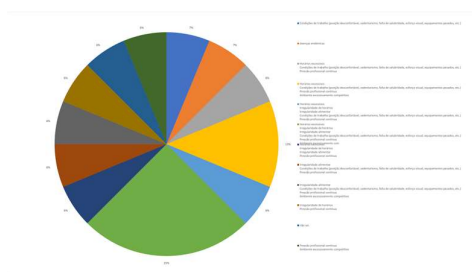
A.3.84 Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 850.

Aqui encontra-se o número de vezes que cada opção foi escolhida.

Horários excessivos	9
Condições de trabalho (posição desconfortável, sedentarismo, falta de salubridade, esforço visual, equipamentos pesados, etc.)	11
Irregularidade de horários	7
Irregularidade alimentar	8
Pressão profissional contínua	13
Ambiente excessivamente competitivo	4
Doenças endêmicas	1
Não sei	1

Tabela A.24: Quais as causas da(s) doença(s) resultante(s) da atividade profissional de jornalista no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?



A.3.85 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, o diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto laboral?

Respostas em branco: 850.

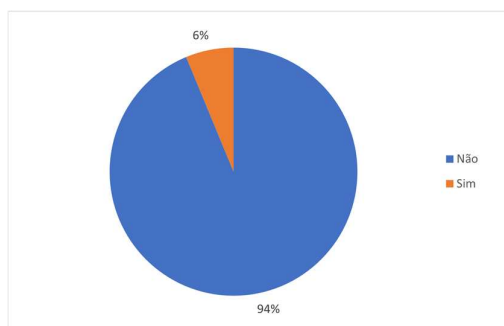


Figura A.125: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, o diagnóstico clínico teve consequências no seu contexto laboral?

A.3.86 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, as consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo: (Pode selecionar mais do que uma opção.)

Respostas em branco: 850.

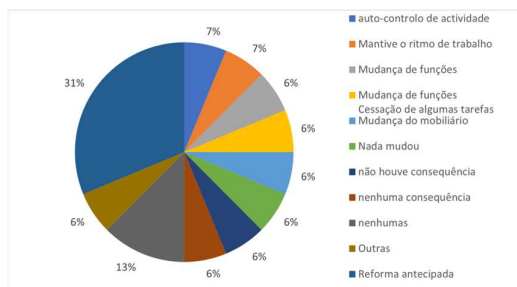


Figura A.126: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, as consequências do diagnóstico clínico foram, por exemplo: (Pode selecionar mais do que uma opção.)

A.3.87 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a sua assistência na saúde era tratada predominantemente em:

Respostas em branco: 794.

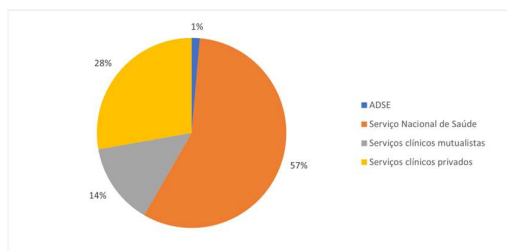


Figura A.127: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a sua assistência na saúde era tratada predominantemente em:

A.3.88 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a assistência na saúde da sua família era tratada predominantemente em:

Respostas em branco: 796.

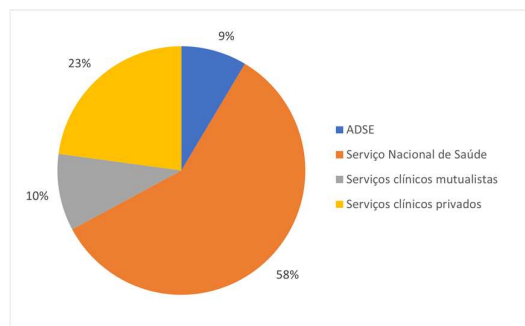


Figura A.128: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho, a assistência na saúde da sua família era tratada predominantemente em:

A.3.89 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha seguro de saúde?

Respostas em branco: 793.

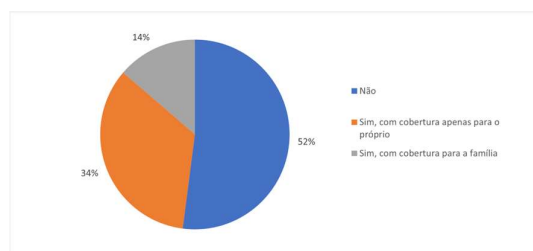


Figura A.129: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha seguro de saúde?

A.3.90 Quem pagava o seu seguro de saúde no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

Respostas em branco: 831.

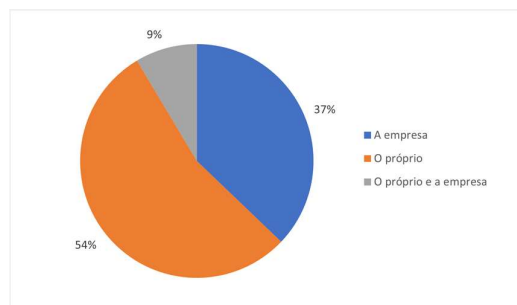


Figura A.130: Quem pagava o seu seguro de saúde no período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho?

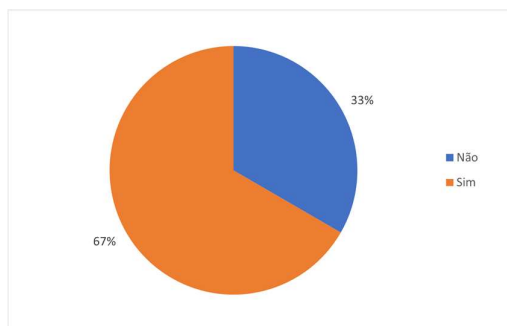


Figura A.133: A sua inscrição inicial na Segurança Social decorreu da atividade como jornalista e enquanto tal?

A.3.94 A inscrição inicial na Segurança Social foi com que profissão/atividade?

Respostas em branco: 862.

Total de respostas: 4.

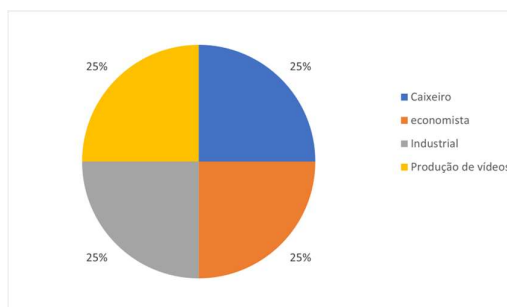


Figura A.134: A inscrição inicial na Segurança Social foi com que profissão/atividade?

A.3.95 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho estava a descontar para a Segurança Social?

Respostas em branco: 796.

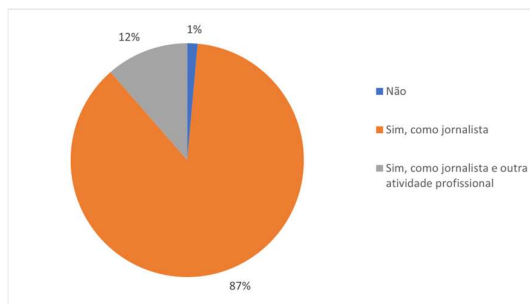


Figura A.135: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho estava a descontar para a Segurança Social?

A.3.96 Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?

Respostas em branco: 796.

1960-1969	2
1970-1979	12
1980-1989	23
1990-1999	25
2000-2009	7
2010-2019	1

Tabela A.25: Como jornalista, desde que ano desconta para a Segurança Social?

A.3.97 Como profissional de outra área (que não o jornalismo), desde que ano desconta para a Segurança Social?

Respostas em branco: 798.

1960-1969	3
1970-1979	12
1980-1989	12
1990-1999	3
2000-2009	3
2010-2019	1
Não se aplica	34

Tabela A.26: Como profissional de outra área (que não o jornalismo), desde que ano desconta para a Segurança Social?

Figura A.136: Desde que ano desconta para a Segurança Social como profissional de outra área (que não o jornalismo)? Ano

A.3.98 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho efetuou descontos por conta de outra atividade profissional que, na altura, cessou?

Respostas em branco: 800.

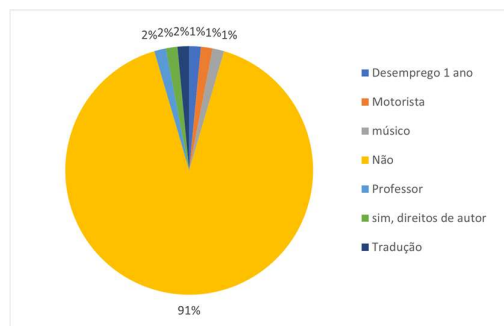


Figura A.137: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho efetuou descontos por conta de outra atividade profissional que, na altura, cessou?

A.3.99 No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?

Respostas em branco: 792.

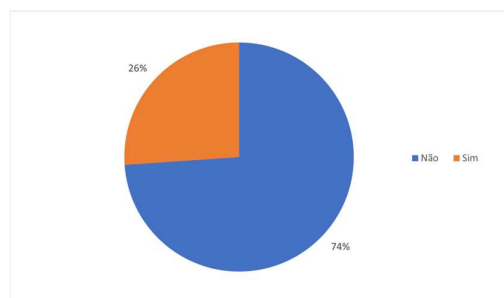


Figura A.138: No período que antecedeu a sua saída ou interrupção do trabalho tinha algum plano de poupança ativo destinado especificamente a complementar a sua reforma da Segurança Social?

A.3.100 A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:

Respostas em branco: 858.

Total de respostas: 8.

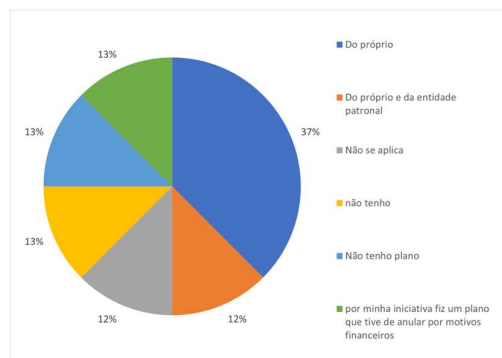


Figura A.139: A iniciativa da constituição do seu plano de poupança para a reforma partiu:

A.3.101 Desde quando tinha esse plano de poupança?

Respostas em branco: 863.

Total de respostas: 3.

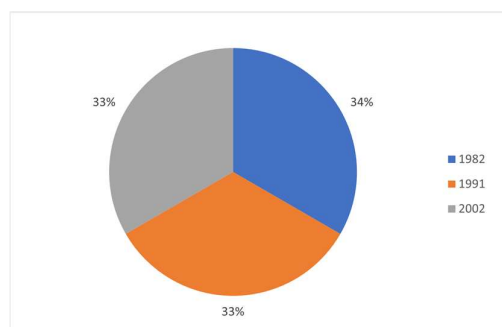


Figura A.140: Desde quando tinha esse plano de poupança?

A.3.102 A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:

Respostas em branco: 858.

Total de respostas: 8.

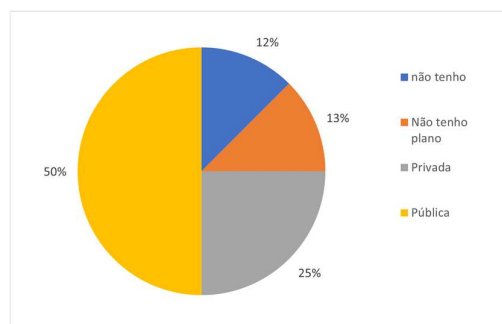


Figura A.141: A entidade responsável pela gestão do seu plano de poupança para a reforma é/era:

A.3.103 O seu plano de poupança para a reforma é/era de:

Respostas em branco: 861.

Total de respostas: 5.

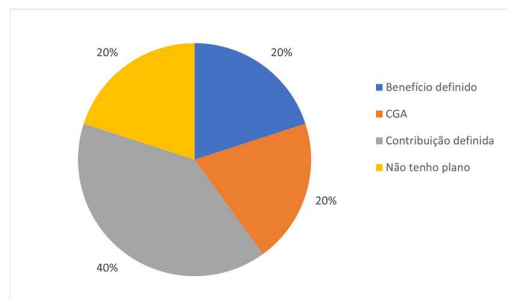


Figura A.142: O seu plano de poupança para a reforma é/era de:

A.3.104 O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como desemprego, acidente, deficiência?

Respostas em branco: 851.

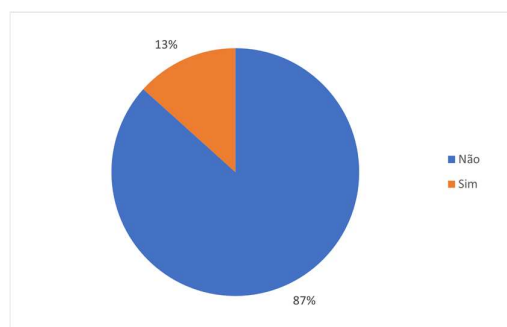


Figura A.143: O seu plano de poupança para a reforma cobre ou cobriu também outras situações como desemprego, acidente, deficiência?

A.3.105 Que outras situações especificamente? (Pode seleccionar mais do que uma opção.)

Das 2 respostas afirmativas à questão anterior, ambos responderam à pergunta atual.

Anexo:
Reflexões sobre o trabalho dos jornalistas

O trabalho híbrido dos jornalistas e as reificações do capitalismo comunicativo

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Resumo: O trabalho híbrido surge como nova modalidade para muitos jornalistas. Este artigo busca refletir sobre como as engrenagens digitais do capitalismo comunicativo invadem as esferas de produção e reprodução da vida dos jornalistas em escala global, demonstrando como formas de trabalho à distância, consolidadas no laboratório pandêmico de experiências tecnológicas, intensificam processos de reificação na vida quotidiana dos trabalhadores. O encontro entre a atividade produtiva reificada e o consumo fetichista parecem dar-se as mãos no território digital do metabolismo do capital. O trabalho híbrido dos jornalistas expressa as contradições desse consórcio.

Introdução

De natureza teórico-conceitual, este artigo procura refletir sobre como as engrenagens digitais do capitalismo invadem as esferas de produção e reprodução da vida dos jornalistas à escala global, demonstrando como formas de trabalho à distância, consolidadas no laboratório pandêmico de experiências tecnológicas, intensificam processos de reificação na vida quotidiana dos trabalhadores – atualizadas na fusão entre vida laboral, espaço domiciliar e tempo livre. Adota-se neste estudo a perspectiva crítico-dialética, posto que o materialismo histórico nos conduz a investigar as mediações de uma totalidade social e, assim, compreender concretamente as mudanças estruturais pelas quais passa o trabalho dos jornalistas. A abordagem metodológica segue os apontamentos de Mészáros (2009, p. 261) no sentido de atender a duas condições: esmiuçar as determinações objetivas do arcabouço estrutural dado na sociedade, com as suas contradições e antagonismo predominantes, e a indicação dos traços gerais da alternativa hegemónica do trabalho à ordem estabelecida.

O trabalho híbrido será possivelmente a modalidade imperante para muitos jornalistas. Segundo um relatório do Instituto Reuters (Cherubini, Newman e Nielsen, 2021) o trabalho híbrido, que soma formas remotas e presenciais, será a tônica nas redações para os próximos anos. A pesquisa entrevistou 132 líderes da indústria de notícias de 42 países e a grande maioria deles (89%) disseram ser favoráveis ao trabalho flexível e híbrido. Apenas 9% das organizações de notícias planeiam remover o trabalho remoto e retornar ao modelo de produção anterior à pandemia de Covid-19. O trabalho híbrido é a modalidade que alterna dias no escritório e dias em casa. Ele surge como o modelo das redações do futuro e já foi adotado por organizações como o maior grupo britânico de *media*, o Reach.

Figaro *et al* (2021, p. 85), num estudo com 994 trabalhadores da comunicação de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, mostrou que o *home office* traz questões controversas, isso porque

mesmo com a aceitação da modalidade de trabalho à distância, “registam-se inúmeros senões – entre os mais salientados, os adoecimentos por *stress*, cansaço mental e o aumento do custo para o trabalho, visto que as empresas não supriram o necessário para a realização das tarefas”. O teletrabalho, o trabalho híbrido, remoto, domiciliar, mediados por tecnologias de informação e comunicação, já é uma realidade para um grande conjunto de trabalhadores. A pesquisa do Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021 (Lima, Mick, *et al*, 2022) revelou que 45,7% dos trabalhadores concordaram que levavam trabalho para casa com frequência. A flexibilização, informalidade e a consequente explosão de formas de regulação, bem como a corrosão de direitos, colocam a precariedade do trabalho jornalístico em novos patamares de intensidade.

As transformações nas modalidades de trabalho que afetam os trabalhadores da produção noticiosa são parte das mudanças advindas da expansão da plataformização do trabalho (Grohmann, 2020), que agudiza a subsunção do trabalho em bases que estão a formar-se há décadas e se materializam na economia digital, num modelo com traços de uberização (Abílio, 2017), cujos cruzamentos atravessam também as esferas de circulação e distribuição dos produtos. Com o embaralhar das esferas produtivas e reprodutivas, hibridização do tempo de trabalho e tempo livre, amálgamas entre lazer, consumo e produção, o cotidiano e as relações sociais são escalonados pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). O trabalho híbrido configura-se como epifenómeno do *modus operandi* do sistema de metabolismo social do capital, que coloniza a comunicação humana nas suas engrenagens tecnológicas. Ele adequa-se a um novo momento da exploração do trabalho, que torna o jornalista um nanoempresário de si mesmo, “permanentemente disponível para o trabalho” (Abílio, 2017, p. 2).

Capitalismo comunicativo

A noção de capitalismo comunicativo de Jodi Dean (2021) fornece-nos um escopo amplo para pensarmos como as plataformas presentes no território digital erigem relações comunicacionais de produção e consumo, redefinindo as formas de trabalho e arquitetando e extraindo valor da complexificação dos dispositivos da vida quotidiana, baralhando as práticas de produção e reprodução da vida. O capital subsumiu as formas comunicacionais, explorando e expropriando cada conectividade, atividade e relações humanas desenvolvidas no interior das tecnologias da informação. “O capitalismo comunicativo subsume tudo o que fazemos. Ele transforma não só as nossas interações mediadas, mas todas as nossas interações, em matéria-prima para o capital” (Dean, 2021, p. 122).

Mais do que aderir às diversas adjetivações do capitalismo, seja pandémico, comunicativo, digital,

de catástrofe, ou outra nomenclatura que tente destacar algum momento predominante do complexo processo da sua dominação social, acreditamos que a questão comunicacional destacada não elimina a dinâmica de luta de classes, por vezes invisibilizada na percepção geral do senso comum sobre as suas engrenagens.

Ao mesmo tempo, dadas as mudanças no local de trabalho associadas ao uso ampliado da tecnologia, flexibilização, precarização, e, conseqüentemente, o declínio dos sindicatos, não podemos esperar que a luta de classes no capitalismo comunicativo se dê exclusivamente ou mesmo primordialmente em locais de trabalho definidos de maneira clara. A produção comunicativa em si acontece em todo o campo social. Que uma luta não tome a forma de uma luta clássica no lugar de trabalho, por outras palavras, não significa que não seja uma luta de classes (Dean, 2021, p. 5).

A automação disseminada nos processos produtivos de bens e serviços causa dissonâncias profundas na ordem mundial, e o capitalismo reforça formas de precariedade e de produção de um exército de reserva ampliado (Marx, 2017) que já sinaliza um problema estrutural, denominado por Mészáros (2002) como desemprego crônico. A plataformização das relações sociais edifica a datificação como lógica contábil que conduz a oferta singular de produtos, serviços, mas também preferências, perfis favoritos, afetos... A incontrollabilidade do capital (Mészáros, 2002) encontra no irracionalismo ideológico das redes um aliado para a sua produção e reprodução contínua e ampliada. Assim, não há como escapar a esse círculo vicioso “(...) sem compreender a natureza precisa da circularidade objetiva do sistema do capital e, como capital personificado, confronta e domina o trabalho vivo, como trabalho objetivado e alienado, torna-se capital e, como capital personificado, confronta e domina o trabalho (...)” (Mészáros, 2009, p. 227).

A tendência não é nova, a base técnica do sistema capitalista tem-se desenvolvido nas últimas décadas e se articulado com os movimentos de globalização do capital, as novas formas de gestão do trabalho e a financeirização irrefreável da economia (Harvey, 2018). A rotação do capital, que vai da produção e circulação ao consumo de mercadorias, é acelerada, comprimindo as temporalidades e dilatando os espaços territoriais (Bensaïd, 2008). “Economias de aglomeração e configurações eficientes de redes de transporte e comunicações desempenham papéis chave na redução de tempos de circulação e na retenção de uma maior quantidade de mais-valias para o capital” (Harvey, 2018, p. 133). O capital desenha o território físico e as relações espaciais adequando-os ao seu imperativo, buscando atender aos seus impulsos e necessidades tanto na produção quanto no consumo, só que ao contrário da destruição produtiva, a sua *causa sui* incontrollável torna-se, na paisagem contemporânea, uma produção destrutiva (Mészáros, 2002). Como diz Antunes (2012), as transformações no plano da organização sociotécnica produziram a reterritorialização e desterritorialização da produção,

modificando a divisão internacional do trabalho e do capital. Assim, acreditamos que a transformação tecnológica e organizativa que movimenta a economia global digitalizada é “endógena e inerente ao capital, e não exógena e acidental” (Harvey, 2018, p. 126).

A análise da maquinaria por Marx (2017) mantém-se atual, o território digital compreende e engendra um sistema amplo de cooperação complexa, visto que a figura do trabalhador coletivo ganha uma expressividade ampliada. “A maquinaria (...) só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (p. 459). A fragmentação parcelar de atividades converte-se na tônica da produtividade capitalista no século XXI, chocalhando as possibilidades múltiplas de divisão do trabalho e extraíndo mais-valia de uma morfologia complexa e heterogênea de forças de trabalho disponíveis nas infovias comunicacionais. É o trabalho vivo explorado e “sugado” pelo trabalho morto concentrado no capital constante, como resumiu tão bem Marx (2017) em *O Capital*.

O capitalismo comunicativo captura, privatiza e tenta monetizar a substância social sem esperar pela sua cristalização em produtos do trabalho. Ele não depende da coisa-mercadoria [*commodity-thing*]. Ele explora diretamente a relação social no cerne do valor. As relações sociais não têm de tomar a forma fantástica de mercadoria para gerar valor para o capitalismo. Através das tecnologias de informação e comunicação personalizadas em rede, o capitalismo encontrou uma maneira mais direta de se apropriar do valor (DEAN, 2021, p. 121).

Trabalhadores da informação (Neveau, 2010) como os jornalistas foram aviltados no período da pandemia por uma experiência em larga escala voltado para testes de eficácia com teletrabalho, trabalho remoto, no âmbito domiciliar. As formas de *media* em rede, e circulações informativas em comunicações globais são fundamentais para a ordem de produção, circulação e consumo de bens, pois “(...) a comunicação fornece o recurso para acumulação, funciona como meio de acumulação e trabalha como uma ferramenta para acumulação (para mineração e processamento de dados comunicativos)” (Dean, 2021, s.p.). A acumulação de capital absorve coágulos de trabalho vivo na sua materialidade, “(...) inserindo-os no tempo social médio de um processo de trabalho cada vez mais complexo” (Antunes, 2018, p. 92).

Dean (2022) aponta que os *smartphones* articulam engrenagens de trabalho precário, com pessoas proletarizadas a produzir informações para o capitalismo comunicativo. Enquanto alguns partilham dados, os oligopólios das *big techs* juntam fortunas. São formas de trabalho penoso, não pago, pago, que constituem, independentemente da sua aparência imediata, um circuito de exploração.

O conceito de “circuitos de exploração” permite-nos reconhecer as redes de comunicação como redes de exploração que conectam o trabalho comunicativo realizado de ponta a ponta no campo social. Sob o regime do capitalismo comunicativo, a maior parte de nós não consegue evitar produzir para o capitalismo. As nossas atividades comunicativas básicas estão inseridas em circuitos como matéria-primas para a acumulação de capital (Dean, 2022, p. 31).

Como diz Harvey (2018), algumas práticas de trabalho na economia digital não se diferenciam muito do sistema doméstico de subcontratação do início da manufatura têxtil da Inglaterra do final do século XIX, com pequenas oficinas no espaço do lar. Nada muito distante também das costureiras da Zona Leste da cidade de São Paulo, dos imigrantes bolivianos que realizam trabalhos parcelares para a produção de roupas, em geral liderados por proprietários de meios de produção coreanos... Tecnologia do século XXI combinada com condições de trabalho do século XIX.

Quotidiano e reprodução: reificações

A explosão do espaço do trabalho coloca a residência como um átomo da “fábrica” digital de produção, circulação e consumo de conteúdos, reposicionando a vida produtiva e reprodutiva como reféns da acumulação capitalista acelerada. “O capitalismo comunicativo inclui tudo o que fazemos. Transforma não apenas as nossas interações mediadas, mas todas as nossas interações, em matéria-prima para o capital” (Dean, 2014, p. 6).

O território digital expressa um complexo tecnológico hegemônico pelas *big techs* de Silicon Valley que agrega a produção e reprodução social, operadas via controle algorítmico – que forja os fluxos para a circulação e gestão das expressões vitais da sociedade capitalista. Trata-se de um espaço contraditório que estrutura de forma reticular a perspectiva centrífuga do capital, congregando a heterogeneidade de formas de vida e trabalho nas suas estruturas físicas e virtuais. O território digital arquiteta a circulação de mercadorias, das trocas informativas, mas também das relações sociais e espaciais, visto que atua fortemente sobre a materialidade física das mediações entre humanidade, natureza e espaço territorial. No seu interior, percebe-se que nesse novo campo da luta de classes há o domínio do capitalismo financeiro, da ideologia neoliberal, do irracionalismo e da barbárie social e afetiva da humanidade, o que leva a ação das classes dominantes a novos patamares. É a turbificação do “capitalismo manipulatório” (Lukács, 2013) num campo delimitado tecnologicamente, responsável por aglutinar controle, vigilância, captura e indução de comportamentos, voltados unicamente para a reprodução ampliada do capital.

Como a substância do ser social só existe em função da sua reprodução ininterrupta, isso significa que as mutações e renovações trazidas pelo território digital intensificam quantitativa e

qualitativamente os traços dessa substância. Com o avanço do capitalismo comunicativo nos meandros da esfera reprodutiva, o cotidiano passa a ser atravessado pelas suas articulações. O trabalho híbrido mediado por plataformas digitais reescala, mas também explora a energia viva da esfera cotidiana. Isso porque, segundo Heller (2008), é nela que se dá a organização do trabalho e da vida privada, local do lazer, de atividades reprodutivas, esfera particular de condução da repetitividade dos atos necessários à garantia da vida social. Os afazeres mais triviais da existência povoam esse espaço. Mas no sistema do capital o irracionalismo incide nos atos singulares dos homens e impregna o seu cotidiano, local em que “a reificação emerge com clareza como potência socioideológica, inconscientemente criada pelo homem e que, todavia, tem sobre ele um domínio prático-objetivo” (Lukács, 2013, p. 729).

A mercantilização de todos os poros da vida social é uma característica do sistema de metabolismo do capital, mas com o cruzamento de tecnologias digitais que mesclam e hibridizam produção e reprodução, lazer e trabalho, entretenimento e dever, obscurecendo essas heterogeneidades, vemos uma ampliação do capital na constituição do microcosmo doméstico. Lukács percebe uma “(...) tendência que abrange toda a expressão social no sentido de amarrar o homem à sua particularidade, de fixá-lo definitivamente nela, de glorificar esse nível do ser como o único realmente existente e simultaneamente o único desejável enquanto grande conquista social” (2013, p. 716).

O avanço do trabalho híbrido coloca a casa como o espaço produtivo (que disputa o tempo livre com as atividades reprodutivas) construído no território digital do capitalismo comunicativo, meta-universo comandado pelas *big techs* que cristaliza a vida social nas amarras da incontrollabilidade do capital. O capitalismo comunicativo absorve e potencia a reificação cotidiana, alterando a percepção do trabalhador, cada dia mais aviltado pelo autogerenciamento subordinado (Abílio, 2017) e pela ideologia individualista do homem-empresa. “A vida digital articula-se, difunde-se e naturaliza-se como mercado *full time*, no qual os indivíduos-mercadorias são empreendedores de si mesmos e ao mesmo tempo a principal mercadoria a ser comercializada” (Lira, 2022, p. 113). Vale a pena lembrar que o fetiche, tabu inquestionável, coloca o estranhamento como um “sistema aparentemente inexpugnável de ideias e sentimentos que apresenta essa condição como definitiva para os homens, como passível de aperfeiçoamento somente pelo desenvolvimento imanente” (Lukács, 2013, p. 727). É como se a maquinaria informacional se enredasse nos estranhamentos típicos da vida cotidiana, como a ultrageneralização, o pragmatismo, o economicismo, a analogia precária, os juízos provisórios, entre outros comportamentos (Heller, 2008) e agora os expandisse em progressão geométrica nas suas infovias supervisionadas. Ao mesmo tempo que os algoritmos perseguem as possíveis lucratividades do trabalho vivo, ele também potencia os estranhamentos que se manifestam

no cotidiano, ampliando uma ofensiva do capital contra possíveis formas de resistência. Além disso, o metabolismo reinante em tramas digitais coloniza o tempo livre e transforma-o em mercadoria. Os estranhamentos aparecem como “(...) um processo socialmente condicionado com os seus espelhamentos na cabeça dos homens que, em consequência da própria reificação, impedem o acesso até às possibilidades de um conhecimento verdadeiro” (p. 728). O cotidiano estranhado no capitalismo comunicativo centraliza o trabalho híbrido dos jornalistas e será um grande obstáculo para uma vida plena de sentido.

As consequências dessa aceleração da estrutura da vida quotidiana na esfera do trabalho (desenvolvida cada vez mais no seu bojo) parecem abrir ainda mais o flanco da subjetividade para reificações ideologicamente norteadas pelo irracionalismo. Lukács (2013) trata da ampla difusão no espaço e no tempo e dos profundos efeitos da reificação como “(...) categoria mediadora do estranhamento, sobretudo porque as conexões que vêm à tona nesse processo são apropriadas para continuar a concretizar a essência e a ação da esfera que definimos como a ontologia da vida quotidiana” (p. 688).

O intercâmbio entre os seres humanos com a natureza e também entre si são capitaneados por aquilo a que Mészáros (2002) chama mediações de segunda ordem do capital, estruturalmente antagônicas ao trabalho e sempre alienantes das potencialidades humanas. Essas mediações

(...) constituem um sistema perversamente interbloqueado por reificações materiais e institucionais – a conversão incontrollável das relações sociais em coisas e das próprias coisas alienadas/objetificadas em relações sociais veladamente opressivas –, o qual, nas suas implicações definitivas, prefigura a destruição da natureza (e obviamente dos indivíduos humanos com ela) no interesse da dominação fetichista da quantidade expansionista sobre a qualidade que poderia significativamente emergir da necessidade humana genuína (Mészáros, 2009, p. 298).

O encontro entre a atividade produtiva reificada e o consumo fetichista parecem dar-se as mãos no território digital do capitalismo comunicacional. O trabalho híbrido dos jornalistas expressa as contradições desse consórcio, o que não significa um destino inexorável.

(...) os estranhamentos, por um lado, são produto de leis económicas objetivas de cada formação concreta, podendo, portanto, ser aniquilados somente pela atividade objetiva – espontânea ou consciente – das forças sociais, mas, por outro lado, a luta dos homens singulares para suprimir os seus próprios estranhamentos pessoais não precisa de permanecer no plano de uma mera atividade pessoal singular socialmente irrelevante, mas pode converter-se numa atividade cuja influência potencial sobre o movimento da sociedade como um todo pode adquirir, sob certas condições, um peso objetivo considerável (Lukács, 2013, p. 777).

Reflexões finais

A questão que se coloca é se o indivíduo “cria a sua própria vida, a sua própria personalidade, ou se atribui poderes transcendentais à decisão sobre esse complexo vital” (Lukács, 2013, p. 744). O capitalismo comunicativo manifestado no território digital que penetra no cotidiano do jornalista em trabalho híbrido parece ter colossais recursos a seu favor, no sentido de operar o confinamento manipulatório dos sujeitos sociais numa particularidade reificada. Por outro lado, o fetiche da tecnologia libertária espalha-se pela esquerda, acreditando ser possível humanizar o capitalismo sem modificar as bases orgânicas constitutivas do sistema de produção capitalista.

Mais do que promover um novo estágio de exploração do trabalho, com ampliação das jornadas de trabalho, corrosão de direitos, perda de estatuto profissional, transferência de riscos e custos, ataque à saúde física e mental, a economia digital cria um território digital que conecta (avançando sobre o tempo livre e o espaço doméstico) as atividades de produção e consumo. O trabalho híbrido sedimenta a esfera do cotidiano como eixo da produção no capitalismo comunicativo, amalgamando a reprodução social com as tarefas laborais. Flexível, flutuante, o tempo livre é colonizado pela agenda neoliberal, e o cotidiano enfrenta formas de reificação jamais vistas. Os trabalhadores são obrigados a engajar-se na sua própria produtividade, vendo-se como “parceiros” flutuantes que trocam força de trabalho por algum tipo de rendimento. O resultado é o enfraquecimento do poder de enfrentamento dos jornalistas, com a consequente perda do seu potencial transformador.

A reificação que organiza a experiência da classe trabalhadora naturaliza a perda de sentido e consolida a descrença nas transformações sociais necessárias. Há um estranhamento que, mais do que impedir a compreensão do papel histórico do trabalho numa direção emancipatória, produz formas de sociabilidade e até mesmo de rebeldia distantes da frente contra o capital. Os movimentos fascistas, militarizados, e os fundamentalismos religiosos violentos ganham progressão geométrica nas infomédias irracionais das redes.

A síntese que Harvey (2018) faz sobre os sete momentos da totalidade do capitalismo, cujo motor é a circulação do capital, parece apontar para pontos importantes para a estratégia humanista de combate às mediações de segunda ordem: tecnologias, relação com a natureza, relações sociais, modo de produção material, vida quotidiana, concepções espirituais e estruturas institucionais. Alguns deles foram aludidos neste artigo, de forma articulada. Os desenvolvimentos nesses eixos podem conduzir a totalidade para outra direção. Afinal, a “(...) revolução é um processo contínuo de movimentos que percorre cada um dos diferentes momentos” (p. 117).

Arrastados pela avalanche do *home office*, os jornalistas devem mirar na reordenação do cotidiano numa ação moral e política que busque alicerçar na escala da reprodução social (cuja esfera

quotidiana absorve as atividades laborais) uma subjetividade política capaz de organizar coletivamente outro motor económico, naquilo a que Mészáros (2002) acertadamente chama a alternativa hegemónica do trabalho contra o sistema de metabolismo social do capital.

Bibliografia

Antunes, R. (2012). A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. *Nueva Sociedad*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>

Antunes, R. (2018) *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo.

Bensaïd, D. (2008). *Os irredutíveis*: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo.

Cherubini, F., Newman, N., Nielsen, R. K. (2021). *Changing Newsrooms 2021*: hybrid working and improving diversity remain twin challenges for publishers, Reuters Institute Report.

Dean, J. (2021). *Capitalismo comunicativo e a forma revolucionária*. Blog da Boitempo, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/15/capitalismo-comunicativo-e-a-forma-revolucionaria/> .

Dean, J. (2021). Capitalismo comunicativo e luta de classes. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*, 0(61), 115-138. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46542>

Dean, J. (2022). *Multidões e Partidos*. São Paulo: Boitempo, 2022.

Figaro, Roseli, *et al.* (2021). Os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19. *Revista Líbero*, n. 49.

Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, v.22, n.1.

Harvey, D. (2018). *A loucura da razão econômica*: Marx no século XXI. São Paulo: Boitempo.

Heller, A. (2018). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.

Lima, S.P., Mick, J. *et al.* (2022). *Perfil do jornalista brasileiro 2021*: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis : Quorum Comunicações.

Lira, M. (2022). O Príncipe metaverso e a razão: emancipação em tempos de barbárie. *Revista Novos Rumos*, 59(1), 104–130. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2022.v59n1.p104-130>

Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. (2017). *O Capital – Livro 1*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mészáros, I. (2009) *Estrutura Social e Formas de Consciência*: a determinação social do método.

São Paulo: Boitempo Editorial.

Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Neveau, É. (2010) As Notícias sem Jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? *Brazilian Journalism Research*, v.6, n.1, 2010.

A plataformização do trabalho jornalístico

Rafael Grohmann et. al.

Resumo: O artigo propõe olhar para a centralidade do processo de plataformização do trabalho jornalístico para compreender as diferentes facetas do trabalho na área da comunicação no século XXI, em virtude da crescente dependência de plataformas digitais em relação às atividades de trabalho num contexto de reestruturação do modo de produção capitalista marcado, sobretudo, pela forma de acumulação flexível. Para tanto, propõe discussões sobre: a) o processo de plataformização do trabalho, suas implicações e a centralidade da comunicação; b) as relações entre a plataformização e as empresas de comunicação; c) como a plataformização afeta de maneiras distintas organizações de *media* dominantes e arranjos jornalísticos alternativos; d) as mudanças no regime de publicação, especificamente nos arranjos alternativos, como uma das dimensões da plataformização do trabalho jornalístico; e) outras dimensões possíveis para a construção de uma agenda de pesquisa na área, cujas investigações podem dedicar-se à plataformização do trabalho *freelance*, ao papel da moderação comercial de conteúdo e às plataformas de ‘fazenda de clique’ (*click farms*), além de possibilidades de construção de organizações de trabalhadores-jornalistas neste contexto. O texto tem por base empírica uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) sobre o trabalho de jornalistas em arranjos económicos alternativos às grandes corporações de *media*.

Palavras-chave: arranjos jornalísticos, regime de publicação, plataformização, trabalho.

As crises estruturais do sistema de produção capitalista, historicamente, impactam em transformações nos sistemas produtivos e nas relações de trabalho, com vista a ampliar a extração de valor. Alteram

também as percepções de espaço e tempo (Harvey, 1992; Rebecchi & Pinto, 2020) incorporadas na gestão do capital. Atualmente, de maneira mais ampla, o mundo do trabalho vive a generalização de trabalhadores sob procura a partir do modelo *just in time* (Stefano, 2015; Abílio, 2020). Como parte dessas transformações, pesquisadores têm investigado processos como uberização (Abílio, 2020), virtualização (Marques, 2019) e plataformização (Grohmann, 2020) do trabalho, com dimensões e implicações distintas.

Especificamente no jornalismo, objeto deste artigo, as contradições entre transformações e permanências são históricas. Nas últimas duas décadas, as principais mudanças nos processos produtivos devem-se, entre outros elementos, à flexibilização do trabalho, à ampliação dos contratos em *part time* e *freelance*, à diminuição dos quadros de pessoal das empresas e à multiplicação das atividades de trabalho possíveis na área (Figaro, Nonato & Grohmann, 2013). As mudanças também nos desdobramentos das infraestruturas mediáticas e no seu barateamento propiciaram a emergência de novas formas de produção e organização do jornalismo, aqui identificadas como “arranjos económicos no trabalho de jornalistas” (Figaro, 2018). Na segunda metade da década de 2010, ao mesmo tempo como resultado e radicalização dos processos anteriores, houve a crescente dependência de plataformas digitais para conseguir atividades de trabalho, inclusive no jornalismo. A esse processo chamamos “plataformização do trabalho” (Grohmann, 2020). As relações dos trabalhadores com a organização passam a ser intermediadas por tecnologias com lógicas próprias de organização, vigilância e apropriação dos dados, que se apresentam como meras mediadoras da relação interpessoal, o que tem gerado uma nova reorganização do tempo e do espaço de trabalho.

Na literatura sobre plataformização (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020), entendida de modo geral como a crescente interpenetração das infraestruturas das plataformas e seus mecanismos na sociedade, o espaço para o jornalismo geralmente é entendido somente a partir das suas práticas em sentido amplo, isto é, como o próprio jornalismo se transforma considerando a sua dependência em relação às grandes plataformas, especialmente *big tech* (Jurno, 2020). Isso significa considerar as múltiplas dimensões dessa relação, desde o facto de os veículos jornalísticos encontrarem nas plataformas a base sociotécnica necessária para a difusão de notícias, reportagens e até mesmo de novos géneros e formatos até à necessidade de adequar as suas dinâmicas para acompanhar os mecanismos e incessantes modificações nas lógicas das plataformas, o que tem impacto em todas as atividades do trabalho em comunicação, conforme mostram Arriagada e Ibañez (2020).

Contudo, há um ponto cego em relação a esse cruzamento entre trabalho e jornalismo nos estudos sobre plataformização. Como, de facto, a plataformização afeta o trabalho dos jornalistas? Quais são as suas dimensões possíveis? Para responder a essas questões, o presente artigo discute: a)

o processo de plataformação do trabalho e a centralidade da comunicação; b) relações entre plataformação e empresas de comunicação; c) como a plataformação afeta de maneiras distintas organizações de *media* dominantes e arranjos jornalísticos alternativos; d) as mudanças no regime de publicação como uma das dimensões da plataformação do trabalho jornalístico; e) outras dimensões possíveis para construção de uma agenda de pesquisa na área, como plataformação do trabalho *freelance*, o papel da moderação comercial de conteúdo e das *click farms*, além de possibilidades de construção de organizações de trabalhadores-jornalistas neste contexto. O texto tem por base empírica uma investigação desenvolvida pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) sobre o trabalho de jornalistas em arranjos económicos alternativos.

Plataformação do trabalho

Grohmann e Qiu (2020) indicam que para compreender o fenómeno da plataformação do trabalho é necessário demonstrar que não há um só tipo de plataforma de trabalho. Talvez as mais conhecidas sejam aquelas que, como a Uber ou o iFood, dependem de uma localização específica e são utilizadas para transportar pessoas ou produtos. No entanto, existem as que utilizam o microtrabalho, como a Amazon Mechanical Turk2 e a Appen3, nas quais as pessoas, de forma remota, produzem diferentes dados para alimentar aquilo a que se chama inteligência artificial. Mas há ainda plataformas para *freelancers* que se dispõem a disputar o mercado informal num número bastante significativo de atividades, como faz a GetNinjas.

Por ser um fenómeno recente, há diferentes caracterizações e tipologias deste tipo de força de trabalho. Segundo Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), o conceito de plataforma advém das áreas de negócios, computação e estudos culturais, sendo uma definição multidimensional. Contudo, essas infraestruturas, no atual modo de produção capitalista, espalham-se como sendo a norma para todos os tipos de negócios, como a proliferação de uma ideologia das plataformas para todos os setores da sociedade (Karatzogianni, Codagnone & Matthews, 2018; Oliveira, Carelli & Grillo, 2020). Srnicek (2018), ao desenvolver o conceito de capitalismo de plataforma, define as plataformas como infraestruturas digitais que possibilitam a interação de dois ou mais grupos. Os modelos de negócios baseados nas plataformas, por sua vez, utilizam estratégias como a captura de dados através do uso da rede mundial de computadores, a criação de algoritmos cada vez mais precisos e capazes de influenciar comportamentos, intervir no consumo e, assim, aplicar uma vigilância e controle nunca antes vistos na história da humanidade (Zuboff, 2018).

O tipo de modalidade do trabalho gerido nesta relação é derivado do aprofundamento da racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016), do aumento exponencial do exército de reserva (Marx, 2014) e da

financeirização da economia. Este tripé estrutural fornece condições para a plataformaização do trabalho e orienta, inclusive, o comportamento sociolaboral dos trabalhadores, moldando as suas subjetividades a partir da racionalidade neoliberal, a qual substitui a noção de trabalhador pela de empreendedor, transferindo assim para o indivíduo/trabalhador a responsabilidade – e muitas vezes os custos – do trabalho, que na fase anterior do capitalismo era da empresa/empresário.

Isto apoia-se também na vinculação entre o ser humano e a plataforma, alterando a interface trabalhador-trabalhador e remodelando a relação dialógica trabalhador-organização. Os efeitos são de tipo estratégico e prolongado porque têm reflexo na organização e na cultura, impactando na solidariedade entre as trabalhadoras e os trabalhadores, que se pretende ter sob controle como meio de eliminar forças contrárias à lógica liberal. Nesse contexto de generalização do empreendedorismo como elemento cultural, em que há partilha de valores que forjam o pensamento e a subjetividade dos indivíduos, vivemos a falta de identificação dos sujeitos enquanto membros pertencentes à “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2009).

A emergência das plataformas acontece num contexto histórico oportuno para essas organizações, tanto pelo desenvolvimento das forças produtivas como pelo conjunto de valores circulantes de precarização do trabalho. As plataformas, entendidas de acordo com Van Dijck, Poell e De Waal (2018) simultaneamente como empresas, arquiteturas sociotécnicas, governanças e acordos entre Estado, mercado e sociedade civil, exploram as condições históricas para a acumulação de capital e participam na defesa do mercado como regulador das demandas sociais. Assim sendo, essas tecnologias digitais contemporâneas, mais do que mediar a comunicação entre os sujeitos que trabalham e as plataformas, também podem ser consideradas como “(...) meios de organização das atividades de trabalho e de comunicação (...)” (Grohmann & Qiu, 2020, pp. 3-6) que envolvem, de modo direto, trabalhadores e consumidores sem a intermediação de pessoas laboralmente vinculadas às plataformas. Para Grohmann (2020, pp. 95-96), “(...) as plataformas atuam como processos de produção em meio à circulação do capital (...)”, mas têm um papel significativo como meio de comunicação ao contribuírem para “(...) a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando a produção e o consumo”.

Desta forma, as plataformas são, ao mesmo tempo, meios de produção e comunicação e modo de comunicação e organização dos trabalhadores. As plataformas de trabalho podem envolver uma localização específica ou gestão deslocalizada dos trabalhadores em plataformas de microtrabalho ou *freelance*/macrotrabalho, com lógicas distintas de extração do valor, vigilância e condições de trabalho (Woodcock & Graham, 2019; Schmidt, 2017), além de envolverem clivagens de gênero, raça e território (Van Doorn, 2017). Isso significa, então, por um lado, que a comunicação tem um

papel central na produção e circulação das plataformas digitais – e, mais especificamente, no processo a que aqui chamamos plataformação do trabalho jornalístico. Por outro lado, a comunicação, enquanto área e sector económico, sofre impactos dessa crescente dependência em relação às plataformas – as suas infraestruturas, gramáticas e governanças.

Empresas de comunicação

Neste contexto de plataformação, encontramos as Big Five Techs, as cinco maiores plataformas estruturais que subsidiam com dados ou apoio as demais plataformas digitais (Van Dijck, Poell & De Wall, 2018) no contexto ocidental (Van Dijck, 2020; Davis & Xiao, 2021). Nessa constelação monopolista estão Google, Facebook, Apple, Amazon e Microsoft. Considerando a especificidade deste artigo, direcionamos o nosso olhar para as grandes plataformas comunicacionais como Google, Facebook e Twitter, os principais geradores de tráfego externo para o jornalismo (Bell, Owen, Brown, Hauka & Rashidian, 2017) que, fazendo por vezes de canais de comunicação, se apropriam do trabalho de comunicadores, intermediam relações publicitárias com públicos de interesse de grupos jornalísticos hegemónicos ou não e forçam o jornalismo a alterar as suas práticas e valores sob os auspícios da visibilidade e da audiência.

Segundo Antunes (2020), essas novas corporações necessitam e aproveitam-se da informalidade, da flexibilidade e da precarização dos trabalhadores. Deve-se considerar que há uma associação muito estreita entre o desprezo pelos direitos dos trabalhadores, as formas estruturadas de trabalho, com garantias e seguros, e o atual sistema capitalista, como demonstrou Moliani (2020) ao enfatizar a relação entre os despedimentos em massa nos veículos de comunicação brasileiros e a ocupação das agências de comunicação por jornalistas. Mais recentemente, isso também ficou evidente quando comparados os períodos de despedimentos nas redações dos veículos de imprensa e o surgimento de arranjos alternativos e/ou independentes aos conglomerados de *media* tradicionais (Figaro, 2018). Sob essa ótica é que compreendemos a afirmação de Antunes (2020, p. 15) quando insiste que, se essa tendência destrutiva em relação ao trabalho não for confrontada, o que se pode esperar, para além do aumento da informalidade, é “a expansão dos trabalhos ‘autónomos’”, dos “empreendedorismos”, configurando-se cada vez mais como uma forma oculta de “assalariamento do trabalho”, movimento este que, a partir de um viés ideológico, procura “obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna à humanidade”.

Apesar de serem um negócio, um empreendimento comercial, as plataformas apresentam-se como *media*, como se fossem meras mediadoras da relação entre os seus usuários, ligando pessoas a pessoas, pessoas a organizações, organizações a organizações (Napoli & Caplan, 2018). Todavia,

mais do que mediar relações, as plataformas possuem lógicas que conformam comportamentos, devido à estrutura de uso e navegabilidade (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020). Por meio da comunicação mediada pelo espaço da plataforma, elas armazenam e produzem informações que geram riqueza para a corporação.

Como ocorre noutras áreas, os trabalhadores da comunicação também são afetados pelo processo de plataformação, o que envolve dependência: a) dos próprios veículos mediáticos em relação às plataformas digitais globais (Van Dijck, Poell & De Waal, 2018); b) dos trabalhadores *freelance* em relação a plataformas de macrotrabalho como 99Designs e Helpie, com as suas lógicas específicas; c) de trabalhadores que produzem conteúdos para plataformas como o Youtube. Além disso, os comunicadores estão inseridos na cadeia global de valor do trabalho digital (Fuchs & Sandoval, 2014), o que envolve, de alguma maneira, desde o trabalho no alto escalão de Silicon Valley até ao trabalho de moderadores de conteúdo em lugares como as Filipinas (Roberts, 2019). Isso significa, pois, um contexto de divisão internacional do trabalho digital. Como afirmam Graham & Anwar (2019), as plataformas implantam um mercado de trabalho que tem a possibilidade de operar à escala planetária, mas os trabalhadores ficam presos ao ambiente doméstico, que passa a ser, também, local de trabalho. Contudo, essa complexificação geográfica do trabalho digital não significa que os trabalhadores fiquem “inorganizáveis”, pois novas formas de controle do capital exigem outras maneiras de organização e resistência por parte dos trabalhadores (Woodcock & Graham, 2019).

Como organizações capitalistas, as plataformas partilham o discurso da livre concorrência, da autorregulamentação do mercado, da apropriação de dados públicos e gestão do Estado pela iniciativa privada (Slee, 2017). Na sua comunicação e prática, as empresas-plataformas corroboram a sedimentação dos valores neoliberais do *self made man*, do empreendedorismo de si mesmo (Dardot & Laval, 2016), estimulando o surgimento – e posteriormente abrigando – o *self journalism*. No contexto da precarização do trabalho, a reserva industrial de trabalhadores, expulsa de relações – e redações – formais de trabalho, procura nas plataformas meios para exercer uma atividade profissional. Desde o início dos anos 2010, as empresas de comunicação têm realizado despedimentos nos seus quadros de pessoal e implantado lógicas de empresa ‘magra’, que forçaram muitos profissionais a procurar nas tecnologias de informação e comunicação alternativas para realizar o seu trabalho (Figaro, 2018; Figaro, Nonato & Grohmann, 2013). Isto é, a partir de possíveis reapropriações e dependências em relação ao trabalho jornalístico, os sujeitos trabalhadores procuram gerir a sua sobrevivência de forma coletiva.

Plataformização e jornalismo

No Brasil, uma investigação realizada entre 2016 e 2018 pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), intitulada “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos económicos alternativos às corporações de mídia” procurou estudar novos arranjos jornalísticos, com o objetivo de compreender as novas formas de organização do trabalho de jornalistas em arranjos alternativos /independentes das grandes empresas de comunicação. Para tanto, entende-se que os novos arranjos económicos do trabalho dos jornalistas “são uma possibilidade de arranjar, isto é, de organizar o trabalho de forma alternativa e independente aos conglomerados de mídia” (Figaro, 2018, p. 15). São estruturas organizativas que têm condições muito diferentes de sustentação e se caracterizam por formas de procurar recursos para a sua manutenção diferentes das dos *media* tradicionais. Nos novos arranjos, os e as jornalistas propõem-se, inclusive, entregar um produto jornalístico diferente do produzido pelas grandes empresas de notícias e, para tanto, recorrem às plataformas digitais para trabalhar e divulgar o seu produto final.

Esta investigação permitiu, na sua primeira fase, identificar e classificar as características desses arranjos e verificar a possibilidade de uma constante que permita revelar perfis organizativos e marcadores da práxis jornalística para, por meio de entrevistas e grupos de discussão, entender os processos de trabalho, as rotinas produtivas, as formas de sustentação e as relações de comunicação entre os profissionais na produção do seu trabalho (Figaro, 2018). Na segunda fase da pesquisa foi feita a análise a partir do produto jornalístico de cada arranjo realizado em meio digital, especificamente nos seus *sites* e em duas redes sociais (Facebook e Twitter). Após esta etapa, foi empreendida a comparação entre o resultado obtido com a identificação nucleadora da primeira fase, procurando confrontar a coerência e a coesão das práticas realizadas pelos arranjos jornalísticos e a forma como se identificam.

Uma das provas recolhidas pelo estudo do CPCT foi a presença e até mesmo a dependência dos novos arranjos jornalísticos das plataformas digitais, como o Facebook e o Twitter. Essa vinculação do jornalismo às plataformas é vista com cautela por diferentes autores. Van Dijck, Poell e De Wall (2018) alertam que a produção jornalística passa gradualmente a obedecer aos mecanismos e organizações do ecossistema de plataformas. Bell et al. (2017), por sua vez, enfatizam que as plataformas digitais assumem a função de *publishers*, de editores para o jornalismo e para as demais informações que circulam nos seus espaços. Os autores chamam ainda a atenção para a pressão que as plataformas exercem sobre os valores jornalísticos, observada também pela tensão entre a ‘dataficação’ inerente às plataformas e a autonomia jornalística. As empresas jornalísticas tradicionais, e mesmo os novos arranjos jornalísticos, veem-se assim no dilema de ora se basearem

nos valores editoriais tradicionais nas organizações ou no jornalismo em geral, ora terem de ceder à lógica das plataformas em troca de mais visibilidade e interatividade com o público. De certa forma, temos assim a atualização de um impasse já antigo no jornalismo: o da quantidade *versus* qualidade, duelo que ocupou as páginas de muitos manuais de jornalismo a partir da segunda metade dos anos 1990, quando o jornalismo feito na e para a internet se tornou uma realidade nas redações (Ferrari, 2003).

O jornalismo feito nas e para as plataformas encontra, portanto, duas estratégias possíveis. Na estratégia de rede, as organizações e os arranjos fazem circular *links* que conduzem os leitores para os seus *sites*, onde é possível, além da leitura dos conteúdos, assinar *newsletters* e fazer doações para a manutenção do projeto jornalístico. Já na estratégia nativa, o conteúdo jornalístico fica armazenado na própria plataforma e o leitor não precisa de sair dela para consumi-lo, ficando à mercê da ordem comunicacional ali presente, composta por conteúdo jornalístico, publicidade e comentários deixados por outros leitores (Van Dijck, Poell & De Wall, 2018; Bell et al., 2017). Essas estratégias, no entanto, não apaziguam a relação entre as plataformas e o jornalismo. Afinal, mesmo produzindo conteúdos jornalísticos dentro dos parâmetros ditados pelas plataformas, gradualmente, as organizações midiáticas tradicionais perdem o poder de seleção das notícias, assim como os jornalistas deixam de ser atores privilegiados no universo informativo. É preciso ponderar ainda que as organizações midiáticas não controlam o contexto em que os usuários acedem às notícias nas plataformas nem o acesso aos critérios que orientam as atualizações dos algoritmos das plataformas, os quais conduzem o tráfego das notícias e de outras informações em circulação para os usuários.

Diante dessa lente embaçada sob a qual as notícias circulam, as organizações midiáticas produzem cada vez mais conteúdos na expectativa de chegar ao público que lhes interessa (Bell et al., 2017), fenómeno esse que levou a um questionamento basilar nos investigadores da Universidade de Columbia:

Os veículos de comunicação enfrentam um sério dilema. Deveriam seguir no oneroso negócio que é ter uma infraestrutura de publicação própria, com um público mais reduzido, mas total controle sobre a receita, a marca e os dados da audiência? Ou deveriam ceder o controle dos dados de usuários e da publicidade em troca do considerável crescimento do público garantido pelo Facebook e outras plataformas? (Bell et al., 2017, p. 50).

Antes de procurar uma resposta taxativa à questão levantada, Bell et al. descrevem o cenário que cria esse dilema, apontando mais conflitos que regem a relação entre o jornalismo e as plataformas. Um deles versa exatamente sobre o carácter privado dos interesses das plataformas, dissonantes do interesse público sob o qual o jornalismo convencionalmente se orienta. Essa contradição evidenciou-se em episódios recentes em que a plataforma Twitter, por exemplo, apagou tuítes do então presidente

dos Estados Unidos, Donald Trump, e suspendeu indefinidamente a conta dele em janeiro de 2020. A celeuma em torno dessa ação – aplaudida por muitos progressistas devido aos tons racistas, sexistas e violentos das postagens de Trump – girou em torno da ausência de transparência dos critérios de exclusão da conta do ex-presidente e mobilizou uma discussão, já feita publicamente, sobre a regulação pública das plataformas e os riscos da moderação de conteúdos que esta implica.

Devido a esse cenário comunicacional, Van Dijck, Poell e De Wall (2018) sugerem que para se ter um jornalismo democrático na sociedade de plataformas é preciso uma postura justa e independente das organizações jornalísticas. Além disso, é necessário que os demais atores envolvidos se responsabilizem pela circulação de informação, e isso implica mais transparência, sobretudo das plataformas, que deverão ser responsabilizadas pela abertura dos algoritmos e a defesa de valores sociais públicos em lugar de valores privados.

Mudanças no regime de publicação nos arranjos alternativos

Ao mesmo tempo que as plataformas de redes sociais desafiam os modelos de negócio das grandes organizações midiáticas, tornam-se gradualmente indispensáveis para a circulação da produção jornalística. Daí que os arranjos de jornalismo independentes e/ou alternativos mantenham perfis nas plataformas de redes sociais brasileiras, mas não de modo uniforme, conforme demonstraram Marques, Camargo e Moliani (2019). As mais utilizadas pelos participantes na pesquisa realizada pelos autores deste artigo, sob coordenação de Figaro (2018), eram Facebook e Twitter, sendo incipiente, à época, a sua participação no Instagram. Com as reflexões sobre o controle dos dados produzidos, a crítica do monopólio das empresas de plataforma e a conformidade do desenho das redes sociais e das interfaces para a escrita e publicação de *sites*, adensamos as nossas escolhas de pesquisa. Assim apuramos o olhar dos investigadores sobre essas camadas discursivas, sócio-culturais, pois elas têm valor ideológico, remetem para escolhas e determinações sociais. Dessas questões partiram as reflexões acerca da recolha propriamente dita através das ferramentas Netlytic e NVivo (Marques, Camargo & Moliani, 2019) e da organização dos arquivos obtidos a partir da recolha de dados por essas ferramentas, conforme anotaram Nonato, Pachi Filho e Silva (2019).

A seleção das produções jornalísticas dos arranjos deu-se em 2018 e abrangeu o período das eleições no Brasil (1 a 8 de outubro, semana que antecedeu a primeira volta; 22 a 29 de outubro, semana que antecedeu a segunda volta). A escolha desse momento particular deveu-se a ser um tema de interesse para todo o país e, portanto, um objeto previsível na cobertura jornalística, além de ser um período de grande polarização política. A recolha rendeu-nos um arquivo composto por folhas de cálculo com diferentes informações. Neste contexto, a relação com o arquivo, mediada pela questão da

compreensão do produto jornalístico dos arranjos económicos alternativos durante as eleições de 2018, é determinante para a compreensão do próprio discurso. Isto porque a leitura desses materiais, como aponta Dias (2018), é parte do momento da sua circulação, e a textualização é determinada pelo processo de atualização dos sentidos, ou seja, dos dados pela circulação em grande quantidade.

Essas questões geraram alguns dilemas como o facto de não haver maneira de estabelecer a periodicidade no fluxo de produção das informações postadas e atualizadas nos *sites* e plataformas de redes sociais (Facebook e Twitter) dos arranjos jornalísticos estudados. Procurando apreender melhor essa produção jornalística dos arranjos alternativos aos conglomerados de *media*, apoiámo-nos no binómio comunicação e trabalho (Figaro, 2008), que se centra no uso que os trabalhadores fazem da linguagem enquanto enunciados concretos e únicos (Bakhtin, 2016), sendo estruturados a partir de dispositivos de comunicação. Este binómio é um construto teórico-metodológico que coloca a comunicação como uma das áreas protagonistas nos estudos a respeito do mundo do trabalho, partindo do princípio de que é a comunicação o elemento que organiza, constrói e transforma as redes de sentido que envolvem o trabalhador e a atividade (Kanyat, 2016).

Junto a essas concepções, procuramos referências para compreender melhor a questão da periodicidade no jornalismo feito pelos arranjos alternativos, tendo em vista a natureza dos arranjos pesquisados nos quais, conforme veremos, a rotina de trabalho é influenciada diretamente pelas suas presenças nesse universo virtual. A partir da organização dos respectivos arquivos do conteúdo elaborado pelos arranjos, notamos que não havia periodicidade certa na grande maioria dos arranjos analisados. Tal constatação fez-nos procurar outros conceitos para entendermos as publicações e os seus tempos/espacos de diálogos, cotejando-as com outras vozes discursivas. Por exemplo, uma matéria produzida para o *site* pode ser atualizada, comentada, retirada, corrigida indefinidamente, deixando ou não marcas visíveis desses movimentos de ir e vir de discursos, de vozes múltiplas. O *site* é um lugar institucional e mais delimitado do que uma rede social, mas mesmo assim a sua materialidade não está relacionada com um tempo ou espaço específico – o jornal impresso ou televisivo ou a rádio não o admitem. É próprio da materialidade do virtual a plasticidade do eterno renovar-se, tanto que a atualização contínua é uma das características do jornalismo praticado na internet (Palacios & Machado, 2003).

A observação das postagens dos novos arranjos jornalísticos leva-nos a supor que o regime de publicação contínua cria a sensação de eterna presentificação. O ‘aqui e agora’ compõe a *dêixis* que marca a interlocução eu-tu do processo enunciativo do arranjo jornalístico, trazendo junto com ela a questão do cronotopo (Bakhtin, 1998), que reflete a presentificação do reportado e do ato de reportar. É necessário, no entanto, fazer algumas considerações sobre o uso do termo regime de publicação,

que remete ao campo semântico relativo ao processo de produção de periódicos, ora mais vinculado ao tempo de publicação e circulação, ora vinculado à função-autor (Chartier, 1999). O autor, a partir de Michel Foucault e Michel de Certeau, enuncia a complexidade dos elementos envolvidos na produção e circulação de livros, e para quem a função-autor aparece “ordenando as tentativas que visam ordenar o inventário das obras, comandando o regime de publicação dos textos”. (Chartier, 1999, p. 58, com destaque nosso). A função-autor é criada ao longo da história, vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas, das cidades e da circulação de livros e também está “no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao das suas formas e leitores” (Chartier, 1999, *apud* Carvalho & Lousada, 2009).

Consideramos que a expressão regime de publicação cobre um campo de sentidos relativo à produção editorial, na conformação de dispositivo comunicacional, e aos seus processos de produção. Portanto, regime de publicação é um conceito mais amplo do que o de periodicidade – que está mais afeito a intervalos constantes de veiculação – e refere-se também ao alcance e escala de produção. Também abarca mais adequadamente o dispositivo comunicacional acionado nos *sites* dos arranjos jornalísticos e/ou nas redes sociais que eles utilizam.

A aceleração do tempo e a desespacialização, geradas pelo *online*, criam a sensação do eterno presente conectado. O jornalismo entra nessa dimensão pela porta do regime de publicação, as marcas de interrupção da periodização não são mais necessárias, as informações são reportadas nesse fluxo constante de postagens, atualizações, republicações, *links* e circulação por meio de diferentes dispositivos. Assim, a narrativa vai-se transformando à medida que sai do *site* e vai para a página do Facebook, depois para o Twitter, o Instagram, *ad aeternum* (Figaro, 2020, p. 275).

Sabe-se que a alteração na base sociotécnica da sociedade transforma também os modelos de produção jornalística. Assim, a organização do trabalho em espaço e tempo virtuais é totalmente diferente das dimensões assumidas no ambiente físico. Com isso, no que se refere ao regime de publicação, o que percebemos nos arranjos pesquisados é que a mudança na relação tempo-espaço altera o gênero e, conseqüentemente, a própria notícia, a relação com as fontes e com o público. Portanto, as informações são tratadas a partir das rotinas produtivas e o regime de publicação revela as transformações dessa produção, inclusive sendo parte constituinte dela, configurando o meio. A exigência de estar sempre a contar histórias e relatar acontecimentos, governada principalmente pelo dispositivo, exige dos comunicadores mais tempo e novas formas de organizar a produção. Nos *sites* de redes sociais, esse movimento de destempo e deslocalização é ainda mais presente e ditado pela lógica algorítmica e mercadológica das plataformas. Assim sendo, o processo produtivo desse tipo de jornalismo é sempre imperfeito, no sentido do não acabamento, sempre passível de atualização e correção. Essa lógica não é imanente apenas ao meio de comunicação, mas também ao dispositivo

comunicacional (Maingueneau, 2001).

A produção discursiva jornalística dos arranjos analisados torna-se um emaranhado de interdiscursos que também ganham sentido e destaque dependendo das formas de circulação e apropriação; e tudo isso num tempo que não pode ser contado de modo exato por horas, dias, minutos. É o próprio funcionamento do dispositivo comunicacional que produz esses deslocamentos tempo-espaciais pois, de acordo com Maingueneau (2001), o dispositivo representa um conjunto de elementos que organiza determinado momento de enunciação, sendo formado pelos *media*, com as suas características e materialidades, o público e o ambiente. Para Figaro e Grohmann (2017, p. 72), “o conceito de dispositivo das relações de comunicação no mundo do trabalho torna operativa a observação *in locu*, dando ao pesquisador/observador pistas sobre o quê e como observar as relações de comunicação”. Salientamos, como afirma Braga (2020, p. 19), que “não é a denominação ‘dispositivo’ que importa, mas sim a possibilidade de acionar o mesmo olhar, a mesma analítica”, uma vez que esses dispositivos comunicacionais se materializam em suportes materiais, situações de difusão e de recepção (Figaro & Mauro, 2018). Para fazer operar esses conceitos teórico-metodológicos, tomamos algumas decisões que dizem respeito ao tratamento dos dados recolhidos na pesquisa. Primeiramente definimos que o material a ser analisado seria o veiculado no dia de maior número de publicações de cada arranjo no período de recorte, tanto da primeira volta, como da segunda. Depois optamos por realizar a análise do regime de publicação, dos gêneros jornalísticos dos textos e das instâncias de produção (tema e fonte), composição (presença de fotos, *links*, vídeos, etc.) e instância de circulação (*tags*, comentários, redes sociais, etc.). Acreditamos que essas categorias conceptuais, ao serem empregadas no material estudado, podem trazer elementos importantes sobre a produção jornalística dos arranjos estudados. Num primeiro arranjo analisado (agência pública) foi possível verificar que a produção está bem caracterizada como jornalística, conforme aponta o subgênero reportagem, o mais usado no seu *site*. O dispositivo comunicacional está voltado para a produção jornalística e é fiel à sua linha editorial, traçada como uma agência de jornalismo independente com forte produção voltada para a reportagem. No Facebook e no Twitter há intensa interdiscursividade com o *site* e não é apenas um trabalho de citação entre *media*, mas também de estilização, em que a paráfrase de um *medium* a outro faz conectar diferentes formas de leitura e talvez de públicos. Distingue-se também espaço para outras vozes que não têm lugar na grande empresa jornalística. O que se pretende agora é desenvolver a compreensão das relações que se estabelecem entre os diferentes dispositivos comunicacionais e se eles são utilizados de formas diferentes e quais são essas formas em termos do discurso jornalístico produzido. Alguns arranjos priorizam as redes sociais digitais como lugar de produção e circulação dos seus discursos, outros priorizam o *site*, decisão que está vinculada às condições de produção, aos

objetivos (missão e valores) e ao posicionamento editorial de cada arranjo.

À guisa de conclusão

Ao fim desta reflexão, na qual problematizamos inicialmente a plataformização do trabalho e, mais especificamente, do trabalho dos jornalistas, procuramos revelar os caminhos para a compreensão da atividade jornalística nos arranjos alternativos aos grandes grupos de comunicação. Também procuramos evidenciar como as transformações desse modo de produção influem na elaboração do material jornalístico produzido pelos arranjos que, apesar de procurarem diferenciar as suas pautas e política editorial da imprensa tradicional, estão ‘acorrentados’ pela lógica, metrificação e objetivos das plataformas de *sites* de redes sociais.

Nesta trajetória, deparamos com a contingência de refletir sobre a construção social dos arquivos, as utilizações de *software* e as suas funções para decodificar os inúmeros dados recolhidos a partir da sua própria lógica, visto que a primeira camada de organização destas informações é feita pela ferramenta de recolha. Está imbricado na pesquisa o papel dos dados em diferentes situações, seja na nossa pesquisa para os veículos jornalísticos ou para as plataformas, mas acima de tudo como um componente central da produção de valor. Este é um tema atual que carece de investigação a partir do raciocínio contra-hegemónico e longe do determinismo tecnológico que faz parte da ideologia do capital. Isso significa que, para compreender as dependências das plataformas digitais e suas infraestruturas, como dados e algoritmos, no trabalho dos jornalistas, é preciso analisar, numa dimensão, as alterações e circulação da informação, com sensíveis impactos para os arranjos alternativos. Contudo, os impactos da plataformização sobre os regimes de publicação no trabalho jornalístico são apenas um dos elementos desse processo, que tende a acentuar-se face à crescente generalização da plataformização do trabalho em todos os sectores.

Isso leva-nos a pensar numa agenda de pesquisa sobre plataformização do trabalho jornalístico, no sentido de estimular novas investigações na área em pontos cegos no campo. Um deles é a plataformização do trabalho *freelance* em jornalismo. Dado que eles já eram trabalhadores sob demanda (Stefano, 2015) desde antes das plataformas – e, no sentido de Abílio (2020), já uberizados – como mostra Grohmann (2012), a dependência em relação ao trabalho em plataformas digitais e seus mecanismos, como gerenciamento algorítmico, apresenta novos desafios às suas atividades de trabalho. Conforme Schor et al. (2020), quanto mais os trabalhadores são dependentes das plataformas digitais, mais tendem a atividades precárias. Mapear os jornalistas *freelance* plataformizados no Brasil, identificar as suas condições de trabalho e como essas plataformas se relacionam com os princípios do trabalho decente (Fairwork, 2020) pode ser um primeiro passo para

compreender essas questões. Outra dimensão envolve as relações entre o trabalho jornalístico e as plataformas de microtrabalho (Casilli, 2019), desde as que produzem dados para automação e inteligência artificial, passando pela moderação comercial de conteúdo (Roberts, 2019), com distintas características e implicações para o trabalho jornalístico, desde a presença de profissionais formados em jornalismo – o que tem se mostrado uma realidade presente no Brasil (Grohmann & Araújo, no prelo) – até compreender como essas atividades se entrecruzam nas cadeias produtivas do trabalho em plataformas (Qiu, Gregg & Crawford, 2014). Por exemplo, a atividade de moderação de conteúdos está na base das lógicas das plataformas. Não existem plataformas sem moderação de conteúdos e isso não pode ser completamente automatizado. Desta forma, as mudanças dos regimes de publicação são só a ponta do icebergue de como funcionam as infraestruturas das plataformas e os seus mecanismos.

No caso das *click farms*, com predominância de plataformas *made in Brazil*, a maioria dos clientes é de influenciadores, agências digitais, políticos e celebridades, evidenciando como o trabalho nas indústrias mediáticas depende atualmente, de forma crucial, desse tipo de atividade. Além disso, há um ponto cego nos estudos sobre desinformação que é justamente investigar o papel do trabalho humano na circulação de *fake news* em plataformas digitais. Alguns poucos trabalhos, como Ong e Cabanes (2019) e Lindquist (2018), sublinham a centralidade de agências de comunicação e plataformas de microtrabalho – sejam as mais conhecidas como Mechanical Turk até às locais de *click farms* – para espalhar desinformação. Todas essas, pois, são dimensões da plataformização do trabalho jornalístico e apresentam-se conectadas. As alternativas e contra-hegemonias em relação a essa plataformização envolvem as disputas de sentido em torno do processo e como confrontá-lo. Cohen e De Peuter (2020), por exemplo, apontam para uma nova vaga de sindicalização. Especificamente na área do jornalismo destacamos: a) Writers Guild of America East, nos Estados Unidos, que reúne trabalhadores de VICE, Vox, The Intercept, MTV, HuffPost, Gizmodo e Fast Company (Cohen & De Peuter, 2018); b) sindicato dos trabalhadores do BuzzFeed nos Estados Unidos (Buzzfeed News Union), no contexto da emergência de sindicatos de trabalhadores de outras iniciativas em plataformas digitais, como The Union e Pitchfork; c) sindicatos de trabalhadores *freelance*, como Freelancers Union, Canadian Freelance Union, ações sindicais de jornalistas *freelance* na Suécia, além do #FairPayForFreelancers.

Em comum, além de estarem localizados no Norte Global, têm o facto de procurarem uma organização coletiva dos jornalistas que seja adequada à forma atual do mundo do trabalho; o facto de nem sempre se considerarem como “sindicatos”, e sim como organizações de trabalhadores, em busca de novas palavras para designar novos momentos; o papel fundamental das plataformas digitais

como meio de comunicação e, ao mesmo tempo, organização política dos jornalistas. Os jovens jornalistas estão cansados de ser alimentados por locais de trabalho descontraídos, pelo imaginário das *startups* de tecnologia, mas sob precárias condições de trabalho, como mostram Cohen e De Peuter (2020) no Canadá. Além das condições de trabalho, os jornalistas clamam por maior diversidade racial nas redações e por maior controle sobre as suas próprias atividades de trabalho. Por fim, um grande desafio de pesquisa e intervenção é como construir plataformas alternativas em relação ao trabalho jornalístico – não necessariamente jornalísticas, mas que subsidiem as suas infraestruturas – que atuem a partir de valores do bem comum em sentidos não mercantilizados. Por enquanto, o movimento de cooperativismo de plataforma (Scholz, 2017) não tem respondido atentamente a essa procura, mas é possível pensar em plataformas de propriedade de trabalhadores no contexto do jornalismo enquanto projetos prefigurativos (Sandoval, 2017) no sentido de lutar por outras plataformizações em torno do trabalho dos jornalistas.

Bibliografia

- Abílio, L. C.. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126. Epub May 08, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Antunes, R. (org.) (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arriagada, A., & Ibañez, F. (2020). “You Need At Least One Picture Daily, if Not, You’re Dead”: Content Creators and Platform Evolution in the Social Media Ecology. *Big Data & Society*. Online First.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (1998). *Questões de literatura e de estética – A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Annablume.
- Bell, et. al. (2017). A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. In: *Revista de Jornalismo ESPM*. São Paulo, N. 20. Ano 6. Jul./Dez..
- Braga, J. L. (2020). *Uma conversa sobre dispositivos*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG.
- Casilli, A. (2019). *En attendant les robots: enquête sur le travail du clic*. Paris: Seuil.
- Chartier, R. (1999). *A ordem dos livros: autores, leitores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: EdUnB.
- Cohen, N. & De Peuter, G. (2018). “I work at Vice Canada and I need a union. Labour Under Attack. Nova Escócia: Fernwood, 2018, p. 114-128.

-
- Cohen, N. & De Peuter, G. (2020). Cohen, N. & De Peuter, G. (2020). *New Media Unions: organizing digital journalists*. New York: Routledge.
- Dardot, P; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, M. & Xiao, J. (2021). De-Westernizing Platform Studies: History and Logics of Chinese and US Platforms. *International Journal of Communication*. V. 15.
- Dias, C. (2018). Análise do discurso digital: sobre o arquivo e constituição do corpus. In *Estudos linguísticos*, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez.
- Fairwork (2020). *Fairwork 2020 Annual Report*. Oxford, United Kingdom
- Figaro, R. (2018). As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. São Paulo: ECA-USP.
- _____ (2008). *As relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: AnnaBlume.
- Figaro, R. & Mauro, R. (2018). O dispositivo comunicacional nas mídias digitais: um estudo sobre páginas e grupos do Facebook. In *Revista Interin*, Vol. 23. N. 2, 90-115.
- Figaro, R. & Grohmann, R. (2017). Dispositivos comunicacionais no mundo do trabalho: uma revisão teórica para operacionalizar o conceito. In *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, V. 18, N. 38, 62–75, set./dez.
- Figaro, R; Nonato, C; Grohmann, R (2013). *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. São Paulo: Salta.
- Grohmann, R. (2012). Os Discursos dos Jornalistas Freelancers sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. In *Eptic*. V. 22, N. 1.
- Grohmann, R. & Qiu, J. (2020). Contextualizando o trabalho em plataformas. In *Contracampo*, Niterói, V. 39, N. 1, Introdução, abr./jul.
- Grohmann, R. & Araújo, W. (no prelo). Beyond Mechanical Turk: the work of Brazilians on AI platforms. In: Verdegem, P. (org.). *AI for Everyone? Critical Perspectives*. London: University of Westminster Press.
- Grohmann, R., Nonato, C., Marques, A., & Acosta, C.. (no prelo). *As Estratégias de Comunicação das Plataformas: discursos de empresas de entrega e transporte no Brasil*. Comunicação & Sociedade.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola.

-
- Jurno, A. (2020). Facebook e a plataformação do jornalismo : uma cartografia das disputas, parcerias e controvérsias entre 2014 e 2019. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG.
- Kanyat, L. Trabalho como mediação da comunicação: uma reflexão teórica sobre o binômio comunicação-trabalho e os estudos de recepção. In *Novos Olhares*, V. 5, N. 1, 69 – 78, 1º sem. 2016. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2016.112224.
- Karatzogianni, A., Codagnone, C., & Matthews, J. (2018). *Platform Economics: Rhetoric and Reality in the “Sharing Economy”*. London: Emerald.
- Lindquist, J. (2018). Illicit Economies of the Internet: Click Farming in Indonesia and Beyond. *Made in China Journal*.
- Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.
- Marques, A. (2019). A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- Marques, A. F.; Camargo, C. A.; Moliani J. A. (2019). A produção noticiosa dos novos arranjos de trabalho dos jornalistas: análise das ferramentas de coleta Netlytic e NVivo. In *Anais do 17o SBPjor*. Coordenadas Retij.
- Marx, K. (2014). *Capital: crítica da economia política: livro II*; São Paulo: Boitempo.
- Moliani, J. A. (2020). O trabalho em agências de comunicação: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso com o cliente. (Tese não publicada). Escola de Comunicações e Artes (PPGCOM/ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Napoli, P. & Caplan, R. (2018). Por que empresas de mídia insistem que não são empresas de mídia, por que estão erradas e por que isso importa. *Parágrafo*. V. 6, n. 1.
- Nonato, C; Pachi Filho, F. F; Silva, N. R. (2019). O trabalho de jornalistas em arranjos econômicos independentes: uma interpretação a partir dos rastros digitais. In *Anais da 17o SBPjor*. Coordenadas Retij.
- Oliveira, M et. al. (2020). Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. In *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2609-2634. Disponível em: . Acesso em: 4 jan. 2021.
- Ong, J. & Cabanes, J. (2019). When disinformation studies meets production studies: Social identities and moral justifications in the political trolling industry. *International Journal of Communication*. V. 13
- Palacios, M. & Machado, E. (2003). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra.
- Poell, T., Nieborg, D., & Van Dijck, J. (2020). Plataformação. *Fronteiras - Estudos Mediáticos*. V. 20, n. 1.
- Qiu, J.; Gregg, M. & Crawford, K. (2014). Circuits of labour: A labour theory of the iPhone era.

tripleC. V. 12, n. 2.

Rebechi, C. N.; Pinto, G. A. (2020). Da lean manufacturing à smart factory: a comunicação nos processos de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. In *Contracampo*, Niterói, V. 39, N. 1, 84-100, abr./jul.

Roberts, S. (2019). *Behind the Screen: Content Moderation in the Shadows of Social Media*. New Haven: Yale University Press.

Sandoval, M. (2017). Enfrentando a Precariedade com Cooperação: cooperativas de trabalhadores no setor cultural. *Parágrafo*. V. 5, n. 1.

Scholz, T. (2017). *Cooperativismo de Plataforma*. São Paulo: Autonomia Literária/ Fundação Rosa Luxemburgo.

Schor, J., Attwood-Charles, W., Cansoy, M., Ladegaard, I., Wengronowitz, R. (2020). Dependence and precarity in the platform economy. *Theory and Society*. V. 49, p. 833-861.

Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante

Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra Editora.

Stefano, V. (2015). The rise of the just-in-time workforce: On-demand work, crowdwork, and labor protection in the gig-economy. *Comparative Labor Law and Policy Journal*. V. 471.

Van Dijck, J. (2020). Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance. *New Media & Society*. Online First.

Van Dijck, J; Poell, T. & De Wall, M. (2018). *The platform society*. New York: Oxford University.

Zuboff, S. (2018). Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In Bruno, F, et al. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo.

O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional¹³

Roseli Figaro

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

ORCID: 0000-0002-9710-904X

Resumo: O artigo trata da discussão sobre gênero a partir do feminismo como aspecto da luta geral pela emancipação das mulheres nos embates das classes sociais. Aborda essa perspectiva traçando um elo de continuidade entre as lutas mais específicas das mulheres jornalistas pelos seus direitos no mundo do trabalho e a luta mais geral das mulheres trabalhadoras ao longo da história. A linha argumentativa baseia-se numa pesquisa teórica bibliográfica, na pesquisa de dados sobre perfil e condições das mulheres, e numa pesquisa específica sobre o perfil dos jornalistas e do seu trabalho em novos arranjos independentes dos grandes grupos de comunicação, dando destaque à situação laboral das mulheres jornalistas. À guisa de conclusão, o artigo destaca a luta feminista e a sua importância para a coletividade, o engajamento das profissionais em defesa do jornalismo de qualidade e como expressão e lugar de fala dos direitos humanos, pela emancipação.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalista. Feminismo. Mundo do trabalho. Mulheres jornalistas

Introdução

O jornalista, até final dos anos de 1990. A jornalista, a partir de então. A maioria dos profissionais do jornalismo, hoje, no Brasil, é de mulheres. É uma realidade bem diferente da que havia no século passado. Houve tempo em que uma reunião de mulheres jornalistas, em São Paulo, aglutinava menos de dez profissionais, conforme conta, em depoimento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Edy Lima, uma das sindicalizadas mais antigas da instituição: “Eram umas sete ou oito, entre elas Helena Silveira, da *Folha*; Carmem Almeida, do *Estadão*; Odete de Freitas, do *Correio Paulista*” (Costa, 2008, p. 4).

Dados do Ministério do Trabalho, compilados pela Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, revelam, entre meados da década de 1980 e o começo dos anos 2000, o início da mudança do perfil de gênero dos jornalistas com carteira de trabalho assinada, no Brasil.

Quadro 1 – Número de mulheres jornalistas com registro CLT

Categoria	1986	1999	2001
Homens	11.352	11.251	11.440

¹³ Esta é uma versão com pequenas atualizações de um artigo publicado originalmente na *revista Brazilian Journalism Research*, BJR, vol. 4, n. 2. 2018. DOI <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1052>. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Mulheres	6176	8693	9521
Total	17.528	19.944	20.961

Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas, Ministério do Trabalho (2002).

Os dados do Quadro 1 mostram o retrato dos profissionais em todo o país. De 1986 a 2001, há um sensível aumento (50%) do número de mulheres no trabalho do jornalismo. Vale a pena enfatizar que esses dados dizem respeito aos profissionais legalmente contratados na forma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Desse modo, todas as demais trabalhadoras em situação precária de contrato de trabalho não fazem parte das estatísticas do Ministério do Trabalho (MTb).

No estado de São Paulo, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas, compilados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) havia, em 2006, 11.771 jornalistas empregados. Desses, 52,09%, ou seja 6131, eram mulheres (Costa, 2008, p. 3). Essa presença feminina manifesta-se numericamente de forma diferente nos sectores profissionais. Havia menos mulheres em rádio, TV e internet; tradicionalmente, as mulheres estavam presentes no sector da imprensa, revistas e no chamado extra-redação (assessorias, por exemplo). Mas isso tem vindo a mudar. Elas estão numericamente bastante presentes nas novas iniciativas do trabalho jornalístico a partir das redes sociais.

A pesquisa mais recente, realizada com coordenação do Prof. Samuel Lima, em 2021, com dados sobre o perfil do jornalista, atesta a presença maioritária das mulheres no jornalismo. Elas são 57,8% (Lima, 2021). Essa informação corrobora dados anteriores, embora haja um pequeno declínio da presença delas em relação à pesquisa do Perfil do Jornalista de 2012 (Mick, Lima, 2013), cuja presença era de 63,7% de mulheres na categoria profissional no Brasil.

Quais seriam os motivos da presença de mais mulheres na profissão? E que significa essa mudança para o trabalho jornalístico? Em que condições trabalham essas mulheres? Quais os desafios que as diferenças de género colocam ao trabalho da jornalista? Como é que aspetos das desigualdades sociais atingem as mulheres pela diferença de género? Todas estas são perguntas potencialmente geradoras de pesquisas que precisam de ser aprofundadas. Neste artigo, a proposta é dar pistas para o debate sobre o trabalho da mulher jornalista no contexto da discussão sobre género e direitos sociais e, mais especificamente, tentar responder: como é que aspetos das desigualdades sociais atingem as jornalistas pela diferença de género? Para tanto, recorre-se à discussão histórico-conceptual do termo género; discutem-se as controvérsias entre as diferentes abordagens adotadas pelo movimento social protagonista da luta feminista; e discute-se a situação da jornalista no mundo do trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema.

Retomar o tema do gênero

Para Alice Mitika Koshiyama (2001, p. 4), “a relação de gênero homem-mulher é marcada pela delimitação do espaço permitido ou interdito à presença de todos. Assim, na origem, as cidades marcam privilégios da exclusão de gênero, que são mais antigas do que as exclusões de classe”. Nesse enunciado, a investigadora inspira a reflexão sobre a presença da mulher no espaço público, na cidade, na *polis*, o que remete para as questões da cidadania, bem como para a relação de gênero como tema de exclusão que antecede a divisão da sociedade em classes.

Koshiyama tem razão para as suas afirmações, pois a primeira divisão do trabalho foi uma divisão sexual. Na história da civilização, à mulher foi reservado o lugar do espaço privado, da esfera dos filhos e da família; e ao homem, o espaço público, da conquista e da exploração. Esse é um problema que nos remete para a história da propriedade privada. Preservar o corpo da mulher do domínio de outros homens é garantir saber quem serão os herdeiros. É assegurar o trato da propriedade enquanto se está fora. A determinação social de tipos de trabalho específicos ao universo feminino também significa atribuir papel de inferioridade à mulher, o seu lugar de submissa, apegada a detalhes, exposta às diretivas dos mais fortes. Estabelecer o que serve ou não à mulher é um ato de poder. Toda a concepção de família na nossa civilização está baseada na reclusão e na submissão da mulher. Essa trajetória de controle e submissão está relacionada com a responsabilidade da mulher por gerar a vida. O controle sobre o corpo é o controle sobre as futuras gerações e a perpetuação de uma determinada forma de organização social. A divisão sexual do trabalho, a família monogâmica, a noção de herança de pai para filhos são aspectos fundamentais nas formas de organização social e na institucionalização do poder do Estado.¹⁴ Nos sistemas de castas e de classes, à mulher mais pobre cabe o último degrau na escala de direitos sociais.

Desse modo, ao longo da história, os diferentes sistemas econômicos e sociais têm no seu cerne a submissão da mulher. Da mesma maneira e, em contraposição à discriminação e à exploração, as mulheres organizam-se e reivindicam o seu reconhecimento como sujeito social de direitos. Um dos aspectos de fundo do movimento de emancipação feminina está no questionamento das estruturas de poder. No Brasil, por exemplo, o direito de ir à escola foi uma conquista da luta feminina. Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pin, 1819-1885), fundadora da primeira escola de meninas no país, foi militante da luta emancipacionista. As reivindicações sobre os direitos no trabalho tomaram feição antes mesmo do movimento revolucionário de 1871 em França. O direito ao voto e a representação

¹⁴ Essa discussão pode ser recuperada na perspectiva de F. Engels. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

política também têm em Paris uma faceta exemplar: Proudhon, pensador e político francês, declarou as mulheres inaptas para o voto. Conforme relata Andrea D'Atri (2011, p. 1): “Quando a costureira francesa Jeanne Deroin foi indicada como candidata nas eleições de 1849, Proudhon declarou-a inapta em razão de que os órgãos para alimentar os bebês que possuem as mulheres não as tornavam adequadas para a votação”.

Simultaneamente às lutas pela emancipação feminina desenvolvem-se as políticas e as teorias sobre esse movimento social. Há estudiosos que demarcam os diferentes momentos do seu desenvolvimento. Singularizam a complexidade e a diversidade dessas lutas na metáfora das ondas. Segundo Matos (2010) e Saffioti (1986), a primeira onda das lutas feministas deu-se em torno do direito de voto, pela representação política. O movimento sufragista, como ficou conhecido, espalhou-se pelo mundo na primeira década do século XX. A União Soviética estabeleceu o direito de voto em 1917; os EUA em 1920, a Inglaterra em 1928 e o Brasil em 1932. No entanto, na Suíça, as mulheres só alcançarão esse direito em 1971. Nessa primeira fase, as reivindicações por trabalho, salário e direitos sociais inserem as mulheres nos marcos da luta por mudanças políticas e elas envolvem-se em movimentos anarquistas, socialistas e comunistas. As mulheres tiveram papel destacado na Revolução Russa e na resistência ao nazi-fascismo, inserindo-se nos principais eventos da história do século passado. Rebaixar esse período como “luta das mulheres brancas burguesas” (Bittencourt, 2015, p. 200) é reduzir a compreensão do movimento social na perspectiva da história e mesmo desvalorizar a vida de tantas mulheres do campo e das fábricas que se mobilizaram pelo feminismo.

A segunda onda, segundo Matos (2010) e Saffioti (1986), emerge com o movimento de contracultura entre os anos de 1960 e 1980, período em que as mulheres procuram ampliar o âmbito das lutas, denunciando o patriarcado, e o recorte de classe e raça presentes na opressão feminina. Para Bittencourt (2015, p.201) “é nesse período que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres”. Na chamada terceira onda, com a globalização e as correntes denominadas pós-modernistas, as questões de gênero serão retomadas no patamar de posições individualistas que veem na questão da desconstrução da natureza da identidade de gênero o eixo das lutas, as quais se dão sobretudo a nível conceptual nas universidades. Autoras como Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler e Donna Haraway propõem a reflexão sobre a desconstrução de gênero como categoria identitária e formulam a chamada teoria *queer*. Podemos sintetizar o âmago dessa teoria com a afirmação de Balieiro ([s.d.], p. 4): “A heterogeneidade do social dá margem à leitura de borramentos ou trânsitos entre as fronteiras do masculino e feminino, questionando a

naturalidade de uma norma socialmente imposta que prevê uma continuidade entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais”.

Nessa fase do desenvolvimento conceptual do tema feminismo/gênero também é formulada a concepção de feminismo interseccional. A professora norte-americana Kimberlé Crenshaw é identificada como a formuladora desse conceito. Para ela (Crenshaw, 2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceptualização do problema que procura captar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A percepção do feminismo interseccional trata, portanto, da sobreposição de discriminações e opressões como mostra a experiência de mulheres negras, índias, pobres, trabalhadoras braçais, oriundas de regiões de desenvolvimento tardio como América Latina, África e muitos países da Ásia. Esse conceito parece resgatar a relevância das lutas pelos direitos humanos, incorporados pelas diversidades interseccionais, como aponta Crenshaw. A Conferência Mundial Contra o Racismo ocorrida em 2001 na África do Sul foi bastante importante para a discussão e disseminação desse conceito. No Brasil, Luiza Barrios, ex-ministra da Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial, foi uma militante dessa concepção, destacando sobretudo como no nosso país a discriminação da mulher negra pobre nos coloca em colisão com o que propugnam os direitos humanos e a Constituição. O feminismo interseccional, desse modo, permite entrelaçar os diferentes aspetos da exploração e da discriminação, mostrando as suas sobreposições e, mais ainda, permite recolocar o movimento feminista no cenário da política, pela conquista de direitos em todos os seus aspectos. No Brasil, por exemplo, a mulher negra e pobre é a que mais sofre a discriminação no trabalho e noutras esferas sociais. Não é possível separar a questão da mulher da discussão sobre as estruturas de poder e das classes sociais.¹⁵ Trata-se de analisar como os instrumentos de poder atuam na produção de desigualdades sociais, económicas e políticas. Deste modo, a questão de género não é

¹⁵ Vale a pena citar a síntese que faz Mirla Cisne (2005, p. 4) sobre as posições entre género e feminismo: “Por outras palavras, é necessário analisar o género no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflituantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais, torna-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar o género isoladamente das determinações económico-sociais.” É salutar, no entanto, acrescentar à compreensão de Cisne (2005) o que propõe Crenshaw (2002), pois a sobreposição de discriminação e exploração tem criado a naturalização da exclusão.

um problema de diferença (a diferença é sempre bem-vinda); é um problema de desigualdade. É aí que os estudos de gênero contribuem para se entender como a opressão da mulher está vinculada a uma estrutura de poder que tem na propriedade privada o eixo da exploração.

Nesse sentido, o movimento feminista atuou em variadas frentes para a sua organização política. As controvérsias sobre a sua orientação ocuparam as páginas dos jornais produzidos pelas suas lideranças. Nesses jornais e revistas, as concepções sobre o feminismo estão manifestas. Segundo um verbete do CPDOC-FGV sobre o movimento feminista no Brasil, essa manifestação tem o seu primeiro período “na segunda metade do século XIX, quando uma série de jornais editados por mulheres levantou a questão da emancipação feminina através da reivindicação do acesso à educação e à instrução” (CPDOC-FGV, s/d).

Esses registros podem ser destacados durante todo o século XX, pois a participação da mulher na luta por direitos foi intensa e conjunta aos demais sectores da sociedade. Na década de 1970, período da ditadura civil-militar, o movimento feminista brasileiro jogou um papel fundamental no processo de redemocratização. O CPDOC da FGV registra inúmeros jornais e revistas feministas cujas bandeiras ligavam o movimento pelos direitos da mulher à luta mais ampla pela democracia e pela liberdade de expressão, contra a ditadura civil-militar que se instalou no país em 1964.

Como principais jornais do movimento, beneficiando de uma difusão nacional, pode-se mencionar o *Brasil-Mulher* (16 números, publicado entre 1975 e 1979), o *Nós-Mulheres* (oito números, publicado de 1976 a 1978) e *Mulherio* (1981-1988). Mas muitos dos grupos e associações mencionados realizaram e difundiram inúmeros boletins e jornais, a maioria de duração efêmera e difusão restrita (CPDOC-FGV, s/d).

Mulheres, jornalistas ou não, fundaram e produziram publicações periódicas que colaboraram para difundir o ideário feminista. Esse foi um momento muito rico da história do feminismo no Brasil. A sua memória precisa de ser estudada pelas novas gerações para que se possa avançar nas conquistas em relação às reivindicações e à compreensão do movimento no que ele contribuiu na sua prática organizativa e na sua herança conceitual e teórica.¹⁶ É de se registrar a persistente presença dos jornais e das jornalistas feministas no protagonismo dessas lutas.

Nesse contexto, há o exemplo histórico da presença de Clara Zetkin, professora e jornalista, no movimento feminista internacional e a sua ampla atuação para dar à luta das mulheres a abordagem

¹⁶ As contribuições mais amplas para o debate sobre gênero, feminismo e capitalismo podem ser encontradas em pensadoras como Heleieth Saffioti (2000), Lelita Oliveira Benoit (2000), Maria Lygia Quartim de Moraes (2000), Clara Araújo (2000) e Mary Garcia Castro (2000), entre outras.

classista necessária ao seu avanço. Importante instrumento dessa luta foi o jornal *Die Gleichheit* (A Igualdade), criado em 1892, e do qual Clara Zetkin foi redatora-chefe até à sua extinção, em 1917. O jornal, como meio de discussão e divulgação das ideias emancipacionistas, ajuda Clara Zetkin na organização de conferências internacionais do movimento feminista. Na segunda conferência, em 1910, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai propõem o Dia Internacional da Mulher, como uma jornada anual pelos direitos da mulher pela emancipação e pelo socialismo. Tal como a luta emancipacionista geral, a luta das mulheres pela igualdade de direitos contou com a presença de mulheres jornalistas e do jornal como meio de expressão das suas reivindicações e propostas de mudança.

A jornalista e a discriminação no mundo do trabalho

No Brasil, o mercado de trabalho, em relação à abertura de mais vagas para as mulheres, tem oscilado. Clemente Ganz Lucio, diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de um trabalho publicado pelo IBGE com dados do censo de 2010, comenta quanto o mercado de trabalho incorporou as mulheres na última década, fazendo que, de modo geral, 55% delas participem com vínculos regulares. Mas essa realidade é acompanhada, segundo dados da pesquisa que Lucio comenta, por salários menores que os dos homens. “É recorrente ainda observar salários menores para mulheres que ocupam funções idênticas às dos homens. Em 2010, o rendimento médio era de R\$ 1587 para eles e de R\$ 1074 para elas, o que corresponde a 68% da remuneração masculina” (Lucio, 2017, s/p.).

A reivindicação de salários iguais para o mesmo tipo de função ou profissão entre homens e mulheres, bem como a ascensão a cargos na hierarquia das carreiras, sempre foi tema da luta feminista e ainda é válida na atual conjuntura. No trabalho jornalístico alguns desses aspectos têm-se alterado para melhor, visto que os postos de trabalho têm vindo a ser ocupados por uma maioria de mulheres, muito embora os salários permaneçam muito baixos.

O perfil profissional no jornalismo em grande parte do mundo é feminino e jovem, com menor permanência de tempo na profissão. Pesquisas no Brasil (Figaro, 2013; Mick & Lima, 2013); em França (Damian-Gaillard, Frisque & Saïtta, 2010) e em Portugal (Silveirinha, 2004) mostram que as profissionais do jornalismo têm escolaridade de nível superior (mesmo quando não obrigatória e específica) e o perfil profissional tornou-se polivalente. Trabalham em diferentes tipos de veículos de *media*, com linguagens e tecnologias analógicas, digitais ou híbridas.

Os motivos dessa mudança de perfil no jornalismo têm em comum a urbanização, o crescimento da população feminina, o aumento da formação profissional de nível superior entre as mulheres, a relevância da comunicação na sociedade contemporânea – sobretudo de veículos como a televisão –

e o advento da internet. No seu estudo sobre as mulheres jornalistas de São Paulo, Rocha (2004, p. 105) salienta que o aumento da remuneração salarial, a especialização profissional das redações com várias editorias, a exigência de maior nível de conhecimento no conjunto da redação, as mudanças tecnológicas com o surgimento do jornalismo *on-line*, das televisões digitais e da internet propiciaram “a inserção de mulheres nas redações”.

Mesmo com esses avanços, a profissão de jornalista é caracterizada pela sociologia das profissões como um campo ainda não sedimentado (Bonelli, 1993; 2002; e Freidson, 1996; 1998), sobretudo pela questão da não obrigatoriedade de formação específica como acontece em vários países. Embora a questão profissional e dos respectivos saberes seja polémica e nos remeta para a disputa entre campos científicos e o poder, uma coisa é certa: há grande procura por cursos de formação de nível superior na área, bem como de cursos de especialização e mestrados profissionais. No entanto, Rocha (2004, pp. 107-108) discute que a estratificação profissional é um tema recorrente, cujo “sistema informal de credenciamento, interno e competitivo, (...) utiliza critérios discriminatórios como género, raça, religião, etnia e cultura de classe”. Esses elementos discriminatórios confluem para modelar “carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão”.

A “estratificação na profissão” relaciona-se também com as linhas editoriais dos veículos jornalísticos hegemónicos. Nesse contexto, o jornalismo não difere de outras profissões. E, no que diz respeito à mulher, os ingredientes discriminatórios são os tradicionais: salários mais baixos do que os dos homens, cargos inferiores, dificuldades em obter promoção na carreira para ascensão profissional. Francisco Sant’Anna (2002, p. 13) cita a discriminação da jornalista nas suas rotinas de trabalho. A elas são destinadas temas de menor relevância e sempre são destacados os valores da aparência para que se dê destaque a uma profissional. O autor afirma:

(...) a jornalista mulher sofre, inclusive, discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas considerados de maior complexidade ou que potencialmente terão maior impacto na opinião pública são canalizados, numa forma de privilégio, para os jornalistas do sexo masculino. A estética, principalmente na televisão, é outra forma de segregação. Mulheres negras, gordas, ou mulheres tidas como feias, que não atendam ao *standard* anglo-caucasiano, não encontram tantas oportunidades de trabalho como repórteres em emissoras de TV quanto aquelas que atendem aos padrões de estética machistamente estabelecidos.

Há também forte percepção de discriminação profissional, chegando mesmo ao assédio sexual e à violência. Parece inimaginável que uma redação presencie tais atos, mas eles são frequentes e presentes em muitos países. A pesquisa “Violence and harassment against women in the news media: a global picture”, realizada pela International Women’s Media Foundation e pelo International News

Safady Institut (Barton & Storm, 2014), entre agosto de 2013 e janeiro de 2014, com uma amostra¹⁷ constituída pela técnica da bola de neve, com mais de mil mulheres jornalistas em todo o mundo (América do Sul/Latina, EUA, Europa, Ásia e Pacífico, Estados Árabes, África), trouxe indicações alarmantes no que diz respeito ao assédio e à violência contra as profissionais do jornalismo. A maioria das respondentes eram jornalistas/repórteres, editoras e produtoras; tinham idades entre 18 e 34 anos; a maioria delas identificou-se como empregada, trabalhando em jornais ou *media on-line*. Entre as respondentes, dois terços (64,8%) disseram ter experimentado atos de “intimidação, ameaça e abuso” em relação ao seu trabalho. Os relatos mais frequentes foram aqueles que classificaram esses atos como abuso de poder ou de autoridade, perpetrados por pessoas do sexo masculino em posição de chefia, supervisores, colegas de trabalho, entrevistados, funcionários do governo, polícias. Do total das respondentes, 21,6% afirmaram ter sofrido violência física durante o exercício do seu trabalho; 14,3% relataram ter sofrido violência sexual no trabalho; e 47,9% sofreram assédio sexual no trabalho.

Essas informações foram extraídas das respostas de profissionais do jornalismo atuantes em diferentes partes do mundo. Um exemplo de depoimento registrado pela pesquisa (Barton & Storm, 2014, p. 13, tradução nossa) foi o de uma jornalista norte-americana que afirmou:

Após relatar (...) perseguição e intimidação, eu fui a única enviada para casa e a quem retiraram as suas responsabilidades normais. Rapidamente a investigação se voltou contra mim. Foram revelados e discutidos pelos meus supervisores detalhes embaraçosos sobre a minha vida pessoal. O departamento de RH colocou-se contra mim com base em informação factual errada, e eu recorri da decisão. Após o apelo, que também me causou pressão emocional extrema e pânico, o meu assediador deixou o trabalho com um muito generoso pacote de demissão... Eu nunca recuperei do *stress* da elaboração de relatórios, e não estou certa se deveria ter feito isso.

Este tipo de assédio e violência sexual geralmente é tratado como desvio moral individual, degeneração comportamental de um homem. Mas não se trata disso. Esta pesquisa global revela, mesmo sem que a amostra tenha validade estatística e de generalização, quanto tais tipos de procedimentos estão arraigados e estruturados socialmente e contam inclusive com a complacência daqueles que deveriam impedir e punir tais acontecimentos.

A explicação cabível deve ser dada por um entendimento que extrapole o aspecto individual e compreenda a situação da mulher no âmbito mais amplo do que significa o poder sobre o corpo feminino e o controle dele no sentido da perpetuação da estrutura social e da lógica da exploração do mercado. Trata-se, sem dúvida, segundo Bourdieu (2002), de uma tradição incrustada na vida

¹⁷ A amostra neste caso tem representatividade social. Não se configura como amostra estatística.

quotidiana, reiterada pela família, pela escola e pelos meios de comunicação. São atitudes e comportamentos naturalizados que colocam a mulher num lugar inferior, subalterno, o que justificaria o trabalho redobrado, jornadas duplicadas e extensas, o papel de cuidadora do lar e dos filhos, entre outras responsabilidades caracterizadas como da mulher. Mas, além desses aspectos, o imperativo é o da dominação de classe por meio da submissão da personalidade, da exploração do tempo, da descaracterização do espírito de cidadania e de autonomia da mulher. Como força de trabalho mais barata, submissa e reprodutora do *statu quo*, a mulher – e, no caso, a mulher jornalista – torna-se ou vítima dessa estrutura ou vítima e guardiã dela.

No Brasil, a situação da jornalista como mulher trabalhadora padece da mesma discriminação e dominação. Recente pesquisa,¹⁸ realizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, obteve a participação de 535 jornalistas, de vários estados do país, que responderam a um questionário disponível no *site* daquela instituição, no período de março a maio de 2016. A pesquisa revela que 77,9% das respondentes afirmaram ter sofrido assédio moral por parte de chefes e/ou colegas de trabalho; 44,7% asseguraram ter sofrido violência durante o trabalho de cobertura jornalística; 78,5% responderam ter sofrido com atitude machista por parte de entrevistados; 70,7% disseram acreditar que foram excluídas de uma pauta [agendamento] por serem mulheres; 61,5% declararam já ter vivido situações em que o colega de trabalho recebe maior salário desempenhando igual função; e 86,4% das respondentes consideraram que mulheres negras têm menos oportunidades no jornalismo.

As declarações demonstram como as redações são tradicionalmente lugares de práticas machistas. Exemplo extremo é o do diretor de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, Pimenta Neves, que assassinou, em 2000, a jornalista e namorada, Sandra Gomide. Ele foi condenado a 18 anos de prisão, mas não passou mais do que cinco anos em reclusão e atualmente cumpre pena em regime aberto.¹⁹ Na ocasião, muito se ouviu de que a jornalista o traía com outro e que ele estaria sob *stress*, vivendo à base de sedativos, daí o crime. Esta retórica é bem conhecida e repete-se no cotidiano de milhares de mulheres que sofrem violências dos seus parceiros, maridos, namorados e até do pai e de outros familiares.

¹⁸ Esta pesquisa não tem base amostral estatística. É uma pesquisa exploratória que se caracteriza pelo levantamento de informações para posterior formulação de políticas de atuação sindical. No entanto, é reveladora de um ambiente desfavorável ao desempenho profissional da jornalista.

¹⁹ *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2017. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1740615-jornalista-pimenta-neves-sai-da-prisao-e-cumpr-pena-em-casa-desde-o-dia-10.shtml

No artigo “Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito”, Ana Carolina Temer, Francisco de Assis e Marli dos Santos (2014, p. 84) apresentam o resultado de uma pesquisa sobre o trabalho de imersão realizado por jornalistas, sublinhando que “a falta de tempo e/ou de infraestrutura da empresa jornalística e o desvio de caráter de certos profissionais foram apontados como limitadores da cobertura jornalística”. Profissionais por eles entrevistadas também reforçaram a marca da discriminação e da baixa autoestima. Vejamos algumas declarações destacadas:

Eles [os entrevistados] acham que a gente é mais fácil de enganar. E não são só os homens, mesmo as mulheres; quando são responsáveis, olham para as jornalistas mulheres e acham que podem levar na conversa.

Para a mulher é mais difícil, vivemos num mundo machista. Se você vai fazer uma matéria de denúncia é comum ser subjugada (...)

O que os homens fazem? Primeiro, mulher não é capaz de colher informações. A mulher não teria essa ousadia... Depois, somos intimidadas a respeitar os entrevistados [por causa do cargo ou da sua condição]. [As fontes entrevistadas] usam artifícios para desmobilizar (...) (Temer, Assis & Santos, 2014, p. 87).

Os relatos das profissionais fazem-nos constatar a coerção para a submissão. Para manter o emprego, sabe-se que se deve aceitar a submissão e a dominação. Há o sofrimento sobre a consciência da submissão. Os autores também lembram que ao “desprezo e à intimidação” se soma o discurso da “proteção” (Temer, Assis & Santos, 2014, p. 87), usado como argumento para não colocar a mulher em risco. Trata-se de uma concepção enviesada, uma vez que, ao afirmar proteger, exclui e impede a realização profissional e o exercício do livre arbítrio. O sentido de gênero do termo “proteção” não considera, no entanto, o respeito pelas condições de trabalho e saúde, o salário e demais direitos laborais.

Roberto Heloani (2012) constata na sua pesquisa que o *stress* e o sentimento de humilhação são causadores de muitos problemas de saúde nos profissionais jornalistas, e as mulheres não estão isentas. Durante cerca de dez anos ele tem estudado a saúde desses(as) profissionais e procurado as causas das suas incidências. O assédio moral tem sido apontado como parte dessas motivações.

Na nossa pesquisa, “As mudanças no mundo do trabalho do jornalista” (Figaro, 2013, p. 105), constatamos a excessiva carga de trabalho para os(as) profissionais, a precarização dos contratos de trabalho (PJ²⁰ e *freelancer* fixo), o ritmo acelerado e a insatisfação com as condições para o exercício do trabalho bem feito, sobretudo no que diz respeito à apuração. A afirmação da jovem jornalista

²⁰ Contrato de prestação de serviços.

Aline (nome fictício), de 28 anos, explica de maneira clara as injunções do mercado: “Não foi uma escolha ser *freelancer*, com certeza. (...) As empresas acabam te levando para um caminho para que no final você acabe se tornando um profissional desse tipo”.

Trabalhar a partir de projetos, em *home office*, coloca à profissional outras dificuldades na rotina produtiva. Os tempos e as exigências não sofrem interrupção, são contínuos, e a remuneração da mulher é mais baixa. Fabiana (nome fictício), de 29 anos, falou-nos sobre a sua experiência numa agência de notícias e num projeto sob sua responsabilidade:

Eu tenho que ir [almoçar] até às três e meia porque acaba a comida do restaurante. Muitas vezes eu já deixei passar e não tinha mais comida no restaurante, principalmente no final desse projeto, que foi uma carga de trabalho muito grande. A gente passou nove meses fazendo o trabalho, então no final, que era de redação e edição, a gente (...) [uma colega] passou uma semana comigo para trabalharmos um pouco juntas, mas tudo remoto, 99% remoto, e eu ia dormir cada dia mais tarde e acordava cada dia mais cedo. Cada dia mais tarde significava três horas da madrugada e mais cedo, seis horas da manhã (Figaro, 2013, p. 95).

A sobreposição de funções (redação e edição) também não é novidade na área, e as equipas cada vez mais pequenas têm uma carga de trabalho demasiado pesada. Nos meios digitais e na atividade à distância, essa carga, muitas vezes, ainda se junta à dupla ou tripla jornada de trabalho em casa, no cuidado dos filhos, na preparação da alimentação, da limpeza da casa. Nessas situações, a jornalista passa pelo mesmo dilema que a maioria das mulheres que atuam no mercado de trabalho.

O trabalho isolado, fora da redação, também tem os seus problemas. Muitas vezes pode criar defeções sobre a própria conceção do trabalho jornalístico. Isso tem-se manifestado como preocupação para as profissionais e é uma forma de sofrimento no trabalho. Mariana (nome fictício), de 31 anos, disse-nos compreender o jornalismo como um trabalho coletivo e que precisa das interações com outros colegas para que o produto final possa ser melhor. Ela tem consciência da necessidade de ações colaborativas:

(...) mesmo durante o processo isolado, a produção nunca é de um jornalista. Nunca. (...) É um trabalho colaborativo. (...) e aí sempre alguém tem uma ideia para complementar: “Olha, isso aqui ... será que não saiu não sei aonde?” Ou então: “Olha, não seria legal ver tal coisa?” É muito legal quando a gente faz isso, reunião editorial e tal. Mas, mesmo durante o processo isolado, a produção nunca é de um jornalista. Nunca. Porque ele contou com a sugestão de um colega, aí ele vai apurar. É, ele faz aquela seleção. (...) Aí vem o editor, (...) passa por uma série de cabeças” (Figaro, 2013, p. 58).

Essas profissionais *freelance* enfrentam todo o tipo de precariedade: desde a falta de vínculo laboral e segurança social até condições de densificação do trabalho, realizadas por meio da aceleração do tempo e do ritmo de trabalho, até à extensão das jornadas. Essas condições são criadas pela forma

como as empresas jornalísticas organizam o negócio da notícia. A vinculação com o mercado financeiro e com as lógicas globais de organização do capital, impedem que o(a) trabalhador(a) e o produto jornalístico recebam a atenção da empresa e tenham prioridade em termos de qualidade de vida e do produto elaborado.

Esse quadro de problemas intensificou-se no período da pandemia de Covid-19. Duas sondagens de carácter exploratório foram realizados pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT, para acompanhar como trabalharam os comunicadores durante a pandemia, uma em 2020 e outra em 2021 (Figaro et al. 2020; e 2021). Chama a atenção a situação das jornalistas com filhos que, no trabalho em casa, ficaram sobrecarregadas com os cuidados da casa, das crianças e com a intensificação do trabalho, pois o trabalho em casa mantém a conexão da trabalhadora por um período maior de horas, bem como exige o uso de múltiplos aplicativos para a gestão do trabalho com a equipa, com as fontes e para a circulação da produção jornalística.

Um facto novo foi revelado, em 2018, na pesquisa do CPCT sobre a presença maioritária de mulheres nos novos arranjos de trabalho no jornalismo. São grupos de profissionais, experientes, iniciantes e voluntárias que se unem para formar uma organização para o trabalho jornalístico. Elas lideram muitas dessas iniciativas e inclusive a temática de género tem sido apropriada em diferentes aspetos na cobertura jornalística e na criação de veículos de comunicação especializados a partir de uma abordagem feminista. Trata-se da pesquisa “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho dos jornalistas em arranjos económicos alternativos às corporações de mídia” (financiamento da agência Fapesp 2016/06992-3). No levantamento realizado no Brasil sobre os novos arranjos do trabalho do jornalista, a pesquisa identifica 180 iniciativas. Destas, 70 estão na Grande São Paulo, região metropolitana com mais de 20 milhões de habitantes. Essas 70 iniciativas de trabalho jornalístico independente dos grandes conglomerados de *media* têm grande liderança de mulheres jornalistas. Em 54,2% desses arranjos há dirigentes mulheres, sendo 28% delas fundadas e dirigidas por mulheres jornalistas; e 17% dos arranjos jornalísticos com presença nas direções de homens e mulheres jornalistas.

Estes dados corroboram a presença maioritária das mulheres jornalistas na profissão; afirmam a postura de protagonismo dessas profissionais que, em situação de precarização do trabalho e desaparecimento dos empregos, buscam alternativas para exercerem o jornalismo; e mais do que isso, buscam exercer a profissão de modo a praticar um jornalismo responsável com as questões sociais que afligem grande parte da população. Praticam um jornalismo preocupado com a cobertura sobre os direitos humanos, as questões de género, do direito à educação, à política, mas também aos temas culturais: a música, o futebol, o cinema. Muitas dessas novas iniciativas jornalísticas, onde elas têm

a dianteira, são responsáveis por pautar e discutir os temas relativos a feminismo e gênero. Entre os 70 novos arranjos da pesquisa, podemos destacar alguns cujos propósitos editoriais estão vinculados às temáticas de gênero e feminismo nas suas diferentes vertentes: AZMina, Geledés, Gênero e Número, Lado M, Mulher no cinema, Nós, mulheres da Periferia, Ovelha Mag, Revista Capitolina, Think Olga e Blogueiras Negras. Como exemplo, podemos destacar o texto de apresentação da iniciativa jornalística Ovelha Mag:

Ovelha é uma revista digital para mulheres que não se sentem representadas pelas revistas nas bancas de jornais e buscam um conteúdo divertido e irreverente, alternativo ao que a mídia tradicional aborda para o público feminino (Recuperado de ovelhamag.com. Acesso em 13 fev. 2023).

A perspectiva alternativa ao *statu quo* empresarial jornalístico está claramente manifesta. O enunciado remete ao interdiscurso que conta com a memória das leitoras – representada pelas revistas nas bancas de jornais – para, em contraposição, afirmar o produto editorial Ovelha Mag. Oferecem à leitora, portanto, uma interlocução que está para além dos modelos de beleza, de comportamento e de visão de mundo vendidos nas tradicionais revistas.

Esses novos arranjos do trabalho do(a) jornalista estão a configurar-se como possibilidade/tentativa de exercício profissional distante dos enquadramentos das empresas tradicionais de *media*. A par de toda a dificuldade de sustentação, verifica-se o vigor e o compromisso desses(as) profissionais em realizar o seu trabalho. Cada qual busca um nicho específico, testando as possibilidades criadas pelas tecnologias mais leves e pelo barateamento delas. Enfrentam também as limitações políticas, os processos e cerceamentos. Por outro lado, buscam pautas criativas, inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo dos seus públicos, numa colaboração estreitada pela empatia e pelas possibilidades de interlocução mais participativa.

A termo de considerações finais

Para explicitar a complexidade das questões envoltas na presença da mulher no jornalismo e delimitar pontos de vista sobre esse tema, vale a pena destacar ainda o registo que faz Souza ao afirmar que:

Se as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, acreditar que a presença de mulheres no jornalismo pode fazer alguma diferença para melhor ou para pior no exercício da profissão traduz um pensamento essencialista. (...) O desenvolvimento de um jornalismo de mais qualidade, com informações que atendam aos propósitos de mais valorização e respeito dos direitos humanos da mulher se dará via mudança de cultura e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas com isso (Souza, 2009, p. 9).

A autora compreende os desafios que, para além da presença da mulher no jornalismo, é necessário

que essa mulher jornalista tenha clareza sobre a relevância e os compromissos do jornalismo com a melhoria das condições de vida das maiorias. Os desafios profissionais são grandes. Elas não querem menos. Querem respeito em relação ao seu ser e ao seu fazer. O modo de produção do sistema do capitalismo financeiro e informacional coloca às mulheres jornalistas o desafio de compreender a luta feminista no contexto e na relação com as lutas gerais por emancipação. Os avanços tecnológicos têm um ritmo de apropriação pelo capital que subsume os direitos e o respeito pelo trabalho das pessoas. Todas as problemáticas da discriminação de gênero se mantêm no jornalismo com os novos *media*. A convergência mediática e discursiva pode abrir possibilidades para as mulheres jornalistas, mas essa não é uma característica inerente aos meios tecnológicos, sobretudo porque esses meios estão a ser apropriados pela lógica mercantil. Reiteramos: a questão de gênero no jornalismo transcende a sua particularidade, é uma problemática vinculada à superação da discriminação e da dominação imposta à mulher pela estrutura de poder vigente. A conquista de respeito e direitos na profissão para a mulher significa a conquista de uma sociedade mais igualitária e democrática.

As lutas feministas inserem-se na perspectiva da mudança estrutural da sociedade. As questões de gênero não são tangenciais. São eixos de transformações profundas da sociedade em relação à propriedade privada, à distribuição de rendimentos, à discriminação racial/étnica.

A mulher jornalista também sofre a discriminação e a dominação no trabalho, tal como a maioria das mulheres no mundo. Os estudos feministas classistas apontam que essa realidade só pode ser superada de maneira a compreender-se a complementaridade da luta das mulheres com as lutas mais gerais por igualdade e emancipação. E, nesse sentido, o conceito de feminismo interseccional contribui para a compreensão de como o tema do gênero é interseccionado pelas questões de classe e raça/etnia. As pesquisas mostram que as jornalistas, no Brasil e no mundo, são a maioria dessa categoria profissional e a discriminação de gênero aparece no jornalismo na forma de redução salarial, de sobreposição de tarefas, na precarização do trabalho e, ainda, nas formas de assédio moral e sexual. É salutar apontar também que uma parte importante dessas profissionais tem procurado alternativas de trabalho que possibilitem o exercício profissional para um jornalismo de qualidade cujas agendas sobre os direitos humanos e os temas de gênero e feminismo possam ser reportados.

Bibliografia

- Araújo, C. (2000). Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 65-70. Recuperado de www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf
- Balieiro, F. F. [s.d.]. *O queer e o conceito de gênero*. Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gêneros e Sexualidades. UFSCAR, p. 4. Recuperado de www.ufscar.br/cis/2011/10/o-queer-e-o-conceito-de-genero/.
- Barton, A.; Storm, H. (2014). *Violence and harassment against women in the news media: a global picture*. Washington, D.C., London: International Womens Media Foundation, International News Safady.
- Benoit, L. O. (2000). Feminismo, gênero e revolução. *Crítica Marxista*, n. 11, pp. 76-88.
- Bonelli, M. G. (2002). *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos: Edufscar.
- Bonelli, M. G. (1993). As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. *ANPOCS BIB*, n. 36, pp. 31-61, 2º sem.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica* (2ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Castro, M. G. (2000). Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11, pp. 98-108. Recuperado de www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf
- Cisne, M. (2005). *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. Anais do 4º Colóquio Marx Engels. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF
- Costa, M. E. (2008). Mulheres jornalistas venceram e dominam a arte de informar. *Unidade*, São Paulo, n. 305, pp. 3-6, mar. Recuperado de docplayer.com.br/56779650-Mulheres-jornalistas-consolidam-maioria-na-categoria-paginas-3-a-6-a-tv-digital-no-foco-dos-reporteres-cinematograficos.html
- CPDOC-FGV. [s.d.] Movimento feminista (verbete). Recuperado de www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1), pp. 171-188.
- Damian-Gaillard, B.; Frisque, C.; Saïtta, E. (2010). *Le journalisme au féminin: assignments, inspirations, strategies*. Rennes: PUR.
- D'Atri, A. (2011). *A participação das mulheres na comuna de Paris*. Conferência 140 anos da Comuna de Paris. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó (Santa Catarina, Brasil). Recuperado de nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2011/05/participacao-das-mulheres-na-comuna-de.html
- Figaro, R. (2013). Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In R. Figaro, C. Nonato & R. Grohmann (Orgs.), *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista* (pp. 7-143). São Paulo: Atlas.
- Figaro, R., Nonato, C. Kinoshita, J. (2017). *Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais*. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR. Recuperado de portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0420-1.pdf
- Figaro, R. et.al. (2021) Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19: ...1 ano e 500 mil mortes depois. Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT, ECA-USP. Disponível em : http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/
- Figaro, R. et.al. (2020) Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19 ?

Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT, ECA-USP. Disponível em : http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/relatorio-de-pesquisa-como-trabalham-os-comunicadores-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/

Freidson, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp.

Freidson, E. (1996). Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, pp. 141-145.

Giffin, K. (1999). Poder e prazer: considerações sobre o gênero e a sexualidade feminina. In: M. Ribeiro (Org.), *O pensar e o prazer* (pp. 176-183). São Paulo: Gente/Cores.

Giffin, K. (1991). Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, pp. 190-200, abr./jun.

Heloani, R. (2012). *O Trabalho do Jornalista: Estresse e Qualidade de Vida*. São Paulo, Unicamp.

Koshiyama, A. M. (2001). *Mulheres jornalistas na imprensa brasileira*. Anais do 24º Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação, 24, Campo Grande. São Paulo: Intercom. Recuperado de www.portcom.intercom.org.br/pdfs/151284998075557168343153827227545496185.pdf

Lima, S. coord. (2021) Perfil do Jornalista Brasileiro 2021.

Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis : Quorum. Disponível em : <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>

Lucio, C. G. (2017). Mulher, mercado de trabalho e desigualdade. *Brasil Debate*. Recuperado de brasildebate.com.br/mulher-mercado-de-trabalho-e-desigualdade/

Matos, M. (2010). Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>

Mick, J., Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis, Insular.

Quartim de Moraes, M. L. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 89-97.

Rocha, P. M. (2004). *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira* (Doutorado em Ciências Sociais). Recuperado de repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412

Saffioti, H. (1986). Feminismos e seus frutos no Brasil. In: E. Sader (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez.

Saffioti, H. (2000). Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 71-75.

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sant'anna, Francisco. (2002). Mulheres procuram dignidade nos dois lados da mídia. In: E. Nardelli, F. Sant'anna (Orgs.), *Mulher e imprensa na América Latina* (pp. 11-16). Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Unesco.

Sayão, D. T. (2003). Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.

Silveirinha, M. J. (Coord.). (2004). *As mulheres e os media*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. (2016). *Pesquisa Desigualdade de Gênero no Jornalismo*. Brasília, 8 pp. Recuperado de www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf

Souza, A. F. C. (2009). *Mulheres jornalistas – percursos e percalços*. Anais do V Enecult. Recuperado de www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf

Temer, A. C. R. P., Assis, F, Santos, M. (2014). Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito. *Media & Jornalismo*, Lisboa, n. 25, pp. 75-90.

Notas biográficas dos autores

Beatriz Santiago

Natural de Beja. Licenciada em Matemática Aplicada e Computação, mestre em Matemática e Aplicações na vertente de Probabilidades e Estatística pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Desenvolvimento de projetos na área de dinâmica de populações e de modelos epidemiológicos. Consultora na empresa NTT Data.

Duarte Rolo

Licenciado e mestre em Psicologia Clínica pela Université Paris Descartes e doutorado em Psicodinâmica do Trabalho pelo Conservatoire National des Arts et Métiers (Prof. Christophe Dejours). *Maître de conférences* (professor associado) de Psicologia, Institut de Psychologie Henri Piéron, Université de Paris. Investigador associado no Grupo de Estudos de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado no Dinâmia'CET do ISCTE-IUL e investigador associado do Institut de Psychodynamique du Travail (Paris). Membro da Associação Internacional dos Especialistas em Psicodinâmica do Trabalho e da Association Française de Psychopathologie et Psychodynamique du Travail. Membro do comité de leitura da revista *Travailler*.

Henrique Manuel Santos Silveira de Oliveira

Professor auxiliar com agregação do Departamento de Matemática (DM) do Instituto Superior Técnico. Licenciado em Física, mestre em Matemática Aplicada e doutor em Matemática pela Universidade Técnica de Lisboa.

É docente da área científica de Sistemas Dinâmicos e Equações Diferenciais, tendo lecionado as seguintes unidades curriculares: Análise Numérica, Computação, Álgebra Linear, Análise II e IV, Matemática I e II, Equações Diferenciais Ordinárias e Teoria de Bifurcações em Equações Diferenciais, além de cadeiras de seminário e monografia. Leciona a cadeira recém introduzida de Música e Matemática e de Equações Diferenciais Ordinárias.

Desenvolve a sua atividade científica no âmbito do Centro de Análise Matemática Geometria e Sistemas Dinâmicos – CAMGSD, unidade acreditada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As principais áreas de especialização são a análise de sistemas dinâmicos discretos, sincronização, bifurcações de sistemas dinâmicos não lineares e dinâmica de populações.

Foi vice-presidente do Departamento de Matemática do Instituto Superior Técnico de 2016 a 2020; vice-presidente do Centro Internacional de Matemática nos dois mandatos anteriores, de 2013 até

2020. É actualmente Pró-Reitor da Universidade de Lisboa e membro da comissão de publicações da European Mathematical Society.

João Areosa

Licenciado em sociologia. Pós-graduado em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Mestre e Doutor em sociologia do trabalho e das organizações pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Professor Adjunto na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS). Investigador integrado no Centro de Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa e Lisboa. Diretor do Conselho Editorial da revista Segurança Comportamental. Membro da estrutura organizativa da Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho - RICOT. Membro do conselho de edição do International Journal on Working Conditions. Membro da direção do OCVT - Observatório das Condições de Vida e Trabalho – Associação Científica.

Miguel Amaral

Doutor em Engenharia e Gestão Industrial e mestre em Engenharia e Gestão de Tecnologia pelo IST, U. Lisboa. É ainda licenciado em Economia, possui um diploma de formação avançada em Ciências da Comunicação e formação (3 anos) em Artes Plásticas. É professor no Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico e investigador no Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+/IST, onde integra o Laboratório de Políticas e Gestão de Tecnologia. Fundou e coordena o Laboratório de Inovação Social (SILAB) no IST. Os seus interesses de investigação e ensino versam a mudança tecnológica (empreendedorismo, inovação), com foco no capital humano e impacto social.

Rafael Grohmann

Professor Assistente de Media Studies com foco em Critical Platform and Data Studies na Universidade de Toronto Scarborough (UTSC) e da Faculdade de Informação (iSchool) na mesma instituição. Líder da Iniciativa DigiLabour. Investigador da Rede Fairwork. Membro do Conselho Editorial das revistas Big Data & Society e Work, Employment and Society. Membro do Conselho Acadêmico do Center for Critical Internet Inquiry (C2i2), UCLA. Membro do Conselho Fundador da Labor Tech Research Network. Suas linhas de pesquisa incluem cooperativismo de plataforma e plataformas de propriedade dos trabalhadores, trabalho e IA, organização de trabalhadores, trabalho em plataforma, comunicação, jornalismo e trabalho. É autor de, entre outros, Os Laboratórios do

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Professor Assistente de Comunicação Social / Jornalismo, Membro Permanente do Programa de Doutorado em Comunicação e Territorialidades e Professor Convidado do Programa de Doutorado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente é Diretor Científico da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR, 2021-2023) em segundo mandato. É pesquisador do Observatório da Mídia (Ufes), do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (Ufes) e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (ECA-USP). Autor de, entre outros, Ensaio Crítico sobre Jornalismo (no prelo).

Raquel Varela

Historiadora, investigadora e professora universitária na FCSH-UNL. Em fevereiro de 2021 realizou as suas provas de agregação no ramo de História, com especialidade em História Contemporânea, na FCSH/Universidade Nova de Lisboa (aprovadas por unanimidade). Em 2020 recebeu o Prémio da Associação Ibero-Americana de Comunicação/Universidade de Oviedo, Espanha, pelo seu contributo para a história global do trabalho e dos movimentos sociais. Em 2020 foi a primeira distinguida com a bolsa de investigação Simone Veil, Project Europe-Universidade de Munique. Em 2021, foi *visiting fellow* no Instituto de Estudos Globais Europeus da Universidade de Basileia, Suíça. É *honorary fellow* do International Institute for Social History (Amsterdam). É Presidente do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho na FCSH/Nova4Globe. Em 2021 fundou o Social Data - Plataforma Digital de Ciências Sociais na FCSH/Nova4Globe, que coordena. Em 2013 e 2020 recebeu o Santander Prize for Internationalization of Scientific Production (UNL). Foi professora visitante internacional (2015-2019) no Programa de Pós-Graduação de História da UFF, Rio de Janeiro, Brasil, onde foi responsável por unidades curriculares em História Global do Trabalho.

Roberto della Santa

Investigador integrado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH NOVA) desde 2019, professor colaborador da Escola de Gestão do Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa (ISEC Lisboa), desde 2020 e, atualmente, coordenador científico do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida da Plataforma Interdisciplinar Nova4TheGlobe (UNL Reitoria). Integra o Grupo de Estudos Globais do Trabalho e dos Conflitos Sociais na linha de Teoria e Metodologia do Trabalho (GEGTCS, Lisboa). Os seus livros mais

recentes são: *Trabalhar e Viver no Século XXI* (coorg. Duarte Rolo), *Estudos Globais do Trabalho* (coorg. Pamela Cabreira) e *Otimismo da Vontade, Pessimismo da Razão* (aut. Roberto della Santa) [Edições Húmus, Porto, 2020, 2021 e no prelo]. Para além das formações iniciais em Comunicação Social / habilitação em Jornalismo (UNESP, 1998-2002) e/ou Ciências Sociais / Vertente de Sociologia (UEL, 2010-2012), finaliza atualmente a nova licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas / Ramo de Estudos Ingleses e Portugueses (UNL, 2019-2021). Tem experiência de investigação nas áreas de teoria social crítica, metodologia das ciências sociais e estudos sociais do trabalho, com especial ênfase em história das ideias, sociologia da cultura e questões do modo de vida constitutivas do ser social. É um ex-jornalista, cientista social, investigador e professor.

Roseli Figaro. Professora livre docente, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP e do Centro de Comunicação e Trabalho. Bolseira Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Professora visitante do Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, ITESO, México. Possui estágio de pesquisa no CIESPAL (2016) e pós-doutoramento pela Universidade da Provença, França (2007), doutoramento (1999) e mestrado (1993) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: figaro@uol.com.br